



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

PORTO ALEGRE ◆ 2015

Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TREN SURB



Ministério das
Cidades



MINISTÉRIO DAS CIDADES
EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO
ALEGRE S.A – TRENSURB

Relatório de Gestão do Exercício de 2014

Relatório de Gestão do exercício de 2014 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, alterada pela Instrução Normativa TCU nº 72/2013, da Decisão Normativa TCU nº 134/2013, alterada pela Decisão Normativa TCU nº 139/2014, Portaria TCU nº 90/2014 e Norma de execução nº 01/2014 aprovada pela Portaria CGU nº 522/2015 de 04/03/2015.

Unidade Responsável:

GEPLA – Gerência de Planejamento Corporativo

Porto Alegre, 2015

LISTA DE DIRIGENTES

Diretor-Presidente: Humberto Kasper

Diretor de Administração e Finanças: Leonardo Hoff

Diretor de Operações: Carlos Augusto Belolli de Almeida

Presidente do Conselho de Administração: Carlos Antonio Vieira Fernandes

Membro do Conselho de Administração: Claudinei do Nascimento

Membro do Conselho de Administração: Marcia Oliveira Gomes

Membro do Conselho de Administração: Flavio Konzen

Membro do Conselho de Administração: Ailton Jair Salazar Cavalheiro

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO | 10 |
| PARTE A - CONTEÚDO GERAL..... | 12 |
| 1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA..... | 13 |
| 1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA..... | 13 |
| 1.1.1 Relatório de Gestão Individual..... | 13 |
| 1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE | 14 |
| 1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL | 15 |
| 1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS | 18 |
| 2 INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA | 20 |
| 2.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DA UNIDADE | 20 |
| 2.2 ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA..... | 21 |
| 2.3 SISTEMA DE CORREIÇÃO | 35 |
| 2.4 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS..... | 35 |
| 2.5 REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES | 41 |
| 2.5.1 Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal | 41 |
| 2.5.2 Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos | 42 |
| 2.5.3 Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos..... | 43 |
| 2.5.4 Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores | 45 |
| 2.5.5 Medidas adotadas internamente para dotar a gerência jurídica de instrumentos eficazes para o controle e acompanhamento dos processos judiciais de que a empresa seja parte interessada | 46 |
| 3 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE..... | 55 |
| 3.1 CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO | 55 |
| 3.2 CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO | 61 |
| 3.3 MECANISMOS PARA MEDIR A SATISFAÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS | 61 |
| 3.4 ACESSO ÀS INFORMAÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA..... | 61 |
| 3.5 AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DA UNIDADE JURISDICIONADA..... | 61 |
| 3.6 MEDIDAS RELATIVAS À ACESSIBILIDADE | 61 |
| 4 AMBIENTE DE ATUAÇÃO | 63 |
| 4.1 INFORMAÇÕES SOBRE O AMBIENTE DE ATUAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA | 63 |
| 5 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS..... | 68 |
| 5.1 PLANEJAMENTO DA UNIDADE JURISDICIONADA | 68 |
| 5.2 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS..... | 74 |
| 5.2.1 Programa Temático | 74 |
| 5.2.2 Objetivo..... | 75 |
| 5.2.2.1 Análise Situacional – N.A..... | 75 |
| 5.2.3 Ações..... | 75 |
| 5.2.3.1 Ações - OFSS | 75 |
| 5.2.3.2 Ações/Subtítulos - OFSS..... | 91 |
| 5.2.3.3 Ações não Previstas na LOA 2014 – Restos a Pagar não Processados – OFSS | 91 |
| 5.2.3.4 Ações - Orçamento de Investimento - OI..... | 94 |
| 5.2.3.5 Análise Situacional..... | 96 |
| 5.3 INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS RESULTADOS DA GESTÃO..... | 100 |
| 5.4 INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES DE DESEMPENHO OPERACIONAL..... | 107 |
| 5.5 INFORMAÇÕES SOBRE CUSTOS DE PRODUTOS E SERVIÇOS..... | 109 |

| | |
|---|-----|
| 6 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA | 110 |
| 6.1 PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DAS DESPESAS | 110 |
| 6.1.1 Programação das despesas..... | 110 |
| 6.1.1.1 Análise Crítica..... | 111 |
| 6.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa | 111 |
| 6.1.2.1 Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa | 111 |
| 6.1.2.2 Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa | 111 |
| 6.1.3 Realização da Despesa | 112 |
| 6.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total | 112 |
| 6.1.3.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ | 112 |
| 6.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total | 113 |
| 6.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ | 115 |
| 6.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação | 115 |
| 6.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação | 115 |
| 6.1.3.7 Análise crítica da realização da despesa | 116 |
| 6.2 DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA | 117 |
| 6.5 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS | 118 |
| 6.5.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício | 118 |
| 6.5.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios | 118 |
| 6.5.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse | 118 |
| 6.5.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse..... | 119 |
| 6.5.5 Análise Crítica | 120 |
| 7 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS | 121 |
| 7.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE | 121 |
| 7.1.1 Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada | 121 |
| 7.1.1.1 Força de trabalho da UJ..... | 121 |
| 7.1.1.2 Distribuição da Lotação Efetiva..... | 121 |
| 7.1.1.3 Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ..... | 122 |
| 7.1.1.4 Análise Crítica..... | 122 |
| 7.1.2 Qualificação e capacitação da Força de Trabalho | 124 |
| 7.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada | 125 |
| 7.1.4 Irregularidades na área de pessoal | 126 |
| 7.1.4.1 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos | 126 |
| 7.1.4.2 Terceirização Irregular de Cargos | 126 |
| 7.1.5 Riscos identificados na gestão de pessoas..... | 126 |
| 7.1.6 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos..... | 127 |
| 7.2 CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE APOIO E DE ESTAGIÁRIOS | 131 |
| 7.2.1 Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância | 131 |
| 7.2.2 Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão | 132 |
| 7.2.3 Análise Crítica dos itens 7.2.1 e 7.2.2 | 132 |
| 7.2.4 Contratação de Estagiários | 132 |
| 7.3 EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO | 133 |

| | |
|---|-----|
| 7.4 UNIDADES JURISDICIONADAS PATROCINADORAS DE ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR | 136 |
| 8 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO | 141 |
| 8.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO..... | 141 |
| 8.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial..... | 141 |
| 8.2.2 Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional | 142 |
| 8.2.2.1 Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional | 142 |
| 8.2.2.2 Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União..... | 142 |
| 8.2.3 Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ | 142 |
| 8.2.4 Análise Crítica..... | 142 |
| 8.3 BENS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS..... | 142 |
| 9 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO..... | 143 |
| 9.1 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)..... | 143 |
| 11 ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE..... | 152 |
| 11.1 TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃO DO TCU | 152 |
| 11.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício | 152 |
| 11.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício..... | 162 |
| 11.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO (OCI)..... | 163 |
| 11.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício..... | 163 |
| 11.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício..... | 163 |
| 11.3 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93..... | 164 |
| 11.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93..... | 164 |
| 11.3.2 Situação do Cumprimento das Obrigações | 165 |
| 11.4 MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO | 165 |
| 11.5 ALIMENTAÇÃO SIASG E SICONV | 166 |
| 12 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS..... | 167 |
| 12.1 MEDIDAS ADOTADAS PARA ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO | 167 |
| 12.2 APURAÇÃO DOS CUSTOS DOS PROGRAMAS E DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS | 169 |
| 12.6 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS EXIGIDAS PELA LEI Nº 6.404/1976 | 170 |
| 12.7 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DAS EMPRESAS ESTATAIS..... | 191 |
| 12.7.1 Composição Acionária do Capital Social como Investida..... | 191 |
| 12.7.2 Composição Acionária da UJ como Investidora | 192 |
| 12.8 RELATÓRIO DE AUDITORIA INDEPENDENTE..... | 193 |
| 13. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO..... | 195 |
| 13.1 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ..... | 195 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 196 |
| ANEXOS E APÊNDICES | 197 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----|
| Quadro A.1.1.1 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. – TREN SURB – Relatório de Gestão Individual..... | 13 |
| Quadro A.1.3 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas..... | 15 |
| Quadro A.1.4 - Macroprocessos Finalístico | 19 |
| Quadro A.2.4 - Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ | 35 |
| Quadro A.2.5.2 – Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal | 42 |
| Quadro A.2.5.3 – Síntese da Remuneração dos Administradores..... | 43 |
| Quadro A.2.5.3.2 – Síntese da Remuneração dos Administradores..... | 44 |
| Quadro A.2.5.3.3 – Síntese da Remuneração dos Administradores - CONFIS | 45 |
| Quadro A.5.2.1 – Programa Temático - N.A. | 74 |
| Quadro A.5.2.2 – Objetivo fixado pelo PPA – N.A. | 75 |
| Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS..... | 76 |
| Quadro A.5.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS - N.A..... | 91 |
| Quadro A.5.2.3.3 – Ações não Previstas LOA 2014 - Restos a Pagar - OFSS | 91 |
| Quadro A.5.2.3.4 – Ações do Orçamento de Investimento..... | 94 |
| Quadro A.5.4 – Indicadores de Desempenho | 107 |
| Quadro A.5.5 – Variações de Custos..... | 109 |
| Quadro A.6.1.1 – Programação de Despesas | 110 |
| Quadro A.6.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa – N.A..... | 111 |
| Quadro A.6.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa | 111 |
| Quadro A.6.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total.. | 112 |
| Quadro A.6.1.3.2 – Despesas executadas diretamente pela UJ, por modalidade de contratação – Créditos Originários – N.A..... | 113 |
| Quadro A.6.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total ... | 113 |
| Quadro A.6.1.3.4 – Despesas executadas diretamente pela UJ – Créditos Originários –N.A. ... | 115 |
| Quadro A.6.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.... | 115 |
| Quadro A.6.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação | 115 |
| Quadro A.6.2 – Despesas com Publicidade..... | 117 |
| Quadro A.6.5.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência - Posição em 31.12.2014 – N.O..... | 118 |
| Quadro A.6.5.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios ... | 118 |
| Quadro A.6.5.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse | 118 |
| Quadro A.6.5.4 – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse - Posição em 31.12.2014 | 119 |
| Quadro A.7.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ - Situação Apurada em 31/12..... | 121 |
| Quadro A.7.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva - Situação Apurada em 31/12 | 121 |
| Quadro A.7.1.1.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ | 122 |
| Quadro A.7.1.3 – Custos do pessoal..... | 125 |
| Quadro A.7.1.4.2 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada – N.O. | 126 |
| Quadro A.7.2.1 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.. | 131 |
| Quadro A.7.2.2 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra – N.O..... | 132 |
| Quadro A.7.2.4 – Composição do Quadro de Estagiários..... | 132 |
| Quadro A.8.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União | 141 |

| | |
|--|-----|
| Quadro A.8.2.2.1 – Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional – N.O. | 142 |
| Quadro A.8.2.2.2 – Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ-N.O. | 142 |
| Quadro A.8.2.3 – Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UJ-N.O. | 142 |
| Quadro A.8.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros – N.O. | 142 |
| Quadro A.9.1 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014 | 148 |
| Quadro A.11.1.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício | 152 |
| Quadro A.11.1.2 – Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício | 162 |
| Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno – N.O. | 163 |
| Quadro A.11.2.2 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício | 163 |
| Quadro A.11.3 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR | 164 |
| Quadro A.11.4 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2014 – N.O. | 165 |
| Quadro A.11.5 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV | 166 |
| Quadro A.12.7.1 – Composição Acionária do Capital Social | 191 |
| Quadro A.12.7.2 – Investimentos Permanentes em outras sociedades | 192 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|-----|
| Tabela I - Estruturas de Gestão | 20 |
| Tabela II - Pagamento total de ações judiciais da série histórica | 50 |
| Tabela III - Participação Efetiva de Empregados por Área em Treinamentos..... | 124 |
| Tabela IV - Padrão Organização Internacional do Trabalho – OIT | 127 |
| Tabela V - Taxa de Frequência e de Gravidade de Acidentes de Trabalho da TRENSURB..... | 127 |
| Tabela VI - Quantitativos Acidentes de Trabalho | 128 |
| Tabela VII - Índice de absenteísmo | 128 |
| Tabela VIII - Índice de Rotatividade anual | 129 |
| Tabela IX - Admissões e Desligamentos..... | 129 |
| Tabela X - Pesquisa de Clima Organizacional - Índice Geral..... | 130 |
| Tabela XI - Pesquisa de Clima Organizacional – Objetos Pesquisados..... | 130 |
| Tabela XII - Contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento..... | 133 |
| Tabela XIII - Participação dos Investimentos em relação aos limites legais | 136 |
| Tabela XIV - Retorno das aplicações | 138 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Figura I - Gráfico Mapa de Processos | 18 |
| Figura II - Matriz da Análise Ambiental | 38 |
| Figura III - Gráfico Êxito Judicial do Corpo dos Advogados (mensal) | 47 |
| Figura IV - Gráfico Êxito Judicial do Corpo dos Advogados (anual)..... | 47 |
| Figura V - Gráfico Êxito Judicial do Escritório Contratado (mensal)..... | 48 |
| Figura VI - Gráfico Êxito Judicial Contencioso Trabalhista (anual)..... | 48 |
| Figura VII - Gráfico Pagamento do Contencioso (anual) | 49 |
| Figura VIII - Gráfico Endividamento do Passivo Contingente | 50 |
| Figura IX - Gráfico representatividade do ingresso de ações trabalhistas | 51 |
| Figura X - Gráfico representatividade das Unidades Organizacionais..... | 51 |
| Figura XI - Gráfico Quantitativo de processos administrativos..... | 53 |
| Figura XII - Gráfico Demanda por origem por canal de comunicação | 56 |
| Figura XIII - Central de Atendimento ao Usuário – CAU | 57 |
| Figura XIV - Serviço de Informação ao Cidadão – SIC | 57 |
| Figura XV - Índice de Reclamação por Milhão de Passageiros Transportados 2014 | 58 |
| Figura XVI - Tempo de Resposta da Central de Atendimento 2014..... | 58 |
| Figura XVII - Avaliação da Imagem da TRENSURB nos Meios de Comunicação 2014..... | 59 |
| Figura XVIII - Tempo Médio de Resposta do SIC 2014 | 60 |
| Figura XIX - Gráfico Evolução Taxa de Cobertura Operacional..... | 100 |
| Figura XX - Gráfico Evolução Receita Comercial..... | 101 |
| Figura XXI - Gráfico Receita Operacional de Transporte | 102 |
| Figura XXII - Gráfico Evolução Passageiros Transportados | 102 |
| Figura XXIII - Gráfico Evolução MKBF | 103 |
| Figura XXIV - Gráfico Índice de Eficiência Operacional (IEO) | 104 |
| Figura XXV - Gráfico Evolução Pesquisa Satisfação Usuários..... | 105 |
| Figura XXVI - Gráfico Evolução Deseconomias..... | 106 |
| Figura XXVII - Distribuição da Escolaridade da Força de Trabalho..... | 124 |

INTRODUÇÃO

Relatório de Gestão do exercício de 2014, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, alterada pela Instrução Normativa TCU nº 72/2013, da Decisão Normativa TCU nº 134/2013, alterada pela Decisão Normativa TCU nº 139/2014, Portaria TCU nº 90/2014 e Norma de execução nº 01/2014 aprovada pela Portaria CGU nº 522/2015 de 04/03/2015.

Estão relacionados a seguir os itens do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 134/2013 que não são aplicáveis à natureza jurídica da TRENSURB, ou que não tiveram ocorrência.

Item 2.5.1 - Questões 4 a 10. Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal do capítulo 2 – Informações sobre a Governança.

Item 5.2.1 - Programa Temático do capítulo 5 – Planejamento e Resultados Alcançados.

Item 5.2.2 – Objetivo Programa Temático do capítulo 5 – Planejamento e Resultados Alcançados.

Item 5.2.3.2 – Ações/Subtítulos - OFSS do capítulo 5 – Planejamento e Resultados Alcançados.

Item 6.1.2.1 - Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa do capítulo 6 – Execução orçamentária e financeira.

Item 6.1.3.2 - Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ do capítulo 6 - Execução orçamentária e financeira.

Item 6.1.3.4 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ do capítulo 6 - Execução orçamentária e financeira.

Item 6.5.1 - Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício do capítulo 6 - Execução orçamentária e financeira.

Item 7.1.4.2 - Terceirização Irregular de Cargos do capítulo 7 - Gestão de pessoas, terceirização de mão de obra e custos relacionados.

Item 7.2.2 - Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão do capítulo 7 - Gestão de pessoas, terceirização de mão de obra e custos relacionados.

Item 8.2.2.1 - Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional do capítulo 8 - Gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário.

Item 8.2.2.2 Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União do capítulo 8 - Gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário.

Item 8.2.3 - Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ do capítulo 8 - Gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário.

Item 8.3 - Bens Imóveis Locados de Terceiros do capítulo 8 - Gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário.

Capítulo 10 - Gestão do uso dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental.

Item 11.2.1 - Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício do capítulo 11 - Atendimento de demandas de órgão de controle.

Item 11.4 - Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário do capítulo 11 - Atendimento de demandas de órgão de controle.

PARTE A - CONTEÚDO GERAL

(DN 139/2014 - ANEXO II – TCU)

1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

1.1 Identificação da unidade jurisdicionada

1.1.1 Relatório de Gestão Individual

Quadro A.1.1.1 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. – TRENSURB – Relatório de Gestão Individual

| Poder e Órgão de vinculação | | | |
|--|----------------------|--|------------------------|
| Poder: Executivo | | | |
| Órgão de Vinculação: Ministério das Cidades | | | Código SIORG: 42672 |
| Identificação da Unidade Jurisdicionada | | | |
| Denominação completa: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A | | | |
| Denominação abreviada: TRENSURB | | | |
| Código SIORG: 00958 | | Código LOA: 56201 | |
| Código SIAFI: 275060 | | | |
| Situação: Ativa | | | |
| Natureza Jurídica: Sociedade de Economia Mista | | | |
| Principal Atividade: Transporte metroviário | | | Código CNAE: 4912-4-02 |
| Telefones/Fax de contato: | Fax: (051) 3363.8000 | (051) 3363.8040 | (051) 3363.8447 |
| Endereço eletrônico: marcia.zorn@trensurb.gov.br | | | |
| Página da Internet: http://www.trensurb.gov.br | | | |
| Endereço Postal: Av. Ernesto Neugebauer, 1985 Bairro Humaitá Porto Alegre – RS CEP: 90.250-140. | | | |
| Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada | | | |
| Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada | | | |
| Lei nº 3.115, Art. 5º, de 16 de março de 1957. | | Última revisão Estatuto Social: 18/10/2013 | |
| Decreto nº 84.640, de 17 de abril de 1980 e Estatuto Social. | | | |
| Outras normas infra legais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada | | | |
| NPG-ORG-101 (Regimento Interno da TRENSURB) | | Última revisão: 14/04/2014 | |
| Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada | | | |
| A TRENSURB através do Regimento Interno fixou sob a forma de Sistemas os chamados Manuais de Processos que estabelecem e disciplinam a execução de atividades, procedimentos e práticas de serviço para as atividades de: Organização, Pessoal, Patrimônio, Contábil, Finanças, Operação, Manutenção, Suprimento, Assuntos Comerciais, Jurídico, Projetos, Tecnologia da Informação e Serviços Gerais. Para cada “sistema” há correspondente manual de procedimentos. Todas as Normas da empresa estão publicadas no Portal Notes - Intranet. As informações aos usuários estão disponíveis através de canais publicados em mídia impressa e por meio eletrônico, tais como: periódico “Notícia na Linha” (Jornal tipo mural, colocado em painéis nas estações e no interior dos trens, seu conteúdo aborda temas de interesse dos usuários: dicas e orientações operacionais, campanhas sociais, ações e realizações da empresa), Guia do Usuário (Guias informativos apresentando os principais serviços da TRENSURB: horários, tarifas, linhas de integração, intervalo entre trens, pontos de atração junto às estações), Central de Atendimento e Portal da Internet. | | | |
| Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada | | | |
| Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada | | | |
| Código SIAFI | | Nome | |
| 275060 | | Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A | |
| Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada | | | |
| Código SIAFI | | Nome | |
| 27208 | | Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A | |
| Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões | | | |
| Código SIAFI da Unidade Gestora | | Código SIAFI da Gestão | |
| 275060 | | 27208 | |

Fonte: GEPLA (Gerência de Planejamento Corporativo)

1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

COMPETÊNCIA

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A – TRENSURB é uma Sociedade de Economia Mista, vinculada ao Ministério das Cidades onde a União é a maior acionista com 99,8558% do capital, seguida do Estado do Rio Grande do Sul, detentor de 0,1442% e o município de Porto Alegre 0,1116%. Atua no segmento de transporte urbano e metropolitano de passageiros. Foi constituída mediante autorização do artigo 5º da Lei n.º 3.115, de 16 de março de 1957 e Decreto n.º 84.640, de 17 de abril de 1980, com início da operação comercial em 1985, sendo regida por seu Estatuto Social, legislação aplicável às Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/1976, consolidada) e por Regimento Interno. Seu objeto social é:

- a) planejamento, implantação e prestação de serviços de trens urbanos na Região Metropolitana de Porto Alegre;
- b) planejamento, implantação e operação de quaisquer equipamentos e sistemas de integração com o sistema de transporte ferroviário;
- c) planejamento e implantação de prédios conexos ao seu sistema de transporte ferroviário, permitida a participação de terceiros e respectiva exploração econômica, direta e indiretamente; e
- d) explorar economicamente a marca, a patente, a denominação, a insígnia, bem como todos e quaisquer recursos ou potenciais da sociedade, a exemplo do conhecimento tecnológico e administrativo, bens móveis ou imóveis, áreas, espaços, equipamentos, podendo prestar serviços a terceiros no âmbito do domínio da atividade, direta ou consorcialmente.

A TRENSURB por tratar-se de uma sociedade de economia mista, conforme exposto no parágrafo anterior, deve cumprir as disposições da Lei n. 6.404/76 (Lei das S.A.), o fornecimento de suprimentos por compras e contratação de serviços é realizado por processo licitatório, embasado na Lei 8.666/93. Por ser de capital público, e depender de recursos da união é integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, atende, também, as disposições contidas na Lei n. 4320/64 (Lei do Orçamento da União).

FINALIDADE

A sua finalidade precípua é transportar pessoas de forma rápida, limpa e com qualidade, conectando diferentes destinos. O primeiro trecho da Linha 1 foi inaugurado em 1985, com extensão de 27 quilômetros, com 15 (quinze) estações, ligando Porto Alegre a Sapucaia do Sul. Em 1997, a TRENSURB chegou a São Leopoldo e em 2013, a Novo Hamburgo, alcançando 42,9 quilômetros de trilhos. Hoje, com 22 (vinte e duas) estações, integração física e tarifária com 613 linhas de ônibus e uma frota de 25 trens, sendo que os novos 15 trens chegam a partir de maio de 2014, atende aos municípios de Porto Alegre, Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul, São Leopoldo e Novo Hamburgo.

A TRENSURB, ao longo da sua história, consolidou-se como uma empresa indutora do desenvolvimento social e econômico pela introdução de mudanças nos hábitos da população, alterando consideravelmente a realidade dos municípios. Isto porque sua implantação envolveu, não só a instalação do sistema metroviário, mas também a readequação da malha viária, o saneamento, a iluminação pública, a segurança de pedestres e outras obras complementares, sempre priorizando a qualidade do serviço prestado à sociedade, com valorização e respeito às pessoas.

1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL

Quadro A.1.3 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

| Áreas/ Subunidades Estratégicas | Competências | Titular | Cargo | Período de atuação |
|---------------------------------------|--|-----------------------------------|--|-------------------------|
| DIROP (Diretoria de Operações) | Dirigir e controlar as atividades de operação e manutenção dos trens, via permanente, rede aérea e sinalização da TRENSURB; Revisar diretrizes, metas e procedimentos, propondo ao Diretor-Presidente reajustamento e implementações para assegurar permanente eficiência e ótimo desempenho das atividades da Diretoria. | Carlos Augusto Belolli de Almeida | Diretor de Operações | 01/01/2014 a 31/12/2014 |
| GEOPE (Gerência de Operações) | Responsável pela orientação, coordenação e controle da execução das diretrizes estabelecidas pela Diretoria de Operações para as atividades centralizadas de controle operacional, de produção de transporte, venda de passagens, atendimento, informações e segurança aos usuários. | Rubenildo de Azevedo Ignácio | Gerente de Operações | 01/01/2014 a 01/04/2014 |
| GEOPE (Gerência de Operações) | Responsável pela orientação, coordenação e controle da execução das diretrizes estabelecidas pela Diretoria de Operações para as atividades centralizadas de controle operacional, de produção de transporte, venda de passagens, atendimento, informações e segurança aos usuários. | Say Ming Wong | Gerente de Operações | 02/04/2014 a 31/12/2014 |
| SECOT (Setor de Controle Operacional) | Acompanhar e fiscalizar o cumprimento de regras gerais de operação, bem como normas e instruções atinentes à execução dos transportes, reportando irregularidades à Gerência de Operações; Comandar e controlar a marcha dos trens na linha, nos pátios e nas estações, e a alimentação e distribuição de energia para os trens. | Nelson Verginio Frizzo | Chefe do Setor de Controle Operacional | 01/01/2014 a 01/04/2014 |
| SECOT (Setor de Controle Operacional) | Acompanhar e fiscalizar o cumprimento de regras gerais de operação, bem como normas e instruções atinentes à execução dos transportes, reportando irregularidades à Gerência de Operações; Comandar e controlar a marcha dos trens na linha, nos pátios e nas estações, e a alimentação e distribuição de energia para os trens. | Jorge Venâncio da Silveira | Chefe do Setor de Controle Operacional | 02/04/2014 a 31/12/2014 |

| | | | | | |
|--|--|-------------------------------|-------------------------------------|--------------------------|---|
| SEOPE (Setor de Operações) | Executar os serviços nas estações de venda de créditos de viagens, atendimento e informações aos usuários, controle de entrada e saída de usuários e demais serviços auxiliares desenvolvidos nas estações, segundo padrões de desempenho e qualidade previstos. | Werner Streibel | Chefe do Setor de Operações | 01/01/2014 01/04/2014 | a |
| SEOPE (Setor de Operações) | Executar os serviços nas estações de venda de créditos de viagens, atendimento e informações aos usuários, controle de entrada e saída de usuários e demais serviços auxiliares desenvolvidos nas estações, segundo padrões de desempenho e qualidade previstos. | José Adriano Pinto dos Santos | Chefe do Setor de Operações | 02/04/2014 31/12/2014 | a |
| SETRA (Setor de Tráfego) | Realizar os serviços de transporte metroviário segundo padrões de segurança, regularidade e conforto ao usuário, dentro dos limites de custos operacionais programados, conforme orientações do centro de Controle Operacional. | Luis Antonio da Silva | Chefe do Setor de Tráfego | 01/01/2014 31/12/2014 | a |
| GEPLA (Gerência de Planejamento Corporativo) | Dirigir, controlar, supervisionar e assessorar no planejamento da Empresa, desenvolvendo estudos permanentes visando à tomada de decisões, elaboração de planos de ação e alocação de recursos. | Márcia Alexandra Zorn | Gerente de Planejamento Corporativo | 01/01/2014 31/12/2014 | a |
| GEREH (Gerência de Recursos Humanos) | Responsável pela orientação, coordenação e controle das diretrizes estabelecidas pela Diretoria de Administração e Finanças para as atividades de planejamento e administração das áreas de Recursos Humanos. | Diego José Tarta | Gerente de Recursos Humanos | 01/01/2014 31/12/2014 | a |
| GEINF (Gerência de Informática) | Propor um Plano Diretor de Informática, abrangendo e integrando todas as áreas que compõem a estrutura organizacional da Empresa; Propor recursos necessários às ações de segurança da informação; Realizar e acompanhar estudos e novas tecnologias, quanto a impactos na segurança da informação; Atualização da política de segurança da informação; Coordenar a Gestão de Riscos de Segurança da Informação. | Viviane Carra Telles | Gerente de Informática | 01/01/2014 16/07/2014 | a |

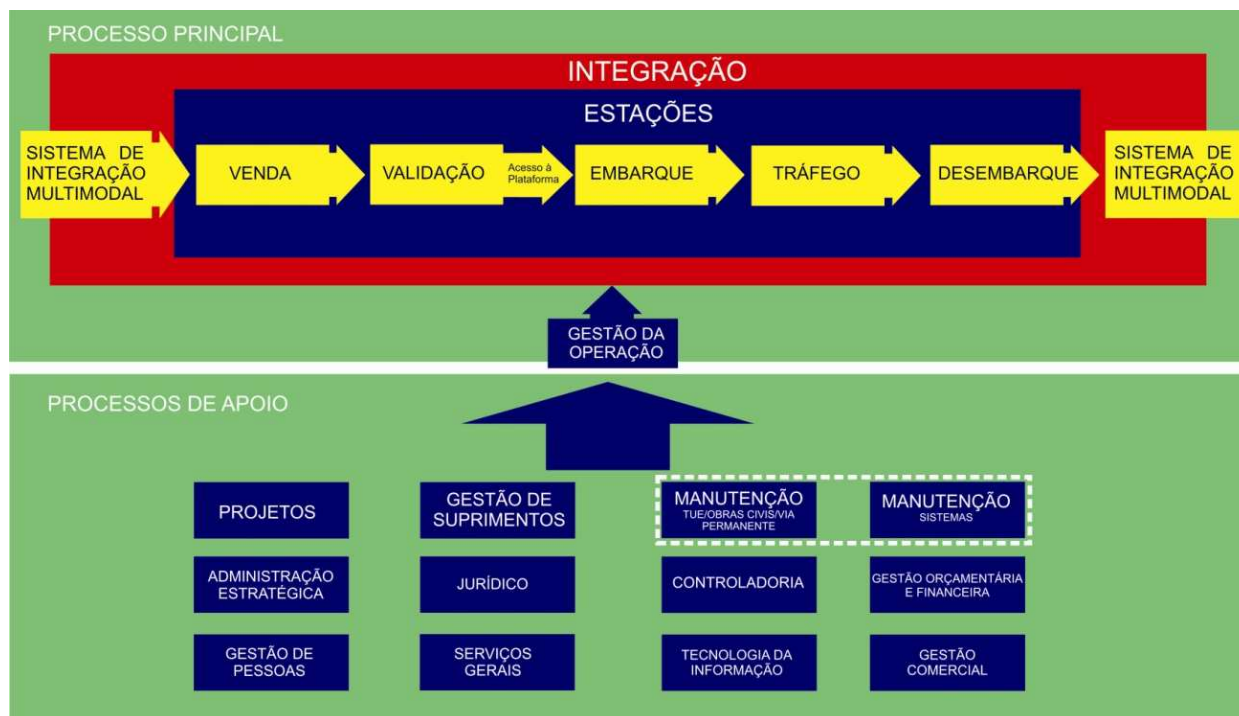
| | | | | | |
|---|---|------------------------------|---|--------------------------|---|
| GEINF (Gerência de Informática) | Propor um Plano Diretor de Informática, abrangendo e integrando todas as áreas que compõem a estrutura organizacional da Empresa; Propor recursos necessários às ações de segurança da informação; Realizar e acompanhar estudos e novas tecnologias, quanto a impactos na segurança da informação; Atualização da política de segurança da informação; Coordenar a Gestão de Riscos de Segurança da Informação. | Josué Marques Passini | Gerente de Informática | 17/07/2014 31/12/2014 | a |
| SUDEX (Superintendência de Desenvolvimento e Expansão) | Desenvolver estudos permanentes visando a tomada de decisões, bem como a coordenação de atividades no sentido de: - Desenvolver e propor estudos sobre custos e tarifas; - Programar e desenvolver pesquisas na área de transportes; - Desenvolver estudos de compatibilização da oferta em relação a demanda; - Propor e acompanhar a elaboração de estudos referentes a expansão. | Ernani da Silva Fagundes | Superintendente de Desenvolvimento e Expansão | 01/01/2014 30/09/2014 | a |
| SUDEX (Superintendência de Desenvolvimento e Expansão) | Desenvolver estudos permanentes visando a tomada de decisões, bem como a coordenação de atividades no sentido de: - Desenvolver e propor estudos sobre custos e tarifas; - Programar e desenvolver pesquisas na área de transportes; - Desenvolver estudos de compatibilização da oferta em relação a demanda; - Propor e acompanhar a elaboração de estudos referentes a expansão. | Lino Sérgio do Lago Fantuzzi | Superintendente de Desenvolvimento e Expansão | 01/10/2014 31/12/2014 | a |
| SEITEC (Setor de Projetos de Sistemas e Inovação Tecnológica) | Responsável pelas Atividades de Estudos e Projetos; Atividades de execução de montagens de equipamentos e sistemas; Atividades de Inovação e Tecnologia. | Paulo Roberto Lutckmeier | Chefe do Setor de Projetos de Sistemas e Inovação Tecnológica | 01/01/2014 31/12/2014 | a |

Fonte: Regimento Interno da TRENSURB

1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

O sistema processador da Empresa está configurado conforme modelagem do seu Mapa de Processos, sendo que os processos estão classificados em processo principal do negócio e processos de apoio.

Figura I -Gráfico Mapa de Processos



Fonte: GEPLA (Gerência de Planejamento Corporativo)

A análise do sistema processador da TRENURB iniciou em 2006 em conjunto com a Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Sul (UFRGS). Considerando a premissa de que, para manter uma cultura de gestão de processos é preciso estabelecer e manter um sistema contínuo de acompanhamento dos mesmos a TRENURB aprimorou a implementação do estudo dos processos.

Em 2012 foi implantado através de Resolução da Diretoria Executiva (RED) o PNP – Programa de Normatização de Processos que tem como principal objetivo a normatização dos procedimentos executados pelos macroprocessos mapeados. O lançamento deste programa permitiu criar mecanismo de controle de revisão dos normativos, possibilitando em tempo real informações como o status e o número de dias que o documento está sob responsabilidade de cada UO.

O PNP consiste em normatizar os processos internos de trabalho buscando a padronização e a eficácia dos mesmos, priorizando a qualidade dos serviços e a segurança do trabalho. Trata-se de um conjunto de ações organizadas a partir da coordenação da GEPLA (Gerência de Planejamento Corporativo) para padronizar e normatizar procedimentos e práticas de serviço nas unidades organizacionais envolvidas através do modelo padrão de NPG (Norma de Procedimentos Geral).

A Gestão da Operação é o processo principal no que se refere ao negócio da empresa e ao atendimento aos seus usuários. Sendo assim, seu desempenho é acompanhado através do Diário Operacional e do Índice de Eficiência Operacional – IEO que é acompanhado diariamente pelos gestores com dados e informações pertinentes para análise.

Quadro A.1.4 - Macroprocessos Finalístico

| Macroprocessos | Descrição | Produtos e Serviços | Principais Clientes | Subunidades Responsáveis |
|--------------------|---|---|----------------------|------------------------------------|
| Gestão da Operação | No macroprocesso finalístico <i>Gestão da Operação</i> são realizadas as atividades de controle operacional, de produção de transporte, venda de créditos de viagem, atendimento, informações e segurança aos usuários. É subdividido em três processos, sendo: operação de estações, controle operacional e tráfego. No processo <i>Operação de Estações</i> são executados os serviços nas estações de venda de créditos de viagem, atendimento e informações aos usuários, controle de entrada e saída de usuários e demais serviços auxiliares desenvolvidos nas estações, segundo padrões de desempenho e qualidade previstos pelo processo <i>Controle Operacional</i> onde são controladas a marcha dos trens na linha, nos pátios e nas estações, bem como a alimentação e distribuição de energia para os trens. No processo <i>Tráfego</i> são realizados os serviços de transporte metroviário segundo padrões de segurança, regularidade e conforto ao usuário. | Serviço de Operação de Estações, Segurança Metroviária, Controle de Estações, Controle de Segurança Metroviária, Tráfego e Operação de Trens e Controle Operacional Geral | Sociedade (usuários) | DIROP, GEOPE, SECOT, SEOPE e SETRA |

2 INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA

2.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DA UNIDADE

Tabela I -Estruturas de Gestão

| Estrutura de Gestão | Objetivo | Participantes | Documento de Homologação |
|--|--|---|--|
| AGE ASSEMBLEIA DE ACIONISTAS | Órgão de deliberação superior da TRENSURB que tem as atribuições definidas na Lei n.º 6.404, de 15/12/1976 e no Estatuto Social. | Representativo do corpo de acionistas da Sociedade | Organograma, Regimento Interno e Estatuto Social |
| AUDIN AUDITORIA INTERNA | A auditoria interna objetiva assessorar a alta administração da entidade buscando agregar valor, através de uma abordagem sistemática de acompanhamento indireto de processos, avaliação de resultados e proposições de ações corretivas, controle e governança corporativa. | Estrutura de Gestão Um Auditor chefe Dois auditores do quadro efetivo | Organograma, Regimento Interno e NPG AUD - 101 (Operacionalidade do trabalho da Auditoria Interna) |
| AUDITORIA INDEPENDENTE | Prestação de serviço de auditoria independente, assistência e orientações na preparação de demonstrações contábeis. | Contratados | Contrato n° 01.120.044/2010 |
| CONSAD CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO | Órgão de gestão superior da Sociedade sob a forma de colegiado, convocado para tomada de decisões, relacionadas com as políticas e diretrizes da Empresa, aprovação do planejamento global a ser adotado para consecução dos seus objetivos, além do controle dos resultados globais. | Seis Conselheiros Titulares (incluindo o Presidente da TRENSURB) | Organograma, Regimento Interno e Estatuto Social |
| CONFIS CONSELHO FISCAL | Órgão de fiscalização dos atos dos administradores e da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da empresa, em funcionamento permanente. | Três Conselheiros Titulares e três suplentes | Organograma, Regimento Interno e Estatuto Social |
| DIREX DIRETORIA EXECUTIVA | Analisar as estratégias e a performance organizacional da Empresa. | Presidente e dois Diretores | Organograma, Regimento Interno e Estatuto Social |
| COPEL COMISSÃO PERMANENTE DISCIPLINAR | Realizar procedimentos relativos aos processos disciplinares internos decorrentes da relação empregatícia. | Três membros efetivos e três suplentes | REP (Resolução da Presidência) n° 0325/2013 |
| COPEL COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES | Preparar a formalização da aquisição de bens, contratação de serviços e da alienação de bens residuais, segundo as normas internas da TRENSURB e a legislação federal pertinente. | Três membros efetivos e três suplentes | RED (Resolução da Diretoria) n° 0006/2002 |
| CPAD COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS | Orientar e realizar o processo de análise, avaliação e seleção com vistas a estabelecer prazos de guarda e destinação final do acervo de documentos da TRENSURB, considerando a Tabela de Temporalidade de Documentos - NPG-ORG-207, e a Resolução CONARQ n° 14, de 24 de outubro de 2001. | Um presidente e um analista de gestão dos seguintes processos: a) Assuntos Legais b) Econômica e Financeira c) Tecnologia de Informação d) Recursos Humanos | REP (Resolução da Presidência) n° 0274/2010 |

| | | | |
|--|--|--|---|
| CIPA COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES | Finalidade de prevenir acidentes e doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador. | Cinco membros efetivos e cinco suplentes (indicados e eleitos) | REP (Resolução da Presidência) nº 0246/2014 |
| COMISSÃO DE INVENTÁRIO DOS BENS PATRIMONIAIS MÓVEIS E IMÓVEIS DA TRENSURB | Realizar o Inventário dos Bens Patrimoniais Móveis e Imóveis da Empresa, conforme artigo. 96 da Lei 4.320/64. | Representantes patrimoniais indicados por cada UO | REP (Resolução da Presidência) nº 0319/2013 |
| COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS | Avaliar, analisar e classificar todos os bens e/ou materiais passíveis de alienação através de leilão ou doação. | Indicados pela DIRAF | REP (Resolução da Presidência) nº 0242/2010 |

Fonte: GEPLA (Gerência de Planejamento Corporativo)

2.2 ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

A) ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO EM RELAÇÃO À UNIDADE CENTRAL

Conforme estatuto em seu art. 43 a Auditoria Interna está vinculada ao Conselho de Administração. *“Art. 43º - A TRENSURB terá em sua estrutura organizacional, uma unidade de Auditoria Interna, vinculada diretamente ao Presidente do Conselho de Administração, sob a responsabilidade de Chefe que somente será admitido ou dispensado por proposta da Diretoria Executiva aprovada pelo Conselho de Administração, vedada a delegação, em qualquer caso, a outro órgão da Sociedade.”*

Estrutura

A Unidade de Auditoria Interna não possui unidades organizacionais hierarquicamente subordinadas.

Competências

As competências da unidade de auditoria Interna estão previstas no Regimento Interno da TRENSURB NPG-ORG-101 item 4.3.1

B) INFORMAÇÕES QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS DAS AUDITORIAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO

Relatório: 353/2014 – Folha de Pagamento

Áreas Auditadas: DIRAF/GEREH/SEPES

Período: 02/1/2014 a 29/1/2014

Equipe: 01 auditor

Escopo: Os exames foram realizados por amostragem, seguindo critérios de materialidade,

relevância, grau de risco e outros fatores em todas as unidades da TRENSURB. Considerando como parâmetro o quantitativo de empregados existentes, prevendo-se uma abordagem de um universo de aproximadamente 5% dos empregados.

Relatório: 354/2014 - Balanço de 31/12/2013

Áreas Auditadas: DIRAF/GEORF/SECOP

Período: 22/1/2014 a 07/3/2014

Equipe: 01 auditor

Escopo: Conciliação das contas do Balanço Anual da TRENSURB encerrado em 31/12/2013.

Relatório: 355/2014 – Contratos e Convênios

Áreas Auditadas: DIRAF/GEORF/ GEJUR/SEACO

Período: 10/3/2014 a 11/4/2014

Equipe: 02 auditores

Escopo: Os exames foram realizados por amostragem, seguindo critérios de materialidade, relevância, grau de risco e outros fatores em todas as unidades da TRENSURB. Considerando como parâmetro o quantitativo de contratos e convênios existentes no período auditado prevendo-se uma abordagem de um universo de aproximadamente 15% dos convênios, acordos e ajustes e de 10% dos contratos que foram aditados, dando prioridade para contratos de Obras e Serviços.

Relatório: 356/2014 – Receitas Comerciais e Receitas Operacionais

Áreas Auditadas: DIRAF/GEORF/GECOM/SENOV/SEOPE/SEPAR

Período: 14/4/2014 a 03/7/2014

Equipe: 01 auditor

Escopo: Receita Operacional: verificar o Sistema de Controle da Receita Operacional e sua confiabilidade, verificar a confiabilidade da conferência da arrecadação junto à terceirizada e verificar os controles internos da Receita Operacional. Receita Extraoperacional: examinar os critérios adotados para a exploração de lojas e módulos comerciais, verificar 25% dos contratos dos permissionários em vigor, verificar a utilização dos espaços físicos ao longo da via e nas estações e verificar o andamento das tratativas para o ingresso de novas Receitas Extraoperacionais.

Relatório: 357/2014 – Sinalização

Áreas Auditadas: DIROP/GESIS/SESIN

Período: 08/5/2014 a 24/7/2014

Equipe: 01 auditor

Escopo: Verificar o cronograma de execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, verificar os sistemas de controles internos, verificar as ordens de serviços e verificar pendências de relatórios anteriores.

Relatório: 358/2014 – Passivo Trabalhista

Áreas Auditadas: PRES/GEJUR/GEORF/SECOP

Período: 01/8/2014 a 29/9/2014

Equipe: 01 auditor

Escopo: Verificar as provisões constituídas para fins de contabilização com suas devidas classificações, verificar os controles internos existentes (Sistemas e Planilhas) e verificar a movimentação dos processos desde inclusão, pagamento, baixa e resgate dos alvarás.

Relatório: 359/2014 – Gestão da Operação**Áreas Auditadas:** DIROP/GEMEN/GEOPE**Período:** 01/8/2014 a 10/10/2014**Equipe:** 01 auditor

Escopo: Verificar se a manutenção preventiva e corretiva dos aparelhos, equipamentos e demais componentes do sistema de via permanente, sinalização, telecontrole e energia, estão atendendo as necessidades do CCO, das estações e do tráfego. Verificar a execução referente ao atendimento ao usuário (ingresso no sistema, fluxo, estrutura das estações, planos de emergência). Verificar os sistemas de controles internos e verificar pendências de relatórios anteriores.

Relatório: 360/2014 – Licitações e Compras**Áreas Auditadas:** DIRAF/GESUP/SECOM/COPEL**Período:** 03/11/2014 a 05/12/2014**Equipe:** 02 auditores

Escopo: Os exames serão realizados por amostragem, seguindo critérios de materialidade, relevância, grau de risco e outros fatores. Considerando como parâmetro os meses de Junho a Novembro/2014 prevendo-se uma abordagem de aproximadamente 10% dos processos.

Relatório: 361/2014 – Indicadores**Áreas Auditadas:** GEPLA/SEPLA**Período:** 08/12/2014 a 12/12/2014**Equipe:** 02 auditores

Escopo: Os exames serão realizados por amostragem, seguindo critérios de materialidade, relevância, grau de risco e outros fatores de todos os indicadores da TRENSURB. Considerando como base o Relatório de Indicadores 343/2012 que se encontra em acompanhamento.

C) DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO ANUAL DE AUDITORIA

Durante o exercício de 2014 foram planejadas 11 (onze) atividades, sendo previsto 200 horas para Desenvolvimento e Capacitação e uma reserva técnica de 188 horas para a execução de trabalho especial, atendimento à CGU/RS, Auditoria Externa, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, entre outros.

O quadro a seguir demonstra que 100% das atividades foram realizadas, ou seja, das 11 (onze) atividades programadas para o exercício todas foram realizadas.

| Nº | ATIVIDADE | SITUAÇÃO | |
|----|---|-----------|-----------|
| | | PLANEJADA | REALIZADA |
| 1 | Elaboração do RAINT | Sim | Sim |
| 2 | Balanço 31/12/2013 | Sim | Sim |
| 3 | RH – Folha de Pagamento | Sim | Sim |
| 4 | Relatório de Gestão e Prestação de Contas | Sim | Sim |
| 5 | Contratos e Convênios | Sim | Sim |
| 6 | Sinalização | Sim | Sim |
| 7 | Licitações e Compras | Sim | Sim |
| 8 | Gestão da Operação | Sim | Sim |
| 9 | Receita Operacional e Extra-operacional | Sim | Sim |
| 10 | Passivo Trabalhista | Sim | Sim |
| 11 | Indicadores | Sim | Sim |

Principais constatações e as providências

| CONSTATAÇÕES | PROVIDÊNCIAS |
|---|---|
| <p>Relatório 353/2014 - Folha de Pagamento</p> <p>4.1 Atualizações dos manuais</p> <p>Constatação: Verificamos que os manuais relativos à elaboração da folha de pagamento estão desatualizados, os mesmos foram formalizados no início da operação da TRENSURB, nos anos 80 e atualmente carecem de adequação às alterações legislativas e regulamentares.</p> | <p>Atendimento: A UO está adotando as providências necessárias para atendimento da recomendação.</p> |
| <p>4.2 Controles dos empregados cedidos</p> <p>Constatação:</p> <p>Relativo aos empregados cedidos, verificamos que existem pendências de pagamentos à TRENSURB de responsabilidade dos órgãos cessionários que continuamente ultrapassam o limite estabelecido pelo Decreto N° 4.050/2001.</p> | <p>Atendimento: total</p> |
| <p>4.3 - Auxílio-Creche como verba remuneratória</p> <p>Constatação 1: Verificamos que o valor do auxílio-creche não está sendo incluído nos cálculos de pagamentos de férias, rescisões e outros devidos, sendo apenas creditado o valor fixo dos acordos coletivos, situação que está em desacordo com a natureza eminentemente remuneratória do benefício em questão.</p> | <p>Atendimento: A UO está adotando as providências necessárias para atendimento da recomendação.</p> |
| <p>4.3 - Auxílio-Creche como verba remuneratória</p> <p>Constatação 2: Verificando a ficha financeira dos empregados que recebem auxílio creche constatamos que o nome para o evento “auxílio creche relativo à gratificação natalina” foi criado de forma inadequada, pois o mesmo consta como “Média horas extras sobre décimo terceiro” que é de outro evento.</p> | <p>Atendimento: A UO está adotando as providências necessárias para atendimento da recomendação.</p> |
| <p>4.4 - Incidência de adicional de periculosidade sobre férias</p> <p>Constatação: Verificamos que o adicional de periculosidade pago de forma não habitual durante o período aquisitivo de férias não está incidindo no cálculo de férias, nos casos em que o empregado deixa de ganhar este adicional no mês de concessão das férias, em desacordo com o art. 142 § 6° da CLT.</p> | <p>Atendimento: total</p> |
| <p>Relatório 354/2014 – Balanço de 31/12/2013</p> <p>4.1 Adiantamento a fornecedores</p> <p>Constatação: Referente aos relatórios dos trabalhos de auditoria externa 02/10 (2° tri/2010, item 2.3, processo 2061/2010), 04/11 (4° tri/2010, item 2.2, processo 1092/2011), 04/11 (1° tri/2011, item 2.3, processo 1548/2011), 09/12 (1° tri/2012, item 2.2, processo 2293/2012) e de auditoria interna relatórios 338/2012 (item 4.5, processo 1035/2012) e 346/2013 (item 4.1, processo 0519/2013), foi constatado que existem créditos pendentes de períodos anteriores na conta de Adiantamento a Fornecedores que, conforme informação da UO responsável, podem se tratar de informações incorretas no sistema de gestão dos recursos a receber ou que não possuem garantias efetivas de recebimento e/ou recuperação dos valores.</p> | <p>Atendimento: A UO está adotando as providências necessárias para atendimento da recomendação.</p> |

| | |
|--|---|
| <p>4.2 Adiantamento de férias</p> <p>Constatação: Referente aos trabalhos de auditoria externa realizados, através dos relatórios 01/10 (1º tri/2010, item 3.1, processo 1663/2010), 07/11 (3º tri/2011, item 2.4, processo 3536/2011), 08/12 (4º tri/2011, item 2.3, processo 1074/2012) e 09/12 (1º tri/2012, item 2.1, processo 2293/2012) e de auditoria interna 346/2013 (item 4.2, processo 0519/2013), foi constatado que há valores pendentes de conciliação da conta contábil 10110001001 – Adiantamento de Férias, ocasionando assim divergência entre o valor registrado na contabilidade e o valor constante no relatório de recursos humanos.</p> | <p>Atendimento: total</p> |
| <p>4.3 Adiantamento benefício INSS</p> <p>Constatação: Através dos relatórios de auditoria externa 09/12, relativo ao 1º trimestre de 2012 (item 2.2, processo 2293/2012) e do relatório de auditoria interna 346/2013 (item 4.3, processo 0519/2013), constatou-se que existem créditos pendentes de períodos anteriores ao ano de 2009 na conta de Adiantamento Benefício INSS, conforme apresentado.</p> | <p>Atendimento: A UO está adotando as providências necessárias para atendimento da recomendação.</p> |
| <p>4.4 Adiantamento insuficiência saldo</p> <p>Constatação: Através dos relatórios de auditoria externa 09/12 (1º trimestre de 2012, item 2.2, processo 2293/2012) e de auditoria interna 338/2012 (item 4.4, processo 1035/2012) e 346/2013 (item 4.4, processo 0519/2013), constatou-se que existem créditos pendentes de períodos anteriores na conta de Adiantamento Insuficiência de Saldo (provisão para risco de créditos).</p> | <p>Atendimento: A UO está adotando as providências necessárias para atendimento da recomendação.</p> |
| <p>4.5 Adiantamento de rescisões</p> <p>Constatação: Foi constatado, através dos trabalhos de auditoria externa relativo ao 1º trimestre de 2012 (relatório 09/12, item 2.2, processo 2293/2012) e de auditoria interna relatórios 325/2011 (item 4.3, constatação 03, processo 0679/2011) e 346/2013 (item 4.4, processo 0519/2013), que há valores pendentes de rescisões de ex-funcionários, sendo que alguns foram pagos de forma irregular aos mesmos.</p> | <p>Atendimento: total</p> |
| <p>4.6 Controle manual do Relatório de Inadimplência do Plano de Saúde</p> <p>Constatação: Foi constatado nos trabalhos de auditoria interna, através do relatório 325/2011 (item 4.2, constatação 02, processo 0679/2011) e relatório 346/2013 (item 4.4, processo 0519/2013), que existe fragilidade no controle do relatório de inadimplência do plano de saúde da UNIMED, uma vez que o gerenciamento dos empregados e aposentados devedores é realizado por meio de planilha eletrônica, podendo acarretar perda de dados, retrabalho e morosidade no processo.</p> | <p>Atendimento: A UO está adotando as providências necessárias para atendimento da recomendação.</p> |
| <p>4.7 Pagamentos/descontos a maior de impostos e contribuições</p> <p>Constatação: No trabalho de auditoria externa (relatório 17/13, 3º trimestre de 2013, item 2.4, processo 0048/2014) foram analisados valores pendentes em conciliação, sendo observado que existem pagamentos/descontos a maior de impostos e contribuições.</p> | <p>Atendimento: A UO está adotando as providências necessárias para atendimento da recomendação.</p> |
| <p>4.8 Aluguéis, Arrendamentos e Concessões</p> <p>Constatação: Foi verificado nos trabalhos de auditoria externa, referente ao 1º trimestre de 2011 (relatório 04/11, item 2.2, processo 1548/2011) e de auditoria interna relatório 346/2013 (item 4.8, processo 0519/2013), que há saldo na conta “aluguéis, arrendamentos e concessões” vencidos de longa data. Os valores vencidos relativos aos anos de 2004 a 2008 estão em cobrança judicial. Já os valores a partir do ano de 2009 estão em situações diversas, como cobrança administrativa, processo de baixa, análise de cobrança judicial, etc.</p> | <p>Atendimento: A UO está adotando as providências necessárias para atendimento da recomendação.</p> |

| | |
|---|---|
| <p>4.9 Rescisão e contratos a pagar</p> <p>Constatação: Através do trabalho de auditoria interna (relatório 346/2013, item 4.9, processo 0519/2013), constatou-se que há valores pendentes, relativos aos anos de 2006 a 2013, na conta contábil “rescisão e contratos a pagar”.</p> | <p>Atendimento: A UO está adotando as providências necessárias para atendimento da recomendação.</p> |
| <p>4.10 Fornecedores</p> <p>Constatação: Foi verificado nos trabalhos de auditoria externa, conforme relatórios 08/12 (4º trimestre de 2011, item 2.6, processo 1074/2012), 09/12 (1º trimestre de 2012, item 2.3, processo 2293/2012) e 14/13 (4º trimestre de 2012, item 2.1, processo 0526/2013), bem como de auditoria interna (relatório 346/2013, item 4.10, processo 0519/2013) que há saldos vencidos há longa data, relativo a fornecedores.</p> | <p>Atendimento: A UO está adotando as providências necessárias para atendimento da recomendação.</p> |
| <p>4.11 Materiais – terceiros</p> <p>Constatação: Foi verificado no trabalho de auditoria externa (relatório 17/13, 3º trimestre de 2013, item 2.1, processo 0048/2014) através do relatório fornecido pela contabilidade, denominado “Consulta Estoque (De/Com) Terceiros”, extraído do PLACOMP/EEST033A versus contabilidade, que o mesmo somente informa as movimentações de entradas e saídas de Notas Fiscais, apresentando uma diferença de R\$ 147.930,00, conforme demonstramos.</p> | <p>Atendimento: A UO está adotando as providências necessárias para atendimento da recomendação.</p> |
| <p>4.12 Recolhimento das contribuições previdenciárias</p> <p>Constatação: Foi constatado no trabalho de auditoria externa (relatório 17/13, 3º trimestre de 2013, item 2.3, processo 0048/2014) que na composição de saldos, em 30/set./13, das contas de INSS S/ SALÁRIOS - A RECOLHER, FGTS A RECOLHER e INSS S/ PREST. DE SERVIÇOS existem valores pendentes de acerto de períodos anteriores.</p> | <p>Atendimento: total</p> |
| <p>4.13 Devedores Diversos</p> <p>Constatação: Foi verificado no trabalho de auditoria externa (relatório 16/13, 2º trimestre de 2013, item 2.1, processo 2756/2013) que em 27/set./12, foram efetuados os seguintes pagamentos registrados na conta em epígrafe, relativos aos autos de infração fiscal da RFB 51.022.998-0, 51.022.999.9, 51.023.000-8, 37.346.954-3 e 37.346.960-8, originados da falta de retenção da contribuição previdenciária e o conseqüente recolhimento das mesmas, sobre a contratação de mão de obra e serviços de terceiros, nos exercícios de 2008 e 2009, e no mês de agosto de 2012.</p> | <p>Atendimento: A UO está adotando as providências necessárias para atendimento da recomendação.</p> |
| <p>4.14 Contribuições sociais devidas ao PIS e à COFINS</p> <p>Constatação: Foi constatado no trabalho de auditoria externa (relatório 17/13, 3º trimestre de 2013, item 2.2, processo 0048/2014) que há divergências na apuração das contribuições sociais.</p> | <p>Atendimento: total</p> |
| <p>Relatório 355/2014 – Contratos e Convênios</p> <p>Formalização - autorização para rescisão contratual</p> <p>Constatação: O contrato 01.120.041/2010 (processo 0260/2010), que trata de serviço de lavanderia industrial e locação de peças de roupa, foi rescindido em 19 de outubro de 2013. No entanto, não consta a autorização escrita e fundamentada da autoridade competente exigida no parágrafo primeiro do artigo 79 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.</p> | <p>Atendimento: total</p> |

| | |
|---|---|
| <p>4.2 Garantia contratual – comprovação</p> <p>Constatação: Os contratos e aditivos apresentados no Quadro 1 não apresentam evidências nos processos que comprovem a existência da garantia contratual exigida nos respectivos instrumentos contratuais, conforme artigo 56 da Lei 8.666/1993. (ver quadro na página 3 do relatório).</p> | <p>Atendimento: total</p> |
| <p>4.3 Formalização - RNTRC</p> <p>Constatação: O contrato 01.120.054/2012, que trata do serviço de coleta de resíduos comerciais e locação de contêineres, não apresenta documento que evidencie o RNTRC, previsto no item três do anexo um do edital 171/2012.</p> | <p>Atendimento: total</p> |
| <p>4.4. Falhas de publicação</p> <p>Constatação: Os instrumentos relacionados no Quadro 2 tiveram a publicação providenciada pela Administração após o quinto dia útil do mês seguinte ao de assinatura do documento, estando em desconformidade com a legislação vigente.</p> | <p>Atendimento: total</p> |
| <p>4.5 Prorrogação em caráter excepcional</p> <p>Constatação: O contrato 01.120.031/2008 (processo 1216/2008), relativo a aluguel de veículos sem motorista, através do Aditivo H, foi prorrogado por seis meses além do limite de sessenta meses fixado na legislação, tendo sido caracterizado como excepcional, não havendo, entretanto, fato de superveniência de evento grave e relevante que justifique a prorrogação. A mesma situação ocorreu no contrato 07.120.030/2008 (processo 1806/2008), relativo à limpeza do prédio administrativo através do Aditivo L, prorrogado por mais doze meses na excepcionalidade, mas sem fato imprevisível ou estranho às partes que justificasse o ato.</p> | <p>Atendimento: total</p> |
| <p>4.6 - Falha em Cláusulas Contratuais</p> <p>Constatação: O contrato 01.120.031/2008 (processo 1216/2008), relativo à locação de serviços sem motorista, não apresenta cláusula que estabeleça os critérios de reajuste, conforme inciso terceiro do art. 55 da Lei 8.666/1993.</p> | <p>Atendimento: total</p> |
| <p>4.7 Garantia contratual – periodicidade</p> <p>Constatação: O contrato 01.120.031/2008 (processo 1216/2008), que trata da locação de veículos sem motorista, apresenta, no decorrer de sua vigência, períodos sem garantia e com vigência diferente da solicitada pela TRENSURB.</p> | <p>Atendimento: total</p> |
| <p>4.8 Gestão de contratos - substituição de veículos</p> <p>Constatação: Conforme apresentado no Quadro 4 (pág. 7 do relatório), há veículos em atividade na TRENSURB que divergem das condições estabelecidas no Edital do contrato 01.120.031/2008, que trata de locação de veículos sem motorista.</p> | <p>Atendimento: total</p> |
| <p>4.9 Falhas no edital - avarias e sinistros nos veículos locados</p> <p>Constatação: Foram pagos à contratada valores relativos às avarias nos veículos locados, sem orçamentos que comprovassem a compatibilidade dos preços cobrados com os de mercado. Também não há no processo o registro dos dados das avarias ocorridas nos veículos, tais como data, horário, local, etc.</p> | <p>Atendimento: A UO está adotando as providências necessárias para atendimento da recomendação.</p> |
| <p>4.10 Falhas no edital - parecer jurídico</p> <p>Constatação: Ausência de parecer jurídico prévio na minuta do edital de licitação e na formalização do contrato nº 01.120.042/2010 (serviço centro de saúde - academia), em desacordo com a Lei 8.666/93.</p> | <p>Atendimento: total</p> |

| | |
|---|---|
| <p>4.11 Garantia contratual – débitos trabalhistas e previdenciárias</p> <p>Constatação: Verificando o texto do seguro, constatamos que existe incoerência quanto ao atendimento ao parágrafo segundo da cláusula nona do referido contrato que exige cobertura para débitos trabalhistas e previdenciários.</p> | <p>Atendimento: total</p> |
| <p>4.12 Gestão de contratos</p> <p>Constatação: O gerenciamento dos 118 contratos vigentes da TRENSURB vem sendo realizado de forma manual, se resumindo a planilhas no excel. Inexiste qualquer ferramenta ou sistema que auxilie o SEACO e as UOs envolvidas na gestão dos contratos da empresa, que compreenda as ações de controle das contratações, aditamentos, prorrogações, fiscalização, prazos, publicidade, trânsito nas UOs, etc.</p> | <p>Atendimento: A UO está adotando as providências necessárias para atendimento da recomendação.</p> |
| <p><u>Relatório 356/2014 – Receitas Comerciais e Operacionais</u></p> | |
| <p>4.1 Garantia contratual – comprovação</p> <p>Constatação: Os Termos de Permissão de Uso apresentados no Quadro 1 não apresentam evidências nos processos que comprovem a existência da garantia contratual exigida nos respectivos instrumentos contratuais, conforme artigo 56 da Lei 8.666/1993.</p> | <p>Atendimento: A UO está adotando as providências necessárias para atendimento da recomendação.</p> |
| <p>4.2 Seguro - ausência de comprovação</p> <p>Constatação: Não há evidências junto aos processos sobre a existência do seguro sob responsabilidade dos permissionários, concessionários e autorizados, exigido no artigo 21 do referido Regulamento.</p> | <p>Atendimento: total</p> |
| <p>4.3 Controle manual do faturamento comercial</p> <p>Constatação: Verificamos que o gerenciamento dos espaços comerciais e do faturamento da receita comercial, cuja arrecadação mensal gira em torno de R\$450.000,00, está sendo realizado através de planilhas eletrônicas, ocasionando fragilidade no processo de gestão comercial. Essa situação já havia sido constatada através do relatório de Auditoria Interna 323/2010 (item 4.2.1).</p> | <p>Atendimento: A UO está adotando as providências necessárias para atendimento da recomendação.</p> |
| <p>4.4 Comércio indevido no entorno das estações</p> <p>Constatação: Através da consulta ao Diário Operacional, verificou-se que no período de fevereiro a maio de 2014 houve quatro registros de ocorrências de comércio não autorizado nas áreas operacionais da TRENSURB, conforme apresentado no Quadro 2.</p> | <p>Atendimento: total</p> |
| <p>4.5 Ausência de depósitos parciais de numerários – justificativas</p> <p>Constatação: Ate consulta das Justificativas das Sangrias, através do sistema das DVBS Eletrônicas, verificou-se que o Depósito Parcial de Numerário (sangria) não vem sendo realizado em conformidade com a NPG-OPE-908. O mês de maio/2014 apresentou 1.059 sangrias não efetuadas, sendo que 76% desses casos não apresentaram justificativas.</p> | <p>Atendimento: total</p> |

| | |
|---|---|
| <p>4.6 CDRMR – preenchimento</p> <p>Constatação: Através da verificação in loco junto ao SEPAR (PROFORTE), observou-se que as guias de Controle de Depósito e Retiradas de Malotes de Receitas (CDRMR) estão sendo remetidas pelas estações com preenchimento incompleto, faltando dados como data, código da estação e número da DDN (Declaração de Depósito de Numerário). Este fato fragiliza a segurança do processo e acarreta retrabalho aos responsáveis no SEPAR.</p> | <p>Atendimento: total</p> |
| <p>4.7 Preposto SEOPE – definição de rotinas</p> <p>Constatação: A função de preposto do Setor de Operações (SEOPE) junto à empresa de transporte de valores (PROFORTE) não possui suas atividades definidas de maneira formal, gerando assim risco operacional por falta de padronização do processo na execução da rotina.</p> | <p>Atendimento: A UO está adotando as providências necessárias para atendimento da recomendação.</p> |
| <p>4.8 Troco - horário de solicitação</p> <p>Constatação: As solicitações de troco para as estações têm sido efetuadas após o horário estabelecido pelo SEPAR, gerando retrabalho aos envolvidos e prejudicando a rotina da UO junto à transportadora de valores (PROFORTE). O Quadro 4 apresenta a amostragem realizada em cinco estações, evidenciando que 24% das solicitações de troco são feitas após o horário estipulado.</p> | <p>Atendimento: total</p> |
| <p>4.9 Troco – fornecimento</p> <p>Constatação: Através da consulta ao Diário Operacional, constatou-se que no período de janeiro/2014 a abril/2014, foram liberados 570 acessos de usuários nos bloqueios, devido a falta de troco nos POS das estações.</p> | <p>Atendimento: total</p> |
| <p>4.10 Relação dos funcionários autorizados da transportadora de valores</p> <p>Constatação: Através de visita às estações, foi constatado que o SEPAR não vem fornecendo mensalmente a relação dos empregados da empresa de transporte de valores autorizados a colocar a segunda chave na porta inferior do cofre boca-de-lobo e/ou receber o conteúdo registrado no Controle de Depósito e Retirada de Malotes de Receitas (CDRMR), conforme previsto no item 5.2 da NPG-OPE-902.</p> | <p>Atendimento: total</p> |
| <p>4.11 SEPAR – definição de rotinas</p> <p>Constatação: Os funcionários do Setor de Pagamentos e Receitas (SEPAR) lotados junto à empresa de transporte de valores (PROFORTE) não possuem suas atribuições definidas de maneira formal, gerando assim risco operacional por falta de padronização do processo.</p> | <p>Atendimento: A UO está adotando as providências necessárias para atendimento da recomendação.</p> |
| <p><u>Relatório 357/2014 - Sinalização</u></p> | |
| <p>4.1 Salas de manutenção das máquinas de chave</p> <p>Constatação: Verificamos que o espaço destinado para a referida manutenção das máquinas de chave localizado dentro do prédio da eletrotécnica não apresenta condições de uso, necessitando de reforma. Importante observar que o prédio em si é o mesmo que foi auditado no relatório 340/2012 item 4.4 “Piso das oficinas do SENERG” e não foi identificada prioridade para solucionar o problema da deterioração do local (o piso não suporta o peso dos equipamentos).</p> | <p>Atendimento: A UO está adotando as providências necessárias para atendimento da recomendação.</p> |

| | |
|---|---|
| <p>4.2 Sistema de radiocomunicação</p> <p>Constatação: O referido processo foi enviado ao SEITEC em 06/06/2013 e até o momento não existe uma posição quanto a definição de área de cobertura, topologia de rede, escolha de empresa, equipamentos e outras aquisições necessárias que demandam tempo e orçamento para as decisões.</p> | <p>Atendimento: A UO está adotando as providências necessárias para atendimento da recomendação.</p> |
| <p>4.3 Instrumentos/ferramentas do SESIN para expansão NH</p> <p>Constatação: Os objetos citados são partes de um conjunto de ferramentas solicitado ao Setor de Compras (SECOM) através do projeto básico 16/13 SESIN. A carência desses materiais prejudica a qualidade da manutenção, fazendo com que as intervenções nos locais sejam mais frequentes.</p> | <p>Atendimento: total</p> |
| <p>4.4 Pendências da Expansão da via relativas ao SESIN</p> <p>Constatação: Constatamos que a obra da expansão Norte da Linha 1 – Trecho São Leopoldo - Novo Hamburgo, entregue oficialmente à população em janeiro deste ano, apresenta diversas pendências nos sistemas operacionais instalados na via. Com relação aos trabalhos de manutenção do SESIN, a maior preocupação é com as constantes falhas nas novas máquinas de chave, situação que prejudica a operação dos trens e aumenta os riscos envolvidos.</p> | <p>Atendimento: A UO está adotando as providências necessárias para atendimento da recomendação.</p> |
| <p>4.5 Trabalhos em altura-SESET</p> <p>Constatação: Verificamos que existem empregados trabalhando nos relógios em locais com altura superior a 2 metros e que não possuem o treinamento em NR 35, situação que pode comprometer a saúde dos trabalhadores caso ocorra uma queda que poderia ser evitada.</p> | <p>Atendimento: total</p> |
| <p><u>Relatório 358/2014 – Passivo Trabalhista</u></p> | |
| <p>4.1 Provisão do passivo trabalhista – planilha</p> <p>Constatação: A planilha de provisão do passivo trabalhista de 30/6/2014 apresenta divergências em sua composição, tais como processos arquivados, processos com números inexistentes e processos ativos que não foram incluídos. Esses fatos sinalizam que o procedimento de provisão do passivo trabalhista ainda não está inserido na rotina da UO, conforme apurado em 2011, através do item 4.1 do relatório 333/2011.</p> | <p>Atendimento: A UO está adotando as providências necessárias para atendimento da recomendação.</p> |
| <p>4.2 Depósitos recursais – controle GEJUR</p> <p>Constatação: Conforme já apurado no item 4.2 do relatório 333/2011, constatamos que há divergências entre o extrato analítico da Caixa Econômica Federal (CEF) e a planilha analítica de saldo do SECOP.</p> | <p>Atendimento: A UO está adotando as providências necessárias para atendimento da recomendação.</p> |
| <p>4.3 Depósitos recursais – razão contábil SECOP</p> <p>Constatação: Conforme constatado no item 4.3 do relatório 333/2011, verificamos divergências entre o registro contábil e o extrato dos depósitos recursais junto à CEF.</p> | <p>Atendimento: A UO está adotando as providências necessárias para atendimento da recomendação.</p> |
| <p>4.4 Decisão judicial – processos administrativos</p> <p>Constatação: Verificamos que, para as reclamatórias relacionadas no Quadro 8, não foram abertos processos administrativos para o cumprimento da decisão judicial aos reclamantes.</p> | <p>Atendimento: total</p> |

| | |
|--|---|
| <p>4.5 Desvio de função – SEOPE e SETRA</p> <p>Constatação: Verificou-se que a maior incidência de reclamações trabalhistas na empresa tem ocorrido no SEOPE e no SETRA, sendo o principal objeto Desvio de Função. Esse fato vem contribuindo para o passivo trabalhista, onerando significativamente a TRENSURB.</p> | <p>Atendimento: A UO está adotando as providências necessárias para atendimento da recomendação.</p> |
| <p>4.6 Gestão do passivo trabalhista</p> <p>Constatação: A política existente para gestão do passivo trabalhista fica adstrita a informações geradas pela GEJUR repassadas à presidência, restringindo a atuação da gestão de forma tempestiva na redução dos fatos geradores do passivo junto às UO's.</p> | <p>Atendimento: A UO está adotando as providências necessárias para atendimento da recomendação.</p> |
| <p>4.7 Informações passivo trabalhista - sistema Notes</p> <p>Constatação: Foi constatado que há processos que não possuem cadastro junto ao sistema Notes.</p> | <p>Atendimento: total</p> |
| <p>4.8 Prepostos – seleção e orientações</p> <p>Constatação: Através da verificação das atas de audiências de instrução, constatou-se que o depoimento dos prepostos da empresa, por vezes, vem prejudicando juridicamente a defesa junto à Justiça do Trabalho. Como exemplo, citamos o processo 0000439-82.2013.5.04.0013 em que o preposto declara “eu não vejo, hoje, nenhuma diferença entre o ASO1 e ASO2” e o processo 0001194-39.2013.5.04.0003 em que o preposto declara “que não há diferença nas atividades do ASO I e II”.</p> | <p>Atendimento: A UO está adotando as providências necessárias para atendimento da recomendação.</p> |
| <p>4.9 Prepostos – capacitação</p> <p>Constatação:</p> <p>Verificamos que os funcionários que atuam como prepostos na Justiça do Trabalho não possuem curso de capacitação específico que vise qualificar a representação da empresa nas audiências. Esse fato pode comprometer a defesa da TRENSURB, aumentando o passivo trabalhista da empresa.</p> | <p>Atendimento: A UO está adotando as providências necessárias para atendimento da recomendação.</p> |
| <p>Relatório 359/2014 – Gestão da Operação</p> | |
| <p>4.1 Efetivo do Setor de Tráfego (SETRA) e jornada extraordinária</p> <p>Constatação (1): Constatamos uma defasagem em torno de 25 operadores de trem com relação ao quantitativo ideal para cumprir com os padrões de segurança, regularidade e conforto aos usuários e dentro dos limites de custos operacionais, conforme determinado pelo regimento interno da TRENSURB.</p> | <p>Atendimento: A UO está adotando as providências necessárias para atendimento da recomendação.</p> |
| <p>4.1 Efetivo do Setor de Tráfego (SETRA) e jornada extraordinária</p> <p>Constatação (2): Analisando a quantidade de horas extras convocadas realizadas pelo SETRA e seus respectivos valores, nos últimos três anos (janeiro a agosto), identificamos uma grande elevação, situação que gera um alto custo para a TRENSURB, devido o valor da hora extraordinária ser maior que a hora definida no contrato de trabalho.</p> | <p>Atendimento: A UO está adotando as providências necessárias para atendimento da recomendação.</p> |
| <p>4.2 Condução dos trens com equipes trabalhando na via durante operação comercial</p> <p>Constatação (1): Acompanhando as atividades do Setor de Via Permanente (SEVIP) e do Setor de Energia (SENERG), na ronda diária realizada na via corrida durante a operação comercial, verificamos que aproximadamente 40% dos pilotos não emitem sinal sonoro (buzina) e nem reduzem a velocidade no trecho onde se encontra a equipe de terra trabalhando, fato confirmado como rotineiro pelos empregados dos dois setores.</p> | <p>Atendimento: A UO está adotando as providências necessárias para atendimento da recomendação.</p> |

| | |
|---|---|
| <p>4.2 Condução dos trens com equipes trabalhando na via durante operação comercial</p> <p>Constatação (2): A referida instrução técnica não foi encontrada, ou seja, não constatamos registro desse procedimento na empresa. O que existe é uma expectativa de comportamento que foi se consolidando ao longo do tempo, consoante às ações previstas na NPG-OPE-122 a qual define os procedimentos de “Marcha à Vista”.</p> | <p>Atendimento: A UO está adotando as providências necessárias para atendimento da recomendação.</p> |
| <p>4.3 Passagens subterrâneas das Estações Rodoviárias e Mercado</p> <p>Constatação: O GGD necessita de 20 a 30 segundos para assumir o fornecimento de energia a estação. Dessa maneira, torna-se indispensável iluminação artificial nos tuneis durante este período para os usuários transitarem com segurança, evitando risco de sofrerem acidentes ou até mesmo furtos, visto que muitos usuários são crianças ou idosos.</p> | <p>Atendimento: A UO está adotando as providências necessárias para atendimento da recomendação.</p> |
| <p>4.4 Escadas rolantes e elevadores das estações</p> <p>Constatação (1): Em inspeção nas Estações São Leopoldo e Unisinos, constatamos que as escadas rolantes estão inoperantes há vários meses, situação que prejudica o deslocamento dos usuários com dificuldades de locomoção, além de afetar a imagem da TRENSURB perante a sociedade.</p> | <p>Atendimento: A UO está adotando as providências necessárias para atendimento da recomendação.</p> |
| <p>4.4 Escadas rolantes e elevadores das estações</p> <p>Constatação (2): Verificamos que 10 estações das 22 existentes na linha do trem não possuem elevadores (45%), situação que prejudica o deslocamento de idosos, crianças e pessoas com limitações.</p> | <p>Atendimento: total</p> |
| <p>4.5 Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio - PPCI</p> <p>Constatação: Examinando o processo 1670/2013, verificamos que, de todas as instalações da empresa (estações, prédios, oficinas, subestações), apenas duas possuem o PPCI de um total de quarenta e cinco, ou seja, apenas 5% está de acordo com a legislação – são elas Estação Santo Afonso e Estação Rio dos Sinos.</p> | <p>Atendimento: A UO está adotando as providências necessárias para atendimento da recomendação.</p> |
| <p>Relatório 360/2014 – Licitações e Compras</p> <p>4.1 Formalidades dos processos – ausência de justificativas dos valores de referência</p> <p>Constatação: No processo de pregão presencial (0818/2014) realizado para permissão de uso remunerado de locais para instalação de publicidade, não consta documentado as justificativas que fundamentem os valores utilizados no termo de referência (fl. 174).</p> | <p>Atendimento: total</p> |
| <p>4.2 Falhas de publicação - prazo</p> <p>Constatação: O processo de inexigibilidade 1365/2014, que trata sobre aquisição de livros, apresenta a publicação no Diário Oficial da União quatorze dias após a homologação pela autoridade competente, contrariando o caput do artigo 26 da Lei 8.666/93 que estabelece um prazo de cinco dias.</p> | <p>Atendimento: total</p> |
| <p>4.3 Enquadramento por modalidade de licitação</p> <p>Constatação: O processo 0360/2014 tem como finalidade a contratação de empresa para produção de eventos na modalidade Pregão Eletrônico do tipo menor preço. Constatamos que o adequado seria incluir o procedimento do Sistema de Registro de Preços, visto que o Anexo 01 do Edital registra claramente, no seu objeto, “Contratação de empresa especializada para Prestação de Serviços Eventuais”... para eventos quando necessário para a TRENSURB”.</p> | <p>Atendimento: total.</p> |

| | |
|--|---|
| <p>4.4 Parecer Jurídico</p> <p>Constatação: Apresentação posterior do parecer jurídico acerca da minuta do edital 001/2014 (Concorrência – Sistema de Gestão de RH – processo 3211/2013), em contrariedade ao parágrafo único do art. 38 da lei 8.666/93.</p> | <p>Atendimento: total</p> |
| <p>Relatório 361/2014 – Indicadores</p> | |
| <p>4.1 Indicador “Índice de Satisfação Geral dos Usuários”</p> <p>Constatação: No relatório 342/2012, item 4.1, havia sido constatado que o indicador “Índice de Satisfação Geral dos Usuários” não estava atualizado no antigo Sistema de Gestão Estratégica (SGE), fato este regularizado pelo SEPLA ainda em dez./2012. Já em dez./2014, verificando o rol de indicadores disponibilizado pelo SEPLA, o referido indicador consta vinculado à DIROP. Entretanto, consultando os indicadores da DIROP junto ao sistema BI, verificamos que o mesmo não aparece para a UO indicada.</p> | <p>Atendimento: total</p> |
| <p>4.2 Indicadores, medidas e pesquisas de satisfação</p> <p>Constatação: No decorrer dos trabalhos de auditoria, observou-se que a TRENSURB continua utilizando a nomenclatura “indicador” para toda a informação gerada, não diferenciando a forma como o valor é obtido, produzido, apresentado ou ainda o que ele representa. Como exemplos, podemos citar as medidas de “Qt Horas-Extras” e “Qt Periculosidade” e os “Itens de Verificação” que são tratados como indicadores, divergindo do conceito acadêmico. Cumpre ressaltar que, de acordo com este critério adotado pela empresa, hoje há aproximadamente 308 indicadores.</p> | <p>Atendimento: total</p> |
| <p>4.3 Unidades organizacionais sem indicadores do subtipo “gestão”</p> <p>Constatação: Conforme constatado no item 4.5 (1) do relatório 342/2012, verificamos que algumas UO’s não apresentam indicadores do subtipo gestão, constando apenas informações vinculadas aos demais subtipos. Como exemplos, citamos o Setor de Pagamentos e Receitas (SEPAR) e o Setor de Pessoal (SEPES). No caso específico do SEPAR, são apresentados os medidores de Qt Horas-Extras, Qt Periculosidade, Contrato Transporte de Valores e Consumo de Bilhetes, não constando nenhum indicador de gestão para a área.</p> | <p>Atendimento: A UO está adotando as providências necessárias para atendimento da recomendação.</p> |
| <p>4.3 Unidades organizacionais sem indicadores do subtipo “gestão”</p> <p>Constatação 2: Consultando o Sistema BI em dez./2014, constatamos que os indicadores citados - Receita por Passageiro e Custo por Passageiro - continuam na mesma situação do relatório anterior, sendo do tipo “setorial” e subtipo “gestão”, ou seja, as providências de enquadramentos informadas pela UO não foram tomadas.</p> | <p>Atendimento: total</p> |

D) EVENTUAIS REDESENHO

Não foram realizados redesenho no último período na unidade de auditoria interna.

E) OPINIÃO DO AUDITOR INTERNO SOBRE A QUALIDADE DOS CONTROLES INTERNOS RELACIONADOS À APURAÇÃO DOS INDICADORES UTILIZADOS PARA MONITORAR E AVALIAR A GOVERNANÇA E O DESEMPENHO OPERACIONAL DA UJ

O Business Intelligence (BI) é a ferramenta de controle dos indicadores implantado em 2014 na TREN SURB.

Os gestores das UO's realizam o monitoramento dos indicadores através desta ferramenta, tecnologia que permite aos usuários analisar bases de dados para acessar informações estratégicas, ajudando o gestor na tomada de decisões.

Pela utilização do BI, se obtém uma análise das informações distribuídas através de estruturas multidimensionais e relatórios estáticos, comparações de períodos históricos, além de permitir a inclusão de valores e a análise dos indicadores de gestão da empresa.

Os controles internos da TREN SURB são trabalhados em três aspectos: preventivos, detectivos e corretivos. Na opinião da auditoria interna, quanto à qualidade dos controles internos relacionados à apuração dos indicadores utilizados para monitorar e avaliar a governança e o desempenho operacional considerando estes três aspectos, são satisfatórios.

Para efeito de informação, com a finalidade de aprimorar os controles internos preventivos no sentido aumentar a consciência dos gestores sobre a responsabilidade de cada um na sua execução, estaremos reforçando este trabalho nas auditorias do próximo ano.

2.3 SISTEMA DE CORREIÇÃO

A TRENSURB adota medidas para estar em consonância com os preceitos contidos nos 4º e 5º da Portaria 1043, de 24 de Junho de 2007, da Controladoria Geral da União – CGU. Para tanto, vem sempre atualizando informações referentes aos processos disciplinares instaurados, junto ao Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD).

No ano de 2014 foram registrados 07 (sete) processos junto ao sistema da CGU-PAD. Esses processos encontram-se disponíveis no Sistema e-contas, na parte das informações complementares, conforme Anexo III da Decisão Normativa TCU 140/2014.

2.4 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

Quadro A.2.4 - Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

| ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS | VALORES | | | | |
|---|---------|---|---|---|---|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Ambiente de Controle | | | | | |
| 1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento. | | | | | X |
| 2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade. | | | | X | |
| 3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente. | | | | X | |
| 4. Existe código formalizado de ética ou de conduta. | | | | | X |
| 5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais. | | | | | X |
| 6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta. | | | | | X |
| 7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades. | | | | | X |
| 8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ. | | | | | X |
| 9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ. | | | | X | |
| Avaliação de Risco | | | | | |
| 10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados. | | | | | X |
| 11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade. | | | | X | |
| 12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los. | | | | X | |
| 13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão. | | | | | X |
| 14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo. | | | | X | |
| 15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão. | | | | X | |
| 16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade. | | | | | X |
| 17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos. | | | | | X |
| 18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade. | | | | | X |

| Procedimentos de Controle | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
|--|----------|----------|----------|----------|----------|
| 19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas. | | | | X | |
| 20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo. | | | | X | |
| 21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação. | | | X | | |
| 22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle. | | | | | X |
| Informação e Comunicação | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas. | | | | | X |
| 24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas. | | | | | X |
| 25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível. | | | | | X |
| 26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz. | | | | X | |
| 27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura. | | | | X | |
| Monitoramento | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo. | | | | X | |
| 29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas. | | | | X | |
| 30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho. | | | | X | |
| Análise crítica e comentários relevantes: | | | | | |
| A análise crítica encontra-se na forma de texto, no item abaixo do Quadro. | | | | | |
| Escala de valores da Avaliação: | | | | | |
| (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ. | | | | | |
| (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria . | | | | | |
| (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. | | | | | |
| (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria . | | | | | |
| (5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ. | | | | | |

Análise Crítica

Para a TRENSURB o Planejamento Estratégico é um instrumento macro de direcionamento dos objetivos corporativos da TRENSURB e é a partir da instituição deste instrumento que se programam os controles internos e o monitoramento é realizado.

Em dezembro de 2013 foi aprovado o novo Planejamento Estratégico para o horizonte de 2015 assumindo como posicionamento estratégico a busca do alinhamento da Empresa aos objetivos do Governo (acionista) e, perante o setor metroferroviário, se posicionar entre as melhores empresas do país em termos de qualidade dos serviços e eficiência econômica, sem, entretanto, abdicar do seu papel institucional.

Durante este processo de revisão do Planejamento Estratégico, diversos controles foram implementados para consecução dos objetivos traçados, entre os quais destacamos: o sistema de gestão baseado em indicadores de desempenho, a avaliação de desempenho através do Índice de Qualidade e Desempenho (IQD), cujo objetivo principal é apoiar o processo de implantação do

modelo de gestão e; instrumentalizar, acompanhar e avaliar as ações que visam o atingimento dos objetivos estratégicos. Destacam-se também a Programa de Normatização de Processos (PNP), a gestão de projetos através da adesão ao mesmo software do Ministério das Cidades, denominado GEPnet.

A empresa trata das questões éticas observando o “Código de Ética profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal” o qual foi publicado pelo Decreto nº 1.171/94. Tal Decreto traz no seu corpo um microsistema próprio, estabelecendo deveres, regras e violações, que por sua vez, o Código de Ética da TRENSURB, encontra-se normatizado em norma de procedimento geral NPG-PES-801, que tem como objetivo reunir um conjunto de diretrizes que orientem os padrões de conduta éticos, adequados aos exercícios das atividades profissionais e sociais. A Comissão de Ética tem regimento interno descrito na NPG-PES-802. Por este regimento a respectiva comissão que está em fase de constituição, caracterizar-se-á, como o canal de recebimento dos relatos de descumprimento ao código de ética, o tratamento será em caráter sigiloso irá aconselhar os empregados sobre questões éticas na relação das pessoas com o patrimônio público.

As demais questões relativas aos empregados públicos da TRENSURB estão tratadas na norma de procedimento Geral NPG-PES-701, a qual se aplica a todos os empregados, contratados, funções de confiança e cargos em comissão da administração e tem por finalidade estabelecer os deveres e as obrigações, disciplinar os procedimentos de apuração de irregularidades e definir as penalidades cabíveis no caso da prática de infração disciplinar.

A organização do trabalho é definida através do Plano de Classificação de Empregos, Funções e Salários (PCEFS), que determina as atribuições e responsabilidade de cada cargo, organizando assim a execução de todas as atividades necessárias para o pleno funcionamento da empresa. Além disso, o Plano de Cargos tem o objetivo de fornecer à organização uma estrutura de políticas e procedimentos para o desenvolvimento e progressão salarial dos empregados.

Em 2002, foi criado o plano de cargos denominado SIRD – Sistema de Remuneração e Desenvolvimento. Este plano teve vigência de 12 anos, tendo sido revisado em 2009 e sendo substituído em abril de 2014 pelo PCEFS – Plano de Classificação de Empregos, Funções e Salários. O PCEFS atende aos mesmos objetivos do SIRD, bem como às necessidades de adequações na estrutura dos empregos e funções que abrange, além de propor uma nova metodologia para valorização da maturidade e desempenho profissional de seus empregados.

Além da estrutura tradicional das unidades e da estrutura de cargos ocupados pelos empregados, outra forma de organização do trabalho é a criação de comissões e grupos de trabalho. São formalmente instituídos pela Diretoria Executiva para atuarem temporariamente em atividades específicas e são compostas por empregados de vários setores que possuem alguma interface com o tema e que possam estimular o trabalho em equipe.

Atualmente, a fim de atender às alterações realizadas na estrutura formal está sendo desenvolvido o Projeto de Reestruturação Funcional e Organizacional de toda a TRENSURB. O principal foco deste projeto está na reorganização da forma como as atividades são realizadas, observando a modernização funcional, tecnológica e de gestão da empresa, e em consequência, no melhor aproveitamento da força de trabalho.

Também relacionado à organização do trabalho, destacamos que por meio do Regimento Interno, fixou sob a forma de sistemas os chamados manuais de processos que estabelecem e disciplinam a execução de atividades, procedimentos e práticas de serviço para as seguintes atividades: Organização, Pessoal, Patrimônio, Contábil, Finanças, Operação, Manutenção, Suprimento, Assuntos Comerciais, Jurídico, Projetos, Tecnologia da Informação e Serviços Gerais. Os manuais de processos são constituídos por um conjunto de Normas de Procedimentos Gerais (NPG) que dispõem sobre a normalização de atividades do processo. Portanto os padrões de trabalho estão descritos em NPG's (Normas de Procedimentos Gerais) sendo sua publicação por meio de Resolução da Diretoria Executiva (RED) e sua divulgação ocorre através do portal Notes no aplicativo Normas Internas.

Ambiente de controle e avaliação de risco

A análise de ambiente externo é realizada utilizando o método SWOT e considerando as dimensões política, socioeconômica e tecnológica.

Conforme norma de procedimento geral classificada como NPG-PLA-101 que tem por finalidade estabelecer um conjunto de princípios orientadores para os processos de implantação e/ou revisão do Planejamento Estratégico, esse processo ocorre em um ciclo de quatro anos, e especificamente quanto à análise de ambiente externo envolve:

- Mercados abrangidos pela empresa, características atuais e tendências futuras, oportunidades e perspectivas;
- Concorrência ou competição, isto é, empresas que atuam no mercado, disputando os mesmos usuários, consumidores ou recursos;
- A conjuntura econômica, tendências políticas, sociais, culturais, legais etc., que afetam a sociedade e todas as demais empresas.

O método de análise de ambiente externo, assim como o ambiente interno, consiste na aplicação dos instrumentos de avaliação onde todos os aspectos de cada dimensão deverão ser respondidos considerando a probabilidade de ocorrência da tendência, como alta, média ou baixa; o impacto na Empresa, que poderá ser forte ou fraco e a identificação de ameaça e/ou oportunidade.

O resultado da última análise está classificado em matriz como segue:

Figura II -**Matriz da Análise Ambiental**

| | POSITIVO | NEGATIVO |
|----------|---|--|
| INTERNOS | <p>Criação de um sistema de avaliação institucional de seu desempenho baseado em indicadores.</p> <p>O planejamento estratégico da organização é convergente com as diretrizes do governo.</p> <p>Aumento da Tarifa. (Dimensão Orientação para Resultados)</p> <p>Integração com as principais tecnologias de bilhetagem. (SIM, TRI e TEU).</p> <p>Expansão até NH e Implantação e desenvolvimento da tecnologia aeromóvel.</p> | <p>A lotação dos Trens pode comprometer a imagem da empresa perante os usuários.</p> <p>É preciso melhorias na qualidade das estruturas (estações, layout interno dos trens, etc.)</p> <p>A empresa não possui consciência de custos implantada em todos os setores.</p> <p>Aumento da tarifa. (Dimensão Socioambiental)</p> <p>A Gestão do Conhecimento não permite a transição das gerações profissionais.</p> |
| EXTERNOS | <p>Foco na eficiência: Redução de custos, melhora no controle dos gastos públicos, racionalização dos processos e melhoria serviços prestados à sociedade.</p> <p>Alternativas inovadoras de gestão e relacionamento com o mercado.</p> <p>A Copa do Mundo como fator de melhorias em infraestrutura e transportes.</p> | <p>Aumento na expectativa de vida dos brasileiros.</p> <p>Manutenção do Modelo de Transporte que privilegia a mobilidade individual.</p> <p>Crescimento do transporte individual.</p> <p>Constituição de empresas operadoras de transportes pelas grandes empresas do setor de construção.</p> |

Fonte: GEPLA (Gerência de Planejamento Corporativo)

Procedimentos de Controle

Quanto aos *procedimentos de controle* afirmamos que as atividades de controle da Empresa estão adequadas, como já citado anteriormente, a prevenção e detecção de riscos, sendo que neste caso utilizamos do instrumento da análise SWOT; do plano de longo prazo, que evidenciamos o Planejamento Estratégico e que o recurso orçamentário destinado está adequado à previsão orçamentária necessária e; que estes controles são abrangentes e estão relacionados as diretrizes estratégicas que definem este posicionamento rumo a 2015 os quais são:

- EFICIÊNCIA OPERACIONAL: Excelência no serviço aos usuários;
- EFICIÊNCIA ECONÔMICA: Uso eficiente dos recursos e redução progressiva da necessidade de subvenção federal;
- DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA: Investimento em projetos de infraestrutura e inovação tecnológica do setor metroferroviário;
- COMPROMISSO INSTITUCIONAL: No desenvolvimento do transporte público e na responsabilidade socioambiental.

Informação e comunicação

Quanto ao elemento de estrutura *informação e comunicação* podemos informar que as principais decisões são tomadas em reuniões da Diretoria Executiva, que ocorrem semanalmente, cabendo ao Conselho de Administração a validação e homologação das decisões estratégicas.

As decisões são comunicadas pelo Gabinete da Presidência que utiliza de instrumentos formais de comunicação. Cabe as gerências e chefias a implementação das decisões tomadas.

Os Fóruns de Gestores tem como objetivo apresentar resultados, ações, projetos e especialmente as principais decisões de gestão. Sua finalidade precípua é a apresentação da evolução das estratégias adotadas pela alta administração da Empresa.

Entre os principais meios de comunicação internos, podemos citar o Informativo TRENSURB, distribuído quinzenalmente a todos empregados, Intranet e Comunicações Internas através de instrumentos formais da empresa.

Os meios de comunicação disponibilizados pela Empresa tem a função de identificar as necessidades para a melhoria continua dos serviços prestados, estão descritos no capítulo 10 deste relatório.

Monitoramento

Cabe destacar que quanto ao *monitoramento* ratifica-se que o sistema de controle utilizado pela TRENSURB em todos os níveis necessários é adequado e constantemente monitorado, através da constituição do CQD (Comitê de Qualidade e Desempenho) que tem como atribuições acompanhar o processo de implantação do Sistema de Gestão Baseado em Indicadores de Desempenho e definição do IQD (Índice de Qualidade e Desempenho) visando garantir a melhoria continua e o atendimento das metas.

O índice de qualidade e desempenho é obtido analisando quatro atributos: implantação do sistema de indicadores, modo de gestão do sistema de indicadores, planos de melhorias e resultados conforme detalhado na sequência.

1 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INDICADORES

- 1.1 Os indicadores definidos para a UO foram implantados
- 1.2 Os indicadores implantados estão desdobrados adequadamente para acompanhamento, controle e análise efetiva.
- 1.3 A apresentação dos indicadores é realizada no padrão solicitado pela empresa.

2 MODO DE GESTÃO DO SISTEMA DE INDICADORES

- 2.1 Os indicadores e planos de ação são mantidos atualizados pela UO no sistema e padrão solicitado pela empresa
- 2.2 A chefia promove reuniões sistemáticas com os empregados a fim de compartilhar as informações
- 2.3 A chefia promove e incentiva trabalho em equipe
- 2.4 O sistema de gestão é implementado pela estrutura de gestão formal
- 2.5 Toda documentação necessária (atas de reuniões, planos de ações, análise e solução dos problemas, mudanças de melhoria) é gerada e arquivada adequadamente

3 PLANOS DE MELHORIAS

- 3.1 Os planos de ação são implementados por uma sistemática regular continuada.
- 3.2 A comparação entre metas e indicadores é repassada aos empregados.

4 RESULTADOS

- 4.1 Os resultados pretendidos pelos planos de ação propostos estão orientados às metas estabelecidas para cada indicador.

Por este método buscamos refinar o monitoramento dos controles internos sob uma ótica dos critérios de excelência dos Prêmios de Qualidade como PGQP, ANTP e GesPública, os quais a TRENSURB é adesa.

As informações dos principais resultados estão contempladas nos itens 5.3 e 5.4 deste relatório.

2.5 REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES

2.5.1 Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal

1) Base normativa da remuneração

Inciso IV do art.6º do Anexo I, do Decreto 7675, de 20 de Janeiro de 2012, REC 0003/2014 de 24 de fevereiro de 2014, Ofício nº 227/2014/SE/MCIDADES, de 31 de março de 2014, Ofício nº 615/DEST-MP de 17 de abril de 2014.

2) Prática de remuneração

Delega ao Conselho de Administração competência para efetuar a distribuição individual dos valores destinados ao pagamento da remuneração dos membros da Diretoria Executiva, observado o montante global e deduzida a parte destinada ao Conselho de Administração, condicionada esta delegação de competência à observância dos valores individuais constantes no quadro 2.5.3.

Fixa os honorários mensais dos membros do Conselho de Administração e dos titulares do Conselho Fiscal em um décimo da remuneração média mensal dos membros da diretoria, excluídos os valores relativos a: cedência, adicional e abono pecuniário de férias, auxílio alimentação e plano de saúde.

3) Composição da remuneração

A) A descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

Honorários, gratificação natalina, adicional de férias, auxílio alimentação e plano de saúde.

B) A proporção de cada elemento na remuneração total:

Vide Quadros 2.5.2 e 2.5.3

C) A metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

Atualmente, o reajuste é feito através do IPCA acumulado de Abril a Março do ano seguinte. Depois de reajustados e aprovados pela DIREX, todos os valores são encaminhados para aprovação do DEST.

D) As razões que justificam a composição da remuneração:

As funções da diretoria executiva têm incumbências e responsabilidades relativas a todos os papéis necessários à administração propriamente dita, bem como conduzir os negócios vislumbrando o futuro, seja no âmbito externo e interno, em nível diretivo ou executivo, através das gerências que lhe são afetadas organizacionalmente.

Os itens de 4 a 10 não se aplicam à TRENSURB.

2.5.2 Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos

Quadro A.2.5.2 – Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

| Valores em R\$ 1,00 | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|----------------------|------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|-------------------|
| CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – CONSAD | | | | | | | | | | | | | | | |
| Nome do Conselheiro (T)=Titular (S)=Suplente | Período do Exercício | | Remuneração | | | | | | | | | | | | |
| | Início | Fim | jan | fev | mar | abr | mai | jun | jul | ago | set | out | Nov | dez | Total |
| Cavalheiro, A. J. S. (T) | 01/01/2014 | 31/12/2014 | 2.128,04 | 2.128,04 | 2.128,04 | 2.128,04 | 2.128,04 | 3.046,67 | 2.434,25 | 2.434,25 | 2.434,25 | 2.434,25 | 2.434,25 | 2.434,25 | 28.292,37 |
| Fernandes, C. A. V. (T) | 01/01/2014 | 31/12/2014 | 2.128,04 | 2.128,04 | 2.128,04 | 2.128,04 | 2.128,04 | 3.046,67 | 2.434,25 | 2.434,25 | 2.434,25 | 2.434,25 | 2.434,25 | 2.434,25 | 28.292,37 |
| Nascimento, C. (T) | 01/01/2014 | 31/12/2014 | 2.128,04 | 2.128,04 | 2.128,04 | 2.128,04 | 2.128,04 | 3.046,67 | 2.434,25 | 2.434,25 | 2.434,25 | 2.434,25 | 2.434,25 | 2.434,25 | 28.292,37 |
| Konzen, F. (T) | 01/01/2014 | 31/12/2014 | 2.128,04 | 2.128,04 | 2.128,04 | 2.128,04 | 2.128,04 | 3.046,67 | 2.434,25 | 2.434,25 | 2.434,25 | 2.434,25 | 2.434,25 | 2.434,25 | 28.292,37 |
| Kasper, H. (T) | 01/01/2014 | 31/12/2014 | 0,00 | 2.128,04 | 2.128,04 | 2.128,04 | 2.128,04 | 3.046,67 | 2.434,25 | 2.434,25 | 2.434,25 | 2.434,25 | 2.434,25 | 2.434,25 | 26.164,33 |
| Gomes, M. O (T) | 01/01/2014 | 31/12/2014 | 2.128,04 | 2.128,04 | 2.128,04 | 2.128,04 | 2.128,04 | 3.046,67 | 2.434,25 | 2.434,25 | 2.434,25 | 2.434,25 | 2.434,25 | 2.434,25 | 28.292,37 |
| Total Geral | | | 10.640,20 | 12.768,24 | 12.768,24 | 12.768,24 | 12.768,24 | 18.280,02 | 14.605,50 | 14.605,50 | 14.605,50 | 14.605,50 | 14.605,50 | 14.605,50 | 167.626,18 |

| CONSELHO FISCAL – CONFIS | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|----------------------|------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|------------------|
| Nome do Conselheiro (T)=Titular (S)=Suplente | Período do Exercício | | Remuneração | | | | | | | | | | | | |
| | Início | Fim | jan | fev | mar | abr | mai | jun | jul | ago | set | out | nov | dez | Total |
| Nascimento, F. F. S. K. (T) | 25/04/2014 | 31/12/2014 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.128,04 | 2.740,46 | 2.434,25 | 2.434,25 | 2.434,25 | 2.434,25 | 2.434,25 | 2.434,25 | 19.474,00 |
| Filho, J. A. C. (T) | 01/01/2014 | 31/12/2014 | 2.128,04 | 2.128,04 | 2.128,04 | 2.128,04 | 2.128,04 | 3.046,67 | 2.434,25 | 2.434,25 | 2.434,25 | 2.434,25 | 2.434,25 | 2.434,25 | 28.292,37 |
| Cavalcante, L. H. F. S. (T) | 01/01/2014 | 25/04/2014 | 2.128,04 | 2.128,04 | 2.128,04 | 2.128,04 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8.512,16 |
| Casartelli, M. O. (T) | 25/04/2014 | 31/12/2014 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.128,04 | 2.740,46 | 2.434,25 | 2.434,25 | 2.434,25 | 2.434,25 | 2.434,25 | 2.434,25 | 19.474,00 |
| Bitencourt, O. L. L. (S) | 01/01/2014 | 25/04/2014 | 0,00 | 2.128,04 | 2.128,04 | 2.128,04 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.384,12 |
| Total Geral | | | 4.256,08 | 6.384,12 | 6.384,12 | 6.384,12 | 6.384,12 | 8.527,59 | 7.302,75 | 7.302,75 | 7.302,75 | 7.302,75 | 7.302,75 | 7.302,75 | 82.136,65 |

Fonte: SIGAMWEB – Sistema de Gestão de Recursos Humanos

2.5.3 Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos

Quadro A.2.5.3 – Síntese da Remuneração dos Administradores

| Identificação do Órgão | | | |
|---|------------|------------|------------|
| Órgão: DIRETORIA | | | |
| Remuneração dos Membros | EXERCÍCIO | | |
| | 2014 | 2013 | 2012 |
| Número de membros: | 3 | 3 | 3 |
| I – Remuneração Fixa (a+b+c+d) | 890.023,94 | 858.770,53 | 779.711,46 |
| <i>a) salário ou pró-labore</i> | 863.597,84 | 837.080,33 | 756.560,70 |
| <i>b) benefícios diretos e indiretos</i> | 26.426,10 | 21.690,20 | 23.150,76 |
| <i>c) remuneração por participação em comitês</i> | | | |
| <i>d) outros</i> | | | |
| II – Remuneração variável (e+f+g+h+i) | | | |
| <i>e) bônus</i> | | | |
| <i>f) participação nos resultados</i> | | | |
| <i>g) remuneração por participação em reuniões</i> | | | |
| <i>h) comissões</i> | | | |
| <i>i) outros</i> | | | |
| III – Total da Remuneração (I + II) | 890.023,94 | 858.770,53 | 779.711,46 |
| IV – Benefícios pós-emprego | | | |
| V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo | | | |
| VI – Remuneração baseada em ações | | | |

Fonte: SIAFI – Sistema Administração Financeira e Relatório de Gestão anos anteriores.

Quadro A.2.5.3.2 – Síntese da Remuneração dos Administradores

| Identificação do Órgão | | | |
|---|------------|------------|------------|
| Órgão: CONSAD | | | |
| Remuneração dos Membros | EXERCÍCIO | | |
| | 2014 | 2013 | 2012 |
| Número de membros: | 6 | 6 | 6 |
| I – Remuneração Fixa (a+b+c+d) | 167.626,18 | 160.710,52 | 142.453,08 |
| <i>a) salário ou pró-labore</i> | 167.626,18 | 160.710,52 | 142.453,08 |
| <i>b) benefícios diretos e indiretos</i> | | | |
| <i>c) remuneração por participação em comitês</i> | | | |
| <i>d) outros</i> | | | |
| II – Remuneração variável (e+f+g+h+i) | | | |
| <i>e) bônus</i> | | | |
| <i>f) participação nos resultados</i> | | | |
| <i>g) remuneração por participação em reuniões</i> | | | |
| <i>h) comissões</i> | | | |
| <i>i) outros</i> | | | |
| III – Total da Remuneração (I + II) | 167.626,18 | 160.710,52 | 142.453,08 |
| IV – Benefícios pós-emprego | | | |
| V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo | | | |
| VI – Remuneração baseada em ações | | | |

Fonte: SIGAMWEB – Sistema de Gestão de Recursos Humanos e Relatórios de Gestão anos anteriores.

Quadro A.2.5.3.3 – Síntese da Remuneração dos Administradores - CONFIS

| Identificação do Órgão | | | |
|---|-----------|-----------|-----------|
| Órgão: CONFIS | | | |
| Remuneração dos Membros | EXERCÍCIO | | |
| | 2014 | 2013 | 2012 |
| Número de membros: | 4T,1S | 4T, 2S | 5T,1S |
| I – Remuneração Fixa (a+b+c+d) | 82.136,65 | 81.812,85 | 75.915,97 |
| <i>a) salário ou pró-labore</i> | 82.136,65 | 81.812,85 | 75.915,97 |
| <i>b) benefícios diretos e indiretos</i> | | | |
| <i>c) remuneração por participação em comitês</i> | | | |
| <i>d) outros</i> | | | |
| II – Remuneração variável (e+f+g+h+i) | | | |
| <i>e) bônus</i> | | | |
| <i>f) participação nos resultados</i> | | | |
| <i>g) remuneração por participação em reuniões</i> | | | |
| <i>h) comissões</i> | | | |
| <i>i) outros</i> | | | |
| III – Total da Remuneração (I + II) | 82.136,65 | 81.812,85 | 75.915,97 |
| IV – Benefícios pós-emprego | | | |
| V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo | | | |
| VI – Remuneração baseada em ações | | | |

Fonte: SIGAMWEB – Sistema de Gestão de Recursos Humanos e Relatórios de Gestão anos anteriores.

2.5.4 Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores

Não aplicável à natureza jurídica da TRENSURB.

2.5.5 Medidas adotadas internamente para dotar a gerência jurídica de instrumentos eficazes para o controle e acompanhamento dos processos judiciais de que a empresa seja parte interessada

A Gerência Jurídica da TRENSURB desde o ano de 2010 vem sistematicamente se aprimorando para fins de institucionalização dos processos de forma a cumprir com o desiderato corporativo que é a redução do passivo trabalhista e assegurar que os atos administrativos e decisões administrativas detenham forma e conteúdo observando os princípios constitucionais positivados no art. 37, caput da CF/1988, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como o princípio da economia dos recursos públicos, trazidos pelo art. 70 da Constituição Federal de 1988.

A força de trabalho da Gerência Jurídica está constituída com 3 empregados administrativos e 6 advogados, além do Gerente Jurídico. Os recursos humanos estão adequados para o trabalho a ser exercido e executado, nas esferas judiciais e administrativas internas, na observância do art. 38, § único da Lei 8.666/93.

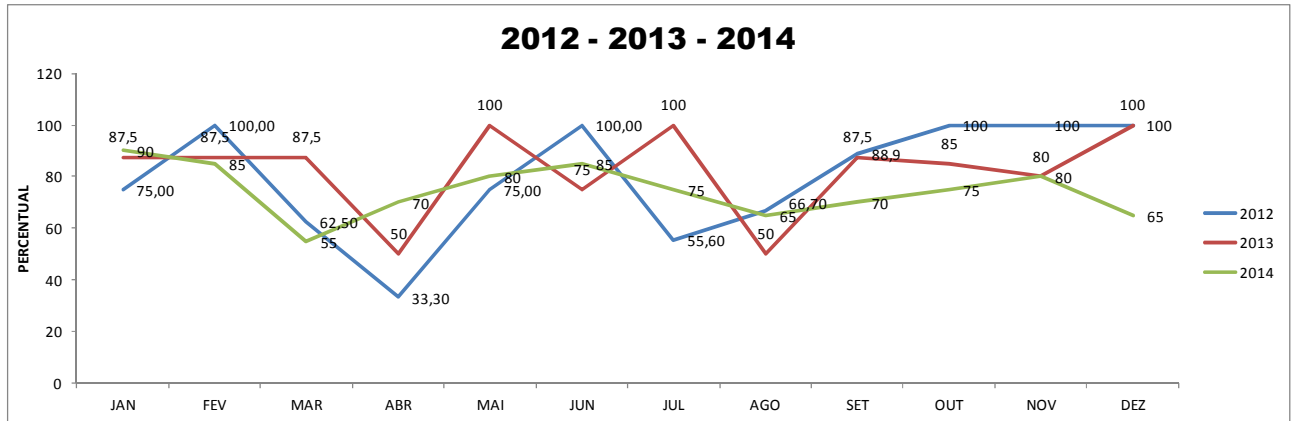
Para fins de atendimento do princípio da eficiência da máquina administrativa a Gerência Jurídica construiu ao longo do ano de 2011, indicadores setoriais/gerenciais, com vistas a aferição dos resultados judiciais e administrativos, sendo os quatro mais importantes, a saber: **a) Êxito Judicial do corpo de advogados internos; b) Êxito Judicial do Contencioso Trabalhista; c) Pagamento de Condenações Judiciais; e d) Índice de Endividamento do Passivo Trabalhista.**

Os indicadores de êxito judicial, tanto do corpo interno como do contencioso trabalhista, é mensurado considerando tão somente as decisões judiciais, nas diversas fases processuais (conhecimento, execução, cautelares, etc), que foram julgadas totalmente improcedentes contra a empresa. A meta a ser perseguida é o índice de 60% de julgados totalmente improcedentes contra a empresa.

O indicador de pagamento de condenações judiciais é a aferição dos pagamentos judiciais, sendo a sua meta a diminuição constante. Por fim, o indicador do endividamento do passivo trabalhista relaciona-se com a divisão do patrimônio líquido da empresa com o provisionamento do passivo circulante, sendo a meta ficar abaixo de 30%.

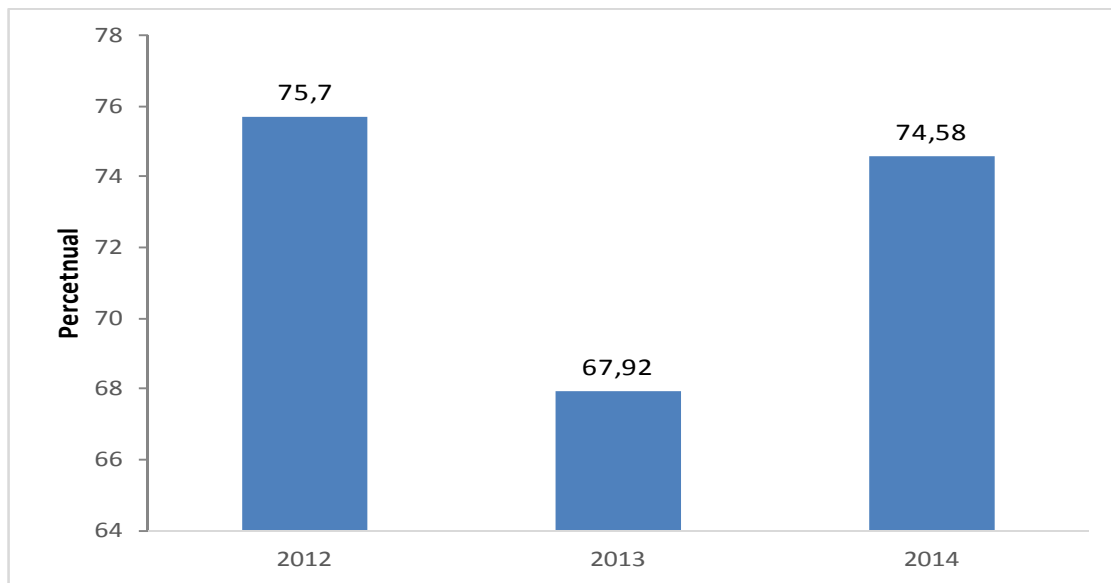
Abaixo estão representados os respectivos indicadores com os resultados acumulados ao longo dos anos de 2012, 2013 e 2014.

Figura III -Gráfico Êxito Judicial do Corpo dos Advogados (mensal)



Fonte: GEJUR (Gerência Jurídica)

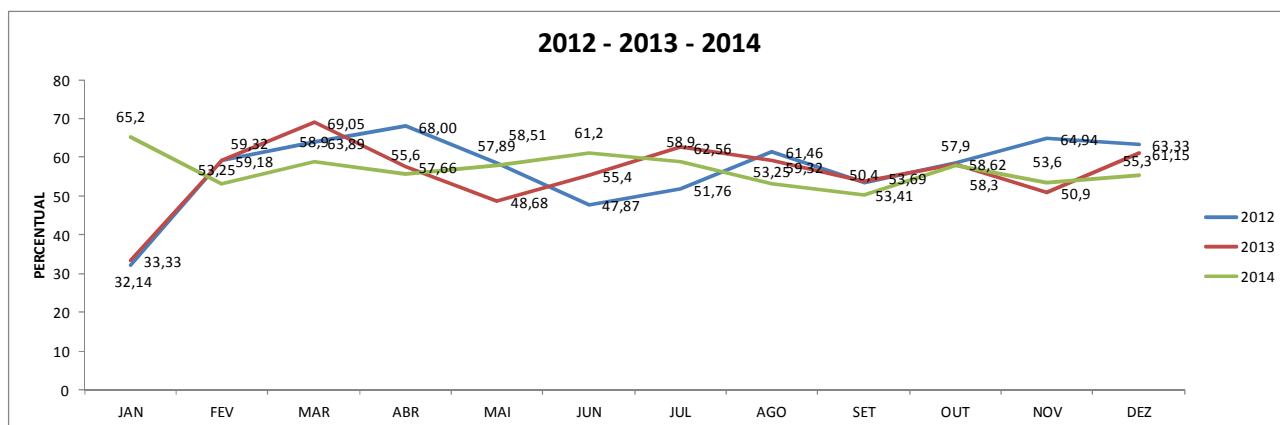
Figura IV -Gráfico Êxito Judicial do Corpo dos Advogados (anual)



Fonte: GEJUR (Gerência Jurídica)

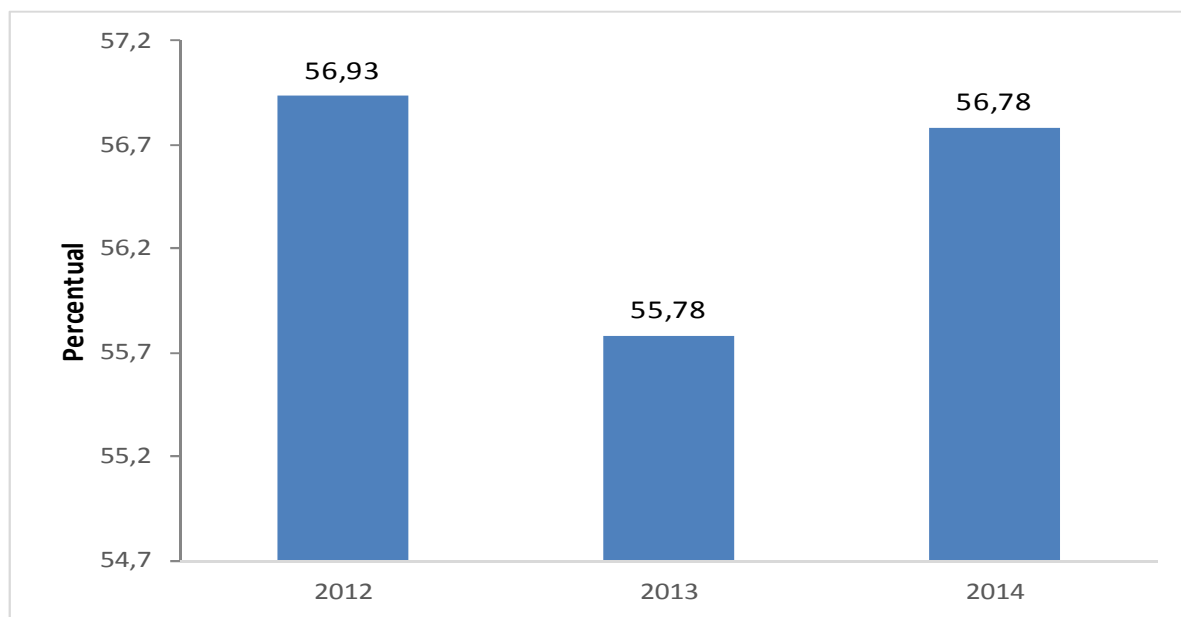
O indicador demonstra o êxito judicial das ações julgadas improcedentes contra a empresa do total de julgados judiciais, em todas as áreas jurídicas, exceto o contencioso trabalhista. Nos anos de 2012, 2013 e 2014 o indicador consolidou-se respectivamente em 75,7%, 67,92% e 74,58. A presente queda do indicador reflete a alteração da jurisprudência, principalmente em ações de responsabilidade civil da empresa em acidentes e furtos de usuários dentro do sistema metroferroviário. Todavia o indicador ainda encontra-se acima da meta perseguida de 60%.

Figura V - Gráfico Êxito Judicial do Escritório Contratado (mensal)



Fonte: GEJUR (Gerência Jurídica)

Figura VI - Gráfico Êxito Judicial Contencioso Trabalhista (anual)



Fonte: GEJUR (Gerência Jurídica)

Nos anos de 2012 e 2013 praticamente o indicador obteve o mesmo índice, de 56,93% e 55,78%, respectivamente, muito próximo da meta estabelecida, o que demonstra que os procedimentos administrativos de recursos humanos estão em consonância com o objetivo estratégico de diminuição do passivo trabalhista. O presente indicador restou desmembrado do êxito geral para não contaminarmos as bases de dados e as decisões gerenciais em relação aos temas jurídicos específicos e distintos.

No ano de 2014 o indicador ficou no percentual de 56,78% principalmente na consolidação do entendimento jurisprudencial da TREN SURB não ser parte legítima para figurar no polo passivo das ações trabalhistas decorrentes da complementação de aposentadoria, nos termos das Leis Federais 8.186/1991 e 10.478/2002.

Ainda a Gerência Jurídica trabalha em sintonia com as unidades organizacionais com o maior índice quantitativo de reclamações trabalhistas de forma preventiva para fins de padronização jurídica e administrativa das rotinas de trabalhos, bem como com o respectivo cumprimento de sentença e alteração fática das condições que levam à formação de passivo contingente e trabalhista.

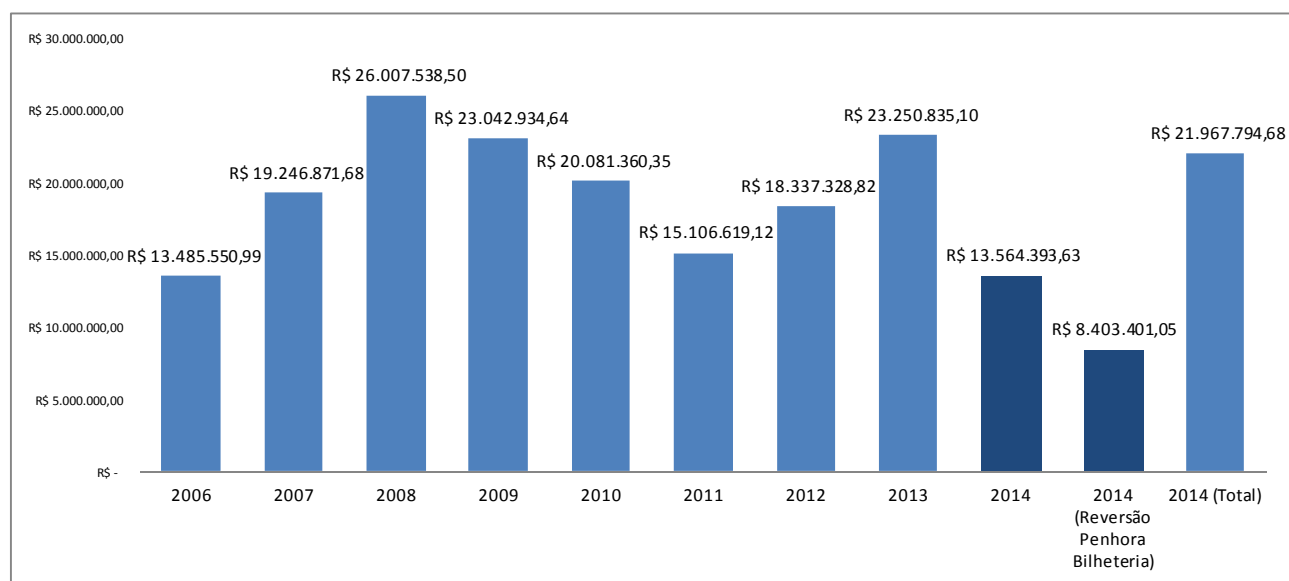
Em relação ao cumprimento de sentença a Gerência Jurídica já abriu, desde o ano de 2010 aproximadamente mais de 295 Processos Administrativos de forma a estancar o passivo trabalhista dos empregados. Ainda ingressamos com Ações Revisionais da Condição de Trabalho dos empregados que percebem adicional de periculosidade, no total de 25 reclamações trabalhistas.

c) Pagamento de Condenações do Passivo Contingente

O presente gráfico traz o histórico de pagamentos do passivo contingente histórico da TREN SURB desde o ano de 2006. Em números absolutos não corrigindo os valores ano a ano, temos uma significativa diminuição dos valores pagos. Em 2014 fizemos a reversão da quase totalidade dos valores penhorados da bilheteria da empresa com a substituição dos recursos próprios, Fonte 250 do orçamento, para os recursos do Tesouro, Fonte 100.

Ainda o montante pago no ano de 2014 em valores absolutos foi menor que o valor pago no ano de 2013.

Figura VII -Gráfico Pagamento do Contencioso (anual)



Fonte: GEJUR (Gerência Jurídica)

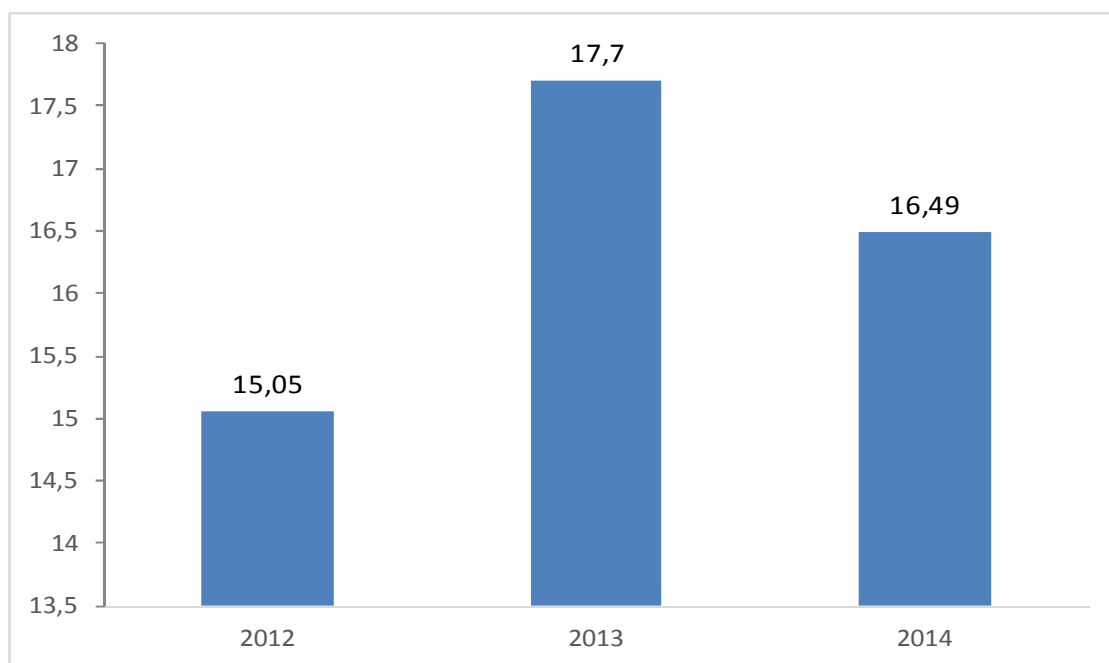
Tabela II - Pagamento total de ações judiciais da série histórica

| Ano | Trabalhista | Cível | Terceirizado | Total |
|------|-------------------|----------------|---------------|-------------------|
| 2011 | R\$ 14.958.685,66 | R\$ 114.845,22 | R\$ 33.088,24 | R\$ 15.106.619,12 |
| 2012 | R\$ 18.297.837,60 | R\$ 25.060,46 | R\$ 14.430,76 | R\$ 18.337.328,82 |
| 2013 | R\$ 22.852.431,98 | R\$ 321.497,79 | R\$ 15.601,95 | R\$ 23.189.531,72 |
| 2014 | R\$ 13.152.834,96 | R\$ 307.647,60 | R\$ 22.393,58 | R\$ 13.482.876,14 |

Fonte: GEJUR (Gerência Jurídica)

A presente tabela reflete o pagamento total de ações judiciais da série histórica de 2011 à 2014 divididos por classe jurídica, referente a ações trabalhistas de empregados próprios, ações de indenizações cíveis e ações de empregados terceirizados em que a empresa restou condenada a responsabilidade subsidiária trabalhista. Percebe-se claramente que mais de 98% dos pagamentos de judiciais refere-se ao contencioso trabalhista de empregados da empresa. Ainda no ano de 2014 dividimos ainda os pagamentos referentes às custas judiciais dos processos o que totalizou o montante de R\$ 81.517,49 (oitenta e um mil, quinhentos e dezessete reais e quarenta e nove centavos).

d) Endividamento do Passivo Contingente

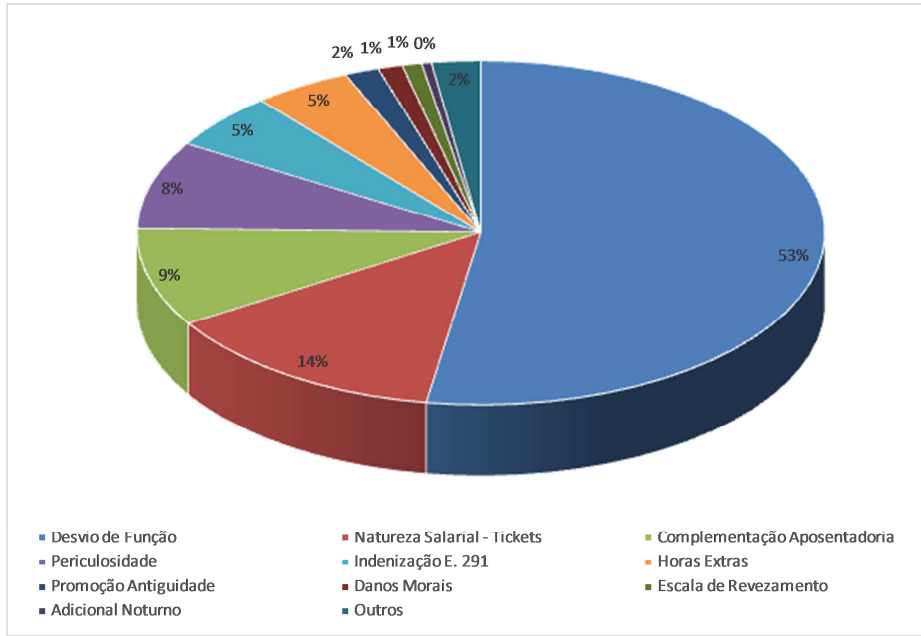
Figura VIII - Gráfico Endividamento do Passivo Contingente

Fonte: GEJUR (Gerência Jurídica)

O presente indicador demonstra o endividamento do passivo contingente total da empresa em relação ao patrimônio líquido, o que diminuiu em relação ao ano de 2013.

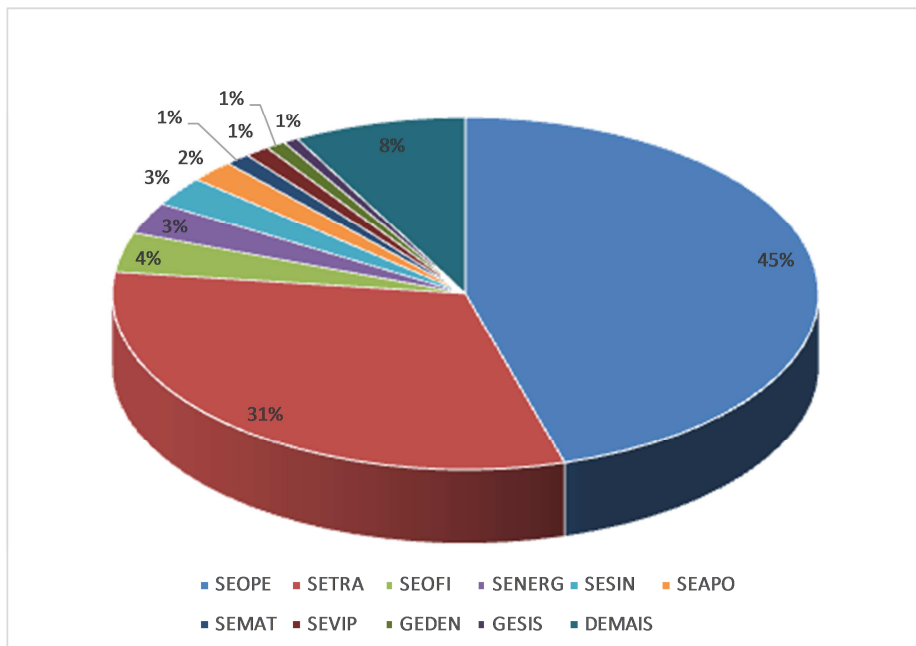
Além dos indicadores setoriais e gerenciais a Gerência Jurídica possui o controle do quantitativo do ingresso de ações ano a ano desde o ano de 2010, bem como dos processos encerrados, estando os mesmos classificados por objeto e demanda, bem como se são interpostos por empregados, ex-empregados, terceirizados e cíveis.

Figura IX - Gráfico representatividade do ingresso de ações trabalhistas



Fonte: GEJUR (Gerência Jurídica)

Figura X - Gráfico representatividade das Unidades Organizacionais



Fonte: GEJUR (Gerência Jurídica)

Por exemplo, os gráficos acima demonstram a representatividade do ingresso de ações trabalhistas e as Unidades Organizacionais em que possuem o maior número de reclamações trabalhistas, no período de janeiro de 2013 a junho de 2014.

Tais controles estão consolidados em dois sistemas corporativos informatizados de gestão e transparência dos processos judiciais, um interno, vinculado ao Sistema Notes, denominado Protocolo Jurídico, com níveis de acesso a consulta por parte das diversas unidades organizacionais da empresa, e outro externo, vinculado ao Ministério das Cidades, denominado sistema Process, ambos em consonância com a política de transparências dos recursos públicos. Desde o ano de 2009 todo e qualquer pagamento de reclamações trabalhistas é obrigatório o registro no sistema Process, sendo que no ano de 2010 toda a liberação de recursos para os pagamentos está vinculada via sistema Process, ou seja, se a reclamação não estiver com as principais peças processuais digitalizadas no sistema, de acordo com a Portaria nº 546/SPOA/SE/MCIDADES, de 28 de dezembro de 2009, o Ministério das Cidades não libera os recursos para pagamento.

Além da natureza de registro das demandas, a Gerência Jurídica controla os fatos geradores de passivo trabalhista atuando de forma conjunta e articulada com as demais Unidades Organizacionais, com o objetivo de estancar o passivo trabalhista de forma preventiva, atuação efetiva na análise de processos administrativos formulados por empregados, e de forma corretiva, cumprimento de sentenças judiciais, com a abertura dos procedimentos administrativos competentes.

Por exemplo, aqueles empregados que ajuizaram ações trabalhistas cujo objeto é o reconhecimento das 06 horas diárias, diferenças de adicional noturno, hora extra pela não concessão do intervalo para repouso e alimentação, adicional de periculosidade, e demais pedidos, com parcelas vencidas e vincendas e que gerem passivos trabalhistas e que tiveram decisões favoráveis, devem ser alocados em escalas de trabalho compatível com aquela carga horária diária deferida em juízo ou que fossem alocados para uma escala de turnos fixos. Do mesmo modo, para inclusão em folha de pagamento das parcelas deferidas judicialmente e com trânsito em julgado. Essas medidas se efetivam em dois momentos, um após o trânsito em julgado da reclamação trabalhista, evitando assim, a formação de passivo trabalhista, incidência de juros e correção monetária, honorários advocatícios e custas judiciais, e outro quando do ingresso da demanda, quando é encaminhado a Unidade Organizacional comunicação interna para fins de elidir os fatos causais do passivo trabalhista.

Outro ponto importante a destacar é a meta administrativa gerencial de evitar que o processo judicial seja levado ao pagamento de despesas com leiloeiro. Medida nem sempre fácil de cumprir tendo em vista a limitação de recursos orçamentários disponíveis para fins de adimplemento das decisões judiciais. Tal fato decorre em razão da TRENURB não possuir natureza de fazenda pública, e estar submetida à regra do art. 173 da Constituição Federal, sendo que os seus bens podem ser penhorados para garantir a execução judicial, como também a sua receita operacional. Tal prática vem ocorrendo com maior frequência desde o ano de 2010. Para garantir a impenhorabilidade da receita operacional de numerários da empresa, tínhamos que possuir alguma Portaria Ministerial informando que a receita de venda de numerários e bilhetes da empresa trata-se de renda pública e, portanto, vinculada ao Tesouro da União Federal. Em todos os casos a TRENURB vem sistematicamente embargando a penhora, argumentando que os recursos da venda de bilhetes e numerários da empresa tratam-se de recursos públicos vinculados à União e, portanto com rubrica específica, impossibilitando a sua penhora. A posição dos juízes do trabalho e do próprio Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região é pelo não reconhecimento da vinculação orçamentária frente à ausência de normativo em sentido estrito.

Em se tratando de penhora de valores de bilhetes para garantir a execução de reclamações trabalhistas, no aspecto jurídico o recurso continua sob o domínio da empresa, mas vinculado em conta bancária à disposição do juízo, em forma de depósito recursal. Em diversos casos o juízo da execução não aguarda o pagamento da empresa, por intermédio de sentenças judiciais, e acaba liberando os recursos para os reclamantes, o que acarreta em prejuízo administrativo, pois temos que observar critérios administrativos para liberação de tais recursos junto ao Ministério das Cidades, por intermédio da Portaria 546/SPOA/SE/MCIDADES já citada anteriormente.

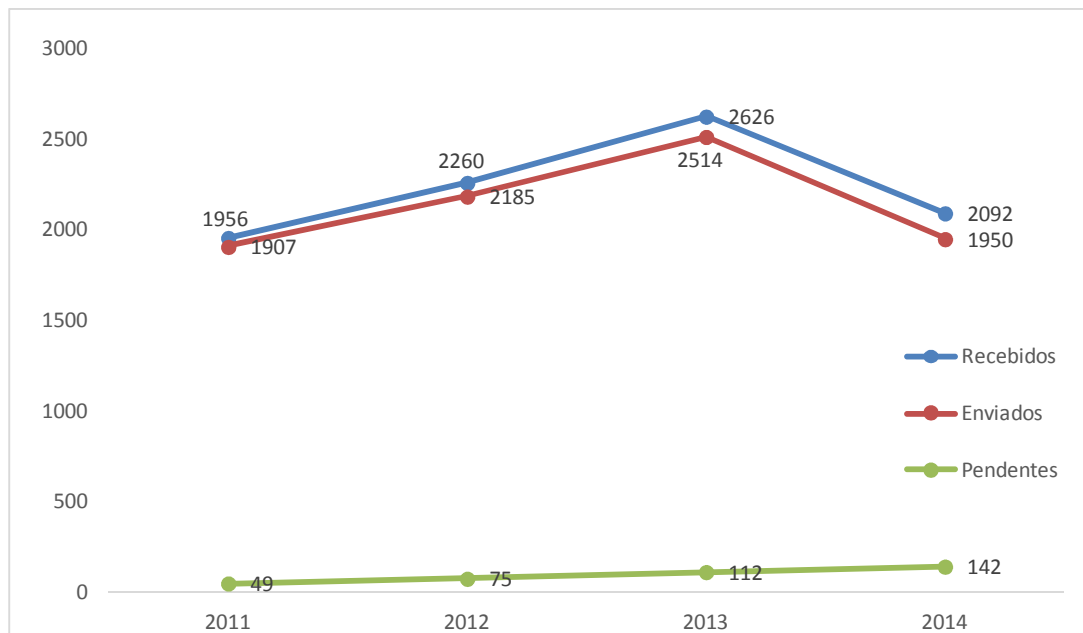
Registre-se que no ano de 2014 a Gerência Jurídica conseguiu em alguns julgados reconhecer a Imunidade Tributária Recíproca da empresa o que acarretará a economia de pagamentos de tributos federais, estaduais e municipais.

Como vimos anteriormente, no ano de 2014 efetuamos a reversão da penhora da bilheteria da empresa no montante de R\$ 8.403.401,05 (oito milhões, quatrocentos e três mil, quatrocentos e um real e cinco centavos).

No que se refere à mitigação do passivo trabalhista além do cumprimento de sentença após trânsito em julgado, a Gerência Jurídica atua de forma preventiva, seja, na elaboração de pareceres vinculados para o deferimento ou indeferimento de pedidos administrativos de empregados para solucionar as demandas provocadas, seja, na correção dos fatos geradores quando do ingresso da ação judicial, seja de natureza cível, seja de natureza trabalhista.

Ainda no que se refere ao princípio da eficiência, previsto no art. 37, da CF/1988, a Gerência Jurídica analisou 1950 processos administrativos em pareceres e notas técnicas, seja em decorrência do § único do art. 38 da Lei 8.666/93, ou de provocação das UO's.

Figura XI -Gráfico Quantitativo de processos administrativos



Fonte: GEJUR (Gerência Jurídica)

O Gráfico acima demonstra o quantitativo de processos administrativos analisados pela Gerência Jurídica na série histórica de 2011 a 2014. Sendo os processos recebidos, enviados e os pendentes.

Ante o exposto, a Gerência Jurídica promove ações continuadas de mitigação e redução do passivo trabalhista com posicionamento preventivo, para fins de orientação e padronização de entendimentos para as diversas unidades organizacionais, bem como corretivo, quando da consolidação jurisprudencial de determinada matéria para fins de adequação dos procedimentos internos referentes à política de recursos humanos, tanto no cumprimento de sentença, quanto no posicionamento de recomendação de deferimento de direito trabalhista de forma administrativa prévia, para deliberação da Direção Executiva da Empresa.

3 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

3.1 Canais de acesso do cidadão

A TRENSURB busca identificar as necessidades de melhoria contínua dos serviços prestados no seu relacionamento com a sociedade e com seu público interno e, para isso, disponibiliza ferramentas e atua em diversos canais de comunicação. Através da gerência de Comunicação Integrada é feito um monitoramento diário das notícias relacionadas à empresa veiculada em jornais, emissoras de rádio, internet e televisão. Também são distribuídos press-releases diariamente buscando informar todos os seus públicos – principalmente o público-alvo do serviço -, e dessa forma manter a imagem positiva da empresa e contribuir para o fortalecimento do sistema metroferroviário e a mobilidade urbana da Região Metropolitana de Porto Alegre.

Caixa de sugestões: Disponível em todas as estações, através de formulário próprio para encaminhamento de sugestões, reclamações, elogios e informações.

Telefone Ponto a Ponto: São telefones instalados em todas as estações com linha direta e gratuita com a Central de Atendimento. É necessário apenas levantar o fone para receber atendimento. Também, no interior dos trens é divulgado número telefônico para realização de chamadas de emergência. Esse contato é feito diretamente com o CCS (Centro de Controle de Segurança).

Sms: Número de SMS disponível 24 horas por dia para contato dos usuários com o CCS (Centro de Controle Segurança) para emergências.

Internet: No endereço www.trensurb.gov.br é possível acessar um formulário eletrônico para registrar reclamações, sugestões e críticas. Todos os demais canais são descritos e informados na página **Atendimento**.

Redes Sociais: A empresa também participa com páginas oficiais no Facebook e Twitter, onde produz conteúdo e responde em tempo real a interatividade dos usuários dessas redes; produz, também, conteúdo para o Blog TRENSURB, Instagram, Flickr, Foursquare e Youtube.

Jornal - Mural “Notícia na Linha”: Periodicidade quinzenal e conteúdos que abordam temas de interesse do usuário, dicas e orientações operacionais, campanhas sociais e ações da empresa.

Produção de “Press Release”: Diariamente, nos meios de comunicação com circulação na Região Metropolitana e no Estado. Apresenta ações, realizações e questões de utilidade pública que dizem respeito aos usuários e a sociedade.

Guias do Usuário, Ciclista, Etiqueta Urbana e Sistema Aeromóvel: Esses guias são distribuídos aos usuários apresentando os principais serviços da empresa (horários, tarifas, linhas de integração e canais de comunicação), além de orientações específicas e relativas a campanhas.

Página da Internet: Em tempo real informa a situação operacional, sendo atualizada diariamente com informações e ações das melhorias implantadas.

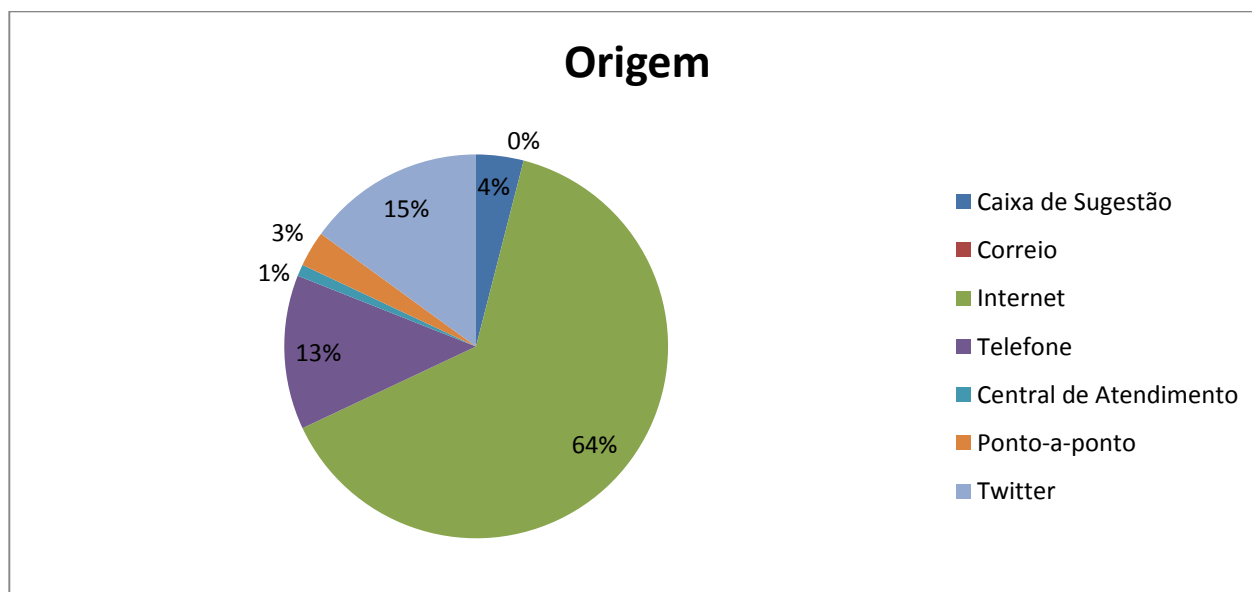
Informativo TRENSURB: Jornal institucional, quinzenal, impresso e em versão digital, distribuído a todos empregados e colaboradores da empresa.

Totem: Totens instalados nas Estações para divulgação dos Canais de Atendimento para o Usuário.

Central de atendimento: A TRENSURB não possui um serviço de Ouvidoria típico, e sim uma Central de Atendimento ao Usuário (CAU), localizada no saguão do Prédio Administrativo – junto

ao Serviço de Informação ao Cidadão (SIC). A Central de Atendimento reúne todas as “entradas” dos canais de relacionamento com seus clientes, organizando e tabulando todos dados referentes as sugestões, reclamações e elogios. É através dela que são recebidos os e-mails – através do formulário padrão no sítio da empresa ou o e-mail padrão -, telefones convencional ou “ponto a ponto”, assim como as interações feitas pelas redes sociais (twitter, facebook, blog). É importante destacar que a TRENSURB implantou em 2010, o sistema de SMS para denúncia de irregularidades no metrô. O serviço de SMS está disponível 24 horas por dia no número (51) 8463-9863, onde a mensagem é recebida pelo CCS (Centro de Controle de Segurança), que providencia a intervenção dos agentes de segurança mais próximos ao local do chamado. Quando a situação não tem solução imediata, o relato é transformado em carta e encaminhado à área responsável para a devida providência. O ano de 2014 registrou 820 mensagens SMS.

Figura XII -Gráfico Demanda por origem por canal de comunicação



GECIN (Gerencia de Comunicação Integrada)

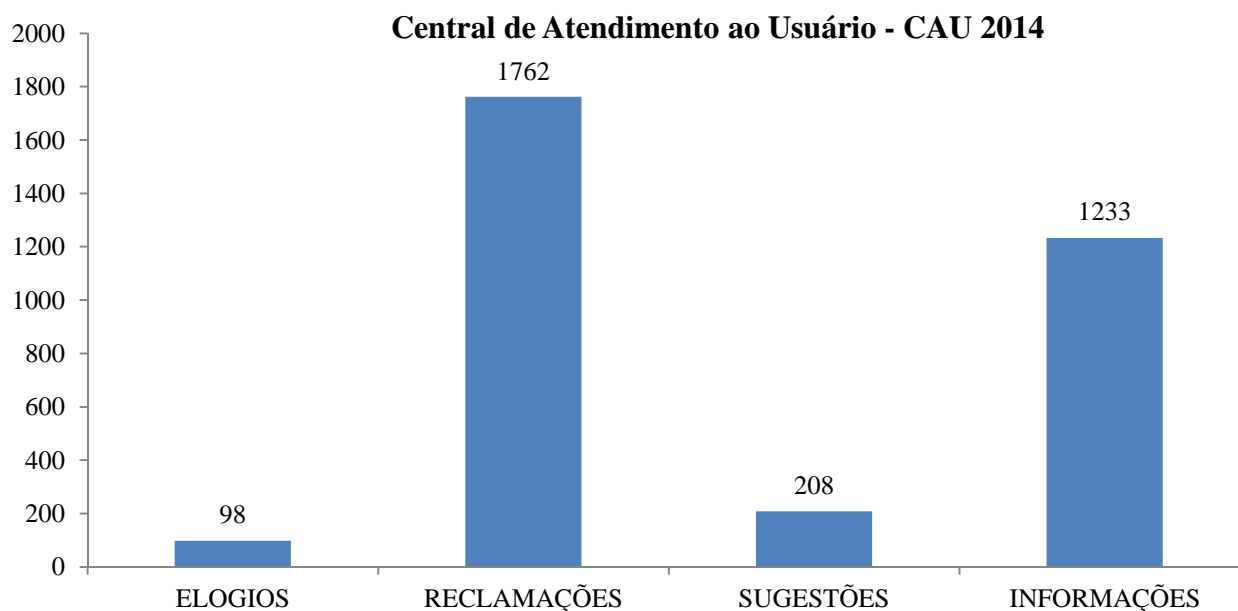
Salientamos que as demandas recebidas são encaminhadas, via sistema eletrônico, aos setores responsáveis, onde são analisadas individualmente pela chefia, que devolve à Central de Atendimento com a devida resposta e encaminhamento da solução do problema. O tempo de resposta em 2014 foi de aproximadamente 1,77 dias.

Esses contatos - informações, reclamações e sugestões -, são respondidos imediatamente ou na medida em que retornam das áreas afins. Também esses contatos via telefone são registrados como “cartas” e encaminhadas, via sistema informatizado, aos setores responsáveis para análise e providências. Em 2014 foi a consolidação da TRENSURB nas redes sociais, pelo Twitter e da página oficial no Facebook, tivemos a informação em tempo real – além do monitoramento e da proatividade nos posts. A página TRENSURB Oficial no Facebook, implementada em 15 de julho de 2013, sendo que, até o dia 31 de dezembro 2014, foram registrados 52.453 curtidas na página. A média de visualização diária da página foi de 12.481, atingindo um pico de 17.594 no dia 22 de setembro de 2014. A média mensal atingiu 379.614 visualizações. Já no microblog Twitter, a conta TRENSURB, criada em agosto de 2009, somou 2014, 15 mil “seguidores”.

SIC (Sistema de Informação ao Cidadão): Localizado na Sede Administrativa da Empresa o SIC possui uma estrutura física constituída para atender e orientar o público quanto ao acesso a informações. Essas solicitações são recebidas via e-sic ou pessoalmente, sendo protocoladas e respondidas pelos gestores das áreas demandadas, cumprindo os prazos e procedimentos estabelecidos pela Lei 12.527.

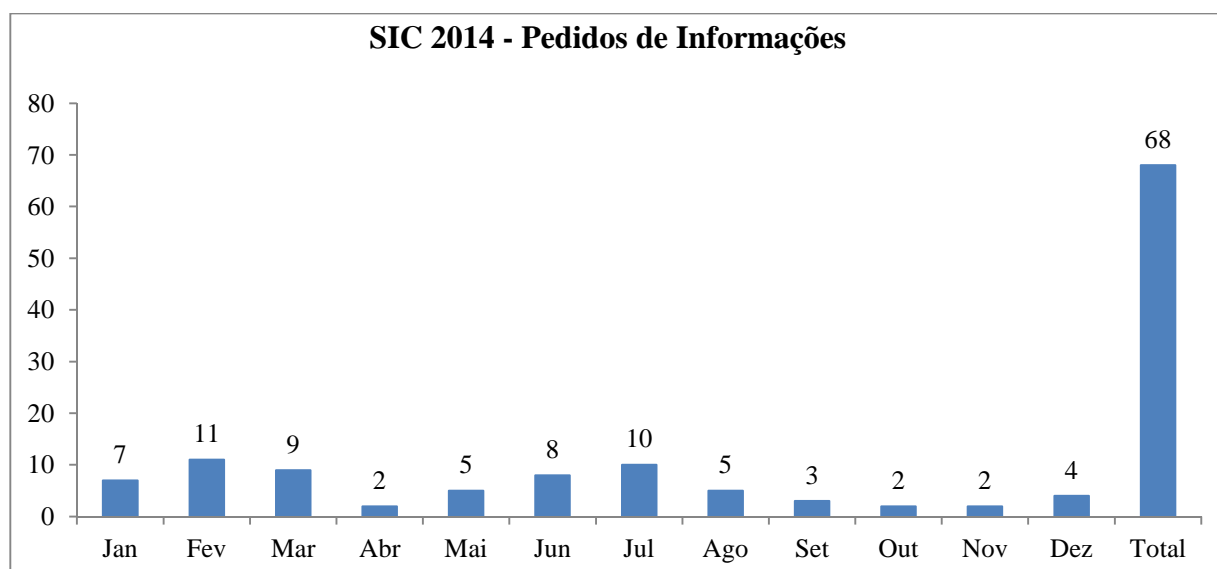
Informações Gerenciais e estatísticas do atendimento as demandas:

Figura XIII -Central de Atendimento ao Usuário – CAU



Fonte: GECIN (Gerência de Comunicação Integrada)

Figura XIV -Serviço de Informação ao Cidadão – SIC



Fonte: GECIN (Gerência de Comunicação Integrada)

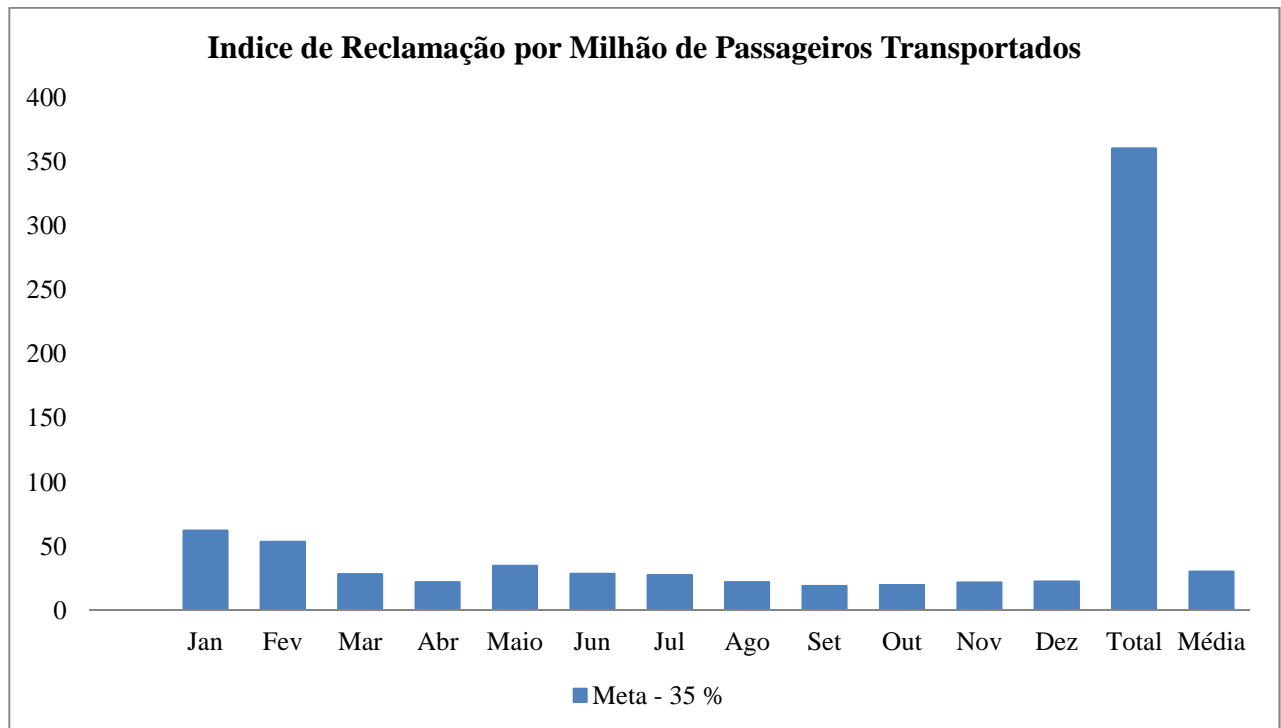
Índice de Reclamação por Milhão de Passageiros Transportados

Fórmula de cálculo: Número de reclamações registradas X 1.000.000 / passageiros transportados

Meta 2014: 35%

Média da meta atingida em 2014: 30%

Figura XV - Índice de Reclamação por Milhão de Passageiros Transportados 2014



Fonte: GECIN (Gerência de Comunicação Integrada)

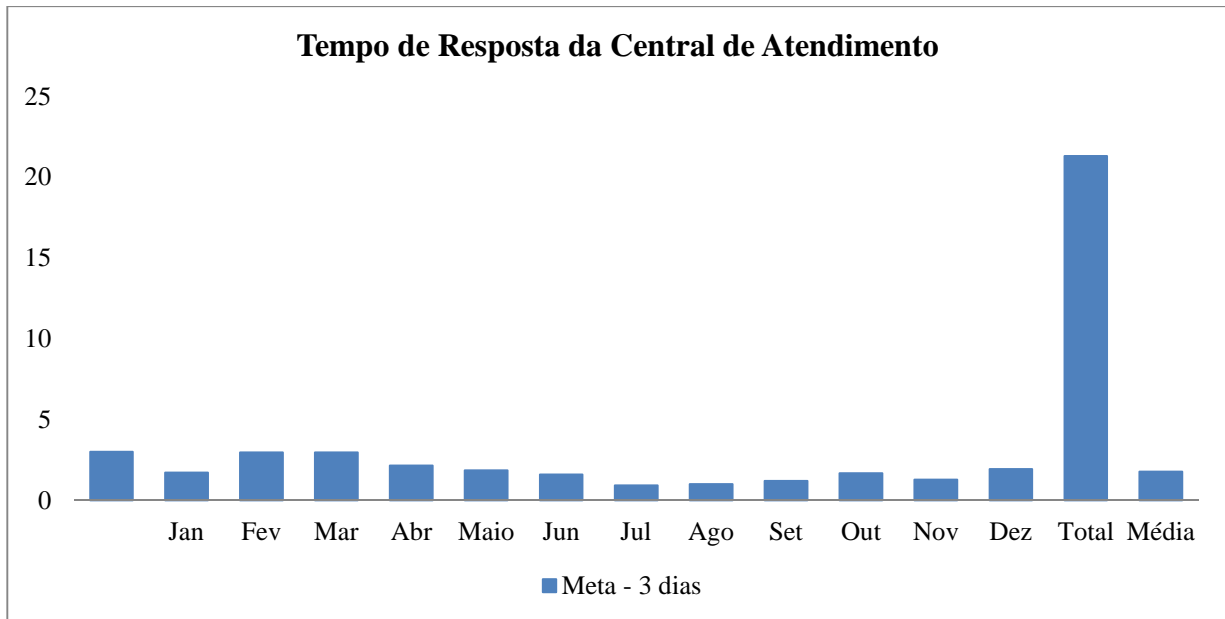
Tempo de Resposta da Central de Atendimento

Fórmula de Cálculo: somatório do número de dias de todas as comunicações / número de comunicações. Cálculo elaborado pelo sistema Notes – Central de Atendimento

Meta 2014: 03 dias

Média da meta atingida em 2014: 2 dias

Figura XVI - Tempo de Resposta da Central de Atendimento 2014



Fonte: GECIN (Gerência de Comunicação Integrada)

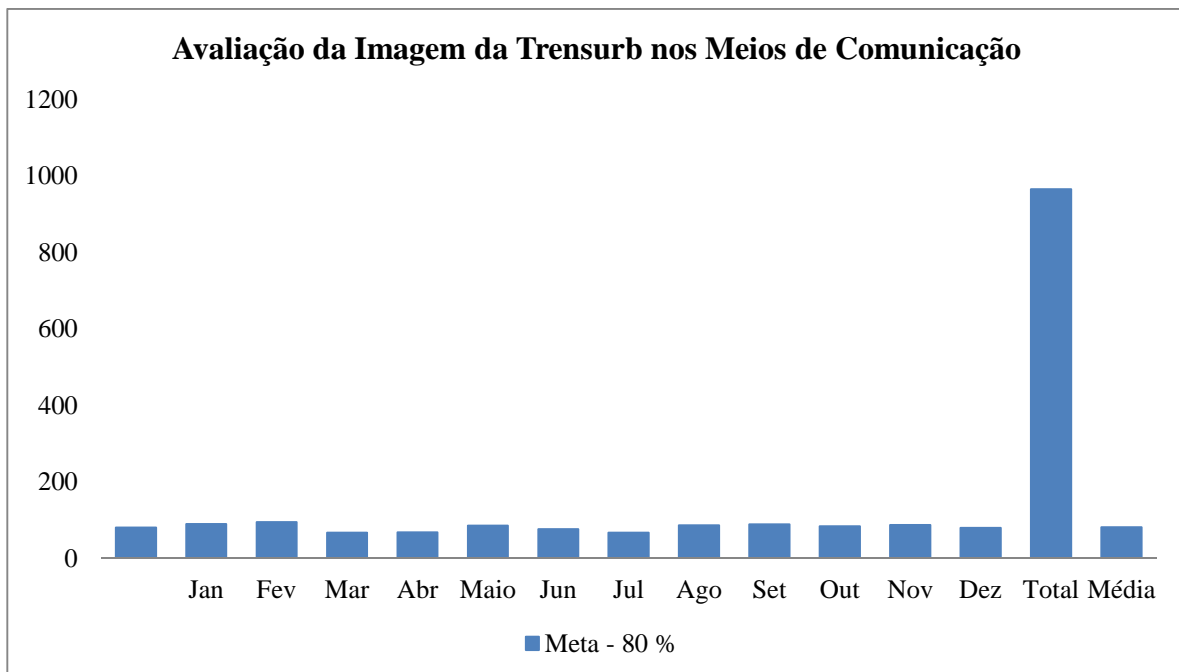
Avaliação de Imagem da TRENSURB nos Meios de Comunicação

Forma de cálculo: Percentual de notícias positivas e neutras / total de notícias veiculadas em jornais, rádios e TV monitorada pela empresa contratada para serviço de clipagem.

Meta 2014: 80%

Média da meta atingida em 2014: 80%

Figura XVII -Avaliação da Imagem da TRENSURB nos Meios de Comunicação 2014



Fonte: GECIN (Gerência de Comunicação Integrada)

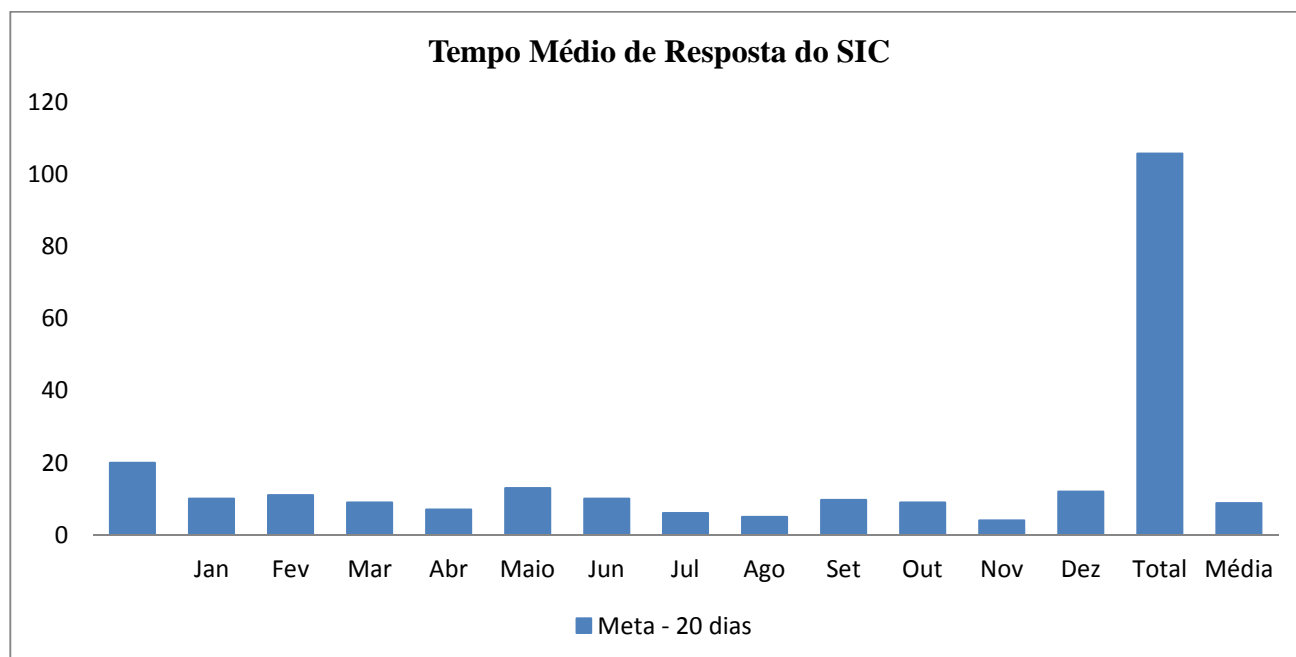
Tempo Médio de Resposta do Serviço de Informação ao Cidadão

Fórmula de Cálculo: Número de dias para atendimento / Número de Pedidos

Meta 2014: 20 dias

Média da Meta atingida: 9 dias

Figura XVIII - Tempo Médio de Resposta do SIC 2014



Fonte: GECIN (Gerência de Comunicação Integrada)

3.2 Carta de Serviços ao Cidadão

Dos meios de comunicação disponíveis aos usuários do sistema TRENSURB tem-se o GUIA DO USUÁRIO que apresenta os principais serviços como horário, tarifas, linha integração, intervalo entre trens dentre outros e são distribuídos em todas as estações. Este Guia atende aos requisitos do Decreto nº 6.932/2009. A Carta de Serviços ao Cidadão está em processo de aprovação pela Diretoria e posteriormente será publicada no Guia do Usuário e Sítio TRENSURB.

3.3 Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços

O item acima foi apresentado nos itens 5.3 e 5.4 deste relatório.

3.4 Acesso às informações da unidade jurisdicionada

<http://www.trensurb.gov.br/home.php>

http://www.trensurb.gov.br/paginas/paginas_detalhe.php?codigo_sitemap=3025

3.5 Avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada

O item acima foi apresentado nos itens 5.3 e 5.4 deste relatório.

3.6 Medidas Relativas à acessibilidade

Dentro dos recursos obtidos e em conformidade à Norma ABNT NBR 14021 / 2004, que estabelece os critérios e parâmetros técnicos a serem observados para acessibilidade no sistema de trem urbano ou metropolitano, de acordo com os preceitos do Desenho Universal, buscou-se a seguinte priorização para obras nas estações:

- a) em ordem decrescente de demanda, considerando o total de usuários que circulam nas estações a partir das informações sobre “entradas” e “transferências”;
- b) que tenham demanda significativa de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;
- c) de transferência ou transbordo, intermodais ou multimodais;
- d) que atendam a centros de serviço, áreas densas de emprego, centros educacionais, hospitais ou centros de reabilitação.

Desta forma, além dos diversos investimentos para expansão do Sistema da TRENSURB - através da conclusão do projeto original da Linha da TRENSURB até Novo Hamburgo, Expansão através da Tecnologia Aeromóvel e aumento de oferta através da aquisição de novos Trens -, houve intervenções para adaptação das estações e material rodante construídas ou adquiridos antes de 2004, ano da entrada em vigor do Decreto 5.296/2004, necessitando ainda a instalação de elevadores em 7 (sete) estações e adaptação dos trens da Série 100.

Cabe salientar que a TRENSURB provém e mantém pessoal habilitado para atendimento das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida que utilizam seus serviços, considerando as necessidades e as diferenças entre as diversas deficiências, e há procedimento e pessoal habilitado para auxiliar o embarque e o desembarque da pessoa com deficiência ou mobilidade

reduzida, conforme preconizado na ABNT NBR 14021, que estabelece os critérios e parâmetros técnicos a serem observados para acessibilidade no sistema de trem urbano ou metropolitano. Nas estações que ainda necessitam de intervenções para a circulação vertical, a TRENURB dispõe de elevadores portáteis de cadeiras de rodas, garantindo o atendimento das pessoas em cadeiras de rodas.

4 AMBIENTE DE ATUAÇÃO

4.1 Informações sobre o ambiente de atuação da unidade jurisdicionada

- a) caracterização e o comportamento do mercado de atuação;

O Sistema Metroferroviário Brasileiro (SMB) é composto por 15 sistemas urbanos de transportes sobre trilhos, instalados em 11 estados brasileiros e no Distrito Federal, somando um total de 1.030 km de extensão. A frota supera 700 composições e tem, atualmente, mais de 100 bilhões de reais em investimentos em mais de 60 projetos. Diariamente deslocam-se pelo SMB, aproximadamente, 9,3 milhões de passageiros/dia, tendo em 2013 transportado 2,7 bilhões. O consumo de energia elétrica das operadoras de transporte público de passageiros sobre trilhos em 2013 foi de 1.700 GWh, o que representa cerca de 0,4% do consumo energético total do país. A TRENSURB, operadora do trem metropolitano de Porto Alegre, proponente deste evento consumiu em 2014, 60.861.825 kWh, com um custo total de R\$ 26.775.951,77 (Vinte e seis milhões, setecentos e setenta e cinco mil, novecentos e cinquenta e um reais e setenta e sete centavos).

O setor metroferroviário caracteriza-se pelo uso intensivo de energia elétrica. Por este motivo, é uma área fortemente afetada pelas alterações regulatórias e tarifárias por que vem passando o setor elétrico brasileiro. As políticas de reajuste tarifário pesam, sobremaneira, no setor interferindo no resultado das operadoras.

A quase totalidade de usuários do SMB é composta de trabalhadores, estudantes e integrantes das classes populares de média e baixa renda. Os reajustes nas tarifas da energia elétrica pressionam as tarifas do Sistema pesando no bolso dos integrantes destas camadas sociais, impactando na inflação e na renda destes cidadãos.

Ao mesmo tempo, o SMB é um setor prioritário dentro do governo porque permite o deslocamento cotidiano de uma enorme massa de força de trabalho que move toda a economia do país e de cidadãos e cidadãs que se deslocam para atividades laborais, culturais, sociais e de lazer.

O transporte metroferroviário é essencial para a mobilidade dos brasileiros, em especial, nas grandes metrópoles do nosso país. É um serviço público de cunho social e ambiental, na medida em que utiliza energia limpa e renovável como combustível, oferta um transporte barato, rápido e seguro, além de contribuir com a retirada de dezenas de milhares de veículos das ruas das cidades, reduzindo as emissões atmosféricas e a poluição sonora. Por ter uma característica vertebral, o transporte metroferroviário estrutura o transporte urbano nas grandes cidades brasileiras.

- b) principais empresas que atuam ofertando produtos e serviços similares ao da unidade jurisdicionada;

| OPERADORAS METROFERROVIÁRIAS | REGIÃO |
|------------------------------|------------------|
| 1. TRENSURB | Porto Alegre |
| 2. Supervia | Rio de Janeiro |
| 3. Metrô Rio | Rio de Janeiro |
| 4. Metrô SP | São Paulo |
| 5. CPTM | São Paulo |
| 6. Via Quatro | São Paulo |
| 7. Metrô DF | Distrito Federal |
| 8. Metrofor | Fortaleza |
| 9. CCR Metrô Bahia | Bahia |

| | |
|-----------------|----------------|
| 10. CBTU | Recife |
| 11. CBTU | Maceió |
| 12. CBTU | Natal |
| 13. CBTU | João Pessoa |
| 14. CBTU | Belo Horizonte |

- c) contextualização dos produtos e serviços ofertados pela unidade jurisdicionada em relação ao seu ambiente de atuação;

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A – TRENSURB teve início da sua prestação de serviço em 1985, atualmente, opera uma linha de trens urbanos com extensão de 43,8 Km, no eixo norte da Região Metropolitana de Porto Alegre, com 23 estações e uma frota de 40 trens, atendendo a seis municípios: Porto Alegre, Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul, São Leopoldo e Novo Hamburgo. A sede administrativa localiza-se no bairro Humaitá em Porto Alegre.

- ✓ Em 2014 a média em dias úteis foi de 192.321 passageiros transportados;
- ✓ Na pesquisa de satisfação realizada no último ano, os usuários atribuíram o índice de 90,53% de satisfação, considerando também o aspecto segurança e pontualidade;
- ✓ Ao desenvolver seu serviço de transporte a TRENSURB utiliza energia limpa e renovável, contribuindo para redução da poluição ambiental;
- ✓ Redução de número de acidentes nas rodovias (menor gasto com saúde pública) contribuindo também com a diminuição dos gastos de manutenção das vias públicas;
- ✓ O usuário do serviço tem benefício direto que é a tarifa de inclusão social, além das gratuidades;
- ✓ Em 2014 contabilizou-se uma economia total de R\$179,45 milhões a partir da estimativa dos custos unitários das externalidades.

- d) ameaças e oportunidades observadas no seu ambiente de negócio;

O método de análise SWOT é utilizado tanto para identificar os riscos empresariais, quanto para analisar o ambiente em que se insere a TRENSURB. Especificamente ao ambiente externo, consideram-se as dimensões política, socioeconômica e tecnológica que envolve as seguintes variáveis:

- ✓ Mercados abrangidos pela empresa - características atuais e tendências futuras, oportunidades e perspectivas;
- ✓ Concorrência ou competição - empresas que atuam no mercado, disputando os mesmos usuários, consumidores ou recursos;
- ✓ Conjuntura econômica - tendências políticas, sociais, culturais, legais entre outros, que afetam a sociedade e todas as demais empresas.

Além da análise ambiental, pesquisas como de embarque e desembarque, satisfação, perfil socioeconômico dos usuários, origem e destino permitem realizar projeções, desenhar cenários e, assim, prospectar tendências. Estes estudos ocorrem anualmente, como a pesquisa de satisfação e perfil socioeconômico, ou por solicitação das áreas responsáveis, após aprovação em Diretoria

Executiva. Os dados e informações são divulgados utilizando os canais de comunicação existentes, além das reuniões técnicas e os fóruns.

O setor de Planejamento e Projetos de Mobilidade Urbana (SEMOB), conforme Regimento Interno (NPG-ORG-101) entre outras atividades tem as seguintes atribuições:

- ✓ Conduzir e elaborar estudos e projetos de inserção e expansão do sistema na RMPA;
- ✓ Efetuar estudos e pesquisas de evolução da demanda com vista ao crescimento do sistema (expansão física e integração intermodal);
- ✓ Manter atualizados os estudos acerca da capacidade de transporte do sistema considerando a demanda;
- ✓ Elaborar estudos e ações que visem o crescimento operacional do sistema de integração intermodal de passageiros existentes.

A matriz da análise ambiental com as ameaças e oportunidades observadas no ambiente de negócio, foram apresentadas na Análise Crítica do item 2.4 – Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos (avaliação de risco) deste Relatório.

- e) informações gerenciais sucintas sobre o relacionamento da unidade jurisdicionada com os principais clientes de seus produtos e serviços;

Através da Gerência de Comunicação Integrada (GECIN), busca-se assegurar que toda a comunicação da empresa seja feita de acordo com o público a que se destina, tanto na linguagem como nos meios utilizados, acompanhando as ações junto à comunidade. Os principais meios de divulgação utilizados pela empresa são os seguintes:

- ✓ *Jornal-mural “Notícia na Linha”*
- ✓ *Press releases*
- ✓ *Guias de bolso*
- ✓ *Página da internet*
- ✓ *Redes sociais*

O detalhamento dos meios de divulgação citados acima está no capítulo anterior, item 3.1 – Canais de acesso do cidadão deste relatório.

- f) descrição dos riscos de mercado e as estratégias para mitigá-los;

O processo de diagnóstico dos riscos empresariais ocorre desde 2003, sendo etapa inicial do processo de revisão do planejamento estratégico, etapa denominada de análise ambiental. A matriz SWOT é utilizada no planejamento estratégico para identificação dos riscos empresariais, e as demais etapas do planejamento encaminham tratamento aos riscos em sejam avaliados como mais significativos. Como exemplo cita-se o planejamento estratégico no ciclo 2012-2015 que identificou alguns riscos: à imagem da empresa com superlotação dos trens e de prejuízos financeiros: pelo aumento da gratuidade pela maior expectativa de vida dos brasileiros; pela provável manutenção do modelo de transporte que privilegia a mobilidade individual; pela constituição de novas empresas rodoviárias de transporte público.

Estas informações são consolidadas e utilizadas na geração de cenários, os quais são analisados durante o processo de monitoramento do planejamento estratégico, norteando a constância de propósitos das ações estratégicas. Visando minimizar o impacto aos riscos identificados, a partir de 2012 foi criado o Requerimento de Abertura de Projetos (RAP), que integrado a gestão de projetos,

permite à Alta Direção controlar e monitorar através do GEPnet o andamento dos projetos estratégicos e, também, operacionais.

Por determinação do Conselho de Administração, a TRENSURB está planejando a criação de um Comitê de Compliance e Gestão de Riscos, para garantir a conformidade e fazer cumprir leis, diretrizes, regulamentos internos e externos, buscando mitigar o risco atrelado à reputação, à perda financeira, às sanções regulatórias, e à continuidade dos negócios.

g) principais mudanças de cenários ocorridas nos últimos exercícios;

Buscando sempre um alto desempenho, principalmente quanto à qualidade dos serviços prestados e a sustentabilidade econômico-financeira a TRENSURB, nos últimos anos, administrou as mudanças que se estabeleceram. Tais mudanças são decorrentes do forte processo de globalização, dos avanços tecnológicos e pelos novos paradigmas de gestão.

Durante este período foi necessário desenvolver um agudo senso de percepção do ambiente, aliado à compreensão dos mecanismos de mudança interna e externa, assim, se estabeleceu o processo de análise de ambiente, conforme citado na questão anterior. As tendências apontadas no estudo do ambiente exigiram uma postura coerente com referência à adoção de novas tecnologias e a gestão do conhecimento.

Dessa forma destacamos as ações e/ou projetos que afetaram os cenários nos últimos anos:

I. Expansão do sistema e Aeromóvel

A expansão a Novo Hamburgo figura entre os mais importantes acontecimentos na empresa. A expansão envolveu a construção de mais 9,3 quilômetros da Linha 1, com cinco novas estações, alcançando-se 42,9 km de extensão de Porto Alegre a Novo Hamburgo. Todo o trecho novo é estruturado em via elevada e comporta cinco novas estações: Estação Rio dos Sinos, no município de São Leopoldo, e as Estações Santo Afonso, Industrial, Fenac e Novo Hamburgo, no Município de Novo Hamburgo.

Já a linha com tecnologia Aeromóvel interliga a Estação Aeroporto da TRENSURB ao Terminal 1 do Aeroporto Internacional Salgado Filho, funcionando no mesmo horário dos trens (diariamente das 5h às 23h20min).

II. Implantação da bilhetagem eletrônica

A implantação da bilhetagem eletrônica teve como objetivo criar condições para desenvolver a interoperabilidade com os demais sistemas em operação na cidade de Porto Alegre e demais municípios da região metropolitana de Porto Alegre – RMPA. A bilhetagem eletrônica já esta implantada em todas as estações da TRENSURB, permitindo maior controle do fluxo de passageiros e da receita, aumento da receita por eliminar distorções na comercialização e utilização de créditos de viagem e a diminuição do risco de roubos e assaltos a bilheterias.

III. Investimentos em recursos humanos e renovação do quadro de pessoal

A atual gestão tem a convicção que o sucesso futuro requer a renovação do investimento nas pessoas que darão continuidade a essa trajetória exitosa, portanto, o investimento na gestão de pessoas e suas carreiras requer a constituição de um sistema de gestão de recursos humanos que seja capaz de realizar as mudanças necessárias e de garantir as competências centrais da TRENSURB.

A implantação do Plano de Classificação de Empregos, Funções e Salários é parte deste esforço. Este plano estabelece as regras para identificar a posição de cada empregado dentro da carreira do seu respectivo emprego, bem como as diretrizes para sua movimentação funcional e tem o objetivo de promover a valorização dos empregados através de um sistema de identificação de sua

maturidade profissional, da descrição clara das atribuições dos empregos e ocupações, de tabelas salariais compatíveis à realidade do mercado e de um processo de avaliação de desempenho adequado, tornando-se assim um instrumento valioso para a realização de uma gestão de pessoas eficiente.

Outro importante projeto é o Plano de Apoio a Aposentadoria, o qual foi criado visando incentivar financeiramente a aposentadoria dos empregados que já estivessem aposentados por tempo de contribuição ou idade, ou próximos desse período. Trata-se de uma ação de suma importância para motivar os empregados a efetuarem o seu desligamento voluntário da empresa.

- h) as informações referenciadas nas alíneas “a” a “g” acima devem ser contextualizadas, também, em relação ao ambiente de atuação de eventuais unidades descentralizadas com autonomia de atuação.

Não se aplica.

5 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

5.1 Planejamento da unidade jurisdicionada

Em 2014, a TREN SURB consolida seu sistema de gestão para seguir como referência no transporte metroferroviário. Tendo seu desempenho medido por um conjunto de indicadores, cuja finalidade é mensurar de forma objetiva os resultados em todos os níveis, a empresa obtém benefícios significativos, disponibilizando informações objetivas e essenciais para os gestores e empregados. Permite, ainda, mais facilidade no gerenciamento, avaliação do êxito das estratégias aplicadas e velocidade apurada na tomada de decisões.

No contexto do setor metroferroviário a Empresa busca posicionar-se entre as melhores empresas do país em termos de qualidade dos serviços e eficiência econômica, sem, entretanto, abdicar do seu papel institucional. O objetivo maior é a valorização da Empresa frente às expectativas do Governo e da sociedade, com alta performance perante as demais empresas operadoras metroferroviárias do país.

Mesmo num cenário em que não venha ocorrer reajustamento tarifário, o objetivo é manter o atual patamar de cobertura operacional com receitas próprias, tendo como meta para Taxa de Cobertura Operacional (TCO) em 2015 o atingimento de aproximadamente 50% de cobertura operacional. Tal meta requer aprofundamento do controle e a redução de gastos e o aumento da receita própria, para compensar o reajustamento dos contratos de serviços, salários, remunerações e demais insumos.

Diretrizes estratégicas

As diretrizes estratégicas para alcançar este posicionamento em 2015 são:

- **EFICIÊNCIA OPERACIONAL:** Buscar excelência no serviço aos usuários;
- **EFICIÊNCIA ECONÔMICA:** Usar eficientemente os recursos e redução progressiva da necessidade de subvenção federal;
- **DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA:** Contribuir com projetos de infraestrutura e a inovação tecnológica do setor metroferroviário;
- **COMPROMISSO INSTITUCIONAL:** Contribuir com o desenvolvimento do transporte público e na responsabilidade socioambiental.

Iniciativas estratégicas

O alcance das metas gerais estabelecidas pressupõe a adoção de um conjunto de iniciativas necessárias para a implementação das diretrizes estratégicas. Essas iniciativas desdobram-se em ações e projetos indicando o responsável e a respectiva unidade organizacional. Na sequência é apresentado o elenco das iniciativas.

1. Implantação de sistema de gestão de indicadores de eficiência operacional e econômica;
2. Redução das despesas operacionais, com controle dos custos e uso eficiente dos recursos;
3. Aumento da eficiência operacional e prevenção de ocorrências operacionais críticas para o usuário;

4. Ampliação da demanda transportada;
5. Ampliação da oferta de transporte com a aquisição de novos trens;
6. Garantia de política tarifária;
7. Desenvolvimento de ações e projetos para o desenvolvimento de tecnologias sobre trilhos e inovações tecnológicas;
8. Ampliação da receita com serviços, negócios e empreendimentos associados;
9. Reorganização da estrutura funcional e organizacional da empresa;
10. Consolidação do papel institucional da TRENSURB.

Sistema de Gestão Baseado em Indicadores de Desempenho

Uma das ferramentas implantadas para avaliar os resultados da empresa foi o sistema de gestão baseado em indicadores, adotado oficialmente a partir da Resolução da Diretoria Executiva 07/2012 consolidando-o como a base do modelo de gestão da administração. Este modelo constitui-se na principal ferramenta da gestão para o acompanhamento do desempenho e dos resultados organizacionais.

Como ferramenta central do planejamento organizacional, torna possível o acompanhamento dos objetivos e metas de todas as Unidades Organizacionais, a avaliação do desempenho global da Empresa, correção e ajustes de metas com vistas ao alcance dos objetivos associados à visão da Empresa.

PLANO DE INVESTIMENTOS

O Plano de Investimentos da TRENSURB tem como base o objetivo estratégico da empresa de buscar o equilíbrio econômico financeiro, estipulando metas, ações, prioridades e orçamentos em investimentos.

Os projetos de investimentos estão relacionados às seguintes metas:

1. AUMENTAR O NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS;

Com a consolidação da expansão até Novo Hamburgo, do Aeromóvel e de novos empreendimentos lindeiros, além do crescimento natural da demanda pelo aumento da vantagem tarifária, o atendimento da demanda gerada não será suficiente com a oferta disponível, sendo necessário um incremento significativo de oferta. Para esse incremento será de suma importância o investimento em frota e modernização do sistema.

2. TORNAR TODO O SISTEMA ACESSÍVEL;

A meta de tornar todo o Sistema TRENSURB acessível inclui a adequação do pátio, estações e trens de acordo com as Leis nº 10.048/2000 e nº 10.098/2000, assim como o Decreto nº 5296/2004.

3. TORNAR TODO O SISTEMA MODERNIZADO;

Esta meta tem o objetivo de proporcionar à população da Região Metropolitana de Porto Alegre um sistema metroferroviário de superfície modernizado, visando à melhoria da mobilidade urbana, da qualidade de vida e da redução do tempo e do custo dos deslocamentos. Os projetos de infraestrutura necessários para qualificação das estações para o evento Copa de Mundo 2014 estão inseridos nessa etapa de investimentos, juntamente com a modernização das estações.

4. EXPANDIR O SISTEMA.

Os projetos de expansão do sistema têm o objetivo de aumentar sensivelmente a capilaridade do modal metroviário troncal da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e irão influenciar diretamente na demanda da TRENSURB, como por exemplo, os novos pólos geradores de demanda, a ligação da Estação Mercado à Zona Sul e o MetroPOA.

Na sequência apresentamos os principais projetos iniciados ou concluídos em 2014 e os principais projetos para 2015 que compõem o Plano de Investimentos da TRENSURB.

Expansão da Linha 1

A expansão a Novo Hamburgo figura entre os mais importantes acontecimentos na empresa, com o início da operação comercial das três últimas estações, em complemento as duas novas já em operação, as quais possuem em seu conceito diversas aplicações tecnológicas que visam obter economia, sustentabilidade e a otimização da mobilidade urbana.

A expansão envolveu a construção de mais 9,3 quilômetros da Linha 1, com cinco novas estações, alcançando-se 42,9 km de extensão de Porto Alegre a Novo Hamburgo. Todo o trecho novo é estruturado em via elevada e comporta cinco novas estações: Estação Rio dos Sinos, no município de São Leopoldo, e as Estações Santo Afonso, Industrial, Fenac e Novo Hamburgo, no Município de Novo Hamburgo.

Implantação do Sistema de Veículos sobre Trilhos Elevados – Aeromóvel

A linha com tecnologia Aeromóvel interliga a Estação Aeroporto da TRENSURB ao Terminal 1 do Aeroporto Internacional Salgado Filho, funcionando no mesmo horário dos trens (diariamente das 5h às 23h20min). O projeto é totalmente desenvolvido no Brasil e usa tecnologia 100% nacional. Os veículos movidos através de propulsão pneumática permitem integração com acesso rápido e direto ao terminal aeroportuário sem custo adicional para os usuários do metrô. O trajeto de 814 metros, com duas estações de embarque e desembarque, é percorrido em 2 minutos e 50 segundos. A linha conta com dois veículos - um com capacidade para 150 passageiros, outro para 300.

Principais eventos para o Aeromóvel em 2014:

Abril - O veículo A200 (capacidade para 300 passageiros) foi colocado em operação.

Mai - Início da operação em horário pleno (diariamente das 5h às 23h20min).

Julho - Início da cobrança de tarifa.

Dezembro - Marca de 1 milhão de passageiros transportados pela conexão metrô-aeroporto via aeromóvel, e ultrapassando 3 mil passageiros diários usando a conexão.

Sistema de bilhetagem eletrônica

A implantação da bilhetagem eletrônica tem como objetivo criar condições para desenvolver a interoperabilidade com os demais sistemas em operação na cidade de Porto Alegre e demais municípios da região metropolitana de Porto Alegre – RMPA. A bilhetagem eletrônica já está implantada em todas as estações da TRENSURB, permitindo maior controle do fluxo de passageiros e da receita, aumento da receita por eliminar distorções na comercialização e utilização de créditos de viagem e a diminuição do risco de roubos e assaltos a bilheterias. Está implantado em todas as estações, não existindo mais venda de bilhetes “edmonson”. A partir de fevereiro de 2014, o sistema de bilhetagem eletrônica foi ampliado para os ônibus integrados em Esteio, dessa forma, as integrações de sistemas TRI e SIM estão implantadas nos municípios de Porto Alegre, Canoas e Esteio. As linhas integradas de Sapucaia do Sul estão sendo atendidas exclusivamente pelo TEU Bilhete do sistema de transportes da RMPA. Os demais municípios do eixo norte também estão utilizando o sistema TEU, integrados fisicamente à TRENSURB.

Aquisição de Frota

A nova frota, denominada de série 200, conta com 15 trens de quatro carros cada um. Os diferenciais dos novos veículos representam grandes melhorias na qualidade do transporte para os usuários, com sistema de ar condicionado automatizado, a possibilidade de passar entre os carros, oito monitores de TV por carro, sistema de comunicação multimídia, iluminação interna com LED, sistema de autodiagnóstico e, também, monitoramento de falhas.

O objetivo deste investimento é de aumentar a capacidade de transporte e de proporcionar à população da Região Metropolitana de Porto Alegre um sistema metro-ferroviário de superfície modernizado, visando à melhoria da mobilidade urbana, da qualidade de vida e da redução do tempo e do custo dos deslocamentos.

Quatorze trens já foram entregues e, destes, oito já estão liberados para circulação comercial com início em 26/09/2014. Os trens restantes estão em fase de testes de comissionamento, que são testes que comprovam que os equipamentos estão de acordo com as especificações técnicas. A entrega do último trem está previsto para janeiro de 2015 e até o primeiro semestre todos estarão liberados para operar comercialmente.

Modernizações da Frota

Trata-se de projetos de modernização da frota original (série 100) propiciando aos usuários condições de conforto similares aos da série 200. Contempla climatizado através de um sistema de ar para a frota de 25 trens à comunicação visual e sonora, cujo objetivo é modernizar o sistema de comunicações em atendimento a legislação de acessibilidade entre outros.

A aprovação dos recursos necessários para a modernização depende de sua inclusão nos próximos PAC (Programas de Aceleração do Crescimento) do Governo Federal.

Projeto de rebaixamento do Trem em Canoas

Trata-se de uma demanda da Prefeitura e das entidades da Sociedade Civil de Canoas. Este investimento visa à realização de plano funcional e projetos executivos para a implantação de uma passagem subterrânea da linha da TRENSURB na região central do município de Canoas, com uma extensão aproximada de 1,2 km, restabelecendo a integridade do centro histórico proporcionando permeabilidade a área central, diminuição do impacto visual e sonoro, valorização dos espaços públicos, melhoria da qualidade ambiental e satisfação da população. O projeto executivo encontra-se em fase de finalização.

Projetos agregados de transporte e negócios associados

Seguindo uma tendência do setor metroferroviário, a TRENSURB tem procurado desenvolver negócios associados ao negócio principal, que contribuam para o aumento de receitas e, ao mesmo tempo, qualifiquem o serviço oferecido aos usuários, gerando facilidades agregadas ao transporte.

Dentre as ações planejadas para ampliar os espaços comerciais ofertados e potencializar o uso dos espaços de mídia foram realizados três processos licitatórios, sendo o primeiro referente ao direito de nomenclatura das estações (Naming Rights), o segundo, de equipamentos de mídia externa (front light e outdoors) que obteve êxito em oito lotes e, o terceiro, referente a lojas comerciais, onde foram arrendados dez espaços distribuídos entre as estações Mercado, Industrial e Novo Hamburgo. O portfólio de produtos compreende a exploração de espaços comerciais e publicitários nas estações, trens e nos entornos do sistema, através de lojas, quiosques, estacionamentos, equipamentos de autoatendimento bancário, painéis do tipo front light e envelopamento externo de Trens, entre outros.

Além dos produtos habituais, a empresa tem buscado desenvolver alternativas de negócio, por meio de projetos que estão em desenvolvimento, entre os quais se destacam: a concessão de uso de áreas destinadas à implantação de um complexo composto de serviços e comércio com vistas a integrar os diversos meios de transporte que compõem o nó logístico junto à estação da TRENSURB na cidade de Novo Hamburgo; e a concessão da TV TRENSURB, em fase de implantação, com 405 monitores instalados nas estações e trens para a divulgação de conteúdos institucionais, notícias e entretenimento, ancorado pela exploração de mídia digital out of home.

Serviço de consultoria especializado em mobilidade urbana

Em 2014, no dia 7 de julho, foi assinado um contrato pioneiro para a TRENSURB, a qual prestará serviço de consultoria especializada em mobilidade urbana para o desenvolvimento e racionalização do sistema de metrô de Salvador, na Bahia. Firmado junto à Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (SEDUR), responsável pelo sistema, o contrato compreende a análise dos processos já implantados de edificações, obras de arte, via permanente, sistemas de energia e controle operacional.

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DE PLANEJAMENTO

Software de Business Intelligence (BI)

Em fase de implementação esta ferramenta permitirá analisar bases de dados para gerar informações estratégicas, ajudando a empresa a tomar decisões de planejamento. Trata-se da

tecnologia que permite transformar dados armazenados nos seus sistemas transacionais e legados em informação significativa. Os principais benefícios são:

- Maior agilidade na consolidação das informações;
- Maior confiabilidade dos dados;
- Concentrar as informações em um único lugar, diminuindo a utilização de informações em paralelo;
- Reduzir o tempo de confecção do material e disponibilizando mais tempo para análise das informações.

Software de Gestão de Recursos Humanos (TOTVS – RM)

Foi adquirido o software de Gestão de Recursos Humanos, juntamente com a contratação de serviços de implantação do mesmo, o qual prevê os seguintes módulos: Folha de Pagamento, Controle de Frequência, Benefícios, Treinamento e Desenvolvimento, Avaliação de Desempenho, Gestão de Salários, Segurança do trabalho, Saúde Ocupacional, Controle de Acessos, Controle de Portal de RH, Consultoria e Assessoria Operacional, Consultoria e Assessoria Técnica, Treinamento para uso do sistema, Manutenção e Suporte Técnico.

Sistema de Gestão Empresarial – ERP (Enterprise Resource Planning) Microsoft Dynamics

Em 2014, foi licitado a aquisição de serviços de implantação, customização, parametrização, treinamento e suporte técnico operacional pós-implantação do Sistema de Gestão Empresarial Microsoft Dynamics que abrangem os módulos de Compras, Vendas, Estoque, Produção, Contabilidade Pública e Societária, Gestão Pública e Financeiro. Esta nova ferramenta dá suporte ao novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP conforme legislação vigente.

Dessa forma, será possível dar o início ao projeto de atualização tecnológica da plataforma corporativa de gestão administrativa da TRENSURB, com vista à implantação de uma nova solução de gestão integrada, moderna e tecnologicamente avançada.

Sistema Eletrônico de Informações - SEI

Em dezembro a TRENSURB assinou o termo de uso do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), programa utilizado por toda a 4ª Região da Justiça Federal que permite a gestão de documentos totalmente online, sem uso de papel, com a atuação dos setores envolvidos em tempo real, promovendo agilidade, sustentabilidade e economia de recursos no trabalho administrativo. O SEI é um sistema de processo eletrônico administrativo para gerir o conhecimento institucional, eliminando-se totalmente a tramitação dos procedimentos em meio físico (papel), virtualiza a informação, promove a celeridade dos processos de trabalho, valoriza a coerência das decisões administrativas e favorece o aumento de recursos humanos na área judiciária pelo enxugamento da área administrativa.

INVESTIMENTOS EM RECURSOS HUMANOS

Ao nos aproximarmos da conclusão do ciclo dos primeiros 30 anos de Operação, destacamos algumas das principais realizações recentes da empresa, com olhar especial ao momento atual de

transformação da TRENSURB. A atual gestão tem a convicção que o sucesso futuro requer a renovação do investimento nas pessoas que darão continuidade a essa trajetória exitosa, portanto, o investimento na gestão de pessoas e suas carreiras requer a constituição de um sistema de gestão de recursos humanos que seja capaz de realizar as mudanças necessárias e de garantir as competências centrais da TRENSURB.

Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH)

A implementação deste sistema tem por objetivo a remodelagem dos processos de Recursos Humanos, com foco no desenvolvimento dos empregados, na retenção de talentos e na gestão do conhecimento da organização. Abrangerá os seguintes temas:

- Mapa de competências e definição de perfil por emprego/ocupação;
- Matriz de Capacitação;
- Sistema de Avaliação de Desempenho;
- Programa de Ações para qualidade de vida no trabalho;
- Programa de responsabilidade social e cidadania corporativa;
- Treinamento de Capacitação de Lideranças.

Plano de Classificação de Empregos, Funções e Salários (PCEFS)

A implantação do Plano de Classificação de Empregos, Funções e Salários é parte deste esforço. Este plano estabelece as regras para identificar a posição de cada empregado dentro da carreira do seu respectivo emprego, bem como as diretrizes para sua movimentação funcional e tem o objetivo de promover a valorização dos empregados através de um sistema de identificação de sua maturidade profissional, da descrição clara das atribuições dos empregos e ocupações, de tabelas salariais compatíveis à realidade do mercado e de um processo de avaliação de desempenho adequado, tornando-se assim um instrumento valioso para a realização de uma gestão de pessoas eficiente.

Plano de Apoio a Aposentadoria (PAA)

Outro importante projeto é o Plano de Apoio a Aposentadoria, o qual foi criado visando incentivar financeiramente o desligamento dos empregados que já estivessem aposentados por tempo de contribuição ou idade, ou próximos desse período. Trata-se de uma ação de suma importância para motivar os empregados a efetuarem o seu desligamento voluntário da empresa.

5.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

5.2.1 Programa Temático

Os Programas inscritos na Lei do Plano Plurianual da União (PPA) para o período de 2012 a 2015, Lei nº 12.593/2012 não estão sob a responsabilidade da TRENSURB.

Quadro A.5.2.1 – Programa Temático - N.A.

5.2.2 Objetivo

Quadro A.5.2.2 – Objetivo fixado pelo PPA – N.A

5.2.2.1 Análise Situacional – N.A

5.2.3 Ações

5.2.3.1 Ações - OFSS

Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

| Identificação da Ação | | | | | | |
|--|--|-----------------|----------------------------------|------------|----------------------------------|-----------------|
| Código | 0022 | | Tipo: Operações Especiais | | | |
| Título | Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas estatais | | | | | |
| Programa | Sentenças Judiciais | | Código: 901 | | Tipo: Operações Especiais | |
| Unidade Orçamentária | 56201 Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A | | | | | |
| Ação Prioritária | <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras | | | | | |
| Lei Orçamentária 2014 | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | | Restos a Pagar inscritos 2014 | |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Paga | Processados | Não Processados |
| 11.800.000 | 24.316.603 | 24.166.942 | 21.615.972 | 21.615.912 | | 2.550.971 |
| Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | Execução Física - Metas | | | |
| Valor em 1/1/2014 | Valor Liquidado | Valor Cancelado | Descrição da Meta | | Unidade de medida | Realizada |
| | | | | | | |

Fonte: SIAFI Gerencial

| Identificação da Ação | | | | | | |
|--|--|-----------------|----------------------------------|-------------------|-------------------------------|-----------------|
| Código | 00M1 | | Tipo: Gestão e Manutenção | | | |
| Título | Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio Funeral e Natalidade | | | | | |
| Programa | Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades Código: 2116 Tipo: Gestão e Manutenção | | | | | |
| Unidade Orçamentária | 56201 Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A | | | | | |
| Ação Prioritária | <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras | | | | | |
| Lei Orçamentária 2014 | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | | Restos a Pagar inscritos 2014 | |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Paga | Processados | Não Processados |
| 20.000 | 30.000 | 12.149 | 12.149 | 12.149 | | |
| Execução Física | | | | | | |
| Descrição da meta | | | Unidade de medida | Montante | | |
| | | | | Previsto | Reprogramado | Realizado |
| | | | | | | |
| Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | Execução Física - Metas | | | |
| Valor em 1/1/2014 | Valor Liquidado | Valor Cancelado | Descrição da Meta | Unidade de medida | Realizada | |
| | | | | | | |

Fonte: SIAFI Gerencial

| Identificação da Ação | | | | | | |
|--|--|-----------------|----------------------------------|-------------|-------------------------------|-----------------|
| Código | 0536 | | Tipo: Operações Especiais | | | |
| Título | Pensões Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais | | | | | |
| Programa | Operações Especiais: Outros Encargos Especiais | | Código: | 0909 | Tipo: | |
| Unidade Orçamentária | Operações Especiais | | | | | |
| Ação Prioritária | <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras | | | | | |
| Lei Orçamentária 2014 | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | | Restos a Pagar inscritos 2014 | |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Paga | Processados | Não Processados |
| 66.300 | 74.300 | 73.966 | | 73.966 | | |
| Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | Execução Física - Metas | | | |
| Valor em 1/1/2014 | Valor Liquidado | Valor Cancelado | Descrição da Meta | | Unidade de medida | Realizada |
| | | | | | | |

Fonte: SIAFI Gerencial

| Identificação da Ação | | | | | | |
|--|--|-----------------|-------------------------|-------------------|-------------------------------|-----------------|
| Código | 10SS | | Tipo: Temático | | | |
| Título | Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano | | | | | |
| Iniciativa | 027W - Apoiar implantação, modernização e complementação de sistemas de transporte público coletivo, incluindo a aquisição de veículos e equipamentos | | | | | |
| Objetivo | Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível. Código: 574 | | | | | |
| Programa | Mobilidade Urbana e Trânsito | | Código: 2048 | | Tipo: Temático | |
| Unidade Orçamentária | | | | | | |
| Ação Prioritária | <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras | | | | | |
| Lei Orçamentária 2014 | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | | Restos a Pagar inscritos 2014 | |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Paga | Processados | Não Processados |
| | 1.127.165 | 1.127.165 | | | | 1.127.165 |
| Execução Física | | | | | | |
| Descrição da meta | | | Unidade de medida | Montante | | |
| | | | | Previsto | Reprogramado | Realizado |
| Aumentar a demanda transportada por dia útil nos sistemas metro ferroviário sob a gestão do governo federal. | | | Unidade | 100 | | 100 |
| Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | Execução Física - Metas | | | |
| Valor em 1/1/2014 | Valor Liquidado | Valor Cancelado | Descrição da Meta | Unidade de medida | Realizada | |
| | | | | | | |

Fonte: SIAFI Gerencial

| Identificação da Ação | | | | | | |
|--|--|-------------------|-------------------------|-------------------|-------------------------------|-----------------|
| Código | 14TS | | Tipo: Temático | | | |
| Título | Adequação dos Sistemas de Trens à Acessibilidade Universal | | | | | |
| Iniciativa | 029W – Apoiar a Implantação e adequação da infraestrutura urbana para propiciar acessibilidade as pessoas com restrição de mobilidade e deficiência | | | | | |
| Objetivo | Apoiar sistemas de transportes não motorizados integrados aos sistemas de transporte público coletivo e promover a acessibilidade universal Código: 580 | | | | | |
| Programa | Mobilidade Urbana e Trânsito | | Código: 2048 | | Tipo: Temático | |
| Unidade Orçamentária | 56201 Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A | | | | | |
| Ação Prioritária | <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras | | | | | |
| Lei Orçamentária 2014 | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | | Restos a Pagar inscritos 2014 | |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Paga | Processados | Não Processados |
| 100.000 | 100.000 | | | | | |
| Execução Física | | | | | | |
| Descrição da meta | | Unidade de medida | Montante | | | |
| | | | Previsto | Reprogramado | Realizado | |
| Adequação dos sistemas metroferroviários à Acessibilidade Universal até 2014, conforme Decreto nº 5.296 de 2004. | | | % de execução | 100 | 0 | 0 |
| Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | Execução Física - Metas | | | |
| Valor em 1/1/2014 | Valor Liquidado | Valor Cancelado | Descrição da Meta | Unidade de medida | Realizada | |
| 2.724.000 | 2.458.537 | | | | | |

Fonte: SIAFI Gerencial

| Identificação da Ação | | | | | | |
|---|--|-----------------|-------------------------|-----------------------|-------------------------------|-----------------|
| Código | 14TT | | Tipo: Temático | | | |
| Título | Modernização e Recuperação do Sistema de Trens Urbanos | | | | | |
| Iniciativa | 283 – Implantar, expandir, recuperar e modernizar os sistemas de transporte metroviário nos centros urbanos | | | | | |
| Objetivo | Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível Código: 574 | | | | | |
| Programa | Mobilidade Urbana de Trânsito | | Código: 2048 | Tipo: Temático | | |
| Unidade Orçamentária | 56201 Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A | | | | | |
| Ação Prioritária | <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras | | | | | |
| Lei Orçamentária 2014 | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | | Restos a Pagar inscritos 2014 | |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Paga | Processados | Não Processados |
| 100.000 | 100.000 | 100.000 | | | | 100.000 |
| Execução Física | | | | | | |
| Descrição da meta | | | Unidade de medida | Montante | | |
| | | | | Previsto | Reprogramado | Realizado |
| Implantar, expandir, recuperar e modernizar os sistemas de transporte metroferroviário nos centros urbanos. | | | % de execução física | 1 | 1 | 1 |
| Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | Execução Física - Metas | | | |
| Valor em 1/1/2014 | Valor Liquidado | Valor Cancelado | Descrição da Meta | Unidade de medida | Realizada | |
| 481.585 | 339.374 | 17.211 | | | | |

Fonte: SIAFI Gerencial

| Identificação da Ação | | | | | | |
|--|--|-----------------|----------------------------------|-------------------|-------------------------------|-----------------|
| Código | 2000 | | Tipo: Gestão e Manutenção | | | |
| Título | Administração da Unidade | | | | | |
| Programa | Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades Código: 2116 Tipo: Gestão e Manutenção | | | | | |
| Unidade Orçamentária | 56201 Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A | | | | | |
| Ação Prioritária | <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras | | | | | |
| Lei Orçamentária 2014 | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | | Restos a Pagar inscritos 2014 | |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Paga | Processados | Não Processados |
| 19.700.000 | 19.700.000 | 16.131.184 | 13.657.351 | 13.548.119 | | 2.473.833 |
| Execução Física | | | | | | |
| Descrição da meta | | | Unidade de medida | Montante | | |
| | | | | Previsto | Reprogramado | Realizado |
| | | | | | | |
| Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | Execução Física - Metas | | | |
| Valor em 1/1/2014 | Valor Liquidado | Valor Cancelado | Descrição da Meta | Unidade de medida | Realizada | |
| 1.630.423 | 1.212.105 | 176.739 | | | | |

Fonte: SIAFI Gerencial

| Identificação da Ação | | | | | | |
|--|--|-----------------|---|-------------------|-------------------------------|-----------------|
| Código | 2004 | | Tipo: Gestão e Manutenção | | | |
| Título | Assistência Médica e odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus dependentes | | | | | |
| Programa | Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades | | Código: 2116 Tipo: Gestão e Manutenção | | | |
| Unidade Orçamentária | 56201 Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A | | | | | |
| Ação Prioritária | <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras | | | | | |
| Lei Orçamentária 2014 | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | | Restos a Pagar inscritos 2014 | |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Paga | Processados | Não Processados |
| 3.576.696 | 6.193.636 | 6.193.636 | 6.157.216 | 6.154.677 | | 36.420 |
| Execução Física | | | | | | |
| Descrição da meta | | | Unidade de medida | Montante | | |
| | | | | Previsto | Reprogramado | Realizado |
| | | | | | | |
| Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | Execução Física - Metas | | | |
| Valor em 1/1/2014 | Valor Liquidado | Valor Cancelado | Descrição da Meta | Unidade de medida | Realizada | |
| 450 | 450 | | | | | |

Fonte: SIAFI Gerencial

| Identificação da Ação | | | | | | |
|--|--|-----------------|----------------------------------|-------------------|-------------------------------|-----------------|
| Código | 2010 | | Tipo: Gestão e Manutenção | | | |
| Título | Assistência Pré escolar aos Dependentes dos Servidores, Cíveis Empregados e Militares | | | | | |
| Programa | Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades Código: 2116 Tipo: Gestão e Manutenção | | | | | |
| Unidade Orçamentária | 56201 Empresa de Trens urbanos de Porto Alegre S/A | | | | | |
| Ação Prioritária | <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras | | | | | |
| Lei Orçamentária 2014 | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | | Restos a Pagar inscritos 2014 | |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Paga | Processados | Não Processados |
| 432.000 | 512.000 | 490.748 | 490.748 | 490.748 | | |
| Execução Física | | | | | | |
| Descrição da meta | | | Unidade de medida | Montante | | |
| | | | | Previsto | Reprogramado | Realizado |
| | | | | | | |
| Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | Execução Física - Metas | | | |
| Valor em 1/1/2014 | Valor Liquidado | Valor Cancelado | Descrição da Meta | Unidade de medida | Realizada | |
| | | | | | | |

Fonte: SIAFI Gerencial

| Identificação da Ação | | | | | | |
|--|--|-----------------|----------------------------------|----------|-------------------------------|-----------------|
| Código | 2011 | | Tipo: Gestão e Manutenção | | | |
| Título | Auxílio Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares | | | | | |
| Programa | Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades Código: 2116 Tipo: Gestão e Manutenção | | | | | |
| Unidade Orçamentária | 56201 Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A | | | | | |
| Ação Prioritária | <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras | | | | | |
| Lei Orçamentária 2014 | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | | Restos a Pagar inscritos 2014 | |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Paga | Processados | Não Processados |
| 480.000 | 630.000 | 275.243 | 275.243 | 275.243 | | |
| Execução Física | | | | | | |
| Descrição da meta | | | Unidade de medida | Montante | | |
| | | | | Previsto | Reprogramado | Realizado |
| | | | | | | |
| Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | Execução Física - Metas | | | |
| Valor em 1/1/2014 | Valor Liquidado | Valor Cancelado | Descrição da Meta | | Unidade de medida | Realizada |
| 96.433 | 84.306 | 12.127 | | | | |

Fonte: SIAFI Gerencial

| Identificação da Ação | | | | | | |
|--|--|-----------------|-------------------------|-------------------|-------------------------------|-----------------|
| Código | 2012 Tipo: Gestão e Manutenção | | | | | |
| Título | Auxílio Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares | | | | | |
| Programa | Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades Código: 2116 Tipo: Gestão e Manutenção | | | | | |
| Unidade Orçamentária | 56201 Empresa de Trens urbanos de Porto Alegre S/A | | | | | |
| Ação Prioritária | <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras | | | | | |
| Lei Orçamentária 2014 | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | | Restos a Pagar inscritos 2014 | |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Paga | Processados | Não Processados |
| 6.804.000 | 9.400.750 | 9.400.750 | 7.899.750 | 7.899.768 | | 1.500.982 |
| Execução Física | | | | | | |
| Descrição da meta | | | Unidade de medida | Montante | | |
| | | | | Previsto | Reprogramado | Realizado |
| | | | | | | |
| Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | Execução Física - Metas | | | |
| Valor em 1/1/2014 | Valor Liquidado | Valor Cancelado | Descrição da Meta | Unidade de medida | Realizada | |
| 584.495 | 584.495 | | | | | |

Fonte: SIAFI Gerencial

| Identificação da Ação | | | | | | |
|--|---|-----------------|----------------------------------|-------------|-------------------------------|-----------------|
| Código | 20TP | | Tipo: Gestão e Manutenção | | | |
| Título | Pagamento de Pessoal Ativo da União | | | | | |
| Programa | Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades Código: 2116 Tipo: Gestão e Manutenção | | | | | |
| Unidade Orçamentária | 56201 Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A | | | | | |
| Ação Prioritária | () Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras | | | | | |
| Lei Orçamentária 2014 | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | | Restos a Pagar inscritos 2014 | |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Paga | Processados | Não Processados |
| 95.048.255 | 107.133.255 | 107.133.255 | 105.242.610 | 104.944.927 | | 1.890.645 |
| Execução Física | | | | | | |
| Descrição da meta | | | Unidade de medida | Montante | | |
| | | | | Previsto | Reprogramado | Realizado |
| | | | | | | |
| Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | Execução Física - Metas | | | |
| Valor em 1/1/2014 | Valor Liquidado | Valor Cancelado | Descrição da Meta | | Unidade de medida | Realizada |
| 2.523 | 2.523 | | | | | |

Fonte: SIAFI Gerencial

| Identificação da Ação | | | | | | |
|--|--|-----------------|-------------------------|-------------------|-------------------------------|-----------------|
| Código | 2843 Tipo: Gestão e Manutenção | | | | | |
| Título | Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros | | | | | |
| Programa | Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades Código: 2116 Tipo: Gestão e Manutenção | | | | | |
| Unidade Orçamentária | 56201 Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A | | | | | |
| Ação Prioritária | <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras | | | | | |
| Lei Orçamentária 2014 | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | | Restos a Pagar inscritos 2014 | |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Paga | Processados | Não Processados |
| 75.777.244 | 76.077.244 | 70.545.594 | 64.899.928 | 64.028.703 | | 5.645.666 |
| Execução Física | | | | | | |
| Descrição da meta | | | Unidade de medida | Montante | | |
| | | | | Previsto | Reprogramado | Realizado |
| | | | | | | |
| Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | Execução Física - Metas | | | |
| Valor em 1/1/2014 | Valor Liquidado | Valor Cancelado | Descrição da Meta | Unidade de medida | Realizada | |
| 9.541.981 | 9.575.207 | 711.649 | | | | |

Fonte: SIAFI Gerencial

| Identificação da Ação | | | | | | |
|--|--|-----------------|----------------------------------|-------------------|-------------------------------|-----------------|
| Código | 4641 | | Tipo: Gestão e Manutenção | | | |
| Título | Publicidade de Utilidade Pública | | | | | |
| Programa | Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades Código: 2116 Tipo: Gestão e Manutenção | | | | | |
| Unidade Orçamentária | 56201 Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A | | | | | |
| Ação Prioritária | <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras | | | | | |
| Lei Orçamentária 2014 | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | | Restos a Pagar inscritos 2014 | |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Paga | Processados | Não Processados |
| 1.000.000 | 700.000 | 175.097 | 175.097 | 175.097 | | |
| Execução Física | | | | | | |
| Descrição da meta | | | Unidade de medida | Montante | | |
| | | | | Previsto | Reprogramado | Realizado |
| | | | | | | |
| Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | Execução Física - Metas | | | |
| Valor em 1/1/2014 | Valor Liquidado | Valor Cancelado | Descrição da Meta | Unidade de medida | Realizada | |
| 125.486 | 125.486 | | | | | |

Fonte: SIAFI Gerencial

| Identificação da Ação | | | | | | |
|---|--|-------------------|----------------------------------|-------------------|-------------------------------|-----------------|
| Código | 6438 | | Tipo: Gestão e Manutenção | | | |
| Título | Capacitação de Recursos Humanos para Transportes Coletivos Urbanos | | | | | |
| Programa | Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades | | Código: 2116 | | | |
| Unidade Orçamentária | Tipo: Gestão e Manutenção | | | | | |
| Ação Prioritária | 56201 Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A | | | | | |
| | <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras | | | | | |
| Lei Orçamentária 2014 | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | | Restos a Pagar inscritos 2014 | |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Paga | Processados | Não Processados |
| 500.000 | 500.000 | 421.039 | 202.373 | 202.373 | | 218.666 |
| Execução Física | | | | | | |
| Descrição da meta | | Unidade de medida | Montante | | | |
| | | | Previsto | Reprogramado | Realizado | |
| Contratação de cursos de treinamento e participação em palestras, exposições, congressos e seminários que busquem a capacitação e o desenvolvimento dos funcionários. | | | Empregado capacitado | 1100 | 780 | 780 |
| Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | Execução Física - Metas | | | |
| Valor em 1/1/2014 | Valor Liquidado | Valor Cancelado | Descrição da Meta | Unidade de medida | Realizada | |
| 234.835 | 155.826 | 39.437 | | | | |

Fonte: SIAFI Gerencial

| Identificação da Ação | | | | | | |
|--|---|-----------------|-------------------------|-------------------|-------------------------------|-----------------|
| Código | 8785 Tipo: Gestão e Manutenção | | | | | |
| Título | Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC | | | | | |
| Programa | Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades Código: 2116 Tipo: Gestão e Manutenção | | | | | |
| Unidade Orçamentária | 56201 Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A | | | | | |
| Ação Prioritária | <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input checked="" type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras | | | | | |
| Lei Orçamentária 2014 | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | | | | |
| Dotação | | Despesa | | | Restos a Pagar inscritos 2014 | |
| Inicial | Final | Empenhada | Liquidada | Paga | Processados | Não Processados |
| | 880.737 | 880.737 | 642.183 | 233.145 | | 238.554 |
| Execução Física | | | | | | |
| Descrição da meta | | | Unidade de medida | Montante | | |
| | | | | Previsto | Reprogramado | Realizado |
| | | | | | | |
| Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | Execução Física - Metas | | | |
| Valor em 1/1/2014 | Valor Liquidado | Valor Cancelado | Descrição da Meta | Unidade de medida | Realizada | |
| | | | | | | |

Fonte: SIAFI Gerencial

5.2.3.2 Ações/Subtítulos - OFSS

Não se aplica.

Quadro A.5.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS - N.A.

5.2.3.3 Ações não Previstas na LOA 2014 – Restos a Pagar não Processados – OFSS

Quadro A.5.2.3.3 – Ações não Previstas LOA 2014 - Restos a Pagar - OFSS

| Identificação da Ação | | | | | |
|--|--|-----------------|------------------------|-----------------------|-----------|
| Código | 1D73 | | Tipo: Temático | | |
| Título | Apoyo a Política de Desenvolvimento Urbano | | | | |
| Iniciativa | Fortalecimento da gestão municipal e interfederativa para o desenvolvimento urbano integrado e com participação social | | | | |
| Objetivo | Fortalecer a gestão municipal e interfederativa para o desenvolvimento urbano integrado e com participação social. Código:02B4 | | | | |
| Programa | Planejamento urbano | | Código: 2054 | Tipo: Temático | |
| Unidade Orçamentária | 56201 – Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A | | | | |
| Ação Prioritária | <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras | | | | |
| Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | Execução Física - Meta | | |
| Valor em 01/01/2014 | Valor Liquidado | Valor Cancelado | Descrição da Meta | Unidade de medida | Realizado |
| 2.752.358 | 1.355.266 | | | | |

Fonte: SIAFI Gerencial

| Identificação da Ação | | | | | |
|--|---|-----------------|--|-----------------------|-----------|
| Código | 7L64 | | Tipo: Temático | | |
| Título | Expansão e Melhoria da Malha Metroviária do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre | | | | |
| Iniciativa | 027X - Expansão e Melhoria da Malha Metroviária do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre | | | | |
| Objetivo | Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes coletivos públicos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível Código: 574 | | | | |
| Programa | Mobilidade Urbana | | Código: 2048 | Tipo: Temático | |
| Unidade Orçamentária | 56201 Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A | | | | |
| Ação Prioritária | <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras | | | | |
| Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | Execução Física - Meta | | |
| Valor em 01/01/2014 | Valor Liquidado | Valor Cancelado | Descrição da Meta | Unidade de medida | Realizado |
| 198.654.003 | 140.156.693 | | Aumentar a demanda transportada por dia útil nos sistemas metro ferroviários sob a gestão do governo federal | % de execução física | 99,00 |

Fonte: SIAFI Gerencial

| Identificação da Ação | | | | | |
|--|---|-----------------|--|----------------------|-----------|
| Código | 20YB | | Tipo: Temático | | |
| Título | Fomento à Expansão e ao Fortalecimento de Sistemas de Trens Urbanos | | | | |
| Iniciativa | 02AS – Apoiar a capacitação e o desenvolvimento institucional para gestão de sistemas de mobilidade urbana e de transporte sobre trilhos, o fomento à elaboração de planos diretores de transporte e da mobilidade urbana, e elaboração de projetos de infraestrutura da mobilidade urbana, trânsito e transporte sobre trilhos. | | | | |
| Objetivo | Fomentar ações estruturantes para o fortalecimento institucional, promovendo a regulação do setor, a pesquisa a implantação de sistemas de informação a elaboração de projetos e planos de transporte de mobilidade urbana e trânsito e a capacitação institucional dos agentes públicos para os sistemas de mobilidade urbana de forma integrada e sustentável. Código: 584 | | | | |
| Programa | Planejamento Urbano | | Código: 2048 Tipo: Temático | | |
| Unidade Orçamentária | 56201 Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A | | | | |
| Ação Prioritária | <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras | | | | |
| Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | Execução Física - Meta | | |
| Valor em 01/01/2014 | Valor Liquidado | Valor Cancelado | Descrição da Meta | Unidade de medida | Realizado |
| 932.237 | 497.193 | | Apoiar a elaboração e atualização dos Planos Diretores de Transporte e da Mobilidade Urbana em 100% dos municípios acima de 500 mil habitantes | % de execução física | 100,00 |

Fonte: SIAFI Gerencial

| Identificação da Ação | | | | | |
|--|---|-----------------|--|-----------------------|-----------|
| Código | 13US | | Tipo: Temático | | |
| Título | Implantação do Sistema de Veículos Sobre Trilhos Elevados - Aeromóvel | | | | |
| Iniciativa | 027X - Expansão e Melhoria da Malha Metroviária do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS | | | | |
| Objetivo | Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível. Código: 574 | | | | |
| Programa | Planejamento Urbano | | Código: 2048 | Tipo: Temático | |
| Unidade Orçamentária | 56201 Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A | | | | |
| Ação Prioritária | <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras | | | | |
| Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | Execução Física - Meta | | |
| Valor em 01/01/2014 | Valor Liquidado | Valor Cancelado | Descrição da Meta | Unidade de medida | Realizado |
| 911.687 | 736.667 | | Aumentar a demanda transportada por dia útil nos sistemas metro ferroviários sob a gestão do governo federal | % de execução física | 100,00 |

Fonte: SIAFI Gerencial

5.2.3.4 Ações - Orçamento de Investimento - OI

Quadro A.5.2.3.4 – Ações do Orçamento de Investimento

| Identificação da Ação | | | | | | | |
|------------------------------------|---|-----------------|------------------------|-----------------------|----------|--------------|-----------|
| Código | 10SS | | Tipo: Temático | | | | |
| Título | Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano | | | | | | |
| Iniciativa | 027W - Apoiar implantação, modernização e complementação de sistemas de transporte público coletivo, incluindo a aquisição de veículos e equipamentos | | | | | | |
| Objetivo | Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível. Código: 574 | | | | | | |
| Programa | Mobilidade urbana | | Código: 2048 | Tipo: Temático | | | |
| Unidade Orçamentária | 56201 Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A | | | | | | |
| Ação Prioritária | <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras | | | | | | |
| Execução Financeira e Física | | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | Execução Física – Meta | | | | |
| Dotação Inicial | Dotação Final | Valor Realizado | Descrição da Meta | Unidade de medida | Previsto | Reprogramado | Realizado |
| | 1.127.165 | 1.127.165 | | | | | |

Fonte: SIAFI Gerencial

| Identificação da Ação | | | | | | | |
|------------------------------------|--|-----------------|--|-----------------------|-----------------------|--------------|-----------|
| Código | 14TS | | | Tipo: Temático | | | |
| Título | Adequação dos Sistema de Trens à Acessibilidade Universal | | | | | | |
| Iniciativa | 029W - Apoiar a implantação e adequação de infraestrutura urbana para propiciar acessibilidade às pessoas com restrição de mobilidade e deficiência | | | | | | |
| Objetivo | Apoiar sistemas de transportes não motorizados integrados aos sistemas de transporte público coletivo e promover a acessibilidade universal Código: 580 | | | | | | |
| Programa | Mobilidade urbana | | Código: 2048 | | Tipo: Temático | | |
| Unidade Orçamentária | 56201 Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A | | | | | | |
| Ação Prioritária | <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras | | | | | | |
| Execução Financeira e Física | | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | Execução Física – Meta | | | | |
| Dotação Inicial | Dotação Final | Valor Realizado | Descrição da Meta | Unidade de medida | Previsto | Reprogramado | Realizado |
| 100.000 | 100.000 | 0 | Adequação dos sistemas metroferroviários à Acessibilidade Universal até 2014, conforme Decreto nº 5.296 de 2004. | % de execução física | 1 | 1 | 0 |

Fonte: SIAFI Gerencial

| Identificação da Ação | | | | | | | |
|------------------------------------|---|-----------------|---|-----------------------|-----------------------|--------------|-----------|
| Código | 14TT | | | Tipo: Temático | | | |
| Título | Modernização e Recuperação do Sistema de Trens Urbanos | | | | | | |
| Iniciativa | 0283 - Implantar, expandir, recuperar e modernizar os sistemas de transporte metroferroviário nos centros urbanos | | | | | | |
| Objetivo | Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível. Código: 574 | | | | | | |
| Programa | Mobilidade urbana | | Código: 2048 | | Tipo: Temático | | |
| Unidade Orçamentária | 56201 Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A | | | | | | |
| Ação Prioritária | <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras | | | | | | |
| Execução Financeira e Física | | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | Execução Física – Meta | | | | |
| Dotação Inicial | Dotação Final | Valor Realizado | Descrição da Meta | Unidade de medida | Previsto | Reprogramado | Realizado |
| 100.000 | 100.000 | 100.000 | Aumentar a demanda transportada por dia útil nos sistemas metroferroviários sob a gestão do governo federal . | % de execução física | 1 | 1 | 1 |

Fonte: SIAFI Gerencial

| Identificação da Ação | | | | | | | |
|------------------------------------|--|-----------------|------------------------|----------------------|----------|--------------|-----------|
| Código | 2000 | | | Tipo: Projeto | | | |
| Título | Administração da Unidade | | | | | | |
| Programa | Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades | | | Código: 2116 | | | |
| Unidade Orçamentária | Tipo: Gestão 56201 Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A | | | | | | |
| Ação Prioritária | <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras | | | | | | |
| Execução Financeira e Física | | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | Execução Física – Meta | | | | |
| Dotação Inicial | Dotação Final | Valor Realizado | Descrição da Meta | Unidade de medida | Previsto | Reprogramado | Realizado |
| 3.700.000 | 3.700.000 | 875.866 | | | | | |

Fonte: SIAFI Gerencial

| Identificação da Ação | | | | | | | |
|------------------------------------|--|-----------------|------------------------|----------------------|----------|--------------|-----------|
| Código | 2843 | | | Tipo: Projeto | | | |
| Título | Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros | | | | | | |
| Programa | Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades | | | Código: 2116 | | | |
| Unidade Orçamentária | Tipo: Gestão e Manutenção 56201 Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A | | | | | | |
| Ação Prioritária | <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras | | | | | | |
| Execução Financeira e Física | | | | | | | |
| Execução Orçamentária e Financeira | | | Execução Física – Meta | | | | |
| Dotação Inicial | Dotação Final | Valor Realizado | Descrição da Meta | Unidade de medida | Previsto | Reprogramado | Realizado |
| 7.277.244 | 7.277.244 | 4.295.588 | | | | | |

Fonte: SIAFI Gerencial

5.2.3.5 Análise Situacional

Neste item, cabe realizar análise sobre a execução orçamentária do exercício 2014. Esta análise será realizada de forma individualizada, por ação orçamentária.

Ação 022 – Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais – Na LOA 2014, foi fixado o valor de R\$ 11.800.000,00 para cumprimento de pagamentos de sentenças trabalhistas transitadas em julgado. Durante o exercício, a dotação disponibilizada foi executada em sua integralidade, sendo ainda necessária, a aprovação de créditos adicionais, que garantiram a TRENSURB condições de honrar os pagamentos determinados pela justiça. Ao final do ano, após as movimentações orçamentárias, a ação chegou ao montante de R\$ 24.316.603, sendo que deste, R\$ 21.615.972 foram liquidados e pagos no próprio exercício e R\$ 2.550.971 foram inscritos em restos a pagar.

Ação 00M1 – Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio Funeral e Natalidade. Foi executado o percentual de 40,50% desta ação no exercício, liquidado e pago dentro do próprio ano. Mesmo sendo suplementado em R\$ 10.000,00 a dotação inicial, não foi necessária a utilização de todo o valor disponível.

Ação 0536 – Pensões Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais – a dotação fixada pela LOA nesta ação foi de R\$ 66.300,00. Durante o exercício o valor foi suplementado em R\$ 8.000,00 para suportar as despesas existentes com as pensões judiciais determinadas pela justiça que a TRENURB cumpra. O valor de R\$ 73.966,00 foi liquidado e pago no mesmo exercício. O restante, por não se fazer necessário, foi cancelado.

Ação 10SS – Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano – No exercício de 2014, a TRENURB recebeu descentralização de recursos para alocar em contrato vigente, que tem como objeto o projeto para tornar a estação do centro da cidade de Canoas subterrânea e assim eliminar problemas de mobilidade e urbanismo da região.

Ação 14TS – Adequação dos Sistemas de Trens à Acessibilidade Universal - A dotação inicial para esta ação era de R\$ 100.000,00 e não foi executado nenhum projeto em virtude da indisponibilidade de limite orçamentário ocorrida no final do exercício.

Ação 14TT – Modernização e Recuperação do Sistema de Trens Urbanos - A dotação inicial para esta ação foi de R\$ 100.000,00, que foram utilizados na formalização do contrato com empresa Tecnodrill, para a modernização da prensa de eixamento de rodeiros, localizada no setor de oficina da TRENURB.

Ação 2000 – Administração da Unidade – A dotação inicial desta ação era de R\$ 19.700.000,00. Durante o exercício foi disponibilizado mensalmente os limites para execução das despesas. Ao final do exercício foi executado o valor de R\$ 16.131.184,00 e deste valor foi liquidado o valor de R\$ 13.657.351,00. O valor inscrito em restos a pagar refere-se a despesas e projetos deste exercício que serão liquidadas e pagas em 2015. Cabe ressaltar que nesta ação também ocorreu contingenciamento, não sendo disponibilizado limite importante para cumprimento dos compromissos da empresa, que impactaram na execução do ano de 2015.

Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus dependentes – Como os créditos solicitados em 2013 não foram atendidos, as despesas decorrentes desta ação relativas aos meses de novembro e dezembro, tiveram que ser pagas com a dotação disponibilizada em 2014, impactando diretamente na execução orçamentária, fazendo com que esta ação iniciasse o ano com valor bem aquém das necessidades da empresa para honrar as despesas com os contratos de assistência médica aos empregados. Ao longo do exercício foram disponibilizados créditos adicionais que supriram a necessidade gerada ao longo do exercício.

Ação 2010 – Assistência Pré Escolar aos Dependentes dos Servidores, Civis Empregados e Militares – A dotação inicial disponibilizada na LOA não foi suficiente para atender este benefício por isso foi realizada a suplementação de R\$ 80.000,00. Executou-se o percentual de 95,85% do orçamento disponível.

Ação 2011 – Auxílio Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares – Foi executado o percentual de 43,69% desta ação com pagamento de benefícios de vale transporte aos empregados e estagiários da TRENSURB.

Ação 2012 – Auxílio alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares – O valor inicial disponibilizado não foi suficiente para arcar com as despesas de auxílio alimentação dos empregados da empresa. Foi necessária a suplementação de R\$ 2.596.750,00 para cumprir os compromissos. Foram inscritos em restos pagar o valor de R\$ 1.500.982,00, pois a fatura do contrato que intermedia este repasse, relativa ao mês de dezembro, não havia sido emitida até o encerramento do ano.

Ação 20TP – Pagamento de Pessoal Ativo da União – Esta ação, de acordo com as projeções realizadas, iniciou o exercício com dotação insuficiente para realizar o pagamento dos salários e encargos sociais dos empregados ativos. Foi necessária a aprovação de crédito adicional no valor de R\$ 12.085.000,00, para o cumprimento de todas as despesas previstas no exercício. Da dotação disponível, foi utilizado o valor total de R\$ 105.242.610,00 no decorrer exercício e inscrito o valor de R\$ 1.890.645,00, que teve como finalidade a conclusão do cronograma de desligamentos do Plano de Apoio a Aposentadoria, que estavam previstos para 2014 e que aguardavam a liberação de suplementação para ocorrer.

Ação 2843 – Funcionamento dos Sistemas de Transportes Ferroviário Urbano de Passageiros - Esta ação teve seu desempenho impactado pelo contingenciamento de limites ocorrido no mês de dezembro, comprometendo a contratação de projetos e aquisições de equipamentos previstas para o exercício. Foram priorizadas as despesas com prestação de serviço e aquisição de materiais para não comprometer a prestação de serviço aos usuários.

Ação 4641 – Publicidade de Utilidade Pública – Esta ação teve sua execução prejudicada, pois a licitação para contratação da empresa de publicidade não foi concluída, não tendo sido possível executar as ações previstas para o ano. Em virtude da baixa execução e da falta de previsibilidade de conclusão do processo licitatório, foi remanejado o valor de R\$ 300.000,00 para a ação 2843.

Ação 6438 – Capacitação de Recursos Humanos para Transportes Coletivos Urbanos – Foi executado o percentual de 84,21% da dotação disponibilizada na LOA 2014. Sendo que R\$ 202.373,00, liquidados e pagos no exercício e o valor de R\$ 218.66,00, inscrito em restos a pagar. O valor inscrito em restos a pagar suportará a despesa com treinamento obrigatório de normas de segurança que tem turmas previstas para dezembro/2014 e janeiro/2015.

Ação 8785 – Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – Recurso descentralizado pelo Ministério das Cidades para suprir o reajuste previsto no contrato da obra de expansão até Novo Hamburgo e para cobrir despesas com diárias, passagens e hospedagem do contrato de consultoria prestado no metro de Salvador que não estavam previstas no orçamento da TRENSURB para este exercício.

Ação 1D73 – Apoio à Política de Desenvolvimento Urbano - A TRENSURB como principal operadora de transporte metropolitano de Porto Alegre além do seu total comprometimento com a oferta plena de mobilidade à comunidade circundante, identifica-se com a preocupação dos

administradores das cidades atendidas quanto a sua inserção no tecido urbano. Neste aspecto, não obstante a inegável importância que o modal metroviário apresenta, as suas características de via segregada implicam em complexa interface com a circulação harmoniosa nos segmentos interceptados. Em alguns casos esta significativa interferência ao paisagismo e desenho arquitetônico das cidades assume proporções que estabelecem a necessidade de restaurar a situação primitiva do sítio urbano no sentido de recuperar e proporcionar ao local novamente condição de circulação, convívio, uso do solo e de paisagismo sintonizados com os anseios da população. Esta conjunção de fatores estabeleceu-se no centro histórico de Canoas, evoluindo para a especificação de um segmento subterrâneo para a linha metroviária, coincidente com a área de interesse, de forma a restabelecer as condições originais ao local.

O objetivo principal do Projeto é estabelecer o conjunto de intervenções que melhor atendam as expectativas sociais de forma harmônica e que favoreça o ambiente e tenham as melhores condições econômicas e técnicas e de viabilidade de execução. Como conjunto de intervenções entende-se a variante da Linha 1 do TRENSURB (em túnel), do trecho contido na área central de Canoas, a Estação correspondente subterrânea e o arranjo urbanístico para a área de influência decorrente no centro de Canoas, contemplando as possibilidades urbanísticas que o trecho subterrâneo irá proporcionar.

O Projeto está em fase de elaboração e aprovação da documentação final, com o prazo de conclusão em 15 de Agosto de 2015.

Ação 7L64 – Expansão e Melhoria da Malha Metroviária do sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre – Neste exercício foi executado o valor de R\$ 140.156.693, inscritos em restos a pagar. Este valor refere-se aos contratos de aquisição da nova frota de trens unidade elétrica (TUE) e pagamento da execução do contrato de expansão da Linha 1 até o município de Novo Hamburgo.

Ação 20YB – Fomento à Expansão e ao Fortalecimento de Sistema de Trens Urbanos – Os recursos desta ação inscritos em restos a pagar, foram utilizados para dar continuidade ao contrato consultoria destinado a elaboração de estudo de viabilidade técnica, econômica financeira da extensão da linha 1, trecho Novo Hamburgo – Sapiranga/RS.

Ação 13US – Implantação do sistema de Veículos sobre Trilhos Elevados – Aeromóvel – O valor referente à implantação e operação assistida do sistema Aeromóvel desembolsado no exercício foi de R\$ 736.667,00 permanecendo o restante inscrito em restos a pagar, pois o contrato está vigente até 2015 e tem cronograma de desembolso previsto para o período.

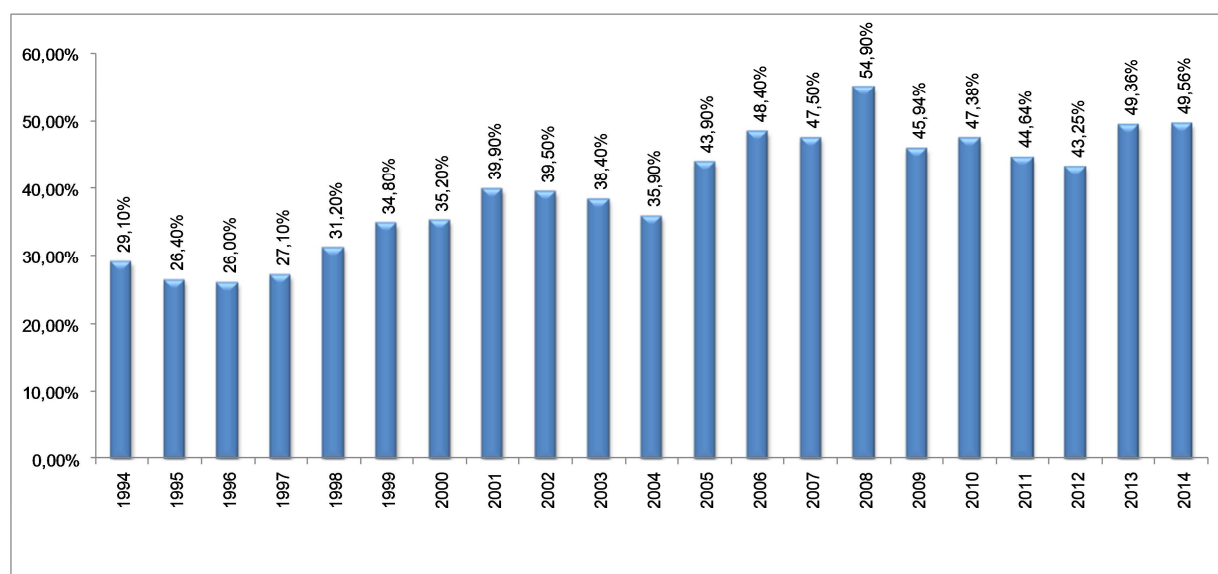
5.3 Informações sobre outros resultados da gestão

Principais resultados

Taxa de Cobertura Operacional

A Taxa de Cobertura Operacional - TCO é o principal índice financeiro da TRENURB e seu crescimento é um dos objetivos permanentes da Empresa. Mede-se a cobertura econômica com receitas próprias, frente às despesas de funcionamento.

Figura XIX -Gráfico Evolução Taxa de Cobertura Operacional



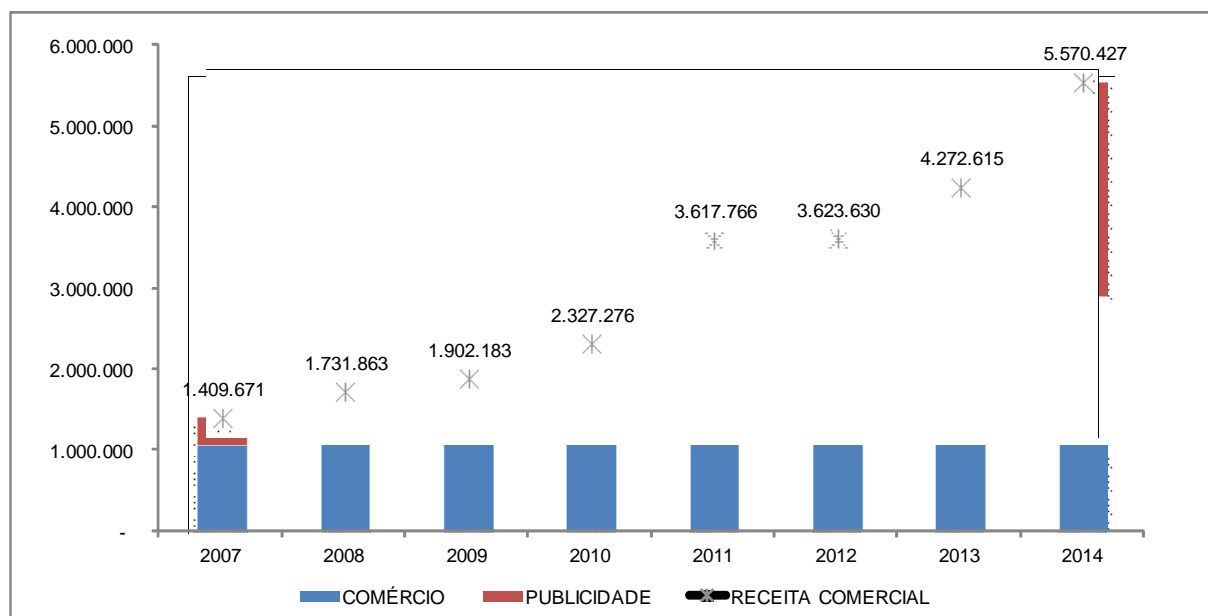
Fonte: GEPLA (Gerência de Planejamento Corporativo)

Em 2014 a empresa aumentou sua Taxa de Cobertura Operacional finalizando o ano com 49,56%, consubstanciada principalmente no incremento de receitas próprias e na manutenção e estabilização dos valores das despesas operacionais. O aumento da receita foi consequência da demanda gerada pela expansão do sistema a Novo Hamburgo, da implantação do sistema de bilhetagem eletrônica e do aumento de receitas comerciais. As receitas apresentaram uma variação superior a 2013 de 11,01%, enquanto que as despesas aumentaram em 10,56%.

Receita Comercial

O gráfico abaixo demonstra a evolução da Receita Comercial desde o ano de 2007.

Figura XX -Gráfico Evolução Receita Comercial



Fonte: GECOM (Gerência Comercial)

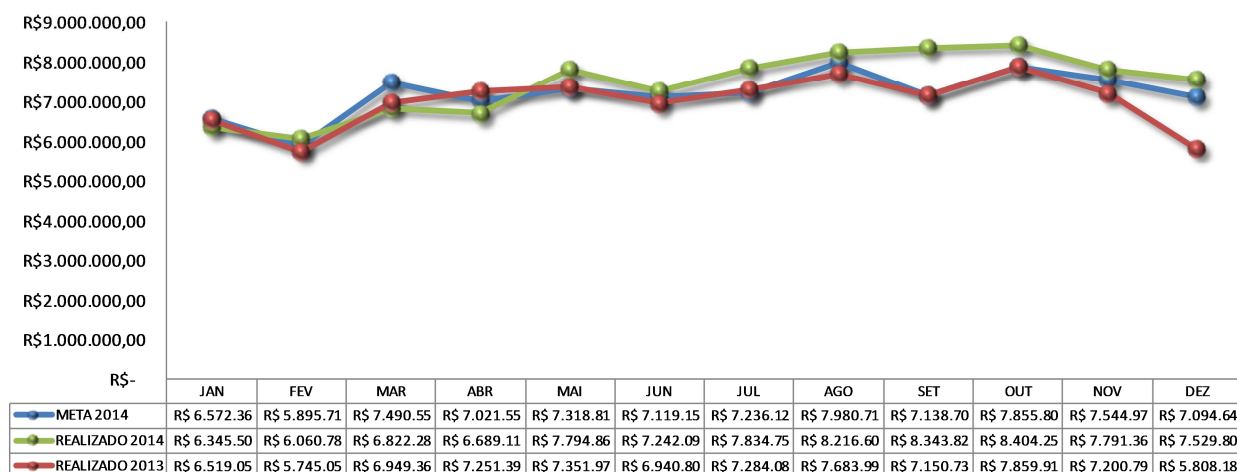
A receita comercial arrecadou R\$ 5.570 milhões, apresentando um crescimento de 30,4% em relação ao ano anterior (R\$ 4.272 milhões), passando de R\$1.732 milhões em 2008 para o patamar de R\$ 5,5 milhões, representando 5% do total de receitas da empresa.

Receita Operacional de Transporte

O primeiro gráfico demonstra o aumento de 6,36% da principal receita da TRENSURB no ano de 2014, totalizando R\$ R\$ 89.075.245,02 e compara com mesmo período do ano anterior e com a meta estabelecida. Na sequência a evolução do número de passageiros transportados, que neste período teve um aumento de 8,07%.

Também, observa-se, um aumento da média de usuários transportados em dias úteis de 5,1% (192.321 em 2014 contra 182.886 usuários em 2013).

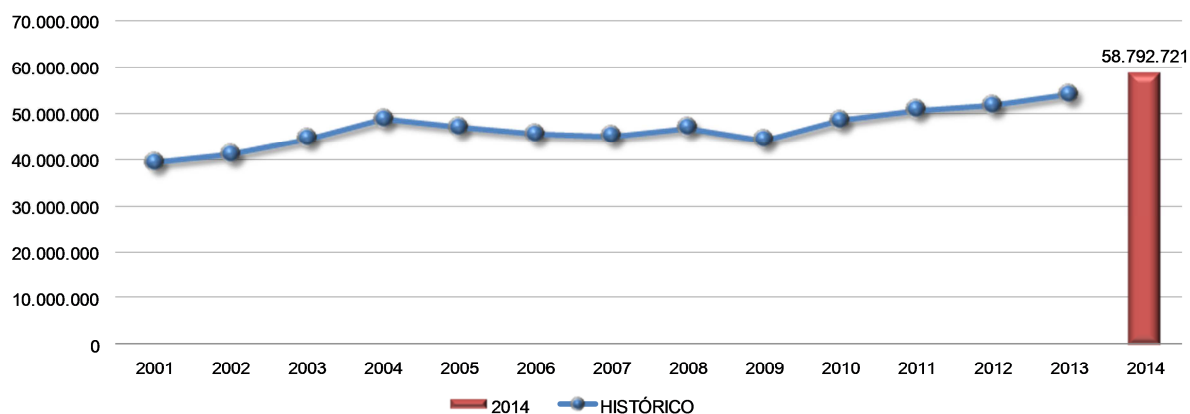
Figura XXI -Gráfico Receita Operacional de Transporte



Fonte: GEPLA (Gerência de Planejamento Corporativo)

Passageiros Transportados

Figura XXII -Gráfico Evolução Passageiros Transportados

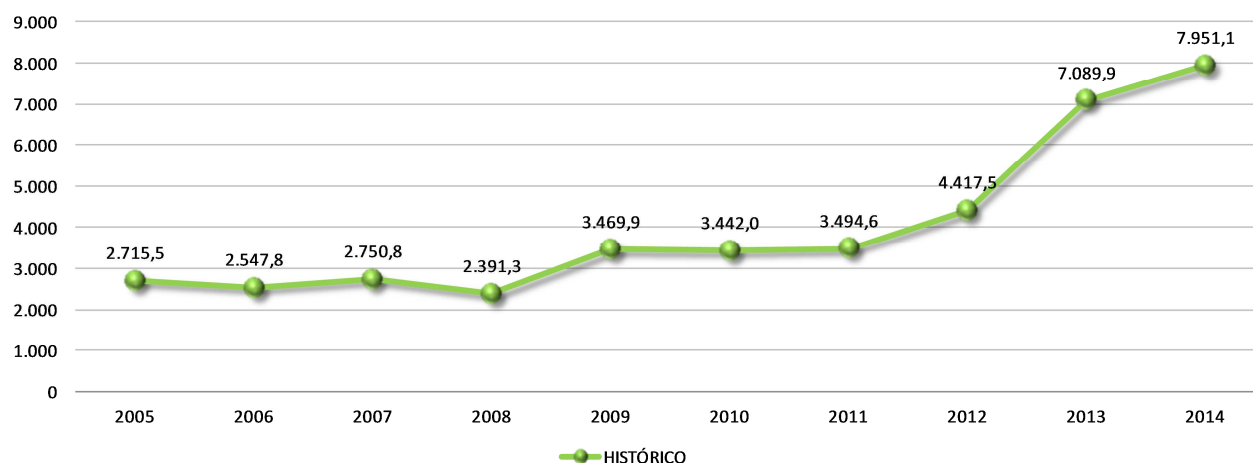


Fonte: Diário Operacional TREN SURB

Quilometragem Média Rodada entre Falhas ou Avarias (MKBF)

O índice MKBF, indicador padrão de performance adotado mundialmente pelo setor metroferroviário alcançou em julho de 2014 o recorde de 10.838 km percorridos entre falhas. Resultados decorrentes da potencialização nas atividades de manutenção pesada realizadas pelo Setor de Oficinas, visando um ritmo acelerado na produção de materiais sobressalentes para as manutenções diárias e para a eliminação de demandas reprimidas dos meses antecedentes. Na sequência apresenta-se graficamente a evolução deste indicador no ano de 2014.

Figura XXIII -Gráfico Evolução MKBF



Fonte: GEMAN (Gerência de Manutenção)

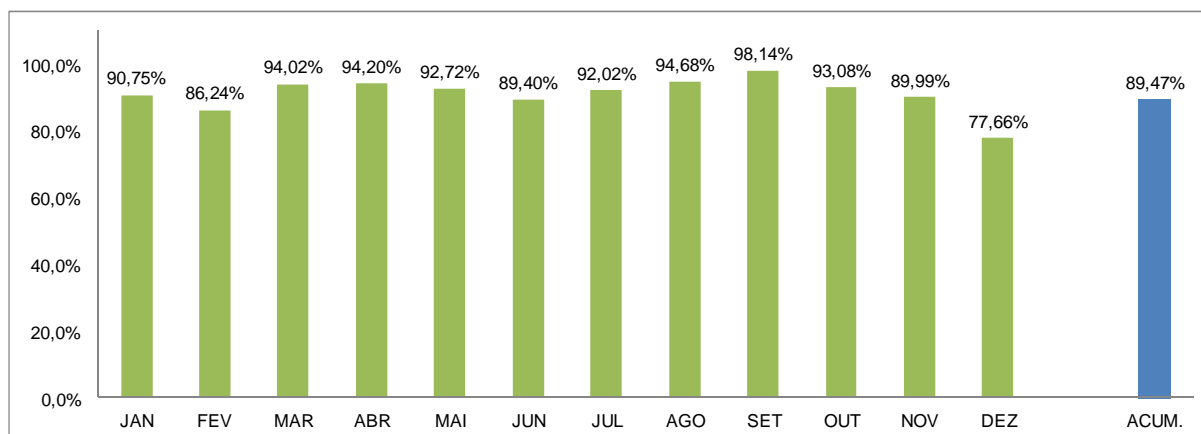
Índice de Eficiência Operacional (IEO)

Os indicadores operacionais medem a qualidade do serviço ofertado cujo foco é a satisfação do usuário, estando relacionados diretamente com o IEO. Implementado desde o final de 2012, o Índice de Eficiência Operacional consolidou-se como um sistema inédito de acompanhamento objetivo do serviço oferecido ao usuário/cliente/cidadão.

O IEO é o método de acompanhamento das atividades que medem a eficiência de forma sistêmica, aglutinadora e com a menor periodicidade possível de forma a corrigir rumos e falhas com a brevidade necessária para evitar prejudicar a expectativa dos nossos usuários/clientes/cidadãos. Baseado num sistema desenvolvido tecnicamente pela empresa, está dividido em quatro atributos (disponibilidade, regularidade, segurança e atendimento/conforto) que relacionam a performance de todos os itens operacionais e de manutenção que afetam a qualidade do serviço para o usuário, que combinados entre si compõem uma nota de avaliação interna da qualidade do serviço ofertado.

Os resultados operacionais quantificados no IEO quando comparados diretamente à pesquisa de satisfação dos usuários demonstra um elevado grau de aderência do sistema de avaliação interno com a percepção dos usuários do serviço da TRENSURB. Enquanto que na pesquisa de satisfação, na avaliação geral do serviço, os usuários atribuíram o índice de 90,53% de satisfação, o IEO apurado pela administração foi de 89,47%, conforme destaca o gráfico a seguir.

Figura XXIV -Gráfico Índice de Eficiência Operacional (IEO)



Fonte: GEPLA (Gerência de Planejamento Corporativo)

Pesquisa de satisfação

Anualmente a TRENSURB realiza uma pesquisa de satisfação e perfil socioeconômico dos usuários. Em 2014 a pesquisa foi aplicada no período de 13 a 19 de outubro e objetivou-se manter a constância histórica de aferição do grau de satisfação e levantar pontos relevantes para a melhoria dos serviços prestados pela empresa. Tais informações são compartilhadas e discutidas em reuniões da Diretoria Executiva e de reuniões técnicas com a área de operação, principal processo que é influenciado pelos dados pesquisados. A Diretoria Executiva determina as ações a serem realizadas e priorizadas, além da identificação das unidades organizacionais responsáveis. Estas por sua vez, deverão apresentar plano de ação com cronograma de atendimento ao solicitado.

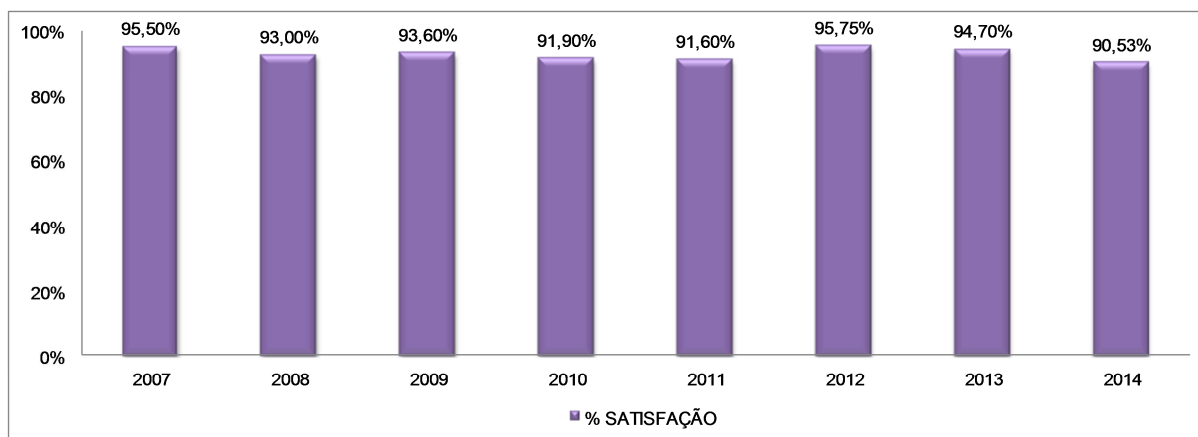
De posse dos resultados das últimas pesquisas, as seguintes melhorias foram implementadas:

- ✓ Adoção de serviço de remoção médica;
- ✓ Padronização na comunicação visual;
- ✓ Lançamento da campanha “Etiqueta Urbana”.

Na Pesquisa de 2014, o resultado apontou um índice geral de satisfação de 90,53%, o qual representa que mais de 9 (nove) entre 10 (dez) pessoas entrevistadas estão satisfeitas com os serviços oferecidos pela TRENSURB.

O quadro geral apresentado pela pesquisa é alvissareiro: os usuários reconhecem a importância do serviço, das ações para melhorias e as oportunidades de opinar. Além disso, a sensação de pertencimento é evidente, pois os entrevistados demonstram grande conhecimento e relação próxima com o serviço.

Figura XXV - Gráfico Evolução Pesquisa Satisfação Usuários



Fonte: GEPLA (Gerência de Planejamento Corporativo)

Fonte: Empresa SPQR Consultoria e Tecnologia Ltda. ME

Obs.: O índice de Satisfação Geral é uma pergunta formulada diretamente.

Consolidação do Papel Institucional

Sempre buscando soluções sustentáveis para oferecer um serviço de transporte qualificado à população, sem agredir o meio ambiente e contribuindo para o aumento do bem-estar social, seja através de projetos de inclusão social e no mercado de trabalho, de lazer, de incentivo à cultura e de ajuda humanitária as comunidades em situação de vulnerabilidade social, a TRENSURB, através do Setor de Responsabilidade Socioambiental (SERAM) fortaleceu as políticas assistenciais promovendo diversas atividades e campanhas. Os principais projetos que permitem a manutenção do papel institucional são a Campanha do Agasalho, projeto Futuro Usuário, Estação Educar e Espaço do Trabalho.

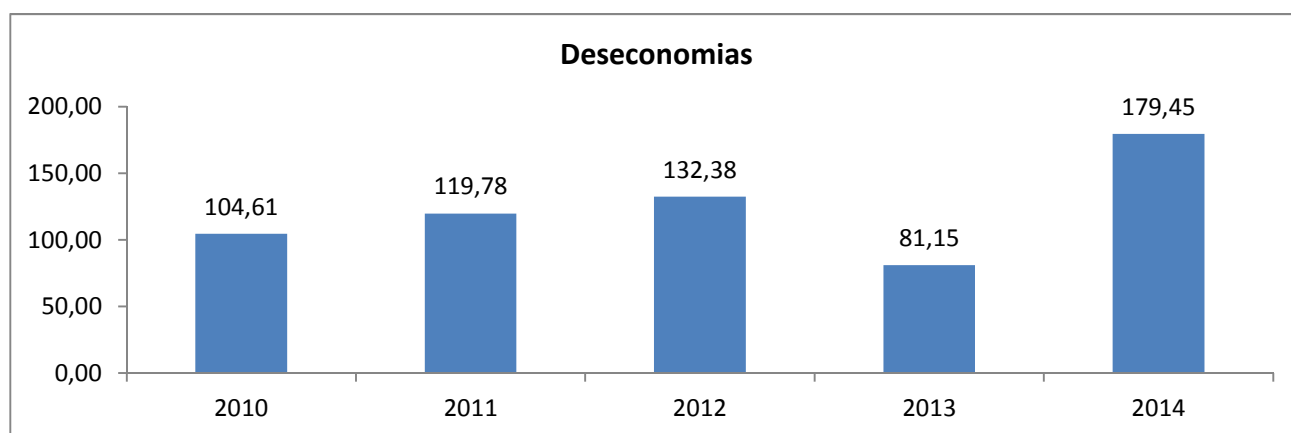
Meio Ambiente

A responsabilidade socioambiental é uma das diretrizes estratégicas da empresa, conforme missão, visão e valores. O serviço prestado de transporte de pessoas através de um modal de baixo impacto ambiental e que ajuda a desafogar o tráfego rodoviário, já é por si só uma função de grande importância socioambiental – anualmente centenas de milhares de viagens de ônibus deixam de ser realizadas graças ao metrô, evitando-se a emissão de milhões de toneladas de poluentes na atmosfera.

Cálculo das Deseconomias

Ao desenvolver seu serviço de transporte a TREN SURB utiliza energia limpa e renovável contribuindo para a redução da poluição ambiental. Assim como contribui com a redução do número de acidentes, também contribui com a diminuição dos gastos de manutenção das vias públicas, custos com saúde pública e diretamente junto ao usuário, nas economias de benefício tarifário e de gratuidade. Em 2014 a TREN SURB contabilizou-se uma economia total de R\$ 179,45 milhões a partir da estimativa dos custos unitários das externalidades.

Figura XXVI -Gráfico Evolução Deseconomias



Fonte: SERAM (Setor de Responsabilidade Socioambiental)

5.4 Informações sobre indicadores de desempenho operacional

Quadro A.5.4 – Indicadores de Desempenho

| Denominação | Índice de Referência (março/15) | Índice Previsto | Índice Observado | Periodicidade | Fórmula de Cálculo |
|--|--------------------------------------|-----------------|------------------|----------------|---|
| Taxa de Cobertura Operacional – TCO | 51,82% | 50,16% | 49,56% | Mensal | Receitas próprias / despesas de funcionamento |
| Índice de Eficiência Operacional - IEO | 81,35% | 96,47% | 89,47% | Mensal/ Diário | Baseado num sistema desenvolvido tecnicamente pela empresa, está dividido em quatro atributos (disponibilidade, regularidade, segurança e atendimento/conforto) que relacionam a performance de todos os itens operacionais e de manutenção que afetam a qualidade do serviço para o usuário, que combinados entre si compõem uma nota de avaliação interna da qualidade do serviço ofertado. |
| Passageiros Transportados | 5.223.091 | 58.444.645 | 58.792.721 | Mensal | Os dados de passageiros transportados são obtidos através da medição nos bloqueios de entrada nas estações. |
| Índice Satisfação geral dos usuários | 90,53% última medição anual | 90,00% | 90,53% | Anual | Realizada pesquisa de satisfação e perfil socioeconômico dos usuários, através de empresa contratada. |
| Quilometragem média entre avarias níveis A, B e C – MKBF | 7.469km | 6.000km | 7.951km | Mensal | Obtida pela divisão da quilometragem percorrida pelo número de falhas constatadas nos níveis A, B e C. |
| Índice de Regularidade do Serviço | 99,61% | 99,80% | 99,51% | Mensal | Viagens realizadas / viagens programadas x100 |
| Índice de Reclamações por milhão de passageiros | 38,30 | 35,00 | 30,05 | Mensal | Nº de reclamações registradas x 1.000.000 /passageiros transportados |
| Número de horas treinamento por empregado | 2,03 | 2,35h | 4,15 | Mensal | Horas de treinamento / numero de empregados |
| Índice de Qualidade e Desempenho - IQD | 94,00% última medição anual | 100,00% | 94,00% | Anual | IQD = Soma da pontuação das UO's avaliadas/nº de UO's avaliadas. |
| Índice de Absenteísmo | 4,63 | 3,95 | 3,96 | Mensal | Número de horas de faltas / (número funcionários ativos * 176). Sendo 176 o fator médio representando a carga horária. Neste calculo não estão |

| | | | | | |
|---|--------|--------|--------|--------|---|
| | | | | | considerados: Cedidos, Aprendizes, Aposentados por invalidez, Afastados por doença e acidentes Liberados para o sindicato, Contratos suspensos e licenças não remuneradas. |
| Índice de Operacionalização das Estratégias | 57,00% | 90,00% | 57,00% | Mensal | Número total de estratégias cumpridas / Número total de estratégias propostas x 100 |
| Índice de Cumprimento prazo de entrega | 69,23% | 95,00% | 90,04 | Mensal | Itens entregues no prazo / Itens recebidos |
| Índice de Rejeição produtos adquiridos | 0,00 | 5,00 | 3,51 | Mensal | Itens rejeitados no mês / Itens com previsão de entrega no mês |

* **Índice de referência** – As medições da coluna “Índice de referência” referem-se ao mês de **Março de 2015**.

* **Índice previsto** – Os valores (meta) da coluna “Índice previsto” referem-se ao ano de 2014.

* **Índice observado** – As medições da coluna “Índice observado” referem-se ao ano de 2014.

Análise Geral do ano de 2014

Em 2014 a empresa aumentou sua Taxa de Cobertura Operacional finalizando o ano com 49,56%, consubstanciada principalmente no incremento de receitas próprias e na manutenção e estabilização dos valores das despesas operacionais.

O número de passageiros transportado superou o ano de 2013 em 8,07%. Tomando como base o ano de 2014, observa-se, um aumento da média de usuários transportados em dias úteis de 5,1% (192.321 em 2014 e 182.886 usuários em 2013).

A pesquisa de satisfação dos usuários quando comparada ao Índice de Eficiência Operacional (IEO) demonstra aderência quanto à percepção dos usuários. Na pesquisa de satisfação, quanto à avaliação geral do serviço, os usuários atribuíram o índice de 90,53% de satisfação, enquanto o IEO apurado pela administração foi de 89,47%. A última pesquisa apresenta pequena queda, cujos fatores foram lotação, segurança no entorno dos terminais e escadas rolantes.

O Índice de Reclamações apresentou uma redução de 37,8%, onde em 2013 foram registradas 1.734 reclamações e em 2014 1.077, mesmo com o aumento no número de canais de interação com os usuários.

Quanto ao índice de Absenteísmo, constata-se que o maior número de faltas está localizado na área operacional, ficando as demais áreas da empresa mais próximas do referencial comparativo. Como plano de ação visando redução do absenteísmo a empresa está desenvolvendo o projeto de Reestruturação Funcional e Organizacional da Operação, que prevê a redefinição das escalas de trabalho para adequação do efetivo às novas realidades da empresa e uma maior aproximação da supervisão com os empregados.

O índice MKBF, indicador padrão de desempenho adotado mundialmente pelo setor metroferroviário, alcançou em julho de 2014 o recorde de 10.838 km percorridos entre falhas. Resultado decorrente da potencialização nas atividades de manutenção pesada realizadas pelo Setor de Oficinas, visando um ritmo acelerado na produção de materiais sobressalentes para as manutenções diárias e para a eliminação de demandas reprimidas dos meses antecedentes.

O índice de Cumprimento do prazo de entrega evidencia a melhora do processo, que vem apresentando crescimento desde 2012, desde que passou a aplicar multas e suspensões aos

fornecedores que não atendiam os requisitos exigidos em contratos. Em 2015 será inaugurado o laboratório de metrologia que precisará às análises da qualidade nos recebimentos dos materiais.

5.5 Informações sobre custos de produtos e serviços

Quadro A.5.5 – Variações de Custos

| Produtos/Serviços | Custo Total de 2014 | Custo Unitário | | | Variação % Custo Unitário | | Economia Total em 2014 com base em 2013 | Economia Total em 2014 com base em 2012 |
|-----------------------|---------------------|----------------|------|------|---------------------------|-----------|---|---|
| | | 2014 | 2013 | 2012 | 2014/2013 | 2014/2012 | | |
| Serviço de Transporte | 175.321.312,27 | 2,98 | 2,67 | 2,64 | 111,16% | 101,14% | R\$ 18.225.743,51 | R\$ 19.989.525,14 |

Fonte: SECOP (Setor de Contabilidade e Patrimônio)

6 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

6.1 Programação e Execução das despesas

6.1.1 Programação das despesas

Quadro A.6.1.1 – Programação de Despesas

| Unidade Orçamentária: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A | | Código UO: 56201 | | UGO: 275060 | |
|--|------------------------|--------------------------------|--------------------------------|------------------------------|-----------------------------|
| Origem dos Créditos Orçamentários | | Grupos de Despesa Correntes | | | |
| | | 1 – Pessoal e Encargos Sociais | 2 – Juros e Encargos da Dívida | 3- Outras Despesas Correntes | |
| DOTAÇÃO INICIAL | | 106.548.255 | | 97.678.996 | |
| CRÉDITOS | Suplementares | 24.526.307 | | 8.335.985 | |
| | Especiais | Abertos | | | |
| | | Reabertos | | | |
| | Extraordinários | Abertos | | | |
| | | Reabertos | | | |
| Créditos Cancelados | | | | 2.798.999 | |
| Outras Operações | | | | | |
| Dotação final 2014 (A) | | 131.074.562 | | 103.215.982 | |
| Dotação final 2013(B) | | 122.620.324 | | 102.822.341 | |
| Varição (A/B-1)*100 | | 8,15 | | 9,72 | |
| Origem dos Créditos Orçamentários | | Grupos de Despesa Capital | | | 9 - Reserva de Contingência |
| | | 4 – Investimentos | 5 – Inversões Financeiras | 6- Amortização da Dívida | |
| DOTAÇÃO INICIAL | | 11.177.244 | | | |
| CRÉDITOS | Suplementares | | | | |
| | Especiais | Abertos | | | |
| | | Reabertos | | | |
| | Extraordinários | Abertos | | | |
| | | Reabertos | | | |
| Créditos Cancelados | | | | | |
| Outras Operações | | | | | |
| Dotação final 2014 (A) | | 11.177.244 | | | |
| Dotação final 2013(B) | | 10.241.579 | | | |
| Varição (A/B-1)*100 | | 97,64 | | | |

Fonte: SIAFI Gerencial

6.1.1.1 Análise Crítica

Pelas informações apresentadas, é possível constatar que os valores iniciais disponibilizados para despesas com pessoal e encargos sociais devidos pela TRENSURB, não foram suficientes para honrar os compromissos assumidos pela gestão para as ações desta natureza. Foram necessários créditos suplementares para complementar a dotação originalmente disponibilizada para os pagamentos de sentenças judiciais e para pagamento das despesas de pessoal. No grupo outras despesas correntes, especificamente nas despesas de benefícios, foram necessárias a suplementação nas ações de assistência médica, auxílio alimentação e vale transporte. Com os créditos suplementares aprovados, foi possível cumprir com todos os compromissos previstos para o exercício.

6.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

6.1.2.1 Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

Quadro A.6.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa – N.A.

6.1.2.2 Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

Quadro A.6.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

| Origem da Movimentação | UG | | Classificação da ação | Despesas Correntes | | |
|------------------------|------------|------------|-----------------------|--------------------------------|--------------------------------|-------------------------------|
| | Concedente | Recebedora | | 1 – Pessoal e Encargos Sociais | 2 – Juros e Encargos da Dívida | 3 – Outras Despesas Correntes |
| Concedidos | | | | | | |
| Recebidos | 560003 | 275060 | 15.122.2116.8785 | | | 880.737 |
| Origem da Movimentação | UG | | Classificação da ação | Despesas de Capital | | |
| | Concedente | Recebedora | | 4 – Investimentos | 5 – Inversões Financeiras | 6- Amortização da Dívida |
| Concedidos | | | | | | |
| Recebidos | 560003 | 27560 | 15.453.2048.10SS | 1.127.165 | | |

Fonte: SIAFI Gerencial

6.1.3 Realização da Despesa

6.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

Quadro A.6.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

| Unidade Orçamentária: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A | | Código UO: 56201 | | UGO: 275060 | |
|--|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--|
| Modalidade de Contratação | Despesa Liquidada | | Despesa paga | | |
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 | |
| 1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g) | 61.301.640 | 54.869.307 | 59.955.113 | 50.647.736 | |
| a) Convite | 142.250 | 132.246 | 124.430 | 127.167 | |
| b) Tomada de Preços | 952.819 | 578.053 | 925.747 | 532.281 | |
| c) Concorrência | 30.845.237 | 24.778.148 | 30.455.384 | 21.937.456 | |
| d) Pregão | 29.361.334 | 29.380.861 | 28.449.552 | 28.050.832 | |
| e) Concurso | | | | | |
| f) Consulta | | | | | |
| g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas | | | | | |
| 2. Contratações Diretas (h+i) | 29.265.977 | 26.479.982 | 29.220.471 | 25.985.743 | |
| h) Dispensa | 1.893.957 | 3.522.500 | 1.863.494 | 3.442.601 | |
| i) Inexigibilidade | 27.372.020 | 22.957.481 | 27.356.977 | 25.453.142 | |
| 3. Regime de Execução Especial | 23.490 | 20.236 | 23.490 | 20.236 | |
| j) Suprimento de Fundos | 23.490 | 20.236 | 23.490 | 20.236 | |
| 4. Pagamento de Pessoal (k+l) | 126.891.161 | 120.044.594 | 126.253.336 | 117.397.741 | |
| k) Pagamento em Folha | 126.550.894 | 119.829.944 | 126.253.151 | 117.183.091 | |
| l) Diárias | 340.267 | 214.650 | 340.267 | 214.650 | |
| 5. Outros | 3.862.336 | 120.815.168 | 3.862.336 | 120.168.290 | |
| 6. Total (1+2+3+4+5) | 221.345.054 | 322.229.287 | 219.314.746 | 314.219.746 | |

Fonte: SIAFI Gerencial

6.1.3.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ

Não aplicável.

Quadro A.6.1.3.2 – Despesas executadas diretamente pela UJ, por modalidade de contratação – Créditos Originários – N.A.
6.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total
Quadro A.6.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

| Unidade Orçamentária: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A | | | | | Código UO: 56201 | | UGO: 275060 | |
|--|--------------|------------|------------|------------|--------------------|-----------|---------------|------------|
| DESPESAS CORRENTES | | | | | | | | |
| Grupos de Despesa | Empenhada | | Liquidada | | RP não processados | | Valores Pagos | |
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| 1. Despesas de Pessoal | | | | | | | | |
| 11 – Vencimentos e Vantagens Fixas | 74.795.578 | 63.170.170 | 74.795.578 | 63.167.674 | | 2.523 | 74.497.894 | 58.517.736 |
| 91 - Sentenças Judiciais | 23.858.821 | 27.213.170 | 21.308.284 | 27.213.170 | 2.550.537 | | 21.308.224 | 25.715.320 |
| 13 – Obrigações Patronais | 9.872.860 | 24.645.542 | 9.872.860 | 24.645.542 | | | 9.872.860 | 24.645.166 |
| Demais elementos do grupo | 22.464.817 | 4.803.558 | 20.574.173 | 4.803.558 | 1.890.645 | | 20.574.173 | 4.803.558 |
| 2. Juros e Encargos da Dívida | | | | | | | | |
| 1º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3º elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |
| 3. Outras Despesas Correntes | | | | | | | | |
| 39 – Serviços de Terceiros | 84.792.247 | 77.642.568 | 80.194.351 | 69.213.016 | 4.597.896 | 8.429.553 | 79.710.849 | 65.677.992 |
| 30 – Materiais de Consumo | 9.400.161 | 9.187.770 | 8.335.989 | 7.599.749 | 1.064.172 | 1.588.048 | 7.514.851 | 7.311.379 |
| 47 – Obrigações Tributárias e Contributivas | 1.702.466 | 5.023.295 | 1.358.230 | 2.183.509 | 344.236 | 2.839.787 | 1.358.230 | 1.582.988 |
| Demais elementos do grupo | 3.841.935.04 | 3.982.318 | 3.733.765 | 3.732.329 | 108.170 | 249.990 | 3.733.765 | 3.724.052 |
| DESPESAS DE CAPITAL | | | | | | | | |
| Grupos de Despesa | Empenhada | | Liquidada | | RP não Processados | | Valores Pagos | |
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| 4. Investimentos | | | | | | | | |
| 39 – Serviços de Terceiros | 2.794.136 | 3.937.071 | 29.569 | 281.083 | 2.764.566 | 3.655.989 | 29.569 | 281.083 |
| 51 – Obras e Instalações | 1.558.107 | 2.049.052 | 353.955 | 1.000.372 | 1.204.151 | 1.408.679 | 338.456 | 930.117 |
| 52 – Equipamentos e Material Permanente | 1.453.470 | 1.491.579 | 732.169 | 559.342 | 721.302 | 932.237 | 660.276 | 345.953 |
| Demais elementos do grupo | 592.907 | | 55.680 | | 537.6227 | | 55.680 | |

| | | | | | | | | |
|---------------------------------|--|--|--|--|--|--|--|--|
| 5. Inversões Financeiras | | | | | | | | |
| 1º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3º elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |
| 6. Amortização da Dívida | | | | | | | | |
| 1º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3º elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |

Fonte: SIAFI Gerencial

6.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ

Não aplicável.

Quadro A.6.1.3.4 – Despesas executadas diretamente pela UJ – Créditos Originários –N.A.

6.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro A.6.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

| Modalidade de Contratação | Despesa Liquidada | | Despesa paga | |
|--|-------------------|-------------------|--------------|------|
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| 1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g) | | | | |
| a) Convite | | | | |
| b) Tomada de Preços | | | | |
| c) Concorrência | | 292.183,26 | | |
| d) Pregão | | 238.094,48 | | |
| e) Concurso | | | | |
| f) Consulta | | | | |
| g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas | | | | |
| 2. Contratações Diretas (h+i) | | | | |
| h) Dispensa | | | | |
| i) Inexigibilidade | | | | |
| 3. Regime de Execução Especial | | | | |
| j) Suprimento de Fundos | | | | |
| 4. Pagamento de Pessoal (k+l) | | | | |
| k) Pagamento em Folha | | | | |
| l) Diárias | | | | |
| 5. Outros | | 111.905,52 | | |
| 6. Total (1+2+3+4+5) | | 642.183,26 | | |

Fonte: SIAFI Gerencial

6.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro A.6.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

| DESPESAS CORRENTES | | | | | | | | |
|--------------------------------------|-----------|------|-----------|------|--------------------|------|---------------|------|
| Grupos de Despesa | Empenhada | | Liquidada | | RP não processados | | Valores Pagos | |
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| 1. Despesas de Pessoal | | | | | | | | |
| Nome 1º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3º elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |
| 2. Juros e Encargos da Dívida | | | | | | | | |
| 1º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3º elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |

| 3. Outras Despesas Correntes | | | | | | | | |
|-------------------------------------|-----------|------|-------------|------|--------------------|------|---------------|------|
| 39 - Serviços Terceiros | 371.516 | | 371.516 | | | | | |
| 14 - Diárias | 110.439 | | 110.439 | | | | | |
| 33 - Passagens | 138.094 | | 100.378 | | | | | |
| Demais elementos do grupo | 260.688 | | 59.850 | | | | | |
| DESPESAS DE CAPITAL | | | | | | | | |
| Grupos de Despesa | Empenhada | | Liquidadada | | RP não Processados | | Valores Pagos | |
| | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 | 2014 | 2013 |
| 4. Investimentos | | | | | | | | |
| 51 – Obras e instalações | 806.791 | | | | 806.791 | | | |
| 35 - Consultoria | 320.373 | | | | 320.373 | | | |
| 3º elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |
| 5. Inversões Financeiras | | | | | | | | |
| 1º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3º elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |
| 6. Amortização da Dívida | | | | | | | | |
| 1º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 2º elemento de despesa | | | | | | | | |
| 3º elemento de despesa | | | | | | | | |
| Demais elementos do grupo | | | | | | | | |

Fonte: SIAFI Gerencial

6.1.3.7 Análise crítica da realização da despesa

As movimentações orçamentárias executadas em 2014 se fizeram necessárias porque os limites disponibilizados na Lei Orçamentária Anual não se mostraram suficientes ao cumprimento de todas as despesas previstas para o exercício. Foram solicitados créditos para a folha de pagamento e encargos sociais, para despesas com benefícios (auxílio transporte, auxílio creche, auxílio funeral, assistência médica), também para as despesas com sentenças judiciais que tinham sua data limite para o mês de dezembro. Por se tratarem de obrigações legais, não poderiam ser prorrogadas para o exercício seguinte, cabendo a solicitação de suplementação orçamentária.

Na ação de publicidade de Utilidade Pública, como não houve a renovação do contrato com a agência de publicidade, somado com o limite imposto pelo ofício 194/2014/SECEX/SECOM-PR e ainda o contingenciamento imposto pelo Decreto 8197/2014, os recursos disponibilizados em Lei, não foram utilizados em sua totalidade, então, para a otimização dos recursos, remanejou-se R\$ 300.0000,00 desta ação, para auxiliar na execução da despesa da ação 2843- Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros.

Em 2014 a pedido da TRENSURB, o Ministério das Cidades descentralizou R\$ 880.737,00, que foram utilizados para o pagamento de diárias a empregados deslocados a serviço para o estado da Bahia, para dar consultoria objeto do contrato firmado com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia, tendo como objeto a prestação de serviços de consultoria especializada

em mobilidade urbana e interurbana e para o pagamento de multa de juros provenientes do atraso no pagamento de notas fiscais relativas ao contrato firmado com o Consórcio Nova Via, responsável pela obra de expansão da linha até o município de Novo Hamburgo. Também um crédito de R\$ 1.127.164,88, para dar cobertura ao termo aditivo do contrato firmado com a empresa Bourcheid para a elaboração de estudos de plano funcional e conseqüente projetos básicos e executivos da variante da linha 1 da TRENSURB no Município de Canoas (rebaixamento da estação Canoas) e para o aditivo ao contrato firmado com a empresa Consórcio Nova Via cujo contrato tem como objeto “Regime de empreitada de serviços e fornecimentos para a expansão norte da linha 1 – trecho São Leopoldo/Novo”.

Com relação às despesas executadas por modalidade de contratação, não ocorreram alterações significativas entre os exercícios, somente pequenas alterações nas modalidades de tomada de preços, concorrência e diárias, esta devido ao contrato firmado com o Governo da Bahia.

A execução por grupo e elemento de despesa, também se comportou da mesma forma, não havendo grandes diferenças, destaca-se os valores executados em investimento, os quais foram inferiores a 2013, devido aos poucos valores disponibilizados na Lei Orçamentária Anual.

Quanto aos aspectos negativos na execução das despesas em 2014, destaca-se o contingenciamento dos recursos orçamentários, que já seriam insuficientes para atender a todas as despesas, com os cortes, a empresa deixou de executar projetos importantes de valor significativo, para por em andamento outros de menor importância, que causam menor impacto, no sentido de atendimento à população. Ações orçamentárias como a adequação do sistema à acessibilidade universal, não vem recebendo recursos orçamentários para sua execução e por consequência deixa-se de atender ao estipulado no artigo 22 do Decreto 5.296/2004.

Os aspectos positivos estão destacados na eficiência da gestão dos recursos que, mesmo não atendendo a toda a demanda, são utilizados de forma criteriosa, dando-se preferência e prioridade às despesas para o custeio e manutenção de todo o complexo metroferroviário da TRENSURB.

6.2 Despesas com ações de publicidade e propaganda

Quadro A.6.2 – Despesas com Publicidade

| Publicidade | Programa/Ação orçamentária | Valores empenhados | Valores pagos |
|-------------------|----------------------------|--------------------|---------------|
| Institucional | 2116/4641- 2116/2843 | 154.505 | 154.505 |
| Legal | 2116/2000 | 282.102 | 282.102 |
| Mercadológica | | | |
| Utilidade pública | | | |

Fonte: SIAFI Gerencial

Dados complementares dos valores demonstrados acima:

Contrato E21 (01.120.036/2008) R\$154.505,00

Contrato CORAG (01.120.066/2013) R\$8.175,09

Contrato EBC (08.120.033/2010) R\$ 273.926,91

6.5 Transferências de Recursos

6.5.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Não ocorreu no período.

Quadro A.6.5.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência - Posição em 31.12.2014 – N.O.

6.5.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.6.5.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

| Unidade Concedente ou Contratante | | | | | | |
|-----------------------------------|---|------|------|---|-----------|-----------|
| Nome: | Empresa de Trens Urbanos e Porto Alegre S/A | | | | | |
| CNPJ: | 92.976.853/0001-56 | | | | | |
| UG/GESTÃO: | 275060/27208 | | | | | |
| Modalidade | Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício | | | Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00) | | |
| | 2014 | 2013 | 2012 | 2014 | 2013 | 2012 |
| Convênio | | | | | | |
| Contrato de Repasse | | | | | | |
| Termo de Cooperação | | | | 0 | 1.600.312 | 6.900.430 |
| Termo de Compromisso | | | | | | |
| Totais | | | | 0 | 1.600.312 | 6.900.430 |

Fonte: SIAFI Gerencial

6.5.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse

Quadro A.6.5.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse

| Unidade Concedente | | | | |
|---|-------------------------------------|--------------------|--|----------------------|
| Nome: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A | | | | |
| CNPJ: 90.976.853/0001-56 | | | UG/GESTÃO: 275060/27208 | |
| Exercício da Prestação das Contas | Quantitativos e Montante Repassados | | Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado) | |
| | | | Convênios | Contratos de Repasse |
| 2014 | Contas Prestadas | Quantidade | | 1 |
| | | Montante Repassado | | 0 |
| | Contas NÃO Prestadas | Quantidade | | 0 |
| | | Montante Repassado | | 0 |
| 2013 | Contas Prestadas | Quantidade | | 1 |
| | | Montante Repassado | | 1.600.312 |
| | Contas NÃO Prestadas | Quantidade | | 0 |
| | | Montante Repassado | | 0 |
| 2012 | Contas Prestadas | Quantidade | | 1 |
| | | Montante Repassado | | 6.900.430 |
| | Contas NÃO Prestadas | Quantidade | | 0 |
| | | Montante Repassado | | 0 |
| Anteriores a 2012 | Contas NÃO Prestadas | Quantidade | | 0 |
| | | Montante Repassado | | 0 |

Fonte: SIAFI Gerencial

6.5.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Quadro A.6.5.4 – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse - Posição em 31.12.2014

| Unidade Concedente ou Contratante | | | | | |
|--|--|--------------------------|--------------------------|--------------|----------------------|
| Nome: Empresa de Trens urbanos de Porto Alegre S/A | | | | | |
| CNPJ: 90.976.853/0001-56 | | | UG/GESTÃO: 275060/27208 | | |
| Exercício da Prestação das Contas | Quantitativos e Montantes Repassados | | | Instrumentos | |
| | | | | Convênios | Contratos de Repasse |
| 2014 | Quantidade de Contas Prestadas | | | | 1 |
| | Com Prazo de Análise ainda não Vencido | Contas Analisadas | Quantidade Aprovada | | 1 |
| | | | Quantidade Reprovada | | 0 |
| | | | Quantidade de TCE | | 0 |
| | | | Montante Repassado (R\$) | | 0 |
| | Contas NÃO Analisadas | Quantidade | | 0 | |
| | | Montante Repassado (R\$) | | 0 | |
| | Com Prazo de Análise Vencido | Contas Analisadas | Quantidade Aprovada | | 0 |
| | | | Quantidade Reprovada | | 0 |
| | | | Quantidade de TCE | | 0 |
| | | | Montante Repassado (R\$) | | 0 |
| | | Contas NÃO Analisadas | Quantidade | | 0 |
| Montante Repassado (R\$) | | | | 0 | |
| 2013 | Quantidade de contas prestadas | | | | 1 |
| | Contas Analisadas | Quantidade Aprovada | | 1 | |
| | | Quantidade Reprovada | | 0 | |
| | | Quantidade de TCE | | 0 | |
| | | Montante repassado | | 1.600.312 | |
| | Contas NÃO Analisadas | Quantidade | | 0 | |
| Montante repassado (R\$) | | | 0 | | |
| 2012 | Quantidade de Contas Prestadas | | | | 1 |
| | Contas analisadas | Quantidade Aprovada | | 1 | |
| | | Quantidade Reprovada | | 0 | |
| | | Quantidade de TCE | | 0 | |
| | | Montante Repassado | | 6.900.430 | |
| | Contas NÃO Analisadas | Quantidade | | 0 | |
| Montante Repassado | | | 0 | | |
| Exercício Anterior a 2012 | Contas NÃO Analisadas | Quantidade | | 0 | |
| | | Montante Repassado | | 0 | |

Fonte: SIAFI Gerencial

6.5.5 Análise Crítica

As transferências em questão referem-se ao Termo de Compromisso assinado entre a TRENURB a Prefeitura Municipal de São Leopoldo e a Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, que atua na condição de agente interveniente do processo, para a realização de obras e serviços de implantação de infraestrutura em área própria do município de São Leopoldo como também a construção de unidades habitacionais para o assentamento de famílias que ocupam a faixa de domínio da obra.

O valor total do termo soma R\$ 34.900.000,00, sendo que no exercício de 2013, foi repassado à Prefeitura o valor de R\$ 1.600.312,25, valor este somado a um total já repassado de R\$ 34.857.488,41.

Não houve repasse de recursos em 2014, as últimas medições do termo foram realizadas e está sendo aguardado de parte da Prefeitura de São Leopoldo os respectivos termos de recebimento do contrato, para que o Termo de Compromisso seja encerrado até o final do primeiro semestre de 2015.

7 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

7.1 Estrutura de pessoal da unidade

7.1.1 Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

7.1.1.1 Força de trabalho da UJ

Quadro A.7.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ - Situação Apurada em 31/12

| Tipologias dos Cargos | Lotação | | Ingressos no Exercício | Egressos no Exercício |
|--|-------------|-------------|------------------------|-----------------------|
| | Autorizada | Efetiva | | |
| 1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2) | 1036 | 1097 | 121 | 87 |
| 1.1. Membros de poder e agentes políticos | Não há | Não há | 0 | 0 |
| 1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4) | 1036 | 1097 | 121 | 87 |
| 1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão | 1036 | 1097 | 121 | 87 |
| 1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado | Não há | Não há | 0 | 0 |
| 1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório | Não há | Não há | 0 | 0 |
| 1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas | Não há | Não há | 0 | 0 |
| 2. Servidores com Contratos Temporários | Não há | Não há | 0 | 0 |
| 3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública | 23 | 23 | 4 | 4 |
| 4. Total de Servidores (1+2+3) | 1059 | 1120 | 125 | 91 |

Fonte: SISAC - Sistema de Avaliação e Registro de Atos de Admissões e Concessões.

Fonte: SIGAMWEB - Sistema de Gestão de Recursos Humanos.

7.1.1.2 Distribuição da Lotação Efetiva

Quadro A.7.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva - Situação Apurada em 31/12

| Tipologias dos Cargos | Lotação Efetiva | |
|--|-----------------|------------|
| | Área Meio | Área Fim |
| 1. Servidores de Carreira (1.1) | 476 | 621 |
| 1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4) | 0 | 0 |
| 1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão | 0 | 0 |
| 1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado | 0 | 0 |
| 1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório | 0 | 0 |
| 1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas | 0 | 0 |
| 2. Servidores com Contratos Temporários | 0 | 0 |
| 3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública | 22 | 1 |
| 4. Total de Servidores (1+2+3) | 498 | 622 |

Fonte: SIGAMWEB - Sistema de Gestão de Recursos Humanos

7.1.1.3 Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ

Quadro A.7.1.1.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ

| Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas | Lotação | | Ingressos no Exercício | Egressos no Exercício |
|--|------------|------------|------------------------|-----------------------|
| | Autorizada | Efetiva | | |
| 1. Cargos em Comissão* | 23 | 23 | 4 | 4 |
| 1.1. Cargos Natureza Especial | Não há | Não há | 0 | 0 |
| 1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior | 23 | 23 | 4 | 4 |
| 1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão | Não há | Não há | 0 | 0 |
| 1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado | Não há | Não há | 0 | 0 |
| 1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas | Não há | Não há | 0 | 0 |
| 1.2.4. Sem Vínculo | 23 | 23 | 4 | 4 |
| 1.2.5. Aposentados | Não há | Não há | 0 | 0 |
| 2. Funções Gratificadas** | 132 | 131 | 10 | 10 |
| 2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão | 132 | 131 | 10 | 10 |
| 2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado | Não há | Não há | 0 | 0 |
| 2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas | Não há | Não há | 0 | 0 |
| 3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2) | 155 | 154 | 14 | 14 |

Fonte: SIGAMWEB - Sistema de Gestão de Recursos Humanos

7.1.1.4 Análise Crítica

O provimento dos Cargos de Confiança de Chefe de Gabinete da Presidência e Gerência Jurídica está autorizado em duas modalidades:

- servidor de carreira vinculado ao órgão;
- empregado sem vínculo.

Estas funções estão ocupadas por servidores sem vínculo.

* Cargos em Comissão - sob regime de trabalho da legislação trabalhista em vigor .

** Ingressos (designação) e Egressos (exoneração) da função de confiança.

A portaria de número 20 de 16 Setembros 2014 da secretaria executiva do DEST - Departamento de Coordenação e Governança de Empresas Estatais reduziu o quantitativo de empregados autorizado da TRENSUR de 1.186 (mil cento e oitenta e seis) para 1.059 (mil e cinquenta e nove), excluindo-se deste número os empregados aposentados por invalidez. No momento encontram-se em execução ações voltadas à redução do quadro efetivo e alcance do número autorizado. Entre elas destaca-se o Plano de Apoio a Aposentadoria - PAA, o qual incentiva o desligamento voluntário dos empregados aposentados e com mais de 24 anos de empresa, e

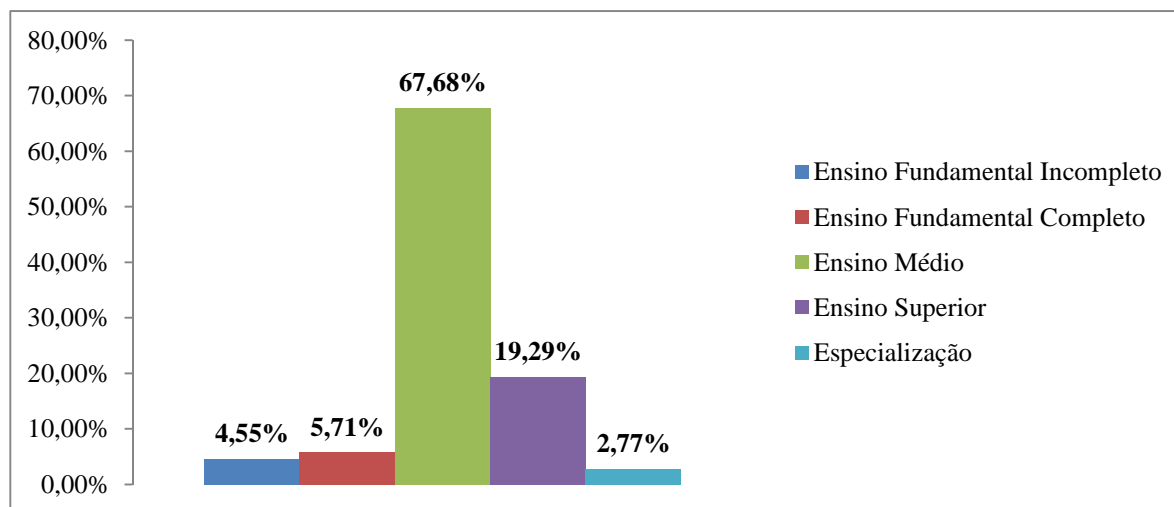
impactará de forma significativa na redução do quantitativo efetivo contribuindo para o consequente alcance do quantitativo autorizado do quadro de pessoal.

A redução do quantitativo de empregados autorizado evidenciada no parágrafo acima visa atender às necessidades organizacionais atuais e futuras, onde a adoção de novas tecnologias, revisão dos processos de trabalho e implantação de novos modelos de gestão possibilitará a adequação da força de trabalho.

Conforme apresentado no Quadro A.7.1.1.2, cerca de 55% da força de trabalho está lotada na área fim, o que corresponde à 622 empregados. É importante ressaltar que a redução de empregados prevista impactará somente a área meio, garantindo assim a preservação das atividades da área fim.

7.1.2 Qualificação e capacitação da Força de Trabalho

Figura XXVII - Distribuição da Escolaridade da Força de Trabalho



Fonte: SIGAMWEB - Sistema de Gestão de Recursos Humanos

O gráfico acima apresenta a distribuição percentual dos 1.120 (mil cento e vinte) empregados da TRENURB por tipo de escolaridade. É importante ressaltar que a faixa denominada “Ensino Médio” contempla tanto formação de ensino médio não técnica, quanto as formações em ensino médio técnicas, tais como: Técnico em Administração, Técnico em Contabilidade, Técnico em Eletrotécnica, Técnico em Segurança do Trabalho, Técnico em Mecânica, Técnico em Eletrônica, Técnico em Edificações, Técnico em Estradas, entre outros.

Tabela III - Participação Efetiva de Empregados por Área em Treinamentos

| Área | Participantes |
|---------------|---------------|
| OPERAÇÃO | 581 |
| MANUTENÇÃO | 166 |
| ADMINISTRAÇÃO | 201 |

Fonte: SETRE (Setor de Seleção e Treinamento)

Em 2014 foram treinados 948 empregados. Destes, 581 são da Operação, 166 da Manutenção e 201 do Administrativo. Considerando que houve a participação de um mesmo empregado em mais de um treinamento obteve-se o quantitativo de 3.233 participações, o que gerou 53.154 horas de treinamento.

Não há uma metodologia específica na definição do planejamento de treinamento do ano. Sua elaboração considera os cursos e formações obrigatórios e as necessidades apontadas pelas áreas para qualificação de seus quadros. A realização dos cursos previstos para o ano é condicionada à disponibilidade orçamentária, priorizando-se, quando necessário, os cursos e formações obrigatórias.

7.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.7.1.3 – Custos do pessoal

| Tipologias/ Exercícios | Vencimentos e Vantagens Fixas | Despesas Variáveis | | | | | | Despesas de Exercícios Anteriores | Decisões Judiciais | Total | |
|---|-------------------------------------|--------------------|---------------|--------------|---------------|---|---------------------------------|--|-----------------------|---------------|---------------|
| | | Retribuições | Gratificações | Adicionais | Indenizações | Benefícios Assistenciais e Previdenciários | Demais Despesas Variáveis | | | | |
| Membros de poder e agentes políticos | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2014 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | 2013 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2014 | 34.373.723,18 | 8.941.315,15 | 5.831.345,13 | 21.175.395,71 | 861.038,61 | 0 | 10.225.601,23 | 0 | 11.495.853,89 | 92.904.272,90 |
| | 2013 | 29.845.640,25 | 549.307,56 | 4.883.732,86 | 15.473.595,23 | 473.963,92 | 0 | 3.379.840,19 | 0 | 24.711.320,85 | 79.317.400,86 |
| Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2014 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | 2013 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública CC'S | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2014 | 1.474.159,38 | 179.739,32 | 145.493,83 | 48.448,62 | 35.201,17 | 0 | 205.433,40 | 0 | 0 | 2.088.475,72 |
| | 2013 | 1.361.812,70 | 268.440,82 | 144.272,11 | 55.753,71 | 19.345,06 | 33,16 | 175.962,91 | 0 | 0 | 2.025.620,47 |
| Servidores cedidos com ônus | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2014 | 205.854,96 | 0 | 28.348,19 | 62.437,88 | 0 | 0 | 80.673,08 | 0 | 0 | 377.314,11 |
| | 2013 | 392.637,67 | 0 | 36.047,10 | 21.161,89 | 0 | 0 | 14.178,23 | 0 | 0 | 464.024,89 |
| Servidores com contrato temporário | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2014 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | 2013 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

Fonte: SIGAMWEB – Sistema de Gestão de Recursos Humanos

Fonte: SIAFI – Sistema de Administração Financeira

7.1.4 Irregularidades na área de pessoal

7.1.4.1 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

O Setor de Pessoal no processo de admissão na fase de checagem dos pré-requisitos verifica se o candidato já exerce algum cargo público que seja vedado à acumulação. No caso afirmativo o candidato deverá apresentar a exoneração no Diário Oficial ou desligamento da empresa anterior na carteira de trabalho. Na fase final da admissão o candidato declara formalmente que não exerce cargo público em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Ao final do processo de admissão esta declaração assinada é arquivada na pasta funcional.

7.1.4.2 Terceirização Irregular de Cargos

Não ocorreu no período.

Quadro A.7.1.4.2 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada – N.O.

7.1.5 Riscos identificados na gestão de pessoas

A TRENSURB completou 29 anos de funcionamento em 2014. Considerando o seu tempo de atuação, seu quadro de pessoal possui um alto número de empregados que se encontram aposentados ou em fase de pré-aposentadoria. Tal fato nos alerta para os seguintes riscos:

- Manutenção dos empregados aposentados na empresa, dificultando o processo de adequação e renovação do quadro de pessoal, o qual busca atender às necessidades organizacionais atuais e futuras, exigindo alterações quantitativas e qualitativas no quadro de empregados;
- Saída dos empregados aposentados da empresa, os quais possuem grande experiência profissional, possibilitando o risco de uma lacuna no que se refere à transmissão do conhecimento aos novos empregados e impactando no desenvolvimento dos processos de trabalho.

A fim de minimizar os riscos acima elencados, foi lançado em 2014 o PAA – Plano de Apoio à Aposentadoria, o qual ofereceu um incentivo financeiro aos empregados aposentados e com mais de 24 anos de empresa que solicitassem voluntariamente o seu desligamento da empresa. Os desligamentos dos empregados que aderiram ao plano foram organizados de forma programada ao longo dos anos de 2014 e primeiro trimestre de 2015, permitindo assim planejar a reposição do empregado aposentado que está deixando a empresa (quando necessária), assim como o repasse do seu conhecimento. No ano de 2014, 42 empregados foram desligados voluntariamente através do PAA.

Em abril de 2014 também foi implantado o novo Plano de Classificação de Empregos, Funções e Salários – PCEFS, onde foi possível corrigir algumas deficiências relacionadas à adequação dos salários e perspectiva de carreira, especialmente para os profissionais da área técnica e com menos de 05 anos de empresa, perfil que apresentava os maiores índices de rotatividade, gerando riscos de perda de pessoal e dificuldade na atração de novos profissionais, os quais não consideravam atrativas as oportunidades oferecidas pela TRENSURB.

7.1.6 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Acidentes de trabalho e Doenças Ocupacionais

Indicadores: Taxa de Frequência e Taxa de Gravidade de acidentes de trabalho.

Tem como objetivo classificar a empresa utilizando-se a taxa de frequência e a taxa de gravidade de acidentes de trabalho, conforme o número de acidentes do trabalho e doenças ocupacionais e o número de dias perdidos e de dias debitados, de acordo com os padrões estabelecidos pela Organização Internacional do Trabalho.

Tabela IV - Padrão Organização Internacional do Trabalho – OIT

| CONCEITO | TAXA DE FREQUENCIA | TAXA DE GRAVIDADE |
|-----------|--------------------|-------------------|
| MUITO BOA | 0 A 20 | 0 A 500 |
| BOA | 20 A 40 | 500 A 1000 |
| REGULAR | 40 A 60 | 1000 A 2000 |
| PÉSSIMA | ACIMA DE 60 | ACIMA DE 2000 |

Fonte: OIT (Organização Internacional do Trabalho)

Classificação da empresa conforme padrão OIT

Meta – Retornar ao conceito *MUITO BOA* na taxa de frequência e retornar ao conceito *MUITO BOA* na taxa de gravidade de acidentes de trabalho.

Tabela V - Taxa de Frequência e de Gravidade de Acidentes de Trabalho da TRENSURB

| ANO | TAXA DE FREQUÊNCIA | CONCEITO | TAXA DE GRAVIDADE | CONCEITO |
|------|--------------------|-----------|-------------------|-----------|
| 2010 | 13,68 | MUITO BOA | 287,17 | MUITO BOA |
| 2011 | 16,52 | MUITO BOA | 3006,92 | PÉSSIMA |
| 2012 | 38,93 | BOA | 2328,33 | PÉSSIMA |
| 2013 | 27,07 | BOA | 2190,58 | PESSIMA |
| 2014 | 18,09 | MUITO BOA | 758 | BOA |

Fonte: SESET (Setor de Higiene e Segurança do Trabalho)

A tabela a seguir demonstra o quantitativo de acidentes de trabalho e de doenças ocupacionais por Ano, Tipo, Nº absoluto e Número de empregados. Quantitativos Acidentes de Trabalho.

Tabela VI - **Quantitativos Acidentes de Trabalho**

| ANO | COM AFASTAMENTO | SEM AFASTAMENTO | TRAJETO | DOENÇAS OCUPACIONAIS | TOTAL | MÉDIA DE EMPREGADOS |
|------|--------------------|--------------------|---------|-------------------------|-------|------------------------|
| 2010 | 23 | 12 | 11 | 0 | 46 | 1091 |
| 2011 | 26 | 14 | 9 | 0 | 49 | 1085 |
| 2012 | 63 | 13 | 6 | 10 | 92 | 1103 |
| 2013 | 30 | 19 | 8 | 6 | 63 | 1156 |
| 2014 | 25 | 12 | 12 | 3 | 52 | 1120 |

Fonte: SESET (Setor de Higiene e Segurança do Trabalho)

Verifica-se que a Taxa de Frequência de Acidentes de Trabalho, assim como a Taxa de Gravidade, apresentou uma redução significativa do ano de 2013 para o ano de 2014. Acredita-se que tal redução deva-se a dois motivos principais, sendo eles:

1. O Setor de Higiene e Segurança do Trabalho – SESET vem realizando ações de caráter ativo e passivo em relação aos acidentes de trabalho. Em relação à prevenção ativa, o setor realiza inspeções periódicas nas áreas e atividades e ministra treinamentos de instrução e conscientização. Em relação à prevenção passiva, realiza a análise dos acidentes de trabalho e, quando cabível, encaminha sugestões de melhorias, competindo às Gerências e aos Setores envolvidos a efetivação das medidas propostas. Gradativamente, percebe-se que a cultura de boas práticas de Segurança do Trabalho vem sendo incorporada pelos empregados próprios e pelos funcionários de empresas contratadas, bem como melhorias vêm sendo promovidas nos ambientes e nos equipamentos de trabalho, de forma a reduzir condições geradoras de acidentes.
2. O número de empregados próprios da empresa vem reduzindo gradualmente, com a promoção de ações diversas, tal como campanhas de apoio à aposentadoria voluntária. Grande parte das atividades de manutenção da TRENSURB são atualmente realizadas por funcionários de empresas contratadas, cujos acidentes de trabalho não são contabilizados em nossas Estatísticas de Acidentes de Trabalho (Taxa de Frequência e Taxa de Gravidade).

Indicador: Absenteísmo

O índice de absenteísmo tem como objeto medir percentualmente a quantidade de horas em que o empregado deixa de exercer suas funções por faltas justificadas ou não, com exceção dos seguintes eventos: aposentadoria por invalidez, afastados por doenças e acidentes (atestados maiores que 15 dias), liberados para o sindicato, contratos suspensos e licenças não remuneradas.

Meta: Redução do índice em análise.

Tabela VII - **Índice de absenteísmo**

| Ano | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
|------------------|------|------|------|------|
| Absenteísmo (%)* | 3,37 | 4,74 | 4,42 | 3,96 |

Fonte: BI – Gestão de Indicadores

*Média ano.

Verifica-se uma redução de 0,5% no índice de Absenteísmo no período. A expectativa é que este indicador continue em declínio, visto as iniciativas de gestão de pessoas que vem sendo realizadas, as quais visam maior motivação e comprometimento dos empregados.

Indicador: Rotatividade (turnover)

O indicador de rotatividade de pessoal mede a relação entre desligamentos (voluntários ou involuntários) e admissões.

Meta: Manter o decréscimo do índice em análise.

Tabela VIII - Índice de Rotatividade anual

| Ano | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
|-------------------|-------|------|------|------|
| Rotatividade (%)* | 10,03 | 9,60 | 8,12 | 9,81 |

Fonte: BI – Gestão de Indicadores

*Acumulado ano.

Tabela IX - Admissões e Desligamentos

| Ano | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 |
|---------------|------|------|------|------|
| Admissões | 106 | 80 | 95 | 121 |
| Desligamentos | 173 | 97 | 74 | 87 |

Fonte: SISAC (Sistema de Avaliação e Registro de Atos de Admissões e Concessões)

O Índice de Rotatividade anual apresentou um aumento de 1,69% em 2014 em relação do ano anterior. A TRENSURB encontra-se em fase de adequação do seu quadro de empregados, visando atender as atuais necessidades da empresa. Diversas ações foram realizadas, entre elas a implantação de um Plano de Apoio à Aposentadoria – PAA, para desligamento voluntário de empregados aposentados e com mais de 24 anos de trabalho na empresa. Tal ação propiciou aumento no índice de Rotatividade acumulado no ano, impulsionando tanto o aumento dos desligamentos como as contratações, devido às reposições de empregados que se fizeram necessárias.

Indicador: Satisfação e Motivação dos empregados (Pesquisa de Clima Organizacional)

A pesquisa de clima organizacional identifica o índice de satisfação dos empregados. O resultado da pesquisa é obtido através de questionários objetivos e seu resultado é segmentado por cargo, sexo, tempo de empresa e setor. Os objetos mensurados são: relações de trabalho, condições físicas de trabalho, comunicação interna, benefícios, salário, imagem da empresa, liderança, motivação, valorização do empregado, desenvolvimento e orientação para resultados. Sua periodicidade de aplicação é bi-anual, sendo que sua edição mais recente foi realizada no ano de 2013 e a próxima acontecerá em 2015.

A tabela abaixo ilustra o resultado geral do nível de satisfação dos empregados nos últimos anos, mensurado através da Pesquisa de Clima Organizacional.

Meta – Aumentar os índices alcançados.

Tabela X -Pesquisa de Clima Organizacional - Índice Geral

| ANO* | MÉDIAS (%) |
|------|------------|
| 2009 | 70 |
| 2011 | 54 |
| 2013 | 53 |

Fonte: GEREH (Gerência de Recursos Humanos)

*Frequência da pesquisa cada 2 anos.

Tabela XI -Pesquisa de Clima Organizacional – Objetos Pesquisados

| Objeto Pesquisado | % Satisfação |
|-------------------------------|--------------|
| Realização Profissional | 72,21% |
| Relacionamento Interpessoal | 77,60% |
| Comunicação Interna | 49,59% |
| Condições Físicas de Trabalho | 67,06% |
| Liderança Imediata | 59,58% |
| Valorização do Empregado | 29,66% |
| Treinamento e Desenvolvimento | 41,45% |
| Benefícios | 55,40% |
| Salário | 30,69% |
| Imagem da Empresa | 45,75% |

Fonte: GEREH (Gerência de Recursos Humanos)

Observa-se que não houve alterações significativas no nível de satisfação de 2013 (53%) comparado ao de 2011 (54%), apenas a diminuição de um ponto percentual no nível de satisfação e consequente aumento de um ponto percentual no nível de insatisfação.

Os objetos pesquisados são importantes norteadores para as ações de gestão de pessoas do período subsequente à realização da pesquisa, buscando-se atuar, prioritariamente, nos objetos que apresentam os menores índices.

Entre as ações de gestão de pessoas realizadas no ano de 2014, destacam-se:

- a criação e implantação do novo plano de cargos, o PCEFS – Plano de Classificação de Empregos, Funções e Salários, o qual possui relação direta com os objetos de *Salário* e *Valorização do Empregado*;

- a realização do Programa de Desenvolvimento Gerencial, que visa qualificar os gestores, atuando no objeto de *Liderança Imediata*;

- a ampliação do Auxílio Alimentação, proporcionando um crédito extra de R\$ 700,00 no mês de dezembro, e ampliação da oferta de padrões de Assistência Médica, permitindo a livre escolha do empregado, iniciativas que influenciam no objeto *Benefícios*;

- ampliação das horas de treinamento por empregado, evoluindo de 2,34 horas por empregado em 2013 para 4,15 horas por empregado em 2014, resultado que possui relação direta ao objeto de *Treinamento e Desenvolvimento*.

7.2 Contratação de mão de obra de apoio e de estagiários

7.2.1 Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância

Quadro A.7.2.1 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

| Unidade Contratante | | | | | | | | | | | | | |
|---|------|----------|---------------------------|---------------------------|---|--------------------------|---|-----|----|----|---|---|------|
| Nome: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre – TRENSURB S/A | | | | | | | | | | | | | |
| UG/Gestão: 275060 | | | | | | CNPJ: 90.976.853/0001-56 | | | | | | | |
| Informações sobre os Contratos | | | | | | | | | | | | | |
| Ano do Contrato | Área | Natureza | Identificação do Contrato | Empresa Contratada (CNPJ) | Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas | | Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados | | | | | | Sit. |
| | | | | | Início | Fim | F | | M | | S | | |
| | | | | | | | P | C | P | C | P | C | |
| 2014 | L | O | 01.120.061/2014-A | 11.446.367/0001-50 | 24/11/2014 | 23/11/2015 | 11 | 11 | | | | | A |
| 2011 | L | O | 01.120.011/2011 | 07.454.361/0001-57 | 17/03/2011 | 16/03/2013 | 12 | 12 | 2 | 2 | | | P |
| 2014 | L | O | 08.120.021/2014 | 01.582.046/0001-29 | 12/06/2014 | 11/06/2015 | 107 | 138 | | 3 | | | A |
| 2013 | L | O | 07.120.001/2008-A | 92.653.666/0001-67 | 06/07/2013 | 05/07/2015 | | | 34 | 34 | | | P |
| Observações: | | | | | | | | | | | | | |
| LEGENDA | | | | | | | | | | | | | |
| Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. | | | | | | | | | | | | | |
| Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. | | | | | | | | | | | | | |
| Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. | | | | | | | | | | | | | |
| Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. | | | | | | | | | | | | | |

Fonte: SEACO (Setor de Administração de Contratos)

7.2.2 Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Não ocorreu neste período.

Quadro A.7.2.2 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra – N.O.

7.2.3 Análise Crítica dos itens 7.2.1 e 7.2.2

Como estratégia de gestão dos recursos (humanos e financeiros), a TRENSURB tem realizado há alguns exercícios a terceirização dos serviços de vigilância patrimonial, limpeza das áreas de manutenção, operação e administrativa, bem como a terceirização do serviço de limpeza dos TUES (Trens Unidade Elétrica). Os contratos veem operando normalmente, e sua gestão está distribuída pela empresa, conforme sua área de atuação. Os gestores são orientados a acompanharem a fiscalização dos serviços e registrarem qualquer evento que comprometa a boa execução e continuidade da relação pactuada. Constatou-se que não foi evidenciada nenhuma situação de descumprimento contratual durante o exercício de 2014 já que não foram registrados pelos gestores, problemas de interrupção na realização das atividades. Nestes serviços, também não se evidencia o não pagamento, por parte das contratadas, das verbas trabalhistas e previdenciárias.

7.2.4 Contratação de Estagiários

Quadro A.7.2.4 – Composição do Quadro de Estagiários

| Nível de Escolaridade | Quantitativo de contratos de estágio vigentes | | | | Despesa no Exercício (em R\$ 1,00) |
|--------------------------|---|--------------|--------------|--------------|---------------------------------------|
| | 1º Trimestre | 2º Trimestre | 3º Trimestre | 4º Trimestre | |
| 1. Nível Superior | 150 | 219 | 126 | 180 | 407.931,01 |
| 1.1 Área Fim | 0 | 4 | 4 | 8 | 9.669,48 |
| 1.2 Área Meio | 150 | 215 | 122 | 172 | 398.261,53 |
| 2. Nível Médio | 162 | 219 | 79 | 144 | 365.022,71 |
| 1.1 Área Fim | 21 | 19 | 6 | 15 | 36.864,88 |
| 1.2 Área Meio | 141 | 200 | 73 | 129 | 328.157,83 |
| Total (1+2) | 312 | 438 | 205 | 324 | 772.953,72 |

Fonte: SIAFI – Sistema de Administração Financeira - referente ao pagamento da bolsa auxílio dos estagiários.

Fonte: SIGAMWEB - Sistema de Gestão de Recursos Humanos.

A Unidade Organizacional (Setor) entra em contato com o Setor de Pessoal e descreve o nível de escolaridade e área de conhecimento que necessita o estagiário. Os candidatos ao estágio são entrevistados e selecionados pelo Gestor da UO. O prazo máximo do estágio é de 2 anos. Os estagiários de Nível Superior são avaliados pelo Gestor da UO ao final do contrato a pedido da Universidade que o estagiário faz parte.

Entende-se que a oportunidade de estágio é uma preparação imprescindível para o estudante que quer conhecer na prática as atividades e responsabilidades da vida profissional e os desafios da sua futura carreira. Os estudantes, em grande parte, conseguem assimilar de forma mais eficaz o que está estudando na universidade (teoria) tendo em vista a realidade que vislumbram no dia a dia empresarial (prática).

7.3 Empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Foi estabelecido método para revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012. Os setores responsáveis pela análise realizaram estudo do impacto da desoneração da folha de pagamento sobre os contratos de prestação de serviço.

Metodologia utilizada:

Inicialmente o Setor de Administração de Contratos – SEACO elencou os contratos ativos desde 2011 que poderiam, segundo a análise da área, estar usufruindo do benefício do Plano Brasil Maior. Destacaram-se os seguintes contratos:

Tabela XII - Contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

| Processo | Modalidade | CNPJ | FORNECEDOR | OBJETO | VALOR |
|-----------|----------------------------------|--------------------|------------|--|--------------|
| 0375/2013 | PREGÃO ELETRONICO 058/2013 | 86.703.337/0001-80 | INTEROP | Contratação de serviços para atendimento ao usuário, gerenciamento, suporte, administração, operação e controle integrado do ambiente de tecnologia de informação da TRENSURB. | 1.710.000,00 |
| 0601/2013 | DISPENSA DE LICITAÇÃO | 86.703.337/0001-80 | INTEROP | Contratação de serviços para atendimento ao usuário, gerenciamento, suporte, administração, operação e controle integrado do ambiente de tecnologia de informação da TRENSURB. | 333.514,16 |

| | | | | | |
|------------------|-------------------------------|--------------------|---|---|---------------|
| 2318/2012 | PREGÃO ELETRÔNICO N° 203/2012 | 86.703.337/0001-80 | INTEROP | Contratação de serviços de consultoria itil - gerenciamento de problemas, conforme as especificações e quantidades técnicas constantes no anexo 01 do edital. | 14.789,00 |
| 2472/2012 | TOMADA DE PREÇO N° 159/2012 | 89.866.321/001-87 | CISAL - CONSTRUÇÕES E INSTALAÇÕES LTDA | Recuperação estrutural e pintura da estação Esteio. | 829.160,10 |
| 1318/2013 | TOMADA DE PREÇO N° 091/2013 | 89.866.321/001-87 | CISAL - CONSTRUÇÕES E INSTALAÇÕES LTDA | Contratação de serviços de engenharia para execução da cobertura da passarela de pedestres da estação Esteio. | 252.423,38 |
| 1672/2012 | CONVITE N° 111/2011 | 08.489.244/0001-91 | CONSTRUTEC MS CONSTRUTORA LTDA- ME | Reforma de sala para instalação do serviço de informações ao cidadão e instalação de cobertura no acesso ao prédio de apoio. | R\$ 51.400,00 |
| 3726/2012 | CONVITE 241/2012 | 10.627.136/0001-80 | MPOETA CONSTRUÇÕES LTDA. | Contratação de serviços de engenharia para a recuperação e reforço estrutural no elevador da avenida voluntários da pátria junto a bacia rodoferroviária da TRENSURB. | 80.000,00 |
| 3442/2011 | Concorrência n° 302/2011 | 01.041.641/0001-57 | RUMO ENGENHARIA LTDA. | Contratação de serviços de engenharia para construção das duas estações do sistema automatizado de transporte de passageiros do Aeromóvel que interligará a estação aeroporto TRENSURB e o aeroporto Internacional Salgado Filho. | 3.236.587,92 |

Em seguida, o Setor de Contabilidade e Patrimônio- SECOP, consultou os CNAES destas empresas, para confirmar se estes estavam dentre os especificados nas leis que regem a desoneração da folha de pagamento. Identificou-se que todas as empresas listadas realmente estão enquadradas na legislação.

Restava a etapa de análise da planilha de composição de custos para identificar se a contratada foi beneficiada com a desoneração e se não havia repassado o benefício para o contrato.

Conclusões:

Conforme relato da área fiscal, analisando o processo evidenciou-se que a empresa Interop, já no momento de formulação do preço, considerou o percentual de desoneração, estando de acordo com o percentual estabelecido para o setor. Sendo assim, não há valores a restituir da contratada.

Já os demais contratos, sendo do setor da construção civil, em virtude da planilha de formação de preço ser por regime de empreitada, não foi possível identificar qual foi o percentual utilizado para formular o custo. Outra dificuldade de identificação é o valor que está sendo recolhido de INSS, já que este não consta discriminado na SEFIP. Apenas para identificar se as empresas estavam beneficiadas pelo Plano Brasil Maior, solicitamos declaração do enquadramento do CNAE na legislação, que foi fornecida por todas.

Entende-se que nos contratos vigentes desde a criação do Plano, não existe a necessidade de realizar reequilíbrio contratual, tampouco existem valores a serem ressarcidos pelos fornecedores com relação a desoneração da folha de pagamento.

Para as novas contratações, são observadas as legislações vigentes já na etapa de análise da planilha de formação de preços e, será verificado o enquadramento da proposta apresentada.

7.4 UNIDADES JURISDICIONADAS PATROCINADORAS DE ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

a) Informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinada:

I. Nome: BB Previdência.

II. Razão Social: BB Previdência Fundo de Pensão do Banco do Brasil.

III. CNPJ: 00.544.659/0001-09

IV. Demonstrativo Anual, contendo:

1. Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes: **R\$ 15.707.152,65**
2. Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes: **R\$ 1.271.389,25**
3. Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora; **R\$ 1.125.510,72.**
4. Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora; **Não se aplica.**
5. Discriminação da razão ou motivo do repasse de recursos que não sejam contribuições: **Não se aplica.**
6. Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal:

Informações apresentadas na Tabela abaixo. As aplicações estão em conformidade com as estratégias de alocação da Política de Investimentos da BB Previdência e com os limites estabelecidos no Capítulo VII da Resolução CMN nº 3.792, de 24 de Setembro de 2009.

Tabela XIII - Participação dos Investimentos em relação aos limites legais

Participações dos Investimentos em relação aos limites legais - Resolução CMN Nº 3.792

| Descrição | Limite | Efetivo | Espaço | Valor |
|--|-------------|---------------|---------------|----------------------|
| Total dos Investimentos da Fundação | 100% | 100% | - | 37.642.380,53 |
| RENDA FIXA | 100% | 95,36% | 4,64% | 35.894.895,79 |
| Títulos Dívida Pública Federal | 100,00% | 9,70% | 90,30% | 3.652.217,62 |
| Outro Títulos de Renda Fixa | 80,00% | 0,00% | 80,00% | - |
| Títulos de Instituições Autorizadas pelo BACEN | 80,00% | 0,00% | 80,00% | - |
| Debêntures | 80,00% | 0,00% | 80,00% | - |
| Fundos em Direitos Creditórios | 20,00% | 0,00% | 20,00% | - |
| Cotas de FI/FICFI/Multimercados | 100,00% | 85,66% | 14,34% | 32.242.678,17 |
| RENDA VARIÁVES | 70% | 2,87% | 67,13% | 1.081.836,57 |
| Ações | 70,00% | 2,87% | 67,13% | 1.081.836,57 |
| Ações Cias Abertas - Novo Mercado | 70,00% | 0,00% | 70,00% | - |
| Outar ações Cias Abertas e Fundos de Índices | 35,00% | 0,00% | 35,00% | - |
| INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS | 20% | 0,98% | 19,02% | 370.336,34 |
| Fundos de Investimentos em Participações | 20,00% | 0,25% | 19,75% | 92.439,28 |
| Fundos de investimentos Imobiliários | 10,00% | 0,74% | 9,26% | 277.897,06 |
| Operações com Participante | 15% | 0,00% | 15,00% | - |
| Outros Valores Não Classificados (*) | 100% | 0,78% | 99,22% | 295.311,83 |

(*) Valores a pagar, valores a receber, saldo provisionado e valores em caixa.

Fonte: BB Previdência

7 – Avaliação da política de investimentos da entidade fechada de previdência complementar, evidenciando o retorno das aplicações, bem como sua conformidade com a Resolução 3792/2009, do Conselho Monetário Nacional;

Extraído do Relatório Política de Investimentos do Plano TRENSURB PREV.

“A Política de Investimentos descreve a filosofia, as estratégias, restrições e práticas de investimento para alocação dos recursos financeiros do Plano de Benefícios. Ela é constituída por um conjunto de diretrizes, principalmente de longo prazo, que visam à preservação e ao melhor desempenho dos ativos financeiros em associação com as expectativas do passivo atuarial, sob um processo prudente de investimentos. Busca-se com isso assegurar:

O claro entendimento por parte dos gestores, colaboradores da BB PREVIDÊNCIA, patrocinadores, participantes, assistidos, beneficiários, provedores externos de serviços e órgãos reguladores quanto aos objetivos, estratégias e restrições relativas aos investimentos dos ativos do Plano.

A existência de um instrumento de planejamento que permita identificar e definir claramente as necessidades e requisitos por meio de objetivos de retorno, tolerâncias a risco e restrições de investimentos. A aplicação de recursos do Plano de Benefícios objetiva a maximização da rentabilidade dos ativos em função do fluxo esperado para o passivo atuarial e riscos envolvidos de modo a constituir reservas suficientes para pagamento dos compromissos esperados, considerando os fatores de risco, segurança, solvência e liquidez.

A existência de critérios e objetivos racionais para a avaliação de classes de ativos, de gestores e de estratégias empregadas no processo de investimentos.

O estabelecimento de diretrizes e estratégias aos gestores para que eles conduzam o processo de investimentos em conformidade com os objetivos e restrições de investimentos do Plano de Benefícios.

Independência do processo de investimento com relação a um gestor específico, isto é, qualquer gestor que venha a conduzir o processo de investimento tem diretrizes bem definidas que devem ser seguidas na gestão e controle dos investimentos.

O horizonte da Política de Investimentos é de 60 meses, sendo realizada sua revisão, no mínimo, a cada 12 meses, conforme exigência da regulamentação em vigor.

O presente documento e as diretrizes por este designadas encontram-se totalmente enquadrados em relação às Resoluções CMN 3.792/2009, CMN 4.275/2013 e à legislação em vigor que regulamenta os investimentos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC, podendo trazer limites e diretrizes mais restritivas que a regulamentação.

Na aplicação dos recursos correspondentes às reservas técnicas, provisões e fundos do plano são observados os princípios de segurança, rentabilidade, governança, solvência, liquidez e transparência. A Entidade zela por manter elevados padrões éticos e adota práticas de gestão para garantir o cumprimento do seu dever fiduciário em relação às patrocinadoras, aos participantes e assistidos do Plano de Benefícios. Além das restrições apresentadas neste documento, aplicam-se todas aquelas indicadas na legislação vigente, no Estatuto Social da Entidade e em outros documentos internos da BB Previdência”.

Tabela XIV - Retorno das aplicações

| MÊS | RENT. | SELIC | META ATUARIAL INPC + 5% | CDI | IBOVESPA Var. (%) |
|-------------------|--------------|---------------|-------------------------|---------------|-------------------|
| jan/14 | -3,33% | 0,85% | 1,04% | 0,84% | -7,51% |
| fev/14 | 2,98% | 0,79% | 1,05% | 0,78% | -1,14% |
| mar/14 | 1,26% | 0,77% | 1,23% | 0,76% | 7,05% |
| abr/14 | 1,91% | 0,82% | 1,19% | 0,82% | 2,40% |
| mai/14 | 2,36% | 0,87% | 1,01% | 0,86% | -0,75% |
| jun/14 | 0,77% | 0,82% | 0,67% | 0,82% | 3,76% |
| jul/14 | 1,48% | 0,95% | 0,54% | 0,94% | 5,00% |
| ago/14 | 3,78% | 0,87% | 0,59% | 0,86% | 9,78% |
| set/14 | -3,00% | 0,91% | 0,90% | 0,90% | -11,70% |
| out/14 | 1,51% | 0,95% | 0,79% | 0,94% | 0,95% |
| nov/14 | 1,34% | 0,84% | 0,94% | 0,84% | 0,18% |
| dez/14 | -1,47% | 0,96% | 1,03% | 0,96% | -8,62% |
| Acum. 2014 | 9,71% | 10,90% | 11,54% | 10,82% | -2,91% |

Fonte: BB Previdência

V – conclusões contidas no relatório da auditoria independente;
Introdução e Opinião extraída do Relatório dos auditores independentes da empresa Nexia Teixeira Auditores.

“Introdução

Demonstrações contábeis da BB PREVIDÊNCIA - FUNDO DE PENSÃO BANCO DO BRASIL (“BB Previdência”), que compreendem o Balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Fundação, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas Demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social – DMPS e do plano de gestão administrativa - DPGA, e as Demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem as Demonstrações do ativo líquido – DAL, da mutação do ativo líquido – DMAL e das provisões técnicas – DPT para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas”.

“Opinião

Em nossa Opinião, as Demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da BB Previdência – Fundo de Pensão do Banco do Brasil e individual por Plano de benefício em 31 de dezembro de 2014 e o desempenho consolidado e por Plano de benefícios de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC”.

VI- Demonstração do resultado atuarial no exercício de referência do relatório de gestão e nos dois anteriores, acompanhadas de justificativas e análises de eventuais resultados deficitários.

RESULTADO DO PLANO - 2012

| | |
|--|----------------|
| Resultado do exercício | R\$ 582.445,27 |
| Déficit Técnico | R\$ 0,00 |
| Superávit Técnico | R\$ 302.648,76 |
| Reserva de Contingência | R\$ 302.648,76 |
| Reserva Especial para Revisão de Plano | R\$ 0,00 |

O Plano TRENSURB PREV encontra-se superavitário em 2012. A variação positiva do resultado entre 2012 e 2011 é explicada principalmente pelo bom desempenho dos investimentos durante o exercício de 2012.

RESULTADO DO PLANO - 2013

| | |
|--|-------------------|
| Resultado do exercício | -R\$ 3.999.011,18 |
| Déficit Técnico | R\$ 3.696.362,42 |
| Superávit Técnico | R\$ 0,00 |
| Reserva de Contingência | R\$ 0,00 |
| Reserva Especial para Revisão de Plano | R\$ 0,00 |

Na confrontação do Passivo Atuarial, dado pelas Provisões Matemáticas, no montante total de R\$ 36.932.753,18, com o Patrimônio de Cobertura do Plano, em 31/12/2013, no montante de R\$ 33.236.390,76, verifica-se que o Plano apresentou déficit técnico-atuarial, de R\$ 3.696.362,42, em 31/12/2013.

O Plano passou de um resultado superavitário de R\$ 302.648,76 em 31/12/2012, para deficitário de R\$ 3.696.362,42, em 31/12/2013. Esse resultado deveu-se, especialmente, ao não alcance da meta atuarial pela rentabilidade do Plano, que foi negativa em 5,39% no exercício de 2013, enquanto que a meta atuarial, composta pela taxa de juros de 5,00%, vigente no exercício de 2013, acrescida do INPC de 5,56%, totalizou 10,84% no mesmo período, gerando uma perda atuarial de 14,64%.

RESULTADO DO PLANO - 2014

| | |
|--|-------------------|
| Resultado do Exercício | -R\$ 1.809.123,57 |
| Déficit Técnico | R\$ 5.505.485,99 |
| Superávit Técnico | R\$ 0,00 |
| Reserva de Contingência | R\$ 0,00 |
| Reserva Especial para Revisão do Plano | R\$ 0,00 |

Na confrontação do Passivo Atuarial, dado pelas Provisões Matemáticas, no montante total de R\$ 36.733.559,72, com o Patrimônio de Cobertura do Plano, em 31/12/2014, também no montante de R\$ 36.733.559,72, verifica-se que o Plano apresentou déficit técnico-atuarial, de R\$ 5.505.485,99, em 31/12/2014.

O plano passou de um resultado deficitário de R\$ 3.696.362,42 em 31/12/2013, para deficitário de R\$ 5.505.485,99, em 31/12/2014. Esse resultado deveu-se, especialmente, ao não alcance da meta atuarial pela rentabilidade do Plano, que foi positiva em 9,71% no exercício de 2014, enquanto que a meta atuarial, composta pela taxa de juros de 5%, vigente no exercício de 2014, acrescida do INPC de 6,23%, totalizou 11,54% no mesmo período.

VII- conclusões do último estudo atuarial;

Conclusão extraído do Relatório do Parecer Técnico-Atuarial Avaliação Atuarial Anual de 2014 do Plano TRENURB PREV, administrado e executado pelo BB PREVIDÊNCIA – Fundo de Pensão do Banco do Brasil.

“Equilíbrio Técnico

O Plano TRENURB PREV, ao final do exercício de 2013, apresentou déficit técnico superior ao limite de 15% definido na Resolução MPS/CNPC nº 14/2014 que determina que, exclusivamente para o exercício de 2013, admitir-se-á a substituição do percentual superior de dez por cento (conforme Resolução MPS/CGPC nº 26/2008, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 13/2013) para quinze por cento das provisões matemáticas na elaboração do Plano de Equacionamento durante o exercício de 2014, mediante decisão fundamentada do Conselho Deliberativo.”

Para tanto, a situação financeiro-atuarial, em 31/12/2014, findou-se em equilíbrio técnico atuarial em função do equacionamento de déficit realizado ao final deste exercício dentro dos preceitos da legislação vigente”.

“Conclusão

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual de 2014 do Plano TRENURB PREV, considerando a alteração da premissa de Tábua de Entrada em Invalidez (Hunter/Álvaro Vindas para TASA 27), conforme definido no Relatório de Testes de Aderência das Hipóteses Atuariais Exercício de 2014 e alteração da premissa da Hipótese de Rotatividade (0,78% para 1,00%), esta última hipótese definida com base na Política de Recursos Humanos da Patrocinadora, conclui-se que o plano apresentou-se equilibrado atuarialmente.”

b) Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício com base no disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001, demonstrando o tipo de fiscalização efetuada, a data em que ocorreu, as principais constatações e as providências adotadas para sanear as irregularidades verificadas.

O Plano de Benefícios TRENURB PREV não passou por ações de fiscalização no ano de 2014.

8 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

8.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

8.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.8.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

| LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA | | QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ | |
|----------------------------------|--------------------------|---|----------------|
| | | EXERCÍCIO 2014 | EXERCÍCIO 2013 |
| BRASIL | Rio Grande do Sul | 0 | 03 |
| | Município - Porto Alegre | 0 | 03 |
| Subtotal Brasil | | 0 | 03 |
| EXTERIOR | PAÍS 1 | 0 | 0 |
| | cidade 1 | 0 | 0 |
| Subtotal Exterior | | 0 | 0 |
| Total (Brasil + Exterior) | | 0 | 03 |

Fonte: SECOP (Setor de Contabilidade e Patrimônio)

A informação dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União até o ano de 2013 tinha como base a portaria 308/2008 da SPU, atualmente estes bens pertencem a União Federal, com destinação para alienação pela Caixa Econômica Federal, Operadora do Fundo Contingente da Rede Ferroviária Federal S/A conforme Portaria 132/2012 da SPU. No ano de 2013 buscou-se identificar os valores das áreas junto a Caixa Econômica Federal, mas não foi obtido êxito.

8.2.2 Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional

8.2.2.1 Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional

Não ocorreu neste período

Quadro A.8.2.2.1 – Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional – N.O.

8.2.2.2 Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União

Não ocorreu neste período.

Quadro A.8.2.2.2 – Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ- N.O.

8.2.3 Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ

Não ocorreu neste período.

Quadro A.8.2.3 – Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UJ- N.O.

8.2.4 Análise Crítica

8.3 Bens Imóveis Locados de Terceiros

Não ocorreu neste período.

Quadro A.8.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros – N.O.

9 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

9.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

a) relação dos sistemas estratégicos e a função de cada um deles;

| Sigla | Sistema | Fonte / Tecnologia | Função |
|------------|---|-------------------------------------|---|
| PLACOMP | Sistema MRP-F Placomp | Licenciado/VB | Automatizar os processos Materiais, Produção/Manutenção, Financeiro, Orçamentário e Contábil. |
| IBM COGNOS | Gestão de Indicadores | Licenciado/ Microsoft | Sistema de Busines Inteligence. |
| SISPD | Sistema de Programação Diária de Trens | Desenvolvimento/ VB | Possibilitar a programação antecipada de setores envolvidos em manutenção dos trens por dia ou por períodos. |
| DVB | DVB Eletrônica | Desenvolvimento Interno/JAVA | Automatizar o processo de venda de bilhetes edmonson permitindo o recebimento de troco, sangria e fechamento de caixa. |
| Intranet | Sistema de controle do conteúdo do Portal/Intranet da Empresa | Desenvolvimento Interno/JAVA | Controla os conteúdos exibidos, tais como fotos, notícias e outros, bem como os menus de acesso aos diversos sistemas |
| SETRA | Sistema de Controle de acesso as áreas do SETRA | Desenvolvimento Interno/JAVA | Controle de acesso as áreas do SETRA (Setor de Tráfego). |
| SIEOP | Sistema de Estratégico Operacional | Desenvolvimento Interno/JAVA | Registrar problemas e possíveis cenários de solução para estes problemas ocorridos na via |
| SIGAM WEB | Sistema de Gestão de Recursos Humanos | Desenvolvimento Interno/JAVA | Automatizar e integrar os processos da área de Recursos Humanos, possibilitar gestão efetiva. |
| SIGRA | Sistema de Grade Horária | Desenvolvimento Interno/JAVA | Calcular grades horárias e disponibilizar para operação e clientes do TRENSURB. Integração com CCO. |
| SIMAV | Sistema de manobras de Veículos | Desenvolvimento Interno/JAVA | Controlar as atividades realizadas com os trens e veículos de manutenção no pátio e nas vias de movimentação. |
| SISEG | Sistema de Segurança de Acesso | Desenvolvimento Interno/JAVA | Controlar a segurança de acesso aos sistemas de informações |
| SISOP | Sistema de Situação Operacional | Desenvolvimento Interno/JAVA | Informar ao usuário do site da TRENSURB sobre a real situação operacional dos trens e intervalos de viagens de trem de acordo com horário do momento. |
| SISPA | Sistema de Programação de acesso | Desenvolvimento Interno/JAVA | Controlar os tipos de programação feita na via e nas estações, possibilitando e disponibilizando uma serie de informações importantes para os setores envolvidos. |
| PI-WEB | PI-WEB | Desenvolvimento Interno/JAVA | Emissão de pedidos de intervenção |
| SIAEL | Acompanhamento de Editais de Licitação | Desenvolvimento interno/Lotus Notes | Controle de acompanhamento de edital de licitações |

| | | | |
|------------------|--|-------------------------------------|--|
| SIAPC | Acompanhamento de Processos de Compras | Desenvolvimento interno/Lotus Notes | Controle de acompanhamento de compras |
| SIATA | Ata de Reunião | Desenvolvimento interno/Lotus Notes | Emissão de atas de reunião na empresa. Também emite atas das diversas etapas do processo de licitação |
| SIALI | Atas de Licitação | Desenvolvimento interno/Lotus Notes | Controle de Atas de Licitação |
| SIATO | Atas Oficiais | Desenvolvimento interno/Lotus Notes | Gerenciamento de Atas da DIREX, Termo de Posse. |
| SIATE | Atendimento | Desenvolvimento interno/Lotus Notes | O Sistema de Carta-Resposta aos Usuários permite cadastrar as sugestões/reclamações/pedidos de informação e elogios enviados pelos usuários à empresa, abrangendo a resposta da empresa e o encaminhamento da carta na empresa, quando necessário. |
| SIETEC | Atestado de Visita Técnica | Desenvolvimento interno/Lotus Notes | Emitir atestado de visita técnica para interessados em participar nas licitações. |
| SIAPL | Autorização de Processo Licitatório | Desenvolvimento interno/Lotus Notes | Agiliza a autorização do Presidente e do Diretor de Finanças para abertura de processos licitatórios |
| SICAD-SEEST | Cadastro de Empregados SEEST | Desenvolvimento interno/Lotus Notes | Os controles abrangem tanto as manutenções corretivas quanto as manutenções programadas |
| SICAD-SEGUR | Cadastro de Empregados SEGUR | Desenvolvimento interno/Lotus Notes | Os controles abrangem tanto as manutenções corretivas quanto as manutenções programadas |
| SICAD-SETRA | Cadastro de Empregados SETRA | Desenvolvimento interno/Lotus Notes | Os controles abrangem tanto as manutenções corretivas quanto as manutenções programadas |
| SIPAS | Cadastro de PAs | Desenvolvimento interno/Lotus Notes | Emissão de PA's (mensagens digitais) nas estações |
| SIGRV | Consulta Grade Horária | Desenvolvimento interno/Lotus Notes | Visualiza a grade horária de trens atual |
| SICAU | Controle de Auditoria | Desenvolvimento interno/Lotus Notes | Documentar o plano de auditorias anuais da TRENSURB, incluindo o planejamento dos trabalhos e o acompanhamento até a conclusão de cada atividade, incluindo disponibilidade dos auditores, constatações e respostas das UO's apontadas. |
| Diário | Diário Operacional | Desenvolvimento interno/Lotus Notes | Controlar as atividades das estações, segurança e Controle Operacional. |
| Diário Aeromóvel | Diário Operacional do Aeromóvel | Desenvolvimento interno/Lotus Notes | Controlar as atividades das estações, efetivo e Controle Operacional do Aeromóvel. |
| SIEXP | Exportar Licitações para Transparência | Desenvolvimento interno/Lotus Notes | Exportar arquivos de licitações para o Portal Transparência Pública. |
| SIGES | GESIS - Ordens de Serviço | Desenvolvimento interno/Lotus Notes | Emitir Ordens de Serviço da GESIS |
| SIINT | Informativo Notícias TRENSURB | Desenvolvimento interno/Lotus Notes | Publicar notícias no site da TRENSURB |
| SIMAN | Manuais on-line | Desenvolvimento interno/LotusNote | Permite às UOS cadastrar manuais, roteiros, guias e outras bibliografias para consulta geral. |

| | | | |
|--------|--|-------------------------------------|--|
| SINOT | Notícias TRENSURB Online | Desenvolvimento interno/Lotus Notes | Publicar notícias no site da TRENSURB |
| SIDES | NUNAC - Desenhos | Desenvolvimento interno/Lotus Notes | Disponibiliza desenhos técnicos aos usuários |
| SINAC | NUNAC - Processos de Nacionalização | Desenvolvimento interno/Lotus Notes | Controlar os processos de nacionalização de peças |
| SIPIIM | Pedido de Inspeção de Materiais | Desenvolvimento interno/Lotus Notes | Informatizar o processo de inspeção de materiais |
| SIPOR | Portal SETRA | Desenvolvimento interno/Lotus Notes | Portal de acesso a diversos sub-sistemas do SETRA |
| SIPRB | Projeto Básico | Desenvolvimento interno/Lotus Notes | Emissão de Projetos Básicos de Editais de Licitação |
| SIRAT | RAT - Registro de Acidente de Trabalho | Desenvolvimento interno/Lotus Notes | Registro dos acidentes de trabalho na empresa |
| SIREC | REC - Resolução do Conselho de Administração | Desenvolvimento interno/Lotus Notes | Emissão de Resoluções do Conselho de Administração |
| SIRDE | RED - Resolução da Diretoria Executiva | Desenvolvimento interno/Lotus Notes | Emissão de Resoluções da Diretoria Executiva |
| SIRIE | Relatórios de Inspeção nas Estações | Desenvolvimento interno/Lotus Notes | Relatórios diversos de auditoria de bilheteria e procedimentos das estações (sangria, troco,...) |
| SIREP | REP - Resoluções da Presidência | Desenvolvimento interno/Lotus Notes | Emissão de Resoluções da Presidência |
| SINOR | Sistema de Cadastramento de novas normas/revisão | Desenvolvimento interno/Lotus Notes | Visualizar as normas internas da empresa, permitir a utilização de consultas utilizando recursos de pesquisas. |
| SIPRO | Sistema de Protocolo Geral | Desenvolvimento interno/Lotus Notes | Controlar a entrada e distribuição dos processos na empresa |
| SIPRJ | Sistema de Protocolo Jurídico | Desenvolvimento interno/Lotus Notes | Controlar a entrada e distribuição dos processos jurídicos na empresa |
| SIAPV | Sistema de Viagens | Desenvolvimento interno/Lotus Notes | Controlar as Autorizações de Pedidos de Viagens (PCVs) e Prestações de Contas de Viagens (PCVs). |
| SITAR | Tarifas de Integração | Desenvolvimento interno/Lotus Notes | Cadastro de tarifas do trem e integrações, disponibilização das tarifas no site TRENSURB e agendamento de aumento tarifário. |
| SILAT | TRENSURB - Laudo Técnico | Desenvolvimento interno/Lotus Notes | Emissão de Laudos Técnicos |
| SITE | SITE TRENSURB | PHP | Disponibilizar diversas informações institucionais. |

Fonte: GEINF (Gerência de Informática)

b) eventuais necessidades de novos sistemas informatizados ou funcionalidades, suas justificativas e as medidas programadas e/ou em curso para obtenção dos sistemas;

| Sigla | Sistema | Origem Tecnologia | Função | Justificativa |
|-----------------------|---|--------------------------|--|---|
| SEI | Sistema Eletrônico de Informações | Conveio com TRF4 | Registrar e acompanhar os fluxos dos processos. | Modernização da estrutura de protocolo e tramitação de processos no formato eletrônico. Este sistema é fornecido gratuitamente pelo TRF4 para o MPOG e do MPOG para a APF. |
| SIGRH | Sistema de Gestão de Recursos Humanos | Sistema Proprietário | | Modernização da ferramenta de gestão do RH. |
| MICROSOFT DYNAMICS AX | ERP – Sistema de Gestão Administrativa, Financeira e Orçamentária | Sistema Proprietário | | Modernização e consolidação das ferramentas que fazem a gestão financeira e orçamentária da empresa. |
| SISPD | Sistema de Programação Diária | Desenvolvimento interno | Sistema de programação diária dos trens, utilizado para programação entre CCO e SEOFI da manutenção profunda e leve. | Necessidade de modernizar e migrar a tecnologia utilizada para consolidar os sistemas desenvolvidos em java (o sistema atual é desenvolvido em Visual Basic). Esta ferramenta é utilizada pela operação e manutenção dos trens. |
| DIARIO | Diário Operacional | Desenvolvimento interno | Controle das atividades das estações, segurança e Controle Operacional. | Necessidade de modernizar e migrar a tecnologia utilizada (hoje o D.O. é construído em lócus notes) para consolidar os sistemas desenvolvidos em java. Esta ferramenta é utilizada pela operação e manutenção dos trens. |
| SIPOL | POL-SETRA | Desenvolvimento interno | Controle de atividades operacionais do SETRA | Necessidade de implementar ferramenta que faça a gestão das escalas de pilotos para operação dos trens. Atualmente, os esforços são feitos em planilhas e outros controles manuais. |
| | Telemetria dos Trens novos | Desenvolvimento interno | Projeto Futuro | Com a aquisição dos novos trens será possível receber informações operacionais dos componentes. Sendo assim, faz-se necessário transformar a massa de dados em informação útil para a empresa. |

| | | | | |
|-------|-----------------------|-------------------------|--|---|
| SICAU | Controle de Auditoria | Desenvolvimento interno | Documentar o plano de auditorias anuais da TRENURB, incluindo o planejamento dos trabalhos e o acompanhamento até a conclusão de cada atividade, incluindo disponibilidade dos auditores, constatações e respostas das UO's apontadas. | Necessidade de modernizar a ferramenta (hoje, em lotus notes) e aproveitar a oportunidade de migração como revisão do escopo e abrangência da ferramenta. |
|-------|-----------------------|-------------------------|--|---|

Fonte: GEINF (Gerência de Informática)

Quadro A.9.1 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014

| Nº do Contrato | Objeto | Vigência | Fornecedores | | Custo | Valores Desembolsados 2014 |
|--|---|-------------------------|--------------------|---|--|----------------------------|
| | | | CNPJ | Denominação | | |
| TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 01.003.056/2010 ADITIVO D | Provedor de link de internet, manutenção em fibras óticas e hospedagem do site. | 16/08/2014 a 15/08/2015 | 89.398.473/0001-00 | PROCEMPA | (PROCEMPA NOS PAGA) R\$5.000,00 MENSAL | 0,00 |
| 07.120.015/10 ADITIVO D | Suporte manutenção, análise e desenvolvimento de sistemas. | 13/04/2013 a 12/04/2014 | 05.229.392/0001-89 | KEYWORKS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA. | 510.374,25 | 142.623,28 |
| 07.120.015/10 ADITIVO E | Suporte manutenção, análise e desenvolvimento de sistemas. | 13/04/2014 a 12/04/2015 | 05.229.392/0001-89 | KEYWORKS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA. | 127.593,56 | 17.264,95 |
| 07.120.015/10 ADITIVO F | Suporte manutenção, análise e desenvolvimento de sistemas. | 13/04/2014 a 12/04/2015 | 05.229.392/0001-89 | KEYWORKS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA. | 637.967,93 | 206.250,02 |
| 08.150.006/11 | Contratação de serviços de locação de equipamentos de informática (estações de trabalho -microcomputadores modelo “desktop” e portáteis modelo notebooks. | 03/05/2011 a 01/05/2014 | 00.895.371/0001-89 | COMTECH INFORMÁTICA LTDA | 1.170.000,00 | 136.500,00 |
| 08.150.006/11 ADITIVO A | Contratação de serviços de locação de equipamentos de informática (estações de trabalho -microcomputadores modelo “desktop” e portáteis modelo notebooks. | 02/05/2014 a 30/04/2015 | 00.895.371/0001-89 | COMTECH INFORMÁTICA LTDA | 234.000,00 | 117.000,00 |
| 08.120.063/2011 ADITIVO C | Atualização de versão e suporte técnico tivoli storage manager (tsm) – 2013. | 01/2014 a 12/2014 | 06.135.938/0001-03 | AVNET TECHNOLOGY SOLUTIONS BRASIL LTDA | 5.974,40 | 5.974,40 |
| 08.120.064/2011 ADITIVO C | Atualização de versão e suporte técnico domino/Lotus notes. | 01/2014 a 12/2014 | 06.135.938/0001-03 | AVNET TECHNOLOGY SOLUTIONS BRASIL LTDA | 64.370,00 | 64.370,00 |

| | | | | | | |
|------------------------------|---|----------------------------|--------------------|--|--------------|------------|
| 01.150.016/2012 ADITIVO A | Contratação de empresa para prestação de serviços de cópia e impressão - ilhas de impressão, conforme especificações e quantidades constantes do anexo i do edital. | 27/02/2013 a 26/02/2014 | 01.739.571/0001-05 | TECHDEC INFORMÁTICA LTDA | 522.240,97 | 97.586,29 |
| 01.150.016/2012 ADITIVO B | Contratação de empresa para prestação de serviços de cópia e impressão - ilhas de impressão, conforme especificações e quantidades constantes do anexo i do edital. | 27/02/2014 a 26/02/2015 | 01.739.571/0001-05 | TECHDEC INFORMÁTICA LTDA | 551.098,22 | 286.918,09 |
| 08.120.058/12 ADITIVO A | Serviços de licenciamento, suporte técnico, treinamento, personalização e manutenção de programas e funções do sistema Placomp. | 10/11/2013 a 09/11/2014 | 50.822.394/0001-31 | PLACOMP SISTEMAS COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA. | 343.742,64 | 172.097,85 |
| 08.120.058/12 ADITIVO B | Serviços de licenciamento, suporte técnico, treinamento, personalização e manutenção de programas e funções do sistema Placomp. | 10/11/2014 a 09/11/2015 | 50.822.394/0001-31 | PLACOMP SISTEMAS COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA. | 360.533,71 | 0,00 |
| 07.120.004/2013 | Contratação de empresa para serviço de locação, instalação e manutenção corretiva de desktops e notebooks | 13/02/2013 a 12/02/2014 | 94.073.012/0001-90 | TEEVO S/A COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA | 1.072.680,00 | 37.196,50 |
| 07.120.004/2013 ADITIVO A | Contratação de empresa para serviço de locação, instalação e manutenção corretiva de desktops e notebooks | 13/02/2014 a 11/02/2015 | 94.073.012/0001-90 | TEEVO S/A COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA | 1.072.680,00 | 565.965,00 |
| 01.120.064/2013 RCI | Prestação de serviços na ferramenta IBM Cognos Express - fase 2. | 03/02/2014 A 02/02/2015 | 04.321.455/0001-60 | RCI CONSULTING | 709.000,00 | 598.167,45 |
| 08.190.063/2013 | Prestação de serviços na ferramenta IBM Cognos Express - fase 2 – licenças. | 31/01/2014 A 30/01/2015 | 06.135.938/0001-03 | AVNET TECHNOL. SOLUTION BRASIL S/A | 26.000,00 | 26.000,00 |
| 01.190.035/2013 | Contratação de empresa para prestação de serviços que abrangem o atendimento ao usuário, gerenciamento, suporte, | 18/09/2013 A 17/09/2016 | 86.703.337/0001-80 | INTEROP INFORMÁTICA LTDA. | 1.710.000,00 | 522.500,00 |

| | | | | | | |
|---------------------------|---|---------------------------|--------------------|---------------------------|--------------|--------------------------|
| | administração, operação e controle integrado do ambiente de tecnologia de informação da TRENSURB. | | | | | |
| 01.120.042/2013 | Prestação de serviços de atualização tecnológica, manutenção corretiva e preventiva e suporte técnico na rede de transmissão de dados da TRENSURB. | 23/08/2013 até 22/08/2017 | 01.739.571/0002-96 | TECHDEC INFORMÁTICA LTDA | 1.802.160,00 | 457.861,44 |
| 07.120.032/2013 | Contratação de empresa para prestação de serviço de licenciamento, suporte técnico, atividades por demanda e manutenção do sistema de gestão de recursos humanos - SIGAM WEB. | 17/07/2013 a 16/07/2014 | 72.353.048/0001-94 | DI UNO INFORMÁTICA LTDA | 452.984,00 | 167.954,12 |
| 07.120.032/2013 ADITIVO A | Contratação de empresa para prestação de serviço de licenciamento, suporte técnico, atividades por demanda e manutenção do sistema de gestão de recursos humanos - SIGAM WEB. | 17/07/2014 a 16/07/2015 | 72.353.048/0001-94 | DI UNO INFORMÁTICA LTDA | 652.000,00 | 251.466,66 |
| 08.120.040/2013 | Contratação de empresa para prestação de serviço de administração e suporte técnico e atualização de versão de banco de dados INGRES II INTERPRISE EDITION. | 01/09/2014 a 31/08/2015 | 05.323.716/0001-43 | INTERADAPT SOLUTIONS S.A. | 115.260,00 | 115.260,00 |
| 01.120.012/2014 | Contratação de emp. P/manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos de informática. | 12/05/2014 a 11/05/2015 | 68.803.055/0001-73 | ALFATEK INFORMÁTICA LTDA | 197.760,00 | 141.720,00 125.248,00 |
| 01.190.076/2012 | Contratação de serviços de consultoria para gerenciamento de problemas. | 27/11/2013 a 25/01/2014 | 86.703.337/0001-80 | INTEROP INFORMÁTICA LTDA. | 17.789,00 | 17.789,00 |
| 01.120.055/2014 | Contratação de emp. P/manutenção preventiva e corretiva suporte técnico e | 11/11/2014 a 10/11/2015 | 01.739.571/0002-96 | TECHDEC INFORMÁTICA LTDA | 60.000,00 | 0,00 |

| | | | | | | |
|------------------------------|--|----------------------------|--------------------|-----------------------------|-----------|-----------|
| | atualização tecnológica do sistema de equipamentos e software de gerência p/equipamento de armazenamento de dados/storage com fornecimento de todo material. | | | | | |
| 01.120.010/2013 | Prestação de serviços de atualização tecnológica de equipamento servidor com tecnologia IBM RISC P520, Sistema operacional AIX 5.3, Unidade de armazenamento de dados IBM (FAST T600) e unidade de fitas (TAPE LIBRARY L23) | 14/06/2013 A 13/06/2014 | 01.739.571/0002-96 | TECHDEC INFORMÁTICA LTDA | 90.000,00 | 52.500,00 |
| 01.120.010/2013 ADITIVO A | Prestação de serviços de atualização tecnológica de equipamento servidor com tecnologia IBM RISC P520, sistema operacional AIX 5.3, unidade de armazenamento de dados IBM (FAST T600) e unidade de fitas (TAPE LIBRARY L23). | 14/06/2014 A 13/06/2015 | 01.739.571/0002-96 | TECHDEC INFORMÁTICA LTDA | 94.973,04 | 47.486,52 |

Fonte: GEINF (Gerência de Informática)

*Observação: Alguns contratos foram listados mais de uma vez tendo em vista que ocorreu mudança no custo do contrato durante o período (ano 2014).

11 ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE

11.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

11.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Quadro A.11.1.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
|--|----------------|-------------------|---------|------|--------------------------|
| Denominação completa | | | | | Código SIORG |
| Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A | | | | | 958 |
| Deliberações do TCU | | | | | |
| Deliberações expedidas pelo TCU | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida |
| 1 | 029.337/2010-0 | 1241/14 2ª Câmara | 1.7.1.1 | DE | Of.548/2014-TCU/SECEX-RS |
| Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação | | | | | Código SIORG |
| Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A | | | | | 958 |
| Descrição da Deliberação | | | | | |
| <p>Cumpra, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da ciência desta deliberação, as determinações constantes do subitem 1.5.8 do Acórdão n. 3.803/2008 e do subitem 1.5.1.2 do Acórdão n. 1.566/2010, ambos da 1ª Câmara, tendo em vista a contratação de serviços terceirizados cujas atribuições estão previstas no Plano de Cargos da TRENSURB, situação verificada com relação à contratação de Secretárias- Executivas, por meio do contrato 01.120.034/2009, decorrente do Pregão Presencial n. 133/2009, constituindo-se em inobservância ao art. 37, inciso II, da Constituição Federal, art. 1º, § 2º, do Decreto n. 2.271/1997, art. 9º da Instrução Normativa n. 02/2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e à jurisprudência deste Tribunal</p> <p>(Acórdãos ns. 1.487/2003 - Plenário, 1.557/2005 - Plenário e 1.441/2011 - 1ª Câmara);</p> | | | | | |
| Providências Adotadas | | | | | |
| Setor responsável pela implementação | | | | | Código SIORG |
| Diretoria de Administração e Finanças (DIRAF) | | | | | 958 |
| Síntese da providência adotada | | | | | |
| Enviado CE PRES 0084/2014 com atendimento da determinação | | | | | |
| Síntese dos resultados obtidos | | | | | |
| ATENDIMENTO TOTAL | | | | | |
| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor | | | | | |
| | | | | | |

| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
|--|----------------|------------|------|------|--------------------------|
| Denominação completa | | | | | Código SIORG |
| Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A | | | | | 958 |
| Deliberações do TCU | | | | | |
| Deliberações expedidas pelo TCU | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida |
| 2 | 004.338/2014-6 | 1738/14 PL | 9.2 | DE | Of.548/2014-TCU/SECEX-RS |
| Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação | | | | | Código SIORG |
| Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A | | | | | 958 |
| Descrição da Deliberação | | | | | |
| Determinar à Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre (TRENSURB), com fundamento nos arts. 40, I, "b" e 43, I da Lei 8.443/1992 c/c o art. 250, II do Regimento Interno deste Tribunal, que encaminhe cópia do novo edital de licitação elaborado para substituição da concorrência 260/2013 a esta Corte de Contas, concomitantemente à sua publicação. | | | | | |
| Providências Adotadas | | | | | |
| Setor responsável pela implementação | | | | | Código SIORG |
| Diretoria de Administração e Finanças (DIRAF). | | | | | 958 |
| Síntese da providência adotada | | | | | |
| Enviado CE PRES 0177/2014 com atendimento da determinação | | | | | |
| Síntese dos resultados obtidos | | | | | |
| ATENDIMENTO TOTAL | | | | | |
| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor | | | | | |
| | | | | | |

| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
|--|----------------|--------------|-------|------|---------------------------|
| Denominação completa | | | | | Código SIORG |
| Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A | | | | | 958 |
| Deliberações do TCU | | | | | |
| Deliberações expedidas pelo TCU | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida |
| 3 | 032.760/2011-6 | 4303/2014 PL | 9.3.1 | DE | Of.1492/2014-TCU/SECEX-RS |
| Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação | | | | | Código SIORG |
| Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A | | | | | 958 |
| Descrição da Deliberação | | | | | |
| Somente dê início à licitação ou à contratação direta quando houver projeto básico autorizado pela autoridade competente, conforme determina o art. 7º §2º, inciso I, da Lei 8.666/1993; | | | | | |
| Providências Adotadas | | | | | |
| Setor responsável pela implementação | | | | | Código SIORG |
| Diretoria de Administração e Finanças (DIRAF). | | | | | 958 |
| Síntese da providência adotada | | | | | |
| Enviado CE AUDIN 0074/2014 para conhecimento e atendimento da determinação | | | | | |
| Síntese dos resultados obtidos | | | | | |
| ATENDIMENTO TOTAL | | | | | |
| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor | | | | | |
| | | | | | |

| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
|--|----------------|--------------|-------|------|-------------------------|
| Denominação completa | | | | | Código SIORG |
| Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A | | | | | 958 |
| Deliberações do TCU | | | | | |
| Deliberações expedidas pelo TCU | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida |
| 4 | 032.760/2011-6 | 4303/2014 PL | 9.3.2 | DE | Of.1492/14-TCU/SECEX-RS |
| Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação | | | | | Código SIORG |
| Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A | | | | | 958 |
| Descrição da Deliberação | | | | | |
| Instrua o processo licitatório com orçamento detalhado em planilhas que expresse a composição de todos os custos unitários das obras ou serviços em atenção ao art. 7º, §2º, inciso II, da Lei 8.666/93. | | | | | |
| Providências Adotadas | | | | | |
| Setor responsável pela implementação | | | | | Código SIORG |
| Diretoria de Administração e Finanças (DIRAF) | | | | | 958 |
| Síntese da providência adotada | | | | | |
| Enviado CE AUDIN 0074/2014 para conhecimento e atendimento da determinação | | | | | |
| Síntese dos resultados obtidos | | | | | |
| ATENDIMENTO TOTAL | | | | | |
| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor | | | | | |
| | | | | | |

| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
|---|----------------|--------------|-------|------|---------------------------|
| Denominação completa | | | | | Código SIORG |
| Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A | | | | | 958 |
| Deliberações do TCU | | | | | |
| Deliberações expedidas pelo TCU | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida |
| 5 | 032.760/2011-6 | 4303/2014 PL | 9.3.3 | DE | Of.1492/2014-TCU/SECEX-RS |
| Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação | | | | | Código SIORG |
| Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A | | | | | 958 |
| Descrição da Deliberação | | | | | |
| Em caso de dispensa de licitação, justifique a estimativa do valor a ser contratado mediante pesquisa de preços, conforme determina o art. 26, inciso III, da Lei 8.666/1993. | | | | | |
| Providências Adotadas | | | | | |
| Setor responsável pela implementação | | | | | Código SIORG |
| Diretoria de Administração e Finanças (DIRAF) | | | | | 958 |
| Síntese da providência adotada | | | | | |
| Enviado CE AUDIN 0074/2014 para conhecimento e atendimento da determinação | | | | | |
| Síntese dos resultados obtidos | | | | | |
| ATENDIMENTO TOTAL | | | | | |
| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor | | | | | |
| | | | | | |

| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
|---|----------------|-------------------|------|------|---------------------------|
| Denominação completa | | | | | Código SIORG |
| Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A | | | | | 958 |
| Deliberações do TCU | | | | | |
| Deliberações expedidas pelo TCU | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida |
| 6 | 016.310/2012-8 | 6308/14 1ª Câmara | 9.1 | DE | Of.1724/2014-TCU/SECEX-RS |
| Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação | | | | | Código SIORG |
| Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A | | | | | 958 |
| Descrição da Deliberação: | | | | | |
| Encerrar o presente processo, com fundamento no art. 169, V, do RI/TCU, e arquivar os autos; | | | | | |
| Providências Adotadas | | | | | |
| Setor responsável pela implementação | | | | | Código SIORG |
| Gerência Jurídica (GEJUR) | | | | | 958 |
| Síntese da providência adotada | | | | | |
| Enviado CE AUDIN 0086/2014 para conhecimento da determinação | | | | | |
| Síntese dos resultados obtidos | | | | | |
| ATENDIMENTO TOTAL | | | | | |
| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor | | | | | |
| | | | | | |

| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
|---|----------------|------------|------|------|-----------------------------------|
| Denominação completa | | | | | Código SIORG |
| Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A | | | | | 958 |
| Deliberações do TCU | | | | | |
| Deliberações expedidas pelo TCU | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida |
| 7 | 007.524/2010-2 | 2739/14 PL | 9.1 | DE | Of.0545/14-TCU/SecobHidroferrovia |
| Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação | | | | | Código SIORG |
| Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A | | | | | 958 |
| Descrição da Deliberação: | | | | | |
| Acolher as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Humberto Kasper | | | | | |
| Providências Adotadas | | | | | |
| Setor responsável pela implementação | | | | | Código SIORG |
| Presidência (PRES) | | | | | 958 |
| Síntese da providência adotada | | | | | |
| Enviado CI AUDIN para conhecimento da determinação | | | | | |
| Síntese dos resultados obtidos | | | | | |
| ATENDIMENTO TOTAL | | | | | |
| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor | | | | | |
| | | | | | |

| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
|--|----------------|------------|--------------------------|------|-----------------------------------|
| Denominação completa | | | | | Código SIORG |
| Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A | | | | | 958 |
| Deliberações do TCU | | | | | |
| Deliberações expedidas pelo TCU | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida |
| 8 | 007.524/2010-2 | 2739/14 PL | 9.2, 9.4, 9.5 e 9.6, 9.7 | DE | Of.0545/14-TCU/SecobHidroferrovia |
| Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação | | | | | Código SIORG |
| Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A | | | | | 958 |
| Descrição da Deliberação | | | | | |
| <p>9.2. rejeitar as razões de justificativa do Sr. Lino Sérgio do Lago Fantuzzi, CPF 081.231.950-87, por aprovar Boletins de Medição contendo serviços não previstos contratualmente, em desacordo com o art. 66 da Lei 8.666/1993, com o item 9.2 do acórdão 2.450/2007 - Plenário e com a cláusula 5, parágrafo 13, do Contrato 080.70.037/2007 - TRENSURB;</p> <p>9.4. aplicar ao Sr. Lino Sérgio do Lago Fantuzzi a multa prevista no art. 58, incisos II e IV da Lei 8.443/1992, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a partir da notificação, para que comprove perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno) o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional do valor atualizado monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo fixado até a data do efetivo pagamento, na forma da legislação em vigor;</p> <p>9.5. autorizar, desde logo, com fundamento no artigo 26 da Lei nº 8.443/1992 c/c o artigo 217 do Regimento Interno do TCU, caso seja do interesse do responsável, o parcelamento da multa em até 36 (trinta e seis) parcelas, incidindo sobre cada uma, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, sem prejuízo de alertá-lo de que, caso opte por essa forma de pagamento, a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor;</p> <p>9.7. dispensar a realização da inspeção determinada no item 9.4 do Acórdão 2.161/2011-Plenário por perda de objeto;</p> | | | | | |
| Providências Adotadas | | | | | |
| Setor responsável pela implementação | | | | | Código SIORG |
| Superintendência de Desenvolvimento Expansão (SUDEX) | | | | | 958 |
| Síntese da providência adotada | | | | | |
| Enviado embargos de declaração opostos contra o item 9.2 do Acórdão 2739/2014- TCU-Plenários | | | | | |
| Síntese dos resultados obtidos | | | | | |
| Recebido Ofício 0584/2014 – TCU/SecobHidroferrovia de 10/11/2014 suspendendo os efeitos em relação aos subitens 9.2, 9.4, 9.5 e 9.6 | | | | | |
| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor | | | | | |
| | | | | | |

| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
|--|----------------|------------|------|------|---------------------------|
| Denominação completa: | | | | | Código SIORG |
| Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A | | | | | 958 |
| Deliberações do TCU | | | | | |
| Deliberações expedidas pelo TCU | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida |
| 9 | 012.592/2012-9 | 2874/14 PL | 9.1 | DE | Of.1768/2014-TCU/SECEX-RS |
| Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação | | | | | Código SIORG |
| Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A | | | | | 958 |
| Descrição da Deliberação: | | | | | |
| Acolher as razões de justificativas apresentadas pelos Srs. Humberto Kasper, Eduardo Beckel Mallmann, Ney Mechelucci, Guilherme Lohmann Togni e Marco Arildo Prates da Cunha | | | | | |
| Providências Adotadas | | | | | |
| Setor responsável pela implementação | | | | | Código SIORG |
| Presidência (PRES) | | | | | 958 |
| Síntese da providência adotada: | | | | | |
| Enviado CE AUDIN 0091/2014 para conhecimento da determinação | | | | | |
| Síntese dos resultados obtidos | | | | | |
| ATENDIMENTO TOTAL | | | | | |
| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor | | | | | |
| | | | | | |

| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
|--|----------------|------------|------|------|---------------------------|
| Denominação completa | | | | | Código SIORG |
| Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A | | | | | 958 |
| Deliberações do TCU | | | | | |
| Deliberações expedidas pelo TCU | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida |
| 10 | 012.592/2012-9 | 2874/14 PL | 9.2 | DE | Of.1768/2014-TCU/SECEX-RS |
| Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação | | | | | Código SIORG |
| Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A | | | | | 958 |
| Descrição da Deliberação | | | | | |
| <p>9.2 dar ciência à TRENSURB acerca das seguintes desconformidades detectadas em auditoria realizada na implantação do projeto piloto de ligação da Estação Aeroporto da TRENSURB ao Aeroporto Internacional Salgado Filho, denominado Sistema Aeromóvel:</p> <p>9.2.1. pagamento antecipado de serviços no Contrato 07.120.151/2011, referente à verba de mobilização, sem a exigência da prestação de garantias, em descumprimento à cláusula 11 do referido instrumento, ao art. 56 da Lei 8666/93, bem como à jurisprudência consolidada do TCU aplicada ao tema;</p> <p>9.2.2. licitação das obras de construção da via elevada do Aeromóvel (Concorrência 390/2010) com base em projeto básico deficiente, caracterizado pela ausência de sondagens investigativas, o que levou à necessidade de aditivos de valor no Contrato 04.120.079/2010, em virtude do aumento dos quantitativos nos serviços de fundação;</p> | | | | | |
| Providências Adotadas | | | | | |
| Setor responsável pela implementação | | | | | Código SIORG |
| Presidência (PRES) | | | | | 958 |
| Síntese da providência adotada | | | | | |
| Enviado CE AUDIN 0091/2014 para conhecimento da determinação | | | | | |
| Síntese dos resultados obtidos | | | | | |
| ATENDIMENTO TOTAL | | | | | |
| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor | | | | | |
| | | | | | |

11.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A.11.1.2 – Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
|---|----------------|----------------|-------|------|------------------------|
| Denominação completa: | | | | | Código SIORG |
| Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A | | | | | 958 |
| Deliberações do TCU | | | | | |
| Deliberações expedidas pelo TCU | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida |
| 01 | 007.077/2010-6 | 3290/2010 2°C. | 1.4.4 | DE | Of. 557/2010 TCU/SEMAG |
| Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação | | | | | Código SIORG |
| Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. | | | | | 958 |
| Descrição da Deliberação: | | | | | |
| <p>Dar conhecimento e adoção de medidas do Acórdão 7273/2010 no item 1.4.4 que determinou à CBTU e à TRENSURB que façam inventário completo e individualizado de todos os bens imóveis ainda não cadastrados no SPIUnet, adotando as providências legais e/ou administrativas cabíveis para sua regularização jurídica, de acordo com as características próprias de cada bem e de forma que eles se tornem aptos a serem cadastrados no SPIUnet. Ato contínuo procedam aos devidos cadastramentos dos imóveis no SPIUnet, na medida em que sua situação jurídica for sendo regularizada, informando a este Tribunal, nos próximos relatórios de gestão, as medidas que estão sendo adotadas.</p> | | | | | |
| Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento | | | | | |
| Setor responsável pela implementação | | | | | Código SIORG |
| SECOP. | | | | | 958 |
| Justificativa para o seu não cumprimento: | | | | | |
| <p>Informamos que continuamos trabalhando na regularização dos bens imóveis com pendências junto a cartórios, órgãos públicos municipais, para termos o título definitivo de propriedade. Temos um total de 347 Terrenos Cadastrados, destes 248 já regularizados, os demais encontram-se no processo de regularização. Estamos também com um grupo de trabalho para discussão e deliberação acerca da desmobilização de bens não afetos às atividades da TRENSURB derivados das obras da Extensão da linha 1-SL NH e discutiremos também quanto a documentação e registros das Benefetorias.</p> <p>Até o momento já foram registrados no SPIUnet 305 terrenos, o trabalho é um tanto moroso em função da TRENSURB não possuir as informações escriturais digitalizadas, porém, o trabalho está em andamento e durante o ano de 2015 será continuado até o registro completo dos bens no SPIUnet.</p> | | | | | |
| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor | | | | | |
| <p>Como relatado no texto anterior o trabalho de regularização dos bens imóveis é bastante moroso, pois não depende somente da TRENSURB envolve pendências junto a cartórios, órgãos públicos municipais e também bens que advém da antiga Rede Ferroviária Federal que foram transferidos para a TRENSURB e a CBTU não tem documentação com numeração de registro de imóveis o que impede o cadastramento no sistema.</p> | | | | | |

11.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)

11.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

Não ocorreu no período.

Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno – N.O.

11.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A.11.2.2 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

| Unidade Jurisdicionada | | | |
|--|---|------------|------------------------------------|
| Denominação completa | | | Código SIORG |
| Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A | | | 958 |
| Recomendações do OCI | | | |
| Recomendações expedidas pelo OCI | | | |
| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
| 01 | 201203886 | 2.1.1.1 | e-mail/GAB/CGU-Regional/RS/CGU-PR- |
| Órgão/entidade objeto da recomendação | | | Código SIORG |
| Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A | | | 958 |
| Descrição da Recomendação: | | | |
| Recomendamos à Unidade que envide esforços na regularização da situação dos Bens Imóveis de Uso Especial sob sua responsabilidade, e no registro desses imóveis no sistema SPIUnet, de modo a atender, no menor prazo possível, as determinações contidas no Acórdão TCU nº 7273/2010 – 2ª Câmara. | | | |
| Providências Adotadas | | | |
| Setor responsável pela implementação | | | Código SIORG |
| Setor de Contabilidade (SECOP) | | | 958 |
| Justificativa para o seu não cumprimento | | | |
| <p>Informamos que continuamos trabalhando na regularização dos bens imóveis com pendências junto a cartórios, órgãos públicos municipais, para termos o título definitivo de propriedade. Temos um total de 347 Terrenos Cadastrados, destes 248 já regularizados, os demais encontram-se no processo de regularização. Estamos também com um grupo de trabalho para discussão e deliberação acerca da desmobilização de bens não afetos à atividades da TRENSURB derivados das obras da Extensão da linha 1-SL NH e discutiremos também quanto a documentação e registros das Benfeitorias.</p> <p>Até o momento já foram registrados no Spiunet 305 terrenos, o trabalho é um tanto moroso em função da TRENSURB não possuir as informações escriturais digitalizadas, porém, o trabalho está em andamento e durante o ano de 2015 será continuado até o registro completo dos bens no SPIUnet.</p> | | | |

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Como relatado no texto anterior o trabalho de regularização dos bens imóveis é bastante moroso, pois não depende somente da TRENSURB envolve pendências junto a cartórios, órgãos públicos municipais e também bens que advêm da antiga Rede Ferroviária Federal que formam transferidos para a TRENSURB e CBTU que não tem documentação com numeração de registro de imóveis o que impede o cadastramento no sistema.

11.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

11.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.11.3 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

| Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR | Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93 | Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR | | |
|--|--|--|---------------------------------------|--|
| | | Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo | Final do exercício da Função ou Cargo | Final do exercício financeiro |
| Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93) | Obrigados a entregar a DBR | 0 | 0 | 0 |
| | Entregaram a DBR | 0 | 0 | 0 |
| | Não cumpriram a obrigação | 0 | 0 | 0 |
| Cargos Eletivos (CONSAD, CONFINS) | Obrigados a entregar a DBR | 11 | 11 | 11 |
| | Entregaram a DBR | 11 | 11 | 11 |
| | Não cumpriram a obrigação | 0 | 0 | 0 |
| * Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão) | Obrigados a entregar a DBR | EC: 04 DIR: 0 ASS :1 GCS: 7 | EC: 04 DIR: 1 ASS :7 GCS: 20 | EC: 23 DIR: 05 ASS: 19 GCS: 110 |
| | Entregaram a DBR | EC: 04 DIR: 0 ASS :1 GCS: 7 | EC: 04 DIR: 1 ASS :7 GCS: 20 | EC: 23 DIR: 05 ASS: 19 GCS: 110 |
| | Não cumpriram a obrigação | EC: 0 DIR: 0 ASS :0 GCS: 0 | EC: 0 DIR: 0 ASS :0 GCS: 0 | EC: 0 DIR: 0 ASS :0 GCS: 0 |

Fonte: SIGAMWEB - Sistema de Gestão de Recursos Humanos / Arquivos do Setor de Pessoal

* Legenda: EC - Empregos em Comissão; DIR - Diretores e Superintendentes; ASS - Assessorias, Consultores; GCS- Gerentes, Chefias, Coordenadores e Supervisores.

11.3.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

O controle da entrega anual das declarações de bens e rendas ou autorizações de acesso eletrônico destas no site da Receita Federal do Brasil é realizado manualmente. Gera-se um relatório no Sistema de Gestão de Recursos Humanos - Sigam Web onde são identificados os empregados que ocuparam função de confiança, cargo comissionado ou cargo de Diretor e realiza-se uma verificação daqueles que entregaram a Declaração de Bens e Rendas ou autorização de acesso eletrônico a estas. Aqueles que não estão em conformidade, realiza-se contato por e-mail e/ por telefone. Os documentos entregues são arquivados no Setor de Pessoal.

11.4 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

Não ocorreu no período.

Quadro A.11.4 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2014 – N.O.

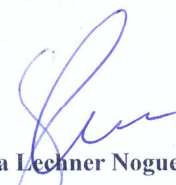
11.5 Alimentação SIASG E SICONV

Quadro A.11.5 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Sabrina Lechner Nogueira, CPF nº998.695.270-00, Chefe do Setor de Administração de Contratos, exercido na TRENSURB declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Porto Alegre, 20 de Março de 2015.



Sabrina Lechner Nogueira

998.695.270-00

Chefe do Setor de Adm. de Contratos

12 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

12.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

a) Se a UJ está ou não aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10;

Em virtude de a empresa estar obrigada as disposições da Lei Societária 6.404/76, a empresa já adota as disposições contidas nas NBC T acima citadas.

b) Justificativas em caso de resposta negativa à alínea “a” acima;

c) Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo;

A empresa realizou em 2010, através de laudo técnico, a revisão do ativo imobilizado com a finalidade de atribuição de novo custo (mais valia) em acordo com as normas e diretrizes da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, IBAPE – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, NBC TG 27 e Interpretação Técnica ITG 10.

A Administração da empresa procedeu a revisão de alguns itens do imobilizado considerando o custo histórico como base de valor ajustado para refletir o “custo atribuído”, a partir de 01/01/2010, cujos efeitos dessa mudança foram registrados de forma prospectiva, gerando neste ano o valor de R\$ 95.584.173 no ativo não circulante imobilizado e de R\$ 63.085.555 líquido dos efeitos tributários (R\$ 32.498.618) no patrimônio líquido.

Para o exercício de 2014, a Administração da Companhia juntamente com a área técnica, não identificou a necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis (“Impairment”) considerando que não houve fatos econômicos, mudanças de negócios ou tecnológicas ou ainda alterações na forma de utilização dos bens que tenham afetado a vida útil e/ou o valor econômico dos bens.

d) A metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão;

São registrados pelo custo histórico de aquisição, ajustado pela depreciação e amortização calculado pelo método linear a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil estimada, não havendo indícios de que o valor contábil supere o valor recuperável por uso ou por venda.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

A administração definiu não determinar valores residuais, visto que os bens são de características próprias para atender as necessidades da empresa e que no final de sua vida útil não teriam qualquer valor comercial.

e) As taxas utilizadas para os cálculos;

Conforme item anterior.

f) A metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido;

Instrumentos Financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia possui aplicações financeiras e recebíveis como ativos financeiros não derivativos.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos financeiros inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

Caixa e equivalentes de caixa

Representam valores em caixa, valores em trânsito oriundos de arrecadação e depósitos a liberar e aplicações de liquidez imediata, prontamente conversível, com baixo risco de variação no valor de mercado, avaliadas pelo custo acrescido de rendimentos no período.

Créditos

São avaliados pelo seu custo de aquisição ou valor de emissão ajustado ao valor provável de realização, quando aplicável.

Estoques

Os estoques de materiais de manutenção, consumo e bilhetes foram avaliados ao custo médio de aquisição, cujos valores não superam os de mercado.

Investimentos em participações societárias

Os investimentos em outras sociedades estão avaliados ao custo de aquisição, que não superam o seu valor de mercado.

Imobilizado e Intangível

São registrados pelo custo histórico de aquisição, ajustado pela depreciação e amortização calculado pelo método linear a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil estimada, não havendo indícios de que o valor contábil supere o valor recuperável por uso ou por venda.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

A administração definiu não determinar valores residuais, visto que os bens são de características próprias para atender as necessidades da empresa e que no final de sua vida útil não teriam qualquer valor comercial.

Ajuste a valor presente

As operações de longo prazo e de curto prazo existentes não exigiram ajustes a valor presente, pela natureza e características das operações da Sociedade, conforme disposto na NBC TG 12 – Ajuste a Valor Presente.

Provisão para contingências

As provisões para riscos trabalhistas e cíveis são reconhecidas nas demonstrações financeiras tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela administração para cobrir perdas prováveis sendo atualizadas até as datas do Balanço, observada a natureza de cada contingência e apoiada nas informações da Gerência Jurídica desta Companhia.

Demais ativos, passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro.

Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por estimativas de perdas prováveis.

g) O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício.

Não há impacto em virtude de que estes critérios já são prática da empresa em função da obrigatoriedade de seguir a Lei 6.404/76.

12.2 Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas

A empresa não possui um sistema de Custos de forma Integral. O controle de custos por Unidade Organizacional é feito através da contabilidade societária, onde as despesas são alocadas nos centros de custos que demandam as despesas através da solicitação de compras, relatórios de folha de pagamento e rateios como energia elétrica, água e telefone.

12.6 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976



Ministério das
Cidades

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S.A - TRENSURB

Sociedade de Economia Mista - Capital Fechado
CNPJ 90.976.853/0001-56

**DIRETORIA EXECUTIVA
SETOR DE CONTABILIDADE E PATRIMÔNIO**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

Porto Alegre, 19 de Fevereiro de 2015

Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
 Sociedade de Economia Mista - Capital Fechado
 CNPJ 90.976.853/0001-56



Ministério das
 Cidades



BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO
 (Valores expressos em Reais)

| | | PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | |
|--|-----|------------------------------|----------------------|----------------------|
| | | NOTA | 2014 | 2013 |
| ATIVO | | | | |
| ATIVO CIRCULANTE | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | | 73.163.359 | 57.556.797 |
| Créditos pela venda de serviços | 5 | | 924.138 | 1.791.227 |
| Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagamento | 6 | | 6.110.000 | 7.999.685 |
| Adiantamento de férias e débitos de empregados | 7 | | 2.724.617 | 2.626.536 |
| Adiantamento de fornecedores | 8 | | 8.098 | 45.229 |
| Direitos a receber | 20 | | 474.809 | 602.560 |
| Impostos a recuperar | 9 | | 2.541.595 | 1.711.596 |
| Estoque | | | 19.991.572 | 11.404.035 |
| Despesas do exercício seguinte | | | 94.630 | 360.112 |
| | | | <u>106.032.817</u> | <u>84.097.776</u> |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | | | | |
| Realizável a longo prazo | | | 21.111 | 21.111 |
| Aplicação em títulos e valores mobiliários | 10 | | 11.730.177 | 16.208.927 |
| Depósitos judiciais | 7 | | 1.085.778 | 1.350.570 |
| Débitos de empregados | 11 | | 10.756.662 | - |
| Garantias à Juízo | | | 3.675.713 | 9.558.254 |
| Penhora s/ receita própria | | | 27.269.441 | 27.138.862 |
| | | | <u>23.370</u> | <u>23.370</u> |
| Investimentos em participações societárias | 12 | | 1.569.084.704 | 1.454.954.314 |
| Imobilizado | 13 | | 1.785.054 | 1.812.281 |
| Intangível | | | 1.570.893.129 | 1.456.789.956 |
| | | | <u>1.598.162.570</u> | <u>1.483.928.828</u> |
| TOTAL DO ATIVO | | | <u>1.704.195.387</u> | <u>1.568.026.604</u> |
| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | | |
| PASSIVO CIRCULANTE | | | | |
| Fornecedores | 14 | | 62.064.243 | 12.656.161 |
| Impostos e taxas a recolher | | | 738.045 | 508.669 |
| Contribuições sociais a recolher | | | 2.333.172 | 3.803.332 |
| Obrigações trabalhistas | | | 5.609 | 8.920 |
| Adiantamento de Clientes | 15 | | 1.293.640 | 832.417 |
| Credores por convênios | 16 | | 529.523 | 907.394 |
| Credores por depósitos | | | 174.561 | 235.439 |
| Plano de previdência e pensão a empregados | 17 | | - | 33.174 |
| Férias e encargos sociais | | | 10.981.056 | 10.562.340 |
| Provisão para contingências trabalhistas | 18a | | 213.708.090 | 220.515.918 |
| Provisão para contingências cíveis | 18b | | 1.734.042 | 2.335.927 |
| | | | <u>293.561.982</u> | <u>252.398.929</u> |
| PASSIVO NÃO-CIRCULANTE | | | | |
| Provisão IR/CS diferido | 12b | | 25.497.667 | 26.897.857 |
| Provisão para contingências trabalhistas | 18a | | 10.286.002 | 29.607.300 |
| Plano de previdência e pensão a empregados | 17 | | - | 57.913 |
| | | | <u>35.783.669</u> | <u>56.563.070</u> |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | | |
| Capital social | 19a | | 1.454.992.927 | 1.454.992.927 |
| Adiantamentos para aumento de capital | 19b | | 349.844.821 | 218.896.631 |
| Ajuste avaliação patrimonial | 12b | | 49.495.470 | 52.213.487 |
| Prejuízos acumulados | | | (479.483.482) | (487.038.341) |
| | | | <u>1.374.849.736</u> | <u>1.259.064.704</u> |
| TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | <u>1.704.195.387</u> | <u>1.568.026.604</u> |

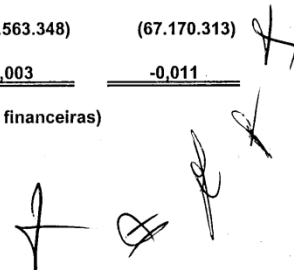
(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Handwritten signatures and initials: A, F, X

Ministério das
CidadesGOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em Reais)

| | NOTA | 2014 | 2013 |
|--|------|----------------------|----------------------|
| RECEITA BRUTA | | | |
| Serviço de transporte metroviário | | 88.556.547 | 83.745.355 |
| Aluguéis, arrendamentos e concessões | | 5.210.637 | 4.272.615 |
| | | 93.767.184 | 88.017.970 |
| Tributos sobre a receita bruta | | (2.571.629) | (3.244.417) |
| RECEITA LÍQUIDA | 21 | 91.195.555 | 84.773.553 |
| Custo dos serviços prestados | | (175.321.312) | (145.454.943) |
| PREJUÍZO BRUTO | | (84.125.757) | (60.681.390) |
| Despesas operacionais | | | |
| Despesas gerais e administrativas | | (75.938.048) | (74.124.706) |
| Outras receitas e despesas | | 17.973.640 | (35.075.725) |
| • Provisão/reversão ações trabalhistas | 18a | 16.234.134 | (34.209.088) |
| Provisão/reversão ações cíveis | 18b | 352.895 | (721.284) |
| Reversão (provisão) trabalhistas | | 1.065.353 | |
| Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas | | 321.259 | (145.353) |
| | | (57.964.407) | (109.200.431) |
| PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO | | (142.090.164) | (169.881.820) |
| RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO | | (22.729.924) | (31.359.469) |
| Receitas financeiras | | 7.111.191 | 4.070.976 |
| Despesas financeiras | | (29.841.115) | (35.430.445) |
| SUBVENÇÕES DO TESOURO NACIONAL | 22 | 148.256.739 | 134.070.976 |
| PREJUÍZO OPERACIONAL | | (16.563.348) | (67.170.313) |
| RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | | (16.563.348) | (67.170.313) |
| PROVISÃO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | | - | - |
| PREJUÍZO DO EXERCÍCIO | | (16.563.348) | (67.170.313) |
| Prejuízo por ação do capital social | | -0,003 | -0,011 |

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
Sociedade de Economia Mista - Capital Fechado
CNPJ: 90.976.853/0001-56

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Ministério das
Cidades

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em Reais)

| | NOTA | Capita Social | Adiantamento Futuro Aumento Capital | Ajuste de Avaliação Patrimonial | Prejuízos Acumulados | TOTAL |
|--|------|---------------|-------------------------------------|---------------------------------|----------------------|---------------|
| SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 | | 1.110.690.405 | 418.566.419 | 54.931.504 | (403.986.236) | 1.180.202.093 |
| Créditos para futuro aumento de capital | | - | 144.632.733 | - | - | 144.632.733 |
| Recursos recebidos | | - | 110.676.417 | - | - | 110.676.417 |
| Atualização financeira | | - | 33.956.317 | - | - | 33.956.317 |
| Aumento de Capital | | 344.302.522 | (344.302.522) | - | - | - |
| Por incorporação de créditos | | 344.302.522 | (344.302.522) | - | - | - |
| Total do resultado abrangente | | - | - | (2.718.017) | (63.052.105) | (65.770.122) |
| Prejuízo do exercício | | - | - | - | (67.170.313) | (67.170.313) |
| Ajuste avaliação patrimonial | | - | - | (2.718.017) | 4.118.208 | 1.400.191 |
| Constituição de reserva do custo atribuído | | - | - | - | - | - |
| Constituição IRPJ/CSLL diferidos | | - | - | - | - | - |
| Realização da reserva do custo atribuído | | - | - | (4.118.208) | 4.118.208 | - |
| Realização IRPJ/CSLL da reserva do custo atribuído | | - | - | 1.400.190 | - | 1.400.190 |
| SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 | | 1.454.992.927 | 218.896.630 | 52.213.487 | (467.038.340) | 1.259.064.704 |
| Créditos para futuro aumento de capital | 19 | - | 130.948.190 | - | - | 130.948.190 |
| Recursos recebidos | | - | 101.512.656 | - | - | 101.512.656 |
| Atualização financeira | | - | 29.435.534 | - | - | 29.435.534 |
| Aumento de Capital | | - | - | - | - | - |
| Por incorporação de créditos | | - | - | - | - | - |
| Total do resultado abrangente | | - | - | (2.718.017) | (12.445.141) | (15.163.158) |
| Prejuízo do exercício | | - | - | - | (16.563.348) | (16.563.348) |
| Ajuste avaliação patrimonial | | - | - | (2.718.017) | 4.118.208 | 1.400.191 |
| Constituição de reserva do custo atribuído | 12 | - | - | - | - | - |
| Constituição IRPJ/CSLL diferidos | | - | - | - | - | - |
| Realização da reserva do custo atribuído | 12 | - | - | (4.118.208) | 4.118.208 | - |
| Realização IRPJ/CSLL da reserva do custo atribuído | | - | - | 1.400.190 | - | 1.400.190 |
| SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 | | 1.454.992.927 | 349.844.820 | 49.495.470 | (479.483.480) | 1.374.849.736 |

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Ministério das
Cidades
 GOVERNO FEDERAL
BRASIL
 PÁTRIA EDUCADORA
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em Reais)

| | 2014 R\$ | 2013 R\$ |
|---|--------------|--------------|
| LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | (16.563.348) | (67.170.313) |
| Depreciação do custo atribuído | 4.118.207 | 4.118.207 |
| TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO | (12.445.141) | (63.052.105) |

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



Ministério das
Cidades
 GOVERNO FEDERAL
BRASIL
 PÁTRIA EDUCADORA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 EM 31 DE DEZEMBRO
 (Valores expressos em Reais)

| | 2014 | 2013 |
|---|----------------------|----------------------|
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | | |
| PREJUÍZO DO EXERCÍCIO | (16.563.348) | (67.170.313) |
| AJUSTADO POR: | | |
| Depreciação e Amortização | 36.609.149 | 26.427.400 |
| Baixa de bens do ativo imobilizado | 192.598 | 57.692 |
| Juros atualização financeira sobre adiantamento capital | 19 29.435.534 | 33.956.317 |
| Constituições/Reversão Provisões Trabalhistas e Cíveis | 18 (16.587.029) | 34.930.372 |
| Recursos de Subvenção do Tesouro Nacional | 22 (148.256.739) | (134.070.976) |
| | (115.169.836) | (105.869.508) |
| (AUMENTO) REDUÇÃO DE ATIVOS | | |
| Créditos pela venda de serviços | 867.089 | 877.607 |
| Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagamento | 1.889.685 | (1.100.624) |
| Estoques | (8.587.536) | (1.781.486) |
| Tributos e Contribuições a Recuperar | (829.999) | 840.824 |
| Depósitos, Penhoras e Garantias Judiciais | (395.371) | (2.138.834) |
| Demais contas de Ativo | 597.075 | (495.235) |
| | (6.459.058) | (3.797.747) |
| AUMENTO (REDUÇÃO) DE PASSIVOS | | |
| Fornecedores | 49.524.597 | (38.837.985) |
| Impostos e taxas a recolher | 229.376 | (24.923) |
| Contribuições sociais a recolher | (1.470.160) | (245.778) |
| Obrigações trabalhistas e provisões para férias | 415.405 | 500.527 |
| Credores por convênios e depósitos | (94.040) | (170.833) |
| Plano de previdência e pensão a empregados | (91.087) | (20.747) |
| Contingências trabalhistas e cíveis | 18 (10.143.122) | (16.628.500) |
| | 38.370.970 | (55.428.238) |
| Caixa Gerado nas Atividades Operacionais | (83.257.923) | (165.095.494) |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS | | |
| Aquisições de ativo imobilizado e intangível | (150.904.910) | (67.570.397) |
| Caixa Aplicado nas Atividades de Investimentos | (150.904.910) | (67.570.397) |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | |
| Recursos recebidos para aumento de capital | 101.512.656 | 110.676.417 |
| Recursos de Subvenção do Tesouro Nacional | 22 148.256.739 | 134.070.976 |
| Caixa Gerado pelas Atividades de Financiamento | 249.769.395 | 244.747.393 |
| REDUÇÃO/AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | 4 15.606.562 | 12.081.502 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 57.556.797 | 45.475.295 |
| Caixa e equivalentes de caixa ao fim do exercício | 73.163.359 | 57.556.797 |

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Ministério das
Cidades
GOVERNO FEDERAL
BRASIL
 PÁTRIA EDUCADORA
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADOEM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em Reais)

| | <u>2014</u> | <u>2013</u> |
|--|----------------------------|----------------------------|
| RECEITAS | | |
| Receita de transporte metroviário | 88.556.547 | 83.745.355 |
| Receita de aluguéis, arrendamentos e concessões | 5.210.637 | 4.272.615 |
| Outras receitas e despesas (líquidas) | 321.259 | -145.353 |
| Provisões trabalhistas e cíveis | <u>17.652.382</u> | <u>(34.930.372)</u> |
| | 111.740.825 | 52.942.245 |
| INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS | | |
| Materiais consumidos | (9.927.843) | (7.257.805) |
| Energia, serviços de terceiros, outras despesas operacionais | <u>(75.767.957)</u> | <u>(67.086.723)</u> |
| | (85.695.800) | (74.344.529) |
| VALOR ADICIONADO BRUTO | 26.045.025 | (21.402.283) |
| Depreciação e amortização | <u>(36.609.149)</u> | <u>(26.427.400)</u> |
| VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE | (10.564.123) | (47.829.682) |
| VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA | | |
| Subvenções para custeio | 148.256.739 | 134.070.976 |
| Receitas financeiras | <u>7.111.191</u> | <u>4.070.976</u> |
| | 155.367.930 | 138.141.952 |
| VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR | <u>144.803.807</u> | <u>90.312.270</u> |
| DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO | <u>144.803.807</u> | <u>90.312.270</u> |
| Pessoal e encargos | | |
| Remuneração direta | 92.687.297 | 76.580.325 |
| Benefícios | 16.397.750 | 13.296.039 |
| FGTS | <u>6.349.065</u> | <u>5.357.358</u> |
| | 115.434.112 | 95.233.722 |
| Impostos, taxas e contribuições | | |
| Federais | 11.914.295 | 22.890.191 |
| Estaduais | 2.136.819 | 2.010.624 |
| Municipais | <u>471.286</u> | <u>387.556</u> |
| | 14.522.399 | 25.288.370 |
| Remuneração de capitais de terceiros | | |
| Juros | 405.581 | 1.474.128 |
| Aluguéis | <u>1.569.529</u> | <u>1.530.045</u> |
| | 1.975.109 | 3.004.173 |
| Juros sobre adiantamento de capital | 29.435.534 | 33.956.317 |
| Prejuízo retido | <u>(16.563.348)</u> | <u>(67.170.313)</u> |

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Ministério das
Cidades

Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
CNPJ 90.976.853/0001-56

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A TREN SURB é uma sociedade de economia mista, de capital fechado, com sede em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, tendo como acionista controlador a União Federal, estando vinculada ao Ministério das Cidades, tendo por objeto:

- a) planejamento, implantação e prestação de serviço de trens urbanos na região metropolitana de Porto Alegre;
- b) desenvolvimento e implementação de atividades conexas ou complementares às descritas na alínea anterior.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 As demonstrações financeiras individuais da Empresa foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Esses pronunciamentos visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia, e foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Empresa, cuja autorização para sua conclusão ocorreu em 26/01/2015.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas adotadas para reconhecimento e mensuração de elementos do patrimônio e do resultado são as seguintes:

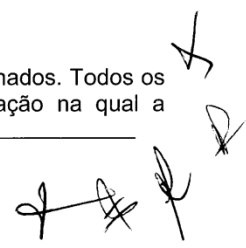
a) Apuração do resultado do exercício

O resultado é apropriado com base no regime de competência, sendo as receitas da prestação de serviço de transporte reconhecidas pela venda quando oriundas de bilhetes, e pela utilização quando oriundas da bilhetagem eletrônica Cartão SIM, TRI e TEU; as Subvenções do Tesouro Nacional recebidas são reconhecidas no resultado quando os recursos são disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional para pagamento de despesas de pessoal, sentença e custeio devidamente empenhadas. Os custos dos serviços prestados envolvem custo de pessoal e encargos, depreciação e amortização, custo de energia elétrica de tração e serviços ligados à atividade de operação, manutenção e de sistemas metroviários.

b) Instrumentos Financeiros

b.1) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a



Ministério das
CidadesEmpresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
CNPJ 90.976.853/0001-56

Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia possui aplicações financeiras e recebíveis como ativos financeiros não derivativos.

b.2) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos financeiros inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Representam valores em caixa, valores em trânsito oriundos de arrecadação e depósitos a liberar e aplicações de liquidez imediata, prontamente conversível, com baixo risco de variação no valor de mercado, avaliadas pelo custo acrescido de rendimentos no período.

d) Créditos

São avaliados pelo seu custo de aquisição ou valor de emissão ajustado ao valor provável de realização, quando aplicável.

e) Estoques

Os estoques de materiais de manutenção, consumo e bilhetes foram avaliados ao custo médio de aquisição, cujos valores não superam os de mercado.

f) Investimentos em participações societárias

Os investimentos em outras sociedades estão avaliados ao custo de aquisição, que não superam o seu valor de mercado.

g) Imobilizado e Intangível

São registrados pelo custo histórico de aquisição, ajustado pela depreciação e amortização calculado pelo método linear a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil estimada, não havendo indícios de que o valor contábil supere o valor recuperável por uso ou por venda.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

A administração definiu não determinar valores residuais, visto que os bens são de características próprias para atender as necessidades da empresa e que no final de sua vida útil não teriam qualquer valor comercial.

h) Ajuste a valor presente

As operações de longo prazo e de curto prazo existentes não exigiram ajustes a valor presente, pela natureza e características das operações da Sociedade, conforme disposto na NBC TG 12 – Ajuste a Valor Presente.

i) Provisão para contingências

As provisões para riscos trabalhistas e cíveis são reconhecidas nas demonstrações financeiras tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido e são constituídas em montantes

Ministério das
Cidades
 GOVERNO FEDERAL
BRASIL
 PÁTRIA EDUCADORA
 Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
 Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
 CNPJ 90.976.853/0001-56

considerados suficientes pela administração para cobrir perdas prováveis sendo atualizadas até as datas do Balanço, observada a natureza de cada contingência e apoiada nas informações da Gerência Jurídica desta Companhia.

j) Demais ativos, passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro.

Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por estimativas de perdas prováveis.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | | |
|---------------------------------|-------------------|-------------------|
| | 2014 | 2013 |
| Caixa | 13.450 | 11.050 |
| Valores em trânsito | 379.084 | 499.076 |
| Aplicações de liquidez imediata | 72.770.825 | 57.046.671 |
| | 73.163.359 | 57.556.797 |

Além dos numerários em espécie e valores em trânsito oriundos de arrecadações e depósitos a liberar, são considerados como equivalentes de caixa aplicações financeiras de liquidez imediata, prontamente conversível, com baixo risco de variação no valor de mercado e que não possuem restrições para sua utilização, avaliadas pelo custo acrescido de rendimentos no período.

5. CRÉDITOS PELA VENDA DE SERVIÇOS

A partir da implantação do sistema de bilhetagem eletrônica ocorrida em 2012 houve a redução gradativa da Venda de Bilhetes impressos em virtude da migração para o sistema de créditos eletrônicos. No exercício de 2014 foi descontinuada a Venda de Bilhetes Impressos.

| CRÉDITOS PELA VENDA DE SERVIÇOS | | |
|--|----------------|------------------|
| | 2014 | 2013 |
| Venda de Bilhetes | 24.300 | 1.265.711 |
| Créditos de Utilização Bilhetagem Eletrônica | 416.573 | - |
| Aluguéis, Arrendamentos, Concessões | 483.265 | 525.516 |
| | 924.138 | 1.791.227 |

6. SUBVENÇÕES - SIAFI – CONTA COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

Registra o valor do limite de saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecido pelo órgão central de programação financeira, para atender despesas, com vinculação de pagamento, previstas no orçamento, por fonte de recursos.

Ministério das
CidadesGOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORAEmpresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
CNPJ 90.976.853/0001-56**7. ADIANTAMENTO DE FÉRIAS E PARCELAMENTO DE DÉBITO DE EMPREGADOS**

| | 2014 | | 2013 | |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante |
| Adiantamento de férias | 2.463.277 | - | 2.317.222 | - |
| Adiantamento por insuficiência de saldo, benefícios e outros | 70.566 | - | 61.538 | - |
| Parcelamento de débitos de empregados | 190.773 | 1.085.778 | 247.777 | 1.350.570 |
| | 2.724.617 | 1.085.778 | 2.626.536 | 1.350.570 |

a) Adiantamento por insuficiência de saldo, benefícios e outros

Compõe os adiantamentos a empregados valores pagos por benefícios estipulados em acordo coletivo, onde os descontos ficam pendentes em consequência de afastamentos legais e/ou benefícios previdenciários e insuficiência de saldo; sendo tais valores ajustados por provisão quando a possibilidade de perda é considerada provável pela área de recursos humanos.

b) Parcelamento de débito de empregados

Em decorrência das características dos Planos de Saúde pós-pago, existentes até 31/10/2008, o custo da assistência médica era suportado integralmente pela TRENSURB, inclusive a parcela destinada ao empregado, sendo ressarcida pelos mesmos, em percentuais definidos em acordo coletivo, mediante desconto mensal em folha, limitado ao máximo de 20% do salário-base, acumulando, dessa forma, débitos de empregados para com a Sociedade. Considerando a relevância dos valores registrados por empregado e os limites de desconto mensal permitidos, a área de recursos humanos elaborou a estimativa do montante a ser recebido no ativo circulante referente ao Plano de Saúde pós-pago de R\$ 51.552 (R\$ 91.856 em 2013) e não circulante R\$ 1.085.778 (R\$ 1.350.570 em 2013), já ajustados por provisão quando a probabilidade de perda é considerada provável. Os demais parcelamentos de débito de empregados do ativo circulante totalizam R\$ 139.221 (155.921 em 2013).

8. DIREITOS A RECEBER

| | 2014 | 2013 |
|---|----------------|----------------|
| Convênio Pessoal Cedido | 179.778 | 169.167 |
| Depósitos e Cauções | 135.995 | 196.137 |
| Dividendos/ Juros a Receber/ Outros devedores | 1.112 | 970 |
| Devedores Infração Legal e Contratual | 157.924 | 236.286 |
| | 474.809 | 602.560 |

O valor de R\$ 157.924 referente a Devedores por Infração Legal e Contratual deve-se ao auto de infração da Receita Federal do Brasil (RFB) que se originou do processo fiscal nº 11080.728824/2012-63, onde a RFB apontou equívocos nas informações das bases de cálculo das notas fiscais emitidas pelos terceiros contratados quanto às contribuições sociais devidas por estes e recolhidas pela Trensurb na qualidade de substituta tributária.

A TRENSURB depois de cessadas as tentativas de cobrança administrativa está dando o encaminhamento junto à área jurídica para realização de cobrança judicial.

9. ESTOQUES

O aumento no saldo do estoque deve-se de forma significativa aos sobressalentes dos 15 novos trens adquiridos pela empresa e registrados no grupo de Material de TUES e Veículos.

| Estoques de materiais de consumo e bilhetes | 2014 | 2013 |
|---|------------|-----------|
| Material de TUES e Veículos | 13.290.043 | 6.247.768 |

Ministério das
Cidades

Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
CNPJ 90.976.853/0001-56

| | | |
|---|-------------------|-------------------|
| Material da Via Permanente | 1.888.062 | 780.679 |
| Sistemas operacionais | 2.278.725 | 1.988.619 |
| Peças e Acessórios de Equipamentos | 1.547.526 | 1.339.699 |
| Materiais de expediente e administrativos | 566.480 | 688.438 |
| Bilhetes | 420.736 | 358.833 |
| | <u>19.991.572</u> | <u>11.404.035</u> |

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

| | 2014 | 2013 |
|---|-------------------|-------------------|
| Depósitos Judiciais Cíveis | 42.328 | 13.666 |
| Depósitos Judiciais Trabalhistas | 11.634.080 | 16.134.438 |
| Depósitos Judiciais S/ Aplicação Financeira | 53.768 | 60.823 |
| | <u>11.730.177</u> | <u>16.208.927</u> |

Os Depósitos Judiciais sobre Aplicação Financeira correspondem a valores não disponíveis para uso da Sociedade por conta de bloqueio judicial para fazer garantia para processos trabalhistas.

11. PENHORA S/ RECEITA PRÓPRIA E GARANTIAS À JUÍZO

A Penhora S/ Receita Própria de R\$ 3.675.713 (R\$ 9.558.254 em 2013) corresponde a valores em espécie, retirados da tesouraria da Trensurb pela Justiça do Trabalho para fazer garantia para processos trabalhistas. No exercício de 2014 houve reposição pelo Tesouro Nacional de penhoras da receita própria através de receita de Subvenção de Sentença. Os valores repostos ainda não liberados aos reclamantes foram transferidos para conta Garantias à Juízo.

12. IMOBILIZADO

a) Composição do saldo

| Contas | Taxa Média Anual Depreciação (%) | Custo | Depreciação | Valor líquido | Valor líquido |
|---------------------------------------|----------------------------------|-------------|--------------|---------------|---------------|
| | | Corrigido | Acumulada | 2014 | 2013 |
| Terenos | - | 39.769.736 | - | 39.769.736 | 39.732.797 |
| Edificações, estações e depósitos | 2 | 235.084.377 | (40.227.265) | 194.857.112 | 192.619.118 |
| Obras de arte (passarelas e viadutos) | 2 | 162.015.161 | (51.411.059) | 110.604.102 | 120.920.658 |
| Via permanente | 2 | 604.237.140 | (56.597.714) | 547.639.426 | 421.875.793 |
| Sistemas operacionais | 4 | 217.104.319 | (58.676.696) | 158.427.622 | 146.168.307 |
| Veículos ferroviários/aeromóvel | 4 | 244.634.601 | (76.877.866) | 167.756.734 | 52.907.172 |
| Veículos rodoviários | 20 | 886.098 | (801.874) | 84.224 | 103.660 |
| Equip. processamento de dados | 20 | 4.680.319 | (4.389.162) | 291.157 | 592.500 |
| Equipamentos, máquinas e instrumentos | 10 | 55.289.891 | (23.636.523) | 31.653.368 | 29.776.562 |
| Instalações | 10 | 10.750.913 | (1.712.242) | 9.038.672 | 521.917 |
| Móveis e utensílios | 10 | 7.847.371 | (3.653.573) | 4.193.798 | 4.381.381 |
| Benfeitorias em bens de terceiros | 10 | 14.091.450 | (7.482.595) | 6.608.854 | 7.203.860 |
| Imobilizado em curso | - | 294.530.959 | - | 294.835.664 | 434.520.251 |
| Importações em andamento | - | 63.040 | - | 63.040 | 63.040 |

Ministério das
CidadesEmpresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
CNPJ 90.976.853/0001-56

| | | | | | |
|----------------------------------|---|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| Almoarifado de bens imobilizados | - | 3.565.899 | - | 3.565.899 | 3.567.297 |
| | | <u>1.894.551.273</u> | <u>(325.466.569)</u> | <u>1.569.084.704</u> | <u>1.454.954.314</u> |

Movimentação do ano

| | |
|-------------------------|----------------------|
| Saldo inicial | 1.454.954.314 |
| Adições | 150.771.701 |
| Baixas e Transferências | (192.543) |
| Depreciação | (36.448.767) |
| Saldo final | 1.569.084.704 |

b) A companhia realizou em 2010, através de laudo técnico, a revisão do ativo imobilizado com a finalidade de atribuição de novo custo (mais valia) em acordo com as normas e diretrizes da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, IBAPE – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, NBC TG 27 e Interpretação Técnica ITG 10.

A Administração da Companhia procedeu a revisão de alguns itens do imobilizado considerando o custo histórico como base de valor ajustado para refletir o “custo atribuído”, a partir de 01/01/2010, cujos efeitos dessa mudança foram registrados de forma prospectiva, gerando neste ano o valor de R\$ 95.584.173 no ativo não circulante imobilizado e de R\$ 63.085.555 líquido dos efeitos tributários (R\$ 32.498.618) no patrimônio líquido.

No exercício de 2014 a realização da reserva do custo atribuído foi no valor de R\$ 4.118.208 referente a depreciação e no valor de R\$ 1.400.190 referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, resultando os saldos nas contas de ajuste de avaliação patrimonial o valor de R\$ 49.495.470 (R\$ 52.213.487 em 2013) e provisão do imposto de renda e contribuição social diferida o valor de R\$ 25.497.667 (R\$ 26.897.857 em 2013).

c) A Administração da Companhia juntamente com a área técnica, não identificou a necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis (“Impairment”) considerando que não houve fatos econômicos, mudanças de negócios ou tecnológicas ou ainda alterações na forma de utilização dos bens que tenham afetado a vida útil e/ou o valor econômico dos bens.

d) O principal investimento em ativo imobilizado no ano de 2014 foi aquisição de novos trens, já registrado no ativo o valor de R\$ 207.171.156 (R\$ 130.108.648 em 2014, R\$ 28.311.308 em 2013, R\$ 48.751.200 em 2012).

No ano de 2014 foi transferido do imobilizado em curso para o imobilizado definitivo o valor de R\$ 288.543.567 referente à valorização parcial das obras de extensão do Trecho Norte da Linha 1, do Aeromóvel e dos Novos Trens. As referidas transferências do imobilizado geraram aumento da despesa de depreciação no exercício.

e) O valor dos bens do ativo imobilizado dados em penhora ou em garantia em causas trabalhistas perfazem um total acumulado de R\$ 236.934.275 em 2014 (R\$ 226.451.403 em 2013).

f) Os ativos imobilizados estão cobertos por seguro contra incêndio, raio, explosão, danos elétricos, vendaval e roubo, além de danos materiais e corporais a terceiros. O tipo de cobertura e a extensão dos bens cobertos por seguro são determinados em função do valor e do grau de risco envolvidos, perfazendo um valor segurado de R\$ 10.136.620 (R\$ 10.047.729 em 2013).

Ministério das
CidadesGOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORAEmpresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
CNPJ 90.976.853/0001-56**13. INTANGÍVEL**

a) Os ativos intangíveis com vida útil indefinida correspondem ao direito de uso concedido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre para utilização pela Sociedade e sua viabilidade operacional quando da constituição da TREN SURB, não sofrendo amortização, nem perda pelo valor recuperável.

b) Os ativos intangíveis com vida útil definida estão avaliados ao custo de aquisição, amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada, que não superam o seu valor recuperável por uso ou venda.

c) Nenhum dos ativos intangíveis foi gerado internamente.

| Contas | Taxa anual | Custo | Amortização | Valor líquido | Valor líquido |
|--------------------------------|----------------------|------------------|--------------------|------------------|------------------|
| | amortização (%) | Corrigido | Acumulada | 2014 | 2013 |
| Direito de uso de imóveis | Vida útil indefinida | 1.374.204 | - | 1.374.204 | 1.374.204 |
| Direito de uso de telefones | Vida útil indefinida | 1.596 | - | 1.596 | 1.596 |
| Marcas e patentes | 10 | 4.872 | (3.575) | 1.297 | 1.766 |
| Softwares | 20 | 2.416.711 | (2.009.397) | 407.315 | 431.468 |
| Outras despesas de informática | 10 | 26.000 | (25.358) | 642 | 3.247 |
| | | 3.823.384 | (2.038.330) | 1.785.054 | 1.812.281 |

Movimentação do ano

| | |
|-------------------------|------------------|
| Saldo inicial | 1.812.281 |
| Adições | 133.209 |
| Baixas e Transferências | (54,64) |
| Amortização | (160,381) |
| Saldo final | 1.785.054 |

14. FORNECEDORES

A variação na conta de fornecedores deve-se ao faturamento em 2014 R\$ 56.029.630 do contrato nº 08.170.064/2012 que tem como objeto a aquisição de 15 trens unidade elétricos – TUE, que terão seu pagamento em 2015.

15. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

| | 2014 | 2013 |
|-------------------------------------|------------------|----------------|
| Credores p/ Venda Créditos/Bilhetes | 372.069 | 566.302 |
| Adiantamento ATP Cartão SIM e TRI | 912.603 | 225.122 |
| Adiantamento Clientes Comerciais | 8.968 | 40.993 |
| | 1.293.640 | 832.417 |

O Adiantamento ATP Cartão SIM e TRI refere-se a valores recebidos quinzenalmente da Associação de Transporte de Passageiros de Porto Alegre (ATP), para fazer frente ao pagamento das utilizações dos cartões SIM e TRI.

Ministério das
Cidades
 Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
 Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
 CNPJ 90.976.853/0001-56

16. CREDORES POR CONVÊNIO

| | 2014 | 2013 |
|---------------------------|----------------|----------------|
| Convênios SESI/SENAI | 167.834 | 152.349 |
| Repasse Termo Compromisso | - | 339.664 |
| Assistência Saúde | 297.684 | 406.693 |
| Cretores Diversos | 64.005 | 8.689 |
| | 529.523 | 907.394 |

O repasse do termo de compromisso refere-se ao valor transferido pela Trensurb ao Município de São Leopoldo referente à construção de unidades habitacionais para reassentamento de moradias desapropriadas ao longo da obra de expansão do trecho São Leopoldo/Novo Hamburgo liquidado em 2014.

17. PLANO DE PREVIDÊNCIA E PENSÃO A EMPREGADOS

a) Descrição Geral do Plano

A empresa é patrocinadora do Plano de Benefícios denominado TRENURB PREV, administrado pela BB Previdência - Fundo de Pensão do Banco do Brasil (BB Previdência), na modalidade de Contribuição Variável, que assegura benefícios a seus participantes (empregados) por ocasião de aposentadoria, entrada em invalidez e morte.

Nessa modalidade, que conjuga características de Contribuição Definida e Benefício Definido, o plano é Contribuição Definida enquanto o participante (empregado) é ativo e torna-se um Benefício Definido quando da concessão de um benefício.

Na fase ativa o plano não traz qualquer risco de desequilíbrio. Quando da concessão do benefício, cujo valor é calculado com base no saldo de conta formada pelas contribuições patronais e individuais em favor do participante, o plano passa a ter risco, pois há a opção de renda vitalícia. O benefício é calculado com base em premissas atuariais (estabelecidas abaixo) e caso essas premissas não se concretizem (o assistido tenha uma sobrevida maior do que o esperado, por exemplo) pode haver um desequilíbrio no plano.

b) Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial

| PREMISSAS ATUARIAIS | |
|---|-------------|
| Taxa de Juros Atuariais | 5% a.a. |
| Taxa de Rotatividade | 1,00% |
| Indexador de Reajuste dos Benefícios do Plano | INPC (IBGE) |
| Tábua de Mortalidade Geral | AT 2000 M |
| Tábua de Mortalidade Invalídios | Ex-IAPC |
| Tábua de Entrada em Invalidez | TASA 27 |

c) Conciliação Valor Presente (Obrigações Atuariais) e Ativos Líquidos do Plano

| <u>Passivos Atuariais (Valor Presente)</u> | 2014 | 2013 |
|--|-------------------|-------------------|
| Benefícios Concedidos | 22.071.777 | 19.299.141 |
| Benefícios a Conceder | 20.167.269 | 18.327.739 |
| | 42.239.046 | 37.626.880 |
| <u>Ativos Líquidos</u> | | |
| Benefício Definido | 4.305.301 | 3.575.216 |
| Contribuição Definida | 33.060.278 | 30.221.977 |
| | 37.365.579 | 33.797.193 |
| <u>Custo do Serviço Passado</u> | - | 694.127 |

Ministério das
CidadesGOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORAEmpresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
CNPJ 90.976.853/0001-56

| | | |
|----------------------------|-------------|-------------|
| Fundo Previdencial | 632.019 | 560.802 |
| Superávit/Déficit Atuarial | (5.505.486) | (3.696.362) |

d) Política contábil para reconhecimento de ganhos e perdas atuariais

Os ganhos ou perdas atuariais compreendem as diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que ocorreu efetivamente. São contabilizadas através de reconhecimento de déficit ou superávit no Plano. Quando da ocorrência de déficit, este deve ser equacionado por meio de contribuições extraordinárias dos participantes e da patrocinadora, conforme disposições da Lei Complementar n.º 109/2001 e Resolução CGPC n.º 26/2008. O superávit verificado é reconhecido como reserva de contingência do plano, até o limite de 25% das Reservas Matemáticas. O que superar esse limite é alocado como Reserva Especial, que poderá ser utilizada para melhorias no Plano de Benefícios e/ou redução do Plano de Custeio, respeitadas as condições impostas pela Lei Complementar n.º 109/2001 e Resolução CGPC n.º 26/2008.

Conforme Parecer Técnico Atuarial o Plano TREN SURB PREV, ao final do exercício de 2013, apresentou déficit técnico superior ao limite de 15% definido na Resolução MPS/CNPC n.º 14/2014 que determina que, exclusivamente para o exercício de 2013, admitir-se-á a substituição do percentual superior de dez por cento (conforme Resolução MPS/CGPC n.º 26/2008, alterada pela Resolução MPS/CNPC n.º 13/2013) para quinze por cento das provisões matemáticas na elaboração do Plano de Equacionamento durante o exercício de 2014, mediante decisão fundamentada do Conselho Deliberativo. Para tanto, a situação financeiro-atuarial, em 31/12/2014, findou-se em equilíbrio técnico atuarial em função do equacionamento de déficit realizado ao final deste exercício dentro dos preceitos da legislação vigente.

Face ao exposto, conforme atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual de 2014 do Plano TREN SURB PREV, considerando a alteração da premissa de Tábua de Entrada em Invalidez (Hunter/Álvaro Vindas para TASA 27), conforme definido no Relatório de Testes de Aderência das Hipóteses Atuariais Exercício de 2014 e alteração da premissa da Hipótese de Rotatividade (0,78% para 1,00%), esta última hipótese definida com base na Política de Recursos Humanos da Patrocinadora, conclui-se que o plano apresentou-se equilibrado atuarialmente.

18. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

a) Provisão para contingências trabalhistas

A provisão constituída para ações trabalhistas, vencíveis em curto prazo, compõe-se de R\$ 212.134.263 (R\$ 217.364.993 em 2013), para ações de empregados e de R\$ 1.573.827 (R\$ 3.150.924 em 2013), para ações de empregados de empresas terceirizadas, cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica da Sociedade, é considerada provável.

Os valores de ações trabalhistas cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica da Sociedade, é considerada possível compõe-se de R\$ 90.572.261 (R\$ 89.331.611 ações de empregados e R\$ 1.240.650 ações de empregados de empresas terceirizadas) sendo que o valor de R\$ 10.286.002, encontra-se registrado no passivo não circulante, por ser remanescente de períodos anteriores e permanecerá até sua realização, reversão ou reclassificação.

A movimentação das provisões trabalhistas em 2014 e 2013 está composta como segue:

Ministério das
Cidades
 GOVERNO FEDERAL
BRASIL
 PÁTRIA EDUCADORA

 Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
 Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
 CNPJ 90.976.853/0001-56

| | <u>2014</u> | <u>2013</u> |
|---------------------------|-----------------------|-----------------------|
| | <u>Circulante</u> | <u>Circulante</u> |
| Saldo em 1.º de janeiro | 220.515.918 | 182.403.115 |
| (+) Provisões | 3.009.022 | 53.902.470 |
| (-) Pagamentos | 9.816.850 | 15.789.667 |
| Saldo em 31 de dezembro | 213.708.090 | 220.515.918 |
| | <u>Não Circulante</u> | <u>Não Circulante</u> |
| Saldo em 1.º de janeiro | 29.607.300 | 50.074.632 |
| (-) Pagamentos | 78.142 | 773.950 |
| (-) Reversões | 19.243.156 | 19.693.382 |
| Saldo em 31 de dezembro | 10.286.002 | 29.607.300 |
| Total Provisionado | 223.994.092 | 250.123.218 |

b) Provisão para contingências cíveis

Foram registradas no ativo circulante, as ações cíveis, oriundas de ações de terceiros, cuja probabilidade de perda segundo a área jurídica da Sociedade, é considerada provável. A movimentação destas provisões em 2014 e 2013 está composta como segue:

| | <u>2014</u> | <u>2013</u> |
|-------------------------|-------------------|-------------------|
| | <u>Circulante</u> | <u>Circulante</u> |
| Saldo em 1.º de janeiro | 2.335.067 | 887.546 |
| (+) Provisões | 116.774 | 1.512.404 |
| (-) Pagamentos | 248.129 | 64.883 |
| (-) Reversões | 469.669 | - |
| Saldo em 31 de dezembro | 1.734.042 | 2.335.067 |

Os valores de ações cíveis cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica da Sociedade, é considerada possível é de R\$ 1.338.770.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social está representado por 5.865.505.971 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencentes integralmente a acionistas domiciliados no País. A composição acionária está assim representada:

| Composição Acionária em | 2014 | | 2013 | |
|-----------------------------|----------------------|-----------------|----------------------|-----------------|
| | Quantidade | % | Quantidade | % |
| Acionista | | | | |
| União Federal | 5.857.046.685 | 99,8558 | 5.857.046.685 | 99,8558 |
| Estado do Rio Grande do Sul | 6.543.949 | 0,1116 | 6.543.949 | 0,1116 |
| Município de Porto Alegre | 1.915.337 | 0,0326 | 1.915.337 | 0,0326 |
| Total | 5.865.505.971 | 100,0000 | 5.865.505.971 | 100,0000 |

Ministério das
Cidades
 Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
 Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
 CNPJ 90.976.853/0001-56

b) Adiantamento para futuro aumento de capital

Corresponde aos recursos recebidos da União para investimento e futuro aumento do Capital Social. Esses recursos são acrescidos dos valores de atualização financeira, pela taxa SELIC, conforme art. 2.º Dec. nº 2.673 de 16/07/98, até sua efetiva incorporação ao capital social. O resultado dessa atualização foi levado à conta de despesas financeiras.

Do valor de R\$ 349.844.821 recebidos como adiantamento para futuro aumento de capital, R\$ 218.896.631 (saldo em 31/12/2013) já possui processo em tramitação para incorporação ao capital, e assim que haja a homologação da incorporação será tratada a absorção do prejuízo acumulado conforme deliberações da Assembleia Geral Ordinária de 25/04/2014 e nota técnica nº144/CGCOR/DEST-SE-MP.

20. IMPOSTOS A RECUPERAR

Os valores de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) a recuperar referem-se a retenções na fonte sobre a receita de aplicações financeiras e receita de aluguel a órgãos públicos.

| | 2014 | 2013 |
|--------------|------------------|------------------|
| PASEP/COFINS | 664 | 89 |
| IRPJ | 2.503.636 | 1.710.964 |
| CSLL | 1.810 | 542 |
| ICMS | 35.485 | |
| | <u>2.541.595</u> | <u>1.711.596</u> |

Embora existam prejuízos fiscais operacionais de R\$ 357.183.082 (R\$ 308.317.887 em 2013) e bases negativas de CSLL de R\$ 372.181.642 (R\$ 323.316.447 em 2013), não há probabilidade de lucros tributáveis futuros que permitam registrar, total ou parcialmente, ativos fiscais diferidos. Durante o exercício de 2014, os saldos das contas de IRPJ e CSLL a recuperar foram utilizados para compensar os valores a recolher de Pasep e Cofins.

21. RECEITA LÍQUIDA

RECEITA BRUTA

| | | |
|--------------------------------------|------------------|------------------|
| Serviço de transporte metroviário | 88.556.547 | 83.745.355 |
| Aluguéis, arrendamentos e concessões | <u>5.210.637</u> | <u>4.272.615</u> |
| | 93.767.184 | 88.017.970 |

| | | |
|--------------------------------|--------------------|--------------------|
| Tributos sobre a receita bruta | <u>(2.571.629)</u> | <u>(3.244.417)</u> |
|--------------------------------|--------------------|--------------------|

| | | |
|------------------------|--------------------------|--------------------------|
| RECEITA LÍQUIDA | <u>91.195.555</u> | <u>84.773.553</u> |
|------------------------|--------------------------|--------------------------|

22. SUBVENÇÃO DO TESOUREO NACIONAL

As Subvenções disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional para pagamento de despesas de pessoal, sentença e custeio devidamente empenhadas, foram reclassificadas na Demonstração do Fluxo de Caixa das atividades operacionais para as atividades de financiamento em atendimento as deliberações da Assembleia Geral Ordinária de 25/04/2014 e nota técnica nº144/CGCOR/DEST-SE-MP.

Ministério das
Cidades
 Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
 Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
 CNPJ 90.976.853/0001-56

23. CONCILIAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COM BASE NA LEI Nº 6.404/76 E LEI Nº 4.320/64 – SIAFI

A TREN SURB é uma sociedade de economia mista sujeita às disposições da Lei nº 6.404/76 e suas alterações. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a Sociedade é considerada também estatal dependente, vinculada ao Ministério das Cidades, que, por determinação legal, utiliza o Sistema de Administração Financeira Federal (SIAFI), modalidade total, para registro de toda sua execução orçamentária, financeira e patrimonial.

A escrituração contábil segundo a Lei nº 6.404/76 não contempla todas as necessidades de registro que a Lei nº 4.320/64 exige, seja em nomenclatura, em função de conta, entre circulante e não circulante, bem como em função dos Recursos a Receber e/ou Recursos Diferidos e registro de Restos a Pagar referente orçamento do exercício findo. No quadro abaixo, demonstra-se os valores do exercício de 2014 que compõem a forma de contabilização em cada uma das leis mencionadas, esclarecendo a origem das diferenças apontadas, sendo que tais diferenças de valores referem-se a registros e apropriações necessárias para atender a cada uma das referidas Leis. As diferenças apontadas em alguns casos referem-se ao tempo disponível para os registros de ajustes contábeis disponibilizados pelos órgãos superiores para fechamento da contabilidade pública, até o dia 07.01.2015, que tem por base o sistema SIAFI, enquanto a contabilidade societária permite uma flexibilidade maior nos prazos de fechamento, o que possibilita uma melhor conciliação e conferência dos registros efetuados.

| ATIVO | | Nota | Lei 4.320/64 | Lei 6.404/76 | Diferenças |
|--|---|------|----------------------|----------------------|-------------------|
| Circulante | a | | 144.718.753 | 106.032.817 | 38.685.936 |
| Não Circulante | b | | 1.598.009.835 | 1.598.162.570 | -152.735 |
| Total do Ativo | | | 1.742.728.588 | 1.704.195.387 | 38.533.201 |
| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | Nota | Lei 4.320/64 | Lei 6.404/76 | Diferenças |
| Circulante | c | | 354.607.511 | 293.561.982 | 61.045.529 |
| Não Circulante | | | 37.047.149 | 35.783.669 | 1.263.480 |
| Patrimônio Líquido | d | | 1.351.073.928 | 1.374.849.736 | -23.775.808 |
| Total do Passivo e Patrimônio Líquido | | | 1.742.728.588 | 1.704.195.387 | 38.533.201 |

- a) A diferença no Ativo Circulante de R\$ 38.685.936 a maior na contabilidade da Lei nº 4.320/64 ocorre em função da classificação entre Circulante e Não Circulante, pois não há no Realizável à Longo Prazo, no SIAFI, contas cujas naturezas sejam aplicáveis às operações realizadas conforme a Lei nº 6.404/76, assim como, os registros específicos para atender a legislação da Lei 4.320/64, conforme demonstrativo abaixo:

| Valor – R\$ | DESCRIÇÃO |
|-------------|--|
| 3.675.713 | Valor referente a apropriação da receita própria penhorada pela justiça do Trabalho registrada na contabilidade societária como Depósito judicial no Realizável Longo Prazo em contra partida com a Receita, mas sem dotação orçamentária no SIAFI para a devida apropriação da despesa correspondente gerando desta forma contrapartida de um passivo sem dotação orçamentária. |
| 34.857.488 | Valor referente a registro de Adiantamento de transferências voluntárias por conta do termo de compromisso numero 654925 com o Município de São Leopoldo aguardando Termo de Encerramento definitivo do contrato. |
| 152.735 | Valor referente a registros de Depósitos Judiciais em contas do Circulante no SIAFI e no Não Circulante na contabilidade Societária por melhor adequação do termo da conta. |
| 38.685.936 | Total da Diferença no ATIVO CIRCULANTE entre os dois sistemas contábeis. |

Ministério das
Cidades
 GOVERNO FEDERAL
BRASIL
 PÁTRIA EDUCADORA
 Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
 Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
 CNPJ 90.976.853/0001-56

- b) A diferença no Ativo não Circulante - Realizável a Longo Prazo de R\$ 152.734 a maior na contabilidade da Lei nº 6.404/76 ocorre em função da classificação entre Circulante e Não Circulante, pois não há no Realizável à Longo Prazo, no SIAFI, contas cujas naturezas sejam aplicáveis às operações realizadas conforme a Lei nº 6.404/76, conforme demonstrativo abaixo:

| Valor – R\$ | DESCRIÇÃO |
|-------------|---|
| 152.735 | Valor referente a registros de Depósitos Judiciais em contas do Circulante no SIAFI e no Não Circulante na contabilidade societária por melhor adequação do termo da conta. |
| 152.735 | Total da Diferença no ATIVO NÃO CIRCULANTE entre os dois sistemas contábeis. |

- c) A diferença no Passivo Circulante de R\$ 61.045.529 à maior na contabilidade da Lei nº 4.320/64 ocorreu devido à obrigatoriedade de registros cujas naturezas não sejam aplicáveis às operações realizadas conforme a Lei nº 6.404/76, tais como, o registro de Restos a Pagar não processados a Liquidar e em liquidação que na contabilidade pública já foi registrado e levado para o resultado, a falta de dotação orçamentária para atender a penhora judicial efetuada na conta de recursos próprios, e ainda, conforme demonstrativo abaixo:

| Valor – R\$ | DESCRIÇÃO |
|-------------|--|
| 3.675.713 | Valor registrado no SIAFI referente a insuficiência de crédito dos valores confiscados pela Justiça do Trabalho para garantia de penhora em moeda corrente em ações ajuizadas referente a Reclamatórias Trabalhistas sem a devida dotação orçamentária e financeira aprovada para este Programa de Trabalho, considerando que os valores sacados pela Justiça foram da Fonte de Recursos Próprios (receita da venda de bilhetes) e a dotação orçamentária aprovada para este fim é fonte do Tesouro. |
| 58.633.296 | Valor registrado em Restos a Pagar não processados a liquidar e em liquidação no SIAFI com contra partida de Resultado e que na contabilidade societária somente será registrada mediante a apresentação do documento fiscal com o Material e/ou serviço. |
| (1.263.480) | Valor referente a adequação da provisão trabalhista efetuados na contabilidade societária após o prazo de encerramento para registro no SIAFI |
| 61.045.529 | Total da Diferença no PASSIVO CIRCULANTE entre os dois sistemas contábeis. |

- d) A diferença no Passivo não Circulante de R\$ 1.263.480, refere-se a adequação da provisão trabalhista efetuada na contabilidade societária após o prazo de encerramento para registro no SIAFI.
- e) A diferença no Patrimônio Líquido de R\$ 23.775.808 conforme demonstrativo abaixo, refere-se aos registros de ajustes com lançamentos de contrapartida na despesa ou receita, que foram efetuados no SIAFI sem registro na contabilidade societária por não serem pertinentes a esta contabilidade.

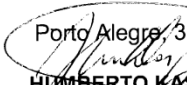
| Valor – R\$ | DESCRIÇÃO |
|--------------|--|
| (58.633.296) | Valor registrado em Restos a Pagar não processados em liquidação no SIAFI com contra partida de Resultado e que na contabilidade societária somente será registrada mediante a apresentação do documento fiscal com o material e/ou serviço. |
| 34.857.488 | Valor referente a registro de Adiantamento de transferências voluntárias por conta do termo de compromisso número 654925 com o Município de São Leopoldo a aguardando Termo de Encerramento definitivo do contrato. |
| (23.775.808) | Total da Diferença no PATRIMÔNIO LÍQUIDO entre os dois sistemas contábeis. |

Ministério das
CidadesGOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORAEmpresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
CNPJ 90.976.853/0001-56**24. REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E EMPREGADOS**

As remunerações pagas a administradores e a empregados no exercício foram as seguintes:

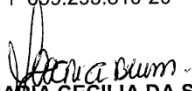
| Remuneração | Maior | Menor | Média |
|-----------------|--------|--------|--------|
| Administradores | 27.044 | 21.400 | 23.281 |
| Empregados | 19.492 | 1.523 | 4.846 |


Porto Alegre, 31 de dezembro de 2014.


HUMBERTO KASPER
 Diretor Presidente
 CPF 334.129.440-88


LEONARDO HOFF
 Diretor de Administração e Finanças
 CPF 659.293.810-20


CARLOS AUGUSTO BELOLLI DE ALMEIDA
 Diretor de Operações
 CPF 490.822.720-91


MARIA CECÍLIA DA SILVA BRUM
 Senhor de Contabilidade e Patrimônio
 Contadora CRC/RS 77.983
 CPF 983.515.910-68


VANESSA G. POMPERMAYER MENEZES
 Gerência de Orçamento e Finanças
 Administradora - CRA-RS Nº 30.620
 CPF 978.326.180-00

12.7 Composição Acionária das Empresas Estatais

12.7.1 Composição Acionária do Capital Social como Investida

Quadro A.12.7.1 – Composição Acionária do Capital Social

| UJ COMO INVESTIDA - POSIÇÃO EM 31/12/2014 | | | | |
|---|--|--------------|------------|------------|
| Denominação completa | | | | |
| Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A - TRENSURB | | | | |
| Ações Ordinárias (%) | | | | |
| ACIONISTAS | | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
| Governo | Tesouro Nacional | 99,8558% | 99,8558% | 99,6292% |
| | Outras Entidades Governamentais | 0,1442% | 0,1442% | 0,2090% |
| | Estado do Rio Grande do Sul | 0,1116% | 0,1116% | 0,2868% |
| | Município de Porto Alegre | 0,0326% | 0,0326% | 0,0473% |
| | | | | |
| | Fundos de Pensão que recebem recursos públicos | | | |
| | Ações em Tesouraria | | | |
| | % Governo | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Free Float | Pessoas Físicas | | | |
| | Pessoas Jurídicas | | | |
| | Capital Estrangeiro | | | |
| | | % free float | | |
| Subtotal Ordinárias (%) | | | | |
| Ações Preferenciais (%) | | | | |
| ACIONISTAS | | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
| Governo | Tesouro Nacional | | | |
| | Outras Entidades Governamentais | | | |
| | Fundos de Pensão que recebem recursos públicos | | | |
| | Ações em Tesouraria | | | |
| | | % Governo | | |
| Free Float | Pessoas Físicas | | | |
| | Pessoas Jurídicas | | | |
| | Capital Estrangeiro | | | |
| | | % free float | | |
| Subtotal Preferenciais (%) | | | | |
| Total | | 100% | 100% | 100% |

Fonte: SECOP (Setor de Contabilidade e Patrimônio)

12.7.2 Composição Acionária da UJ como Investidora

Quadro A.12.7.2 – Investimentos Permanentes em outras sociedades

| UJ COMO INVESTIDORA - POSIÇÃO EM 31/12/2014 | | | |
|---|------------|------------|------------|
| Denominação Investidora | | | |
| Ações Ordinárias (% de participação) | | | |
| Empresa Investida | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
| Brasil Telecom S.A** | 0,0000000% | 0,0000000% | 0,000002% |
| Tactbel Energia S.A** | 0,0000000% | 0,0000000% | 0,0000000% |
| Vivo Participações** | 0,0000000% | 0,0000000% | 0,0000007% |
| | 0,0000000% | 0,0000000% | 0,0000009% |
| Ações Preferenciais (% de participação) | | | |
| Empresa Investida | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
| Brasil Telecom S.A** | 0,0000000% | 0,0000000% | 0,000019% |
| Tactbel Energia S.A** | 0,0000000% | 0,0000000% | 0,0000000% |
| Vivo Participações** | 0,0000000% | 0,0000000% | 0,0000007% |
| | 0,0000000% | 0,0000000% | 0,0000026% |

Fonte: SECOP (Setor de Contabilidade e Patrimônio)

** O número de ações dividido pelo total de ações da empresa conforme posição atualizada dos dados extraídos da BOVESPA, não atinge o índice de seis dígitos após a vírgula, ou seja, o percentual no total de ações nas empresas investidas é insignificante.

12.8 Relatório de Auditoria Independente



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014.

Eldorado do Sul, 19 de fevereiro de 2015.

Ilmos. Srs.
Diretores e Acionistas de
EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A - TRENSURB
Porto Alegre - RS

Examinamos as demonstrações contábeis da EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A - TRENSURB, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A - TRENSURB é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação

Conhecimento que Gera Valor

www.AudiLink.com.br





das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

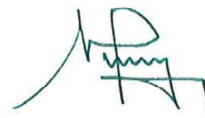
Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A - TRENSURB, em 31 de dezembro de 2014, o resultado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. A administração da Companhia decidiu apresentar essa demonstração como informação suplementar às IFRS e legislação brasileira, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



AudiLink & Cia. Auditores
CRC/RS 003688/F-0
Nélson Câmara da Silva
Contador CRC/RS 023584/O-8 S-RS

Conhecimento que Gera Valor

www.AudiLink.com.br

13. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

13.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

O ano de 2014 foi de muitas conquistas para a TREN SURB. Foi concluído o projeto original da empresa, da década de 1970 e iniciou a operação plena até Novo Hamburgo. A empresa foi pioneira ao começar a operação comercial da primeira linha completamente automatizada da tecnologia Aeromóvel no mundo. A empresa recebeu os novos trens desde o início da operação comercial em 1985, dando um passo importante na ampliação da capacidade de transporte, na qualificação do serviço e na melhora do conforto aos usuários.

Consolidamos a bilhetagem eletrônica, ultrapassando a marca de 50 mil cadastros na modalidade de Passe Antecipado do SIM (Sistema Integrado Metropolitano) e substituindo definitivamente os bilhetes “edmonson” o que contribuiu para ampliar a arrecadação.

No plano da gestão, a empresa definiu no seu planejamento estratégico para o ciclo 2012-2015 buscar se situar entre as três melhores empresas do setor metroferroviário e uma menor dependência dos recursos de subvenção federal, tais objetivos foram agrupados em dois grandes grupos: o primeiro, relacionado à eficiência e qualidade dos serviços; enquanto que o segundo abarca a melhoria da sustentabilidade econômica, quantificada pela evolução da Taxa de Cobertura Operacional – TCO.

Mesmo num cenário de não reajustamento tarifário o objetivo foi manter a taxa de cobertura operacional com receitas próprias, tendo como meta para Taxa de Cobertura Operacional (TCO) em 2014 o atingimento de aproximadamente 50% de cobertura operacional. Tal meta requer o aprofundamento do controle, a redução de gastos e o aumento da receita própria, para compensar o reajustamento dos contratos de serviços, salários, remunerações e demais insumos.

Assim, estar entre as três melhores empresas não significa apenas ser eficiente em termos estritamente operacionais, uma vez que também são fatores para mensurar a atuação da empresa, o seu papel institucional perante a sociedade, a forma como ele gere os recursos públicos a seu encargo, o modo como contribui para o desenvolvimento social e tecnológico e a forma com que induz as políticas públicas de mobilidade urbana.

Como a TREN SURB é ator efetivo do cotidiano da cidadania, a relação de proximidade com as pessoas transportadas continuará a beneficiar a imagem, as ações e o reconhecimento da importância social da empresa.

Por fim, não poderíamos deixar de mencionar que a TREN SURB é Top Cidadania com a Biblioteca Livros sob Trilhos. Criada em dezembro de 2008, a biblioteca está localizada na plataforma de embarque da Estação Mercado e é fruto da parceria entre a TREN SURB e o Instituto Brasil Leitor. O espaço cultural funciona de segunda a sexta-feira, das 10h às 20h e conta atualmente com um acervo de 5.951 livros.

O objetivo principal deste projeto é agregar valor ao serviço de transporte, possibilitando o acesso a leitura gratuitamente e assim tornando as viagens de trem mais prazerosas para os usuários da TREN SURB.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Relatório de Gestão da TRENURB representa o cumprimento do dever de prestar contas, conforme previsto no Art. 70 da Constituição Federal.

O presente relatório expressa de forma consolidada as principais informações e atividades, bem como seus resultados, servindo de referência à sociedade, aos acionistas, gestores, empregados, usuários, e aos órgãos de controle.

A publicação de todas as peças do processo de prestação de contas está disponível no Site da TRENURB: http://www.trensurb.gov.br/paginas/paginas_detalhe.php?codigo_sitemap=3025

ANEXOS E APÊNDICES

Não existem a este Relatório.